

Deloitte.

(Re)pensar o
papel da Banca
Banca em análise 2024



Editorial



José Barata
Presidente
Deloitte Angola

É com enorme satisfação que apresentamos a 18ª edição do **Banca em análise**, uma publicação que permite reafirmar a missão e o compromisso da Deloitte Angola, em particular com o sector bancário, no quadro de um incentivo a uma reflexão bem informada sobre o presente e o futuro da Banca em Angola.

Esta edição do **Banca em análise** inclui informação financeira auditada em base individual dos Bancos a operar em Angola durante o ano de 2023, com excepção do Banco Económico, S.A. (BE) e VTB África, S.A. (VTB). Relativamente ao BE importa referir que, até à data de elaboração do presente estudo, o Banco não publicou os Relatórios e Contas de 2022 e 2023, tendo, no entanto, publicado na sua página de *internet* os Balancetes trimestrais (não auditados) de 2022 e 2023. Por sua vez, o VTB ainda não publicou o Relatório e Contas de 2023, tendo, no entanto, publicado na sua página de *internet* os Balancetes trimestrais (não auditados) de 2023. Para efeitos de elaboração do presente estudo, a informação dos balancetes destes 2 Bancos foi utilizada, sempre que possível.

Nesta edição, como em edições anteriores do Estudo, os responsáveis das principais instituições financeiras e das entidades de maior relevo para o sector bancário efectuaram

um balanço do ano de 2023 e dos primeiros cinco meses de 2024, partilhando as suas expectativas para o futuro do sector bancário nacional, em particular no que se refere à transformação dos seus modelos de negócio numa necessária reflexão sobre o papel da Banca nacional perante os desafios decorrentes de alterações acentuadas a nível tecnológico, regulamentar e das suas fontes de rentabilidade.

A nível global o sector bancário depara-se com inúmeros desafios de natureza socioeconómica e por uma mudança acelerada, em particular de índole tecnológica, mas também demográfica e de regulação. Os desafios que decorrem desta realidade tornam crucial uma reflexão de modo a assegurar a adequação da Banca às exigências e expectativas dos clientes, oferecendo maior personalização e qualidade na prestação de serviços financeiros. Em Angola, o sector bancário depara-se com um cenário desafiante, de onde se destaca a redução acentuada das receitas provenientes de operações com o exterior, menores retornos em investimentos em títulos de dívida pública e perdas na carteira de crédito o que, inevitavelmente, irá requerer uma adaptação dos seus modelos de negócio e das suas estratégias.

A revisão e transformação dos modelos de negócio dos bancos em Angola é, portanto, cada vez mais imperativa. Nesse contexto, o presente Estudo inclui um capítulo específico com vista a “(Re)Pensar o papel da Banca”, suscitando uma reflexão sobre desafios mas também oportunidades visando uma banca mais sólida, mais próxima, mais fiável e mais rentável. Essa abordagem terá de permitir maior confiança dos clientes num contexto cada vez mais suportado pela maior agilidade de processos (aumento da eficiência), melhorias nas áreas de controlo, em particular dos controlos internos, gestão mais adequada e tempestiva da posição de liquidez e um reforço dos canais de transaccionalidade para que o sector bancário seja um veículo efectivo de inclusão financeira e de maior acesso da população nacional a serviços bancários. A este propósito, importa referir que, de acordo com dados do Banco Nacional de Angola, a taxa de bancarização continua com evoluções marginais (de 29,1% em 2021 para 30,2% em 2022 e 30,8% em 2023).

Em Angola, o sector bancário foi marcado por um conjunto de eventos que ajudam a explicar parte da sua evolução em 2023, de onde destacamos alguns factos principais, em particular: (i) aposta no desenvolvimento do Sistema de Pagamentos de Angola; (ii) conclusão da transferência das actividades e serviços de intermediação de valores mobiliários dos Bancos para as Sociedades Distribuidoras e Corretoras de Valores Mobiliários; (iii) reforço da rede de canais de prestação de serviços bancários pelos bancos sistémicos para todo o território do país; (iv) o Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro recomendou a todas as IFBs a adoptar os princípios de sustentabilidade ESG; (v) aumento do número de bancos sistémicos para 11, os quais têm de constituir uma reserva de capital adicional (entre 1% e 2%) durante o primeiro semestre de 2024; (vi) realização de um diagnóstico ao Sistema Financeiro Angolano sobre o nível de implementação de regras sobre critérios de sustentabilidade ESG; e (vii) criação da Comissão Instaladora do Fundo de Resolução com o objectivo de garantir a operacionalização do Fundo de Resolução em Angola.

De forma complementar, o ano de 2023 fica ainda associado a um conjunto de iniciativas que visam dar resposta efectiva ao desafio de maior inclusão financeira em Angola, nomeadamente: (i) lançamento pela EMIS do KWIK – Kwanza Instantâneo; (ii) conclusão do Observatório de Inclusão Financeira; e (iii) criação do Comité de Coordenação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira. De um ponto de vista económico, o panorama a nível mundial continua a apresentar um elevado grau de incerteza para 2024, decorrente em particular das repercussões sentidas pela continuidade da guerra na Ucrânia e pelo conflito entre Israel e a Palestina. De acordo com o Fundo Monetário Internacional,

o produto interno bruto mundial cresceu 3,2% em 2023, tendo sido observado um crescimento de apenas 0,4% na Zona Euro, em comparação com 2,5% nos Estados Unidos da América e 1,9% no Japão. Ainda a nível global, e para 2024 o FMI estima um crescimento do PIB mundial em 3,2%, similar ao verificado em 2023, onde as economias avançadas crescerão 1,7% e as economias emergentes em torno de 4,2%.

Em Angola, importa destacar que a economia nacional se confrontou com um cenário adverso, influenciado por um panorama internacional desfavorável e onde a diminuição do preço do petróleo e o aumento das taxas de juro internacionais se conjugaram com uma produção petrolífera nacional abaixo do esperado e um elevado serviço da dívida externa do País. A economia nacional tem vindo a registar uma trajectória de desaceleração do crescimento económico desde o final de 2022, tendo obtido uma taxa de crescimento do produto interno bruto muito ligeira e próxima de 0,4% em 2023. Para 2024, as últimas previsões macroeconómicas do FMI apontam para um crescimento da economia nacional em 2,6%, próximo das últimas previsões do Executivo (de Abril) que apontam para um crescimento de 2,8%.

O ano a que se refere o Estudo fica também marcado pelo aumento acentuado da inflação, tendo a taxa de inflação anual atingido o valor de 20,0% em 2023, significativamente superior aos 13,9% registados em 2022. Por outro lado, a volatilidade e incerteza, no mercado cambial é outro vector marcante do ano de 2023 em Angola. A taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar norte-americano passou de USD/AOA 503,7 em Dezembro de 2022 para USD/AOA 828,8 em Dezembro de 2023, representando uma depreciação acumulada de 39,2%, enquanto o Euro passou de EUR/AOA 537,4 em Dezembro de 2022 para EUR/AOA 916,0 em Dezembro de 2023 representando uma depreciação acumulada de 41%, com especial destaque para os meses de Maio e Junho. Esta evolução reflecte o segundo maior registo apurado desde a introdução do regime de câmbio flexível em Angola, tendo tido um impacto significativo global na economia, e no sector bancário em particular.

Ao nível da actividade bancária continua a verificar-se uma evolução gradual, mas sustentada, da utilização de meios de pagamento electrónicos. A título de exemplo, registou-se um aumento de 10,5% no número de Cartões Multicaixa emitidos e de 11,1% no número de Caixas Automáticas (ATM) com as transacções em TPA a aumentarem 25% em 2023. Por outro lado, o canal interbancário Multicaixa Express, tem vindo a reforçar a sua popularidade com um crescimento próximo de 54,9% em 2023. Merece ainda destaque a evolução do comércio electrónico, o qual tem vindo a ganhar expressão no mercado

nacional, verificando-se em 2023 um crescimento significativo de transacções (cerca de 48%) as quais passaram de 918 260 transacções *online* em 2022 para 1 358 591 transacções em 2023.

O número de colaboradores do sector registou uma diminuição de 1,7%, comparativamente à queda de 6,7% verificada no período homólogo. Esta redução continua a ser impactada pelos processos de reestruturação em curso de alguns bancos, como o BPC, BE, BCI e KEVE.

Relativamente ao número de balcões, verificou-se uma diminuição de, aproximadamente, 2,4%, de 1 461 balcões em 2022 para 1 426 em 2023. Em sentido contrário à diminuição da rede física dos Bancos em Angola, o número de Agentes Bancários em território nacional aumentou 81%, passando de 366 agentes em 2022 para 665 agentes em 2023.

Por outro lado, em 2023 registou-se um aumento do crédito líquido concedido a clientes de cerca de 40%. A evolução do crédito líquido em Angola apresenta uma tendência de crescimento desde 2019, motivada pelas medidas de estímulo ao financiamento directo à Economia adoptadas pelo Executivo em 2021 e que tem vindo a ser reforçada por algumas medidas do Banco Nacional de Angola e pelo Fundo de Garantia de Crédito, nomeadamente através da prestação de Garantias Públicas. A forte depreciação do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, observada em 2023 também teve impacto no crescimento do crédito líquido. Relativamente ao volume de depósitos, verificou-se um aumento próximo de 31% face a 2022 ainda que inferior ao aumento da massa monetária, que registou uma variação de 37,8% em 2023.

No ano a que se refere o Estudo verificou-se um aumento do produto bancário de 48% sendo que ao nível dos resultados líquidos se registou uma melhoria significativa com um aumento de 65,8% face a 2022. Este aumento é explicado principalmente pelo crescimento de 261% dos resultados cambiais que totalizaram 452 mil milhões de kwanzas, decorrente da desvalorização cambial do Kwanza face ao Euro e ao Dólar norte-americano.

Ao nível dos desafios para a evolução futura do sector, e no quadro da reflexão apresentada neste Estudo, acreditamos que deverá ser assegurada a definição de planos de acção concretos que assumam necessidades de melhoria com vista à segurança física dos recursos dos clientes e do atendimento tempestivo e satisfatório das suas necessidades. De forma complementar, verifica-se a necessidade de adaptação a novos desafios nos sistemas de informação, governação de dados e ajustamentos

no modelo de distribuição, incluindo plataformas ainda mais completas de oferta e que sejam adaptadas à realidade nacional, potenciado com isso a melhoria da transaccionalidade dos cidadãos que, tendo telemóveis convencionais, não possuem computador, *smartphones* ou acesso à internet.

A evolução desejável para o sector e o quadro tecnológico subjacente tornam também crítico assegurar uma efectiva qualidade dos dados no sector bancário, sendo esta uma variável que não pode ser subestimada. Este é um aspecto que se manifesta actualmente no quadro das operações mais básicas do sector bancário mas que também limitará a prazo capacidade de realização de tarefas complexas por sistemas tecnológicos mais avançados. A este propósito, o Banco Nacional de Angola tem vindo a manifestar atenção a esta vertente e à importância da tomada de decisões com base em dados de qualidade, tendo já referido publicamente a sua intenção de realizar, no segundo semestre de 2024, um programa de Avaliação da Qualidade e Consistência de Dados no sistema bancário nacional.

Por outro lado, e ainda numa perspectiva de aspectos futuros a destacar, o Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro nacional tornou público recentemente: (i) a intenção organizar um Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) que deverá realizar-se em 2025; e (ii) a realização de uma Avaliação Sectorial de Risco ao Sistema Financeiro, a partir de 2025 em matéria de Prevenção de Branqueamento de Capitais.

Com este Estudo, o qual muito prezamos, a Deloitte mantém o seu sólido compromisso com Angola e com o sistema financeiro, no quadro de um conhecimento aprofundado e transversal da situação económica nacional e dos seus principais agentes.

A reflexão incluída no presente Estudo evidencia a importância de novas soluções e abordagens que permitam ao sector bancário continuar a ser um agente activo no processo de inclusão financeira e bancarização da população nacional, contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento económico e social de Angola.

Votos de uma excelente leitura da 18ª edição do **Banca em análise**.

Nesta edição

Banca em análise 2024

06

Entrevista BNA

22

Entrevista FGC

97

Enquadramento
Económico Africano

10

Entrevista ABANC

25

Entrevista FGD

107

Enquadramento
Económico Angolano

13

Entrevista BODIVA

28

Entrevista RECREDIT

122

(Re)pensar o
papel da Banca

16

Entrevista CMC

31

Entrevistas
Instituições Financeiras

127

Estudo da Banca
em análise 2024

19

Entrevista EMIS

81

Enquadramento
Económico Global

192

Demonstrações
financeiras
2023 e 2022

Banco Nacional de Angola (BNA)



Manuel António Tiago Dias
Governador

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho do BNA e do sector bancário em geral? ?

Com a publicação em 2021 das Leis n.º 24/21, de 18 de Outubro e 14/21, de 19 de Maio, do Banco Nacional de Angola e do Regime Geral das Instituições Financeiras, respectivamente, o BNA deu continuidade ao processo de alinhamento às boas práticas internacionais e consolidação do quadro regulatório nacional, ao longo dos anos de 2022 e 2023.

Assim, publicou regulamentação que visa robustecer a governação corporativa e o controlo interno, a prevenção do branqueamento de capitais, combate ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, bem como harmonizar o regime contabilístico às Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro.

No âmbito do processo de adopção dos Princípios e Regras de Basileia II e III, decorreu o terceiro ciclo do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP), conduzido pelo Banco Nacional de Angola (BNA) aos 23 bancos comerciais em operação, com o objectivo de aferir se estes dispõem de estratégias, processos, capital e liquidez adequadas aos riscos a que estão ou poderão vir a estar expostas.

O SREP é efectuado com base na supervisão baseada no risco, adoptando uma visão prospectiva para quantificar o capital e liquidez necessários para a cobertura dos riscos da actividade, através da análise ao modelo de negócio, governo interno e gestão do risco, bem como a avaliação da posição de capital

e liquidez das instituições, culminando com a avaliação do risco que cada instituição constitui para o sistema financeiro.

Deste modo, com a implementação do SREP, o BNA tem procurado assegurar que a gestão de riscos e os controlos internos de cada instituição bancária estejam ajustados ao seu modelo de negócio, às respectivas características de risco e que o nível de capital detido pelas mesmas, seja proporcional ao seu perfil de risco.

No geral, verificou-se que a maior parte das instituições bancárias apresentaram níveis de risco moderados. Apesar de existirem ainda insuficiências por suprir, registou-se uma melhoria no nível de implementação dos requisitos de governação corporativa e controlos internos. Verificou-se ainda a manutenção da rentabilidade do sector bancário em níveis interessantes, reflectindo-se na melhoria da adequação da posição de capital dos Bancos.

O SREP permitiu ainda concluir que o sector bancário continua devidamente capitalizado para fazer face aos riscos inerentes a sua actividade, apresentando um rácio de fundos próprios regulamentares observado de 30,25% no final do ano de 2023 (contra 28,41% em termos homólogos), folgadoamente acima do mínimo regulamentar de 8%.

No domínio de prevenção de crises financeiras no sector bancário, seguem os trabalhos e as reformas necessárias para a implementação da *framework* de resolução de crises bancárias. Neste âmbito, o BNA passou a exigir às instituições bancárias a obrigatoriedade de apresentarem um plano de recuperação, contendo um conjunto abrangente de estratégias para dar

resposta a diferentes cenários adversos, sendo que os primeiros planos a serem enviados pelos Bancos, são relativos ao exercício de 2023 e deverão ser remetidos até ao final do primeiro semestre de 2024.

Adicionalmente, está em curso a implementação e operacionalização do quadro de política macro prudencial. É assim que, o Comité de Estabilidade Financeira (CEF), na sua 46.ª reunião ordinária - com vista a mitigação do risco sistémico e manutenção de financiamento estável para a economia real - decidiu pela manutenção: (i) da reserva capital de conservação em 2,50% para todos os bancos; (ii) das reservas de D-SIBs (*Domestic Systemically Important Banks*) às 11 (onze) instituições bancárias sistémicas entre 1% e 2% e (iii) da reserva contra cíclica em 0% para todos os bancos.

Importa também referir que, visando contribuir para a redução dos níveis de concentração do crédito em sectores não produtivos e fomentar a diversificação da economia, bem como mitigar o risco de concentração da carteira de crédito, por meio do Aviso n.º 10/22, de 06 de Abril, o BNA determinou a obrigatoriedade dos bancos comerciais concederem crédito ao sector real da economia. Com efeito, importa destacar que em 2023, o crédito ao sector real da economia manteve a sua trajectória crescente, tendo beneficiado 777 (setecentos e setenta e sete) mutuários, traduzindo-se em 801 (oitocentos e uma) operações de crédito.

No âmbito da superintendência do Sistema de Pagamento de Angola (SPA), o Banco Nacional de Angola continua a realizar acções que visam garantir maior eficiência e segurança das Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF), deste modo, procedeu a um *upgrade* no Sistema de Pagamento em Tempo Real (SPTR) que assegurou a melhoria da fluidez das operações, a implementação do ambiente 24/7, com liquidação de operações aos finais de semana e feriados, bem como facilitou o processo de migração para a norma ISO 20022. Todas estas alterações impactaram directamente na optimização do processo de liquidação do SPTR, redução dos prazos de disponibilização de fundos aos beneficiários e maior alinhamento aos padrões internacionais, com reflexo positivo na estabilidade do sistema financeiro nacional.

Dentre as diversas iniciativas, acções e projectos implementados pelo BNA, destaca-se no período, o lançamento e operacionalização – em conjunto com a EMIS – da nova plataforma de interoperabilidade do sistema de transferências móveis instantâneas, denominada “KwiK”. Além de oferecer maior facilidade, comodidade e rapidez na efectivação dos pagamentos

e/ou transferências de dinheiro, o KwiK irá também contribuir para o aumento da inclusão financeira e aproximar o nosso país do futuro.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas do BNA quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário?

O FSAP (*Financial System Assessment Program*) é um programa gerido e desenvolvido conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial (BM), cujo propósito consiste, em termos gerais, na avaliação de forma sistematizada, dos sectores financeiros dos países membros, através da análise das condições de estabilidade financeira e da capacidade de resistência dos sectores financeiros a adversidades e a choques de diferentes origens e proporções.

A primeira avaliação global ao sistema financeiro ao abrigo do programa FSAP realizou-se em Angola em 2010/ 2011, na qual foram identificadas deficiências e *gaps* face às boas praticas recomendadas por organismos internacionais e vigentes em mercados financeiros de referência, o que permitiu às autoridades angolanas a tomada de decisões que culminaram com o desenvolvimento actual do sector financeiro.

Decorridos um pouco mais de 10 anos, o Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro (CSSF) deliberou no sentido de solicitar ao Ministério das Finanças, na qualidade de representante de Angola, que formalizasse a candidatura de Angola junto do FMI e BM para o efeito. Estas organizações multilaterais manifestaram já disponibilidade de realização do referido exercício no ano de 2025. Assim, na VIIIª Sessão Ordinária do CSSF, realizada a 26 de Abril de 2024, apreciou-se, dentre outros temas, o cronograma de trabalho preliminar para organização do exercício FSAP em 2025.

Com base na natureza e fundamento do FSAP, uma nova avaliação em 2025, permitirá ao Executivo angolano e supervisores do SFA, em particular ao BNA:

- (i) proporcionar a elevação dos níveis de confiança e credibilidade do sistema financeiro nacional junto de entidades internacionais;
- (ii) avaliar adequadamente as normas vigentes no país e testar a robustez das mesmas para fazer face à mitigação de riscos;

- (iii) formular a estratégia de desenvolvimento do sector financeiro;
- (iv) actualizar o alinhamento do sistema financeiro aos padrões internacionais de referência;
- (v) identificar constrangimentos que impedem ou comprometem a competitividade, diversificação, nível de penetração e desenvolvimento do sector financeiro; e
- (vi) proporcionar intercâmbio/ troca de experiência, como uma mais-valia em termos de *know-how*, visto que se traduz numa oportunidade de aumento dos níveis de conhecimento prático das equipas.

O Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro, do qual o BNA faz parte, deliberou a realização de uma Avaliação Sectorial de Risco ao Sistema Financeiro, a partir de 2025. Neste contexto, qual é o balanço que faz sobre a evolução do Processo de Avaliação para a prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e financiamento à proliferação de armas de destruição em massa no sector bancário?

Relativamente a avaliação mútua, os avaliadores concluíram que o BNA tem implementado os processos que visam a aplicação da supervisão baseada no risco e que tem as ferramentas necessárias à supervisão em matéria de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Referem ainda que, de modo geral, os supervisores do sistema financeiros (BNA, CMC e ARSEG) têm boa compreensão do risco a que está exposto o sector, bons mecanismos de controlo de entrada de accionistas e membros de órgãos sociais de instituições financeiras ao sistema. Entretanto, manifestaram preocupação quanto a supervisão dos activos virtuais, visto que à data da avaliação não estavam em vigor normas claras sobre a matéria.

Os avaliadores entendem ainda que as instituições financeiras bancárias têm uma boa compreensão do risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, boa aplicação de mitigantes e medidas de diligência aos clientes, inclusive para identificar pessoas politicamente expostas, bem como boa compreensão sobre beneficiários efectivos.

No sentido oposto, os avaliadores entendem a necessidade de melhorias da compreensão sobre o risco de financiamento do terrorismo, principalmente por parte das instituições financeiras não bancárias, bem como manifestaram preocupações com

o nível de compreensão das obrigações de prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, por parte das mesmas.

Com base nas conclusões dos avaliadores, o BNA tem levado a cabo acções no sentido de suprir as deficiências identificadas, nomeadamente, garantir que as instituições financeiras (bancárias e não bancárias), sob sua supervisão, tenham pleno conhecimento dos riscos de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, e também das suas obrigações relativas à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A principal função de um banco central centra-se na concretização da política monetária, tendo definido uma taxa de inflação de 19% para o ano de 2024, sendo que em Abril já se situava nos 28,2%. Que medidas estão a ser tomadas para contrariar esta tendência de subida que se tem verificado?

Na última conferência de imprensa realizada na sexta-feira, 17 de Maio de 2024, o BNA informou que a previsão tinha sido revista em alta para 23,4%, justificada, essencialmente pelo impacto esperado da subida de preços do Gasóleo e Transportes colectivos urbanos de passageiros, assim como pela inércia inflacionista. Face a isto, o BNA tem adoptado uma política monetária num sentido mais restritivo visando controlar a liquidez.

Assim, pela segunda vez consecutiva neste ano, o Comité de Política Monetária (CPM) aumentou as taxas de juro de política e vem intensificando a sua intervenção no mercado monetário através das operações de mercado aberto, visando a gestão fina da liquidez. Este processo deverá continuar enquanto perdurarem as pressões inflacionistas na economia.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o BNA para os próximos anos?

A inovação no sector financeiro é considerada vital para impulsionar a modernização do mesmo, esperando com isto, ganhos de eficiência, tanto para o desempenho das instituições, como dos seus clientes. Contudo, estamos cientes que a transformação traz consigo um conjunto de desafios regulatórios e de segurança que precisam de ser cuidadosamente equacionados.

Neste diapasão, em linha com o referencial estratégico do BNA para o sexénio 2023 -2028, a Segurança Cibernética tornou-se uma prioridade. Por isso, o BNA e a ABANC estão engajados na criação de uma *framework*, na qual se prevêem medidas de segurança para a protecção de dados sensíveis, transacções e informações de clientes, face aos riscos tecnológicos que tem vindo a estar expostas as instituições financeiras.

O BNA pretende ser o precursor da modernização do sistema bancário. Assim, lançou um projecto denominado *Open Finance*, no qual se prevê a definição de acções que visam a criação de um ambiente regulatório, operacional e de elevada segurança jurídica para todos os participantes deste ecossistema.

De igual modo, a Sustentabilidade tornou-se um imperativo para as instituições financeiras que operam no nosso sistema financeiro, particularmente os bancos, não apenas pelas suas próprias acções e práticas sustentáveis que precisam de paulatinamente serem adequadas no seio da governação corporativa, através de medidas que devem aplicar aos seus clientes, colaboradores e sobre a sua própria operação, mas também pelo poder que têm em influenciar positivamente a sustentabilidade da economia através da sua actividade enquanto agente de investimento e concessão de crédito, em linha com os Princípios e recomendações já em vigor.

Assim, diante dos desafios lançados no seu referencial estratégico, o BNA prevê a realização de várias acções, realçando (i) a elaboração de Guias de boas práticas ESG para auxiliar as instituições financeiras a implementarem os Princípios de sustentabilidade ; (ii) a realização de inquéritos periódicos para o acompanhamento da implementação paulatina dos princípios e recomendações nos domínios ambientais, sociais e de governança (ESG); (iii) a definição de testes de estresse e *framework* para o acompanhamento dos riscos; e (iv) a criação de condições regulatórias necessárias para a mitigação e controlo de riscos relativos à sustentabilidade.

Esperamos com este conjunto de acções contribuirá para um sistema financeiro moderno, fiável, seguro e que sirva o desenvolvimento da economia angolana.

Relativamente à política monetária, importa referir que, não obstante as actuais pressões inflacionistas que se observam na economia, a política monetária conduzida pelo BNA é orientada para o futuro, o que pressupõe que o combate à inflação e à sua volatilidade assenta numa visão de médio e longo prazo e consiste em alcançar uma taxa de inflação de um dígito e mantê-la alinhada com a meta do critério de convergência macroeconómica da SADC, isto é, uma taxa média de inflação não superior a 7%.

“A primeira avaliação global ao sistema financeiro ao abrigo do programa FSAP realizou-se em Angola em 2010/ 2011, na qual foram identificadas deficiências e *gaps* face às boas praticas recomendadas por organismos internacionais e vigentes em mercados financeiros de referência, o que permitiu às autoridades angolanas a tomada de decisões que culminaram com o desenvolvimento actual do sector financeiro.”

Associação Angolana de Bancos (ABANC)



Mário Nascimento
Presidente

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho da ABANC e do sector bancário em geral?

O ano de 2023 foi desafiante para a ABANC e para o sector bancário, assim como está a ser o primeiro semestre de 2024. A ABANC continuou a desenvolver a sua actividade suportada nos três pilares que suportam o mandato da sua Direcção e que estão alinhados com os desafios do sector bancário, a saber: 1. a reestruturação interna e reforço institucional; 2. a disponibilização de formação aos quadros no sector, no âmbito das matérias desenvolvidas pelos seus grupos de trabalho; e 3. o alargamento e reforço da actuação da ABANC junto dos seus principais *stakeholders*, nomeadamente o BNA e o MINFIN/AGT, com vista a adequação da regulamentação e das normas bancária e fiscal, as melhoras práticas e ao reforço dos sector bancário e das instituições bancárias.

Neste sentido destaco aqui, algumas das acções levadas a cabo pela ABANC:

1. Ao nível da organização interna e reforço institucional: a assinatura de um protocolo com uma instituição de ensino e de formação de referência, para a implementação de um percurso formativo do funcionário bancário, nas suas mais diversas vertentes e ao longo do seu percurso profissional, o “banking Route”; a modernização da imagem da ABANC e a introdução de novos canais de comunicação, com a adesão às redes sociais e a modernização funcional e visual do site da ABANC; a realização de diversos eventos que visaram a discussão de temas actuais e das tendências do sector bancário, dos quais destacamos o XII fórum Economia

e Finanças, a Conferência sobre ESG e Sustentabilidade na Banca, e a Conferência AFAWA Angola, sobre Financiamento as PME’s sensíveis ao Género, esta última organizada em parceria com a AFDB/AGF, trazendo para a discussão pública a visão e os pontos de vista de especialistas e de gestores do sector.

2. Ao nível do alargamento e reforço das acções de formação, a ABANC continuou a executar os planos de formação definidos no seu plano de actividades, levando a cabo as acções definidas pelos diversos grupos de trabalho, e acções acordadas no âmbito dos protocolos assinados com parceiros nacionais e internacionais, como sejam o BNA, MINFIN, INSS, UIF, FSVC, IFC, SWIFT, GUSWIFT/SADC-RTGS, etc, e que cobriram as matérias mais diversas como *compliance*, computação na nuvem, sistemas de pagamentos, mercado cambial, metodologias de cobrança, entre outras.
3. Ao nível da actuação junto dos seus principais *stakeholders*, nomeadamente BNA e MINFIN/AGT, a ABANC continuou a desenvolver a sua actividade no sentido de contribuir para elaboração e implementação de legislação e regulamentação que visam a adopção das melhores práticas no sector bancário, com o objectivo de tornar o sector bancário, e por conseguinte o sector financeiro, mais moderno, competitivo, sólido e resiliente, e em conformidade com os requisitos definidos pelas organizações e organismos internacionais. São de destacar as seguintes acções e iniciativas: junto do BNA, a ABANC desenvolveu acções e contribuições relativas ao processo do SREP e a adopção de normas prudenciais, quer respondendo as consultas públicas lançadas pelo BNA, quer promovendo estudos sobre o impacto da(s) regulamentação(s) proposta(s) e/ou emitida(s) pelo BNA,

e apresentando propostas concretas nas mais diversas vertentes da regulamentação e supervisão; fazendo o levantamento dos constrangimentos a concessão de crédito a economia por parte dos bancos, e a apresentação ao BNA de propostas de solução; respondendo e contribuindo nas consultas públicas relativas a base de dados das contas, na consulta pública da expansão da rede de serviços bancários, na consulta pública da implementação e operacionalização do Fundo de Resolução, na consulta relativa ao plano de resolução e de recuperação, etc; junto do MINFIN/AGT, a ABANC endereçou matérias que visam a mitigação dos impactos da adopção das IAS/IFRS pelo sector bancário e seu efeito fiscal, uma vez que matérias como as diferenças cambiais não realizadas (potenciais), as perdas por imparidade de créditos com garantia, o enquadramento tributário das operações do mercado monetário interbancário, entre outros, não estão fiscalmente bem enquadrados, por outro lado, a ABANC endereçou também questões relativas a operacionalização da RUPE, e respondeu a consulta pública relativa ao código de rendimento das pessoas colectivas.

“A ABANC tem desempenhado o seu papel de forma equilibrada, por um lado salvaguardando o seu objectivo principal que é a defesa do interesse dos seus associados, mas simultaneamente promovendo o interesse público, corporizado num sector bancário eficiente, competitivo e sólido.”

A ABANC tem vindo a desempenhar um papel fundamental na relação entre os Bancos, a AGT e o Banco Nacional de Angola e outros reguladores. Como tem vindo a desempenhar essas funções e quais são os desafios que têm sentido?

A ABANC tem desempenhado o seu papel de forma equilibrada, por um lado salvaguardando o seu objectivo principal que é a defesa do interesse dos seus associados, mas simultaneamente promovendo o interesse público, corporizado num sector bancário eficiente, competitivo e sólido. Neste sentido, temos procurado agir em defesa do sector e do interesse comum, quer dos operadores do mercado que são os bancos, mas também do interesse dos clientes bancários, tudo com vista a realização de um mercado bancário competitivo e sólido. De referir que temos encontrado do lado dos nossos interlocutores a abertura e sensibilização para ouvir a ABANC, e em muitos casos de acomodar aquelas que são as preocupações do sector. Claro que esta comunicação pode ser sempre melhor, e ainda temos muitos desafios pela frente, como são a existência de um mercado bancário mais aberto e mais transparente, i.e., a existência de um mercado realmente competitivo.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas do ABANC quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário?

A nossa expectativa é que a avaliação confirme, a existência de um sistema bancário globalmente mais sólido, mais eficiente e mais resiliente, relativamente à última avaliação. Claro que não esperamos surpresas, pois aquelas que são as situações e instituições críticas, essas são conhecidas do sector.

Acredito, porém, que na avaliação possam dar alguma atenção às questões relativas ao ritmo de implementação das reformas (por exemplo o SREP), ao funcionamento do mercado cambial, à literacia financeira e à melhoria dos serviços bancários, e ao desafio da diversificação económica e à capitalização.

Com a diminuição da oferta de moeda estrangeira, a Banca tem vindo a sofrer alguma pressão adicional pelos seus clientes na realização de operações sobre o estrangeiro, colocando em causa a relação de confiança entre os Bancos e os seus clientes. No vosso entendimento quais são acções que têm vindo a ser implementadas pela ABANC em conjunto com os seus associados para inverter esta tendência?

Do lado dos bancos comerciais, e individualmente, o que tem sido feito é a gestão mais criteriosa da venda de divisas ao mercado, privilegiando aquelas que são as operações prioritárias, definidas pelo BNA, privilegiando os clientes que mantêm relações com o banco, e tentando abranger o maior número possível de beneficiários. De referir que nesta matéria os bancos são intervenientes secundários, pois também eles se confrontam com dificuldades de acesso as divisas, devido à pouca oferta.

Quais as principais metas e objectivos traçados para a ABANC para os próximos anos?

Os desafios da ABANC para os próximos anos são muitos e decorrem dos desafios da economia angolana, nomeadamente do seu crescimento sustentável, e do papel que os bancos podem e devem desempenhar neste processo, exercendo de forma eficiente a sua missão de intermediação financeira.

Os principais desafios, mais do que metas, são a continuação do processo de SREP de forma e no ritmo que os bancos possam acompanhar e sair deste processo mais fortes e com um sistema bancário mais sólido e resiliente, mas também inclusivo e ao serviço da economia e dos agentes privados. Outro desafio dos bancos, é a adequação por parte dos bancos, organizacionais e financeiras (capital), para assumirem plenamente o papel de financiadores do crescimento e do desenvolvimento económico, pelo que os bancos deverão tomar a missão de financiamento prioritário ao sector produtivo, e tornarem-se o elemento decisivo no processo de diversificação económica.

“A nossa expectativa é que a avaliação (FSAP) confirme, a existência de um sistema bancário globalmente mais sólido, mais eficiente e mais resiliente, relativamente à última avaliação (...)”

Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA)



Walter Pacheco

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho da BODIVA?

2023 foi um ano de ouro para o mercado de capitais em Angola, na medida em que se reforçou a relevância da Bolsa de Valores para o sistema financeiro e economia nacional, reiterando a sua importância enquanto plataforma, por excelência, de financiamento e investimento.

Destacou-se, em particular, o sucesso da oferta pública das obrigações da Sonangol cujos resultados – procura superior à oferta em 111.94%, mais de 700 investidores e montante arrecadado de Kz 75 mil milhões – demonstram, por um lado, a confiança da maior empresa do país em levantar capital com recursos nos Mercados BODIVA, assim como o apetite dos investidores em valores mobiliários negociados na Bolsa.

Neste mesmo ano, verificamos um aumento significativo do montante negociado em Kz 7,8 biliões, representando cerca de 399% em relação ao período homólogo, o que para nós, demonstra a dinamização dos novos segmentos dos mercados BODIVA, com particular destaque ao Mercado de Bolsa de Acções e ao Mercado de Operações de Reporte (REPO), sendo que o último representou cerca de 49,97% evidenciando a posição da BODIVA como plataforma eficiente para a troca de liquidez no curto prazo entre diferentes agentes económicos.

Além da dinamização dos segmentos mencionados, em 2023, demos passos firmes em prol da consolidação do Mercado Secundário tendo como marco a celebração de acordos com correspondentes, permitindo deste modo a negociação e

liquidação de Obrigações do Tesouro em Moeda Externa e execução da política monetária. Esta classe de activos representou em 2023 cerca de 4,78% do montante total transaccionado, e de igual modo a contínua promoção do Mercado levou também à criação de condições para a execução de negócios envolvendo investidores não residentes cambiais, tendo sido movimentado cerca de Kz 23,25 mil milhões.

O ano de 2024 estreou-se com o novo modelo de mercado, relegando a intermediação financeira exclusivamente às SDVM e SCVM, assim como a definição do Plano Estratégico para o quinquénio 2024-2028. Com a contínua consolidação dos segmentos MBTT (Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro) e MOR (Mercado de Operações de Reporte), foram negociados até 4 de Julho cerca de Kz 1,83 biliões, o que representa cerca de 270,38% em relação ao período homólogo e uma tendência positiva em termos do montante negociado.

No mercado primário, destacou-se o processo de oferta pública de venda e subscrição das acções ordinárias da ACREP que, pese embora não tenha culminado na admissão das acções, resultou na arrecadação de Kz 5,40 mil milhões por parte do emitente, e demonstrou a funcionalidade e eficiência do mercado.

Tem existido alguns avanços e recuos no programa PROPRIV 2023-2026 que podem colocar em causa a confiança dos agentes económicos. Qual o balanço que faz do Programa de Privatizações? Quais são as expectativas da BODIVA para as operações previstas e quais têm sido os maiores desafios? Por exemplo, que ações concretas estão a desenvolver para que os agentes económicos comecem a olhar para a Bolsa de Valores como uma forma de captar investimento e financiamento em alternativa ao crédito bancário?

Sendo o PROPRIV um programa que está sob a gestão do IGAPE, enquanto representante do Estado para o efeito, todo o balanço e informações sobre o referido programa, devem ser apresentadas pelo mesmo.

Relativamente às operações do PROPRIV previstas a ocorrer em Bolsa, quer seja leilão em bolsa ou Oferta Pública Inicial (OPI), a expectativa é boa, tendo como referência as primeiras 3 privatizações via Bolsa.

Do nosso lado, estão preparadas as condições de mercado, quer sejam regulatórias, tecnológicas ou operacionais, com o objectivo de garantir a eficiência e transparência das operações, sendo que o sucesso de cada operação depende de diversos factores como a estruturação da oferta, a liquidez do mercado, o apetite pelo activo, isto citando os mais relevantes. Portanto, enquanto sociedade gestora dos mercados regulamentados, estamos prontos para auxiliar o estado a reduzir a sua participação no sector empresarial público via Bolsa, e expectantes para a entrada de novos emitentes no mercado o que poderá resultar em maior liquidez, diversificação da carteira de investimentos e profundidade do mercado de capitais.

E enquanto activo a ser privatizado via Bolsa, a BODIVA está igualmente preparada para a Oferta Pública de Venda de 30% do seu capital ainda este ano.

A BODIVA realizou, em 2023, mais de 5 mil negócios avaliados em 7,8 biliões de kwanzas, o que representa um crescimento anual de 83,1% nos últimos oito anos. Na sua visão o que contribuiu para este crescimento tão significativo? E a nível de contas custódia quais são as suas expectativas de crescimento?

A BODIVA tem vindo a dinamizar o processo de abertura de contas, negociação de instrumentos e promoção de novos segmentos de mercado. Em 2023, destaca-se o Mercado de Operações de Reporte (REPO), que permitiu a troca de liquidez de curto prazo entre Investidores particulares, corporativos e entre Bancos Comerciais com o Estado; que representou 49,97% do montante total negociado, isto é, Kz 3.9 Biliões.

A nossa estratégia para aumentar a base de investidores, que consequentemente levará ao aumento do número de contas de custódia, passa pelo aumento do nível de literacia financeira, desta forma a BODIVA tem dado continuidade ao projecto BODIVA nas Universidades, que visa a disseminação de conceitos ligados a Bolsa em todas as províncias de Angola. As operações derivadas do processo de privatização e a difusão de informações sobre o mercado de capitais nas redes sociais e nos meios tradicionais, também é uma estratégia que temos utilizado para aumentar o número de contas de custódia.

Durante o primeiro trimestre de 2024, foi publicado o Despacho Presidencial n.º 66/24, que prevê a privatização de 30% da BODIVA prevista para o ano de 2024, via Oferta Pública Inicial (OPI) em bolsa. A BODIVA já está preparada para este processo?

Pela natureza do seu negócio, a BODIVA enquanto bolsa de valores é, e tem de ser, das principais promotoras das boas práticas de governança corporativa, de reporte financeiro e de valores como a transparência, confiança, equidade e competitividade. Assim sendo, mesmo antes da decisão do accionista em privatizar a empresa via bolsa, a BODIVA ao longo destes anos sempre primou por cumprir com os requisitos de admissão ao mercado e está, naturalmente, preparada para a sua entrada em bolsa.

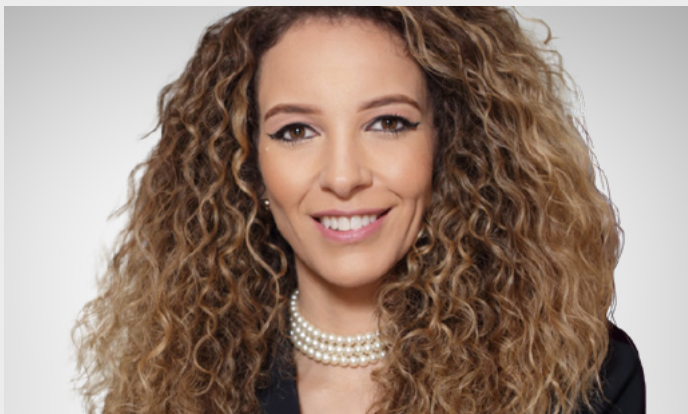
Quais as principais metas e objectivos traçados para a BODIVA para os próximos anos?

As principais metas traçadas pela BODIVA para os próximos anos são:

- Aumentar a diversidade de mercados e instrumentos financeiros, e de igual modo, a sua liquidez e profundidade, que passa pela promoção da criação de condições para a implementação do mercado de mercadorias e, conseqüentemente, de uma contraparte central; a garantia da implementação do mercado de instrumentos financeiros derivados; a promoção da manutenção de um enquadramento fiscal favorável para o mercado de capitais; e a promoção da criação de plataformas de financiamento privadas e apoiar as iniciativas de *crowdfunding*.
- Alargar a base de investidores e participantes do Mercado e simplificar o acesso ao mesmo, de forma a torná-lo mais inclusivo e sustentável, através da promoção da massificação de acções de literacia financeira, com especial foco nos investidores de retalho; dinamização e aprofundação do financiamento das empresas via capital próprio (acções) e capital alheio (obrigações), dentre as quais as obrigações sustentáveis; divulgação mais abrangente e acessível de informação e das oportunidades de mercado; adopção de soluções tecnológicas que facilitem o acesso ao mercado; e da criação e implementação do fundo de garantia de investidores não institucionais.
- Melhoria contínua da infraestrutura tecnológica da BODIVA, de acordo com as necessidades e ao estágio de evolução do mercado; de modo a garantir automatização de todos os processos e procedimentos internos; a implementação da Contraparte Central; a promoção da conectividade da CEVAMA com outras centrais de custódia regionais e globais; e a promoção da melhoria contínua dos modelos de vigilância dos mercados regulamentados.
- E por último, promover, cada vez mais, acções de intercâmbio com instituições nacionais, regionais e internacionais; preparar as condições necessárias para a materialização do processo de privatização da BODIVA; bem como, garantir formação qualitativa e robusta para a capacitação dos quadros da BODIVA, com vista a garantir que estejam à altura dos desafios do mercado.

“2023 foi um ano de ouro para o mercado de capitais em Angola, na medida em que se reforçou a relevância da Bolsa de Valores para o sistema financeiro e economia nacional, reiterando a sua importância enquanto plataforma, por excelência, de financiamento e investimento.”

Comissão do Mercado de Capitais (CMC)



Vanessa Simões

Presidente do Conselho de Administração

1. De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho da CMC e do mercado de capitais?

A Comissão do Mercado de Capitais (CMC) alcançou importantes marcos nos últimos meses, entre eles destaco a divulgação do Plano Estratégico para o período de 2023 a 2027. Este documento estabelece as directrizes fundamentais que orientarão as escolhas e acções da CMC nos próximos cinco anos, consolidando o nosso compromisso com o desenvolvimento e a estabilidade do Mercado de Capitais.

A educação financeira é um ponto fulcral na nossa estratégia e participamos diligentemente em diversas actividades com destaque para o Fórum de Inclusão Financeira da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizado na África do Sul. Este fórum foi uma oportunidade crucial a nível internacional para se discutirem estratégias de inclusão financeira na região, promovendo um maior acesso aos serviços financeiros.

Demos início, em 2023, ao Programa de *Workshops* sob o tema “Mercado de Capitais, Seguros e Fundos de Pensões”, dirigido a entidades públicas, apresentado pela CMC, BODIVA e ARSEG, que serve como um mecanismo importante para o aumento dos níveis de literacia financeira.

Na perspectiva da promoção do mercado, organizamos o demoday do Programa Emergentes, com o objectivo de preparar Pequenas e Médias Empresas (PME), em termos de relato financeiro e governança corporativa. Com esta iniciativa pretende-se facilitar o acesso das PME ao financiamento via

Mercado de Capitais, alavancando a transformação económica e a inclusão financeira das empresas angolanas.

Ao nível da Cooperação, a CMC assinou um importante protocolo com a Administração Geral Tributária (AGT), para a definição das bases de cooperação em matéria de regulação, supervisão, estatística, fiscal, aduaneira, e de mercado de capitais, que será materializada por via de consulta mútua, acções formativas, assistência técnica e troca de informações.

O último ano e os primeiros quatro meses de 2024, foram marcados pelo Novo Modelo de Funcionamento do Mercado de Capitais (NMFMC), transferindo os serviços e actividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados das Instituições Financeiras Bancárias (IFB) para as Sociedades Distribuidoras e Corretoras de Valores Mobiliários (SDVM e SCVM).

Ainda a destacar entre os marcos alcançados, tivemos três novas emissões de grande relevância: a oferta pública acções da ACREP, as ofertas pública e privada da Sonangol E.P. e da Griner, respectivamente. Estas estreias demonstram a confiança crescente no mercado de capitais como mecanismo de captação de recursos para financiar projectos estratégicos de empresas angolanas.

Estava previsto que até 31 de Dezembro de 2023, as instituições financeiras bancárias tinham de transferir os serviços e actividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados que prestam para as Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários. Este projecto foi concluído com sucesso? Quais são as expectativas de desenvolvimento da actividade destas Sociedades, uma vez que uma parte significativa foi criada o ano passado e durante o ano de 2024?

O último ano foi marcado por um processo de transformação profundo, com a transferência dos serviços e actividades de investimento das IFB para as SDVM e SCVM que são, por excelência, as entidades prestadoras de serviços no Mercado de Capitais. Para além da transferência dos serviços, o processo foi marcado por um conjunto de ajustes regulatórios e a nível das infraestruturas tecnológicas, para acomodar o processo. No primeiro semestre de 2024, assistimos à consolidação do processo e apesar dos desafios registados, o balanço é positivo, pautado pelo número de novas entidades registadas e já em exercício, perto de 14, a transferência efectiva de 99% dos serviços e a manutenção dos níveis de negociação alcançados. É expectável que estas entidades fortaleçam cada vez as suas equipas, ofereçam serviços de qualidade, com eficiência e que possuam sistemas robustos o suficientes para captar a confiança dos investidores e de parceiros.

Existe ainda um aspecto que deve ser acautelado na íntegra do lado da CMC, que é a criação de condições para que as SDVM/SCVM possuam acesso directo ao mercado primário de dívida pública. Este é um processo que está em curso e é para nós, prioritário. Não obstante estes elementos, estamos optimistas relativamente ao futuro do Mercado de Capitais Angolano, não apenas pelo número de novas entidades registadas e pelos volumes observados ao nível de negociação, mas também pelos vários projectos em carteira, como o Programa de Privatizações.

A CMC e o BNA assinaram em Abril um memorando de entendimento no domínio da supervisão das instituições financeiras bancárias que actuam no mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, com o objectivo de mitigar eventuais conflitos de dupla supervisão. Qual o ponto de situação da implementação deste memorando e qual o calendário previsto para a sua implementação plena? É seu entendimento que a CMC já dispõe de todas as condições humanas e materiais para efectuar uma supervisão eficaz, em linha com as melhores práticas internacionais?

A CMC e o BNA possuem um Memorando de Entendimento, assinado em Abril de 2024, que garante uma maior cooperação entre ambos os reguladores e define os mecanismos de acompanhamento das entidades prestadoras de serviços na banca e, ao mesmo tempo, no Mercado de Capitais, os mecanismos de coordenação para as acções de supervisão conjuntas e de partilha de informação, sobretudo no que se refere às matérias de regulação, supervisão, estatísticas, cambial e assistência técnica.

Com a transferência dos serviços e actividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados das IFB para SDVM e SCVM, tornava-se imprescindível delinear com clareza os campos de actuação da CMC e do BNA de modo a evitar uma sobreposição de funções, fundamentalmente, pelo facto de os bancos, excepcionalmente, até 2025, poderem exercer serviços e actividades de investimento em valores mobiliários.

Quanto à implementação do Memorando de Entendimento, importa referir que a sua materialização acontece em pleno, sendo que os dois reguladores, CMC e BNA, têm realizado acções conjuntas ao nível do acompanhamento directo e indirecto das instituições supra referidas.

Relativamente à capacidade da CMC efectuar a supervisão das suas entidades, é importante referir que existem mecanismos de acompanhamento do modelo de supervisão, baseados no risco, implementado com o apoio do Banco Mundial, que nos permitem acompanhar as entidades em função do nível do risco, alinhados aos manuais e processos de supervisão baseados nas melhores práticas internacionais.

Precisamos que os processos de supervisão tenham uma componente tecnológica cada vez mais forte e que se possa socorrer da inteligência artificial, de modo que possamos salvaguardar a protecção dos investidores, a transparência do desenvolvimento sustentável do Mercado de Capitais Angolano, de uma forma cada vez mais eficiente.

Com um mercado de capitais cada vez mais activo e com mais instrumentos financeiros ao dispor dos clientes, que medidas estão a ser tomadas pela CMC para que haja uma adequação da oferta desses instrumentos de acordo com o grau de risco e conhecimento/percepção do mesmo dos clientes?

O quadro legal está a ser actualizado para se adequar às novas realidades do Mercado. Paralelamente, as campanhas de consciencialização e educação financeira estão a ser intensificadas para garantir que os investidores tenham conhecimentos adequados sobre o mercado de capitais, os instrumentos disponíveis e os riscos envolvidos, facilitando a aprendizagem progressiva.

Além disso, a CMC mantém uma interacção constante com todos os *stakeholders* do mercado nacional e com entidades estrangeiras interessadas em participar no mercado angolano. Em discussões com representantes do Banco Mundial, Nações Unidas, Bancos Pan-africanos e outros, a CMC explora a introdução de novos produtos financeiros que possam atender às necessidades de financiamento das empresas e atrair o interesse dos investidores.

Quais as principais metas e objectivos traçados para a CMC para os próximos anos?

Com a transformação do Mercado de Capitais Angolano, em função da transferência dos serviços e actividades de investimento das IFB para SDVM e SCVM iremos actualizar o Plano de Contas para as Instituições Financeiras Não Bancárias (IFNB) e Organismos de Investimento Colectivo (OIC), implementando as IAS/IFRS, para promover a transparência e tornar o relato financeiro, comparável com outros mercados, atraindo o interesse dos investidores não residentes.

Ao nível da supervisão, estamos a trabalhar na optimização do processo de licenciamento, por via de uma plataforma tecnológica e a reforçar a nossa actuação relativamente à prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BCFTPADM).

Promover a importância da transformação digital, com foco no surgimento de mais plataformas de *homebrokers* e *crowdfunding* faz parte da nossa agenda para os próximos anos, bem como, estimular o aumento da base de emitentes, por via da consolidação do Programa de Privatizações.

Continuaremos igualmente a olhar para questões ESG das empresas, com o foco na criação de bases para o surgimento de novos e produtos diferenciados, como obrigações verdes e azuis, pretendemos promover a criação de um guia que garanta cada vez mais o alinhamento das entidades supervisionadas, ao ESG. Para nós é fundamental continuar a tornar o quadro legal mais ajustado às necessidades do nosso Mercado e manter o nosso compromisso com a educação, no âmbito do Comité de Coordenação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.

A expectativa é que o Mercado de Capitais Angolano continue a crescer nos próximos anos, com a participação de investidores institucionais e o surgimento de novos instrumentos, impulsionado pelo desenvolvimento da economia e pelas reformas em curso.

“Precisamos que os processos de supervisão tenham uma componente tecnológica cada vez mais forte e que se possa socorrer da inteligência artificial, de modo que possamos salvaguardar a protecção dos investidores, a transparência do desenvolvimento sustentável do Mercado de Capitais (...)”

Empresa Interbancária de Serviços (EMIS)



José Matos

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho da EMIS e do sector bancário em geral?

O ano de 2023 foi marcado por uma subida disruptiva da taxa de câmbio, culminando em escassez cambial. Angola é ainda um país muito dependente da importação e este quadro stressa as empresas de menor dimensão com reduzida capacidade de resistência, afectando também, por arrasto, o sector bancário. As tensões inflacionistas aumentaram fazendo com que a redução da inflação seja agora um dos maiores desafios que o país enfrenta. O sistema de pagamentos revelou resiliência a este quadro adverso, tendo terminado o ano de 2023 com um crescimento transaccional de 31,2%, gerador de um efeito de escala que, em certa medida, compensa a erosão no autofinanciamento provocado pela inflação.

O ano de 2023 foi marcado pelo lançamento de um novo arranjo de pagamentos, o KWIK – Kwanza Instantâneo, que irá mudar o panorama dos pagamentos em Angola a médio prazo. Trata-se de um instrumento de pagamento moderno, alinhado com as melhores práticas internacionais, e que tem por objectivo dar resposta ao desafio da inclusão financeira. Baseado numa arquitectura aberta, permite a participação de prestadores de serviços de pagamentos, bancários e não bancários, potenciando a inovação, com um instrumento de pagamento conta-a-conta, universal e totalmente interoperável.

É ainda de realçar que o parque de Caixas Automáticas, que esteve cinco anos praticamente estagnado, voltou a crescer fruto de um importante incentivo financeiro por parte do BNA.

Foi recentemente criada a Associação das Sociedades Prestadoras de Serviços de Pagamentos de Angola. A EMIS enquanto um dos principais agentes dinamizadores dos meios de pagamento, quais são as suas expectativas quanto à criação desta Associação?

Nos países em desenvolvimento o alargamento dos serviços de pagamentos à maioria da população não acontece apenas por via da bancarização clássica, sendo necessário que seja complementada com outros formatos, mais ajustados à sua realidade.

A nova Lei dos Sistemas de Pagamentos abre o mercado dos pagamentos electrónicos as Sociedades Prestadoras de Serviços de Pagamentos, sob supervisão única do Banco Nacional de Angola, com o intuito de trazer para o mercado o contributo de *players* não bancários para alargar a oferta de serviços financeiros à população não bancarizada.

Existe uma grande expectativa em relação ao contributo que essas SPSP (Não-Bancos) podem aportar ao esforço de inclusão financeira e por isso o surgimento desta Associação se revela do maior interesse, porque se traduzirá em melhor concertação entre associados, tal como acontece com os Bancos, que também têm a sua própria associação.

A aceleração da inclusão financeira não se consegue sem ajuda pública, porque o negócio da prestação de serviços de pagamentos para população de baixa renda é de recuperação muito lenta. Esta Associação pode ser muito útil na captação destes apoios, sendo que facilitará igualmente a relação com o regulador e com o operador da infraestrutura de mercado. Tal como aconteceu em outras geografias, o lançamento de um novo instrumento de pagamento depende muito, numa fase

inicial, do *cash-in* e do *cash-out* (CICO). As poucas carteiras digitais que surgiram até agora estão a fazer o carregamento por via bancária e o levantamento nos CA's. E não é isso que se pretende, porque desse modo não se alarga a oferta aos não bancarizados. Há necessidade de construir uma rede de agentes, que tem um elevado custo, um aspecto em que a Associação pode ser útil, estimulando a discussão sobre a criação de um modelo de agenciamento partilhado.

A EMIS tem vindo a disponibilizar um conjunto de serviços nos últimos anos para contribuir para a inclusão financeira em Angola. Na sua opinião, que mecanismos é que ainda faltam ser criados, a nível regulamentar e tecnológico para acelerar ainda mais o processo de bancarização em Angola?

A EMIS nasceu para servir a banca, como operadora interbancária detida pelos bancos e a ela se deve a inegável modernização do sistema bancário angolano. A taxa de bancarização da população adulta, apesar desse esforço, não ultrapassa os 35%.

No quadro da nova Lei dos Sistemas de Pagamentos, o BNA selecionou a EMIS para implementar uma nova infraestrutura de mercado financeiro designada por Sistema de Transferências Instantâneas (STI), tendo já em plena operação 20 participantes, Bancos e Não-Bancos, sistema esse que implementa o KWiK – Kwanza Instantâneo, como já referido e que faz parte do Programa Nacional de Inclusão Financeira.

Isto significa dizer que a EMIS passa a contribuir também para o alargamento dos serviços de pagamentos à população não bancarizada, através do STI, e isso é importante porque a transformação digital dos pagamentos, reduzindo o uso da moeda física, é a porta de entrada à verdadeira inclusão financeira, que não se faz sem bancarização.

O esforço de inclusão financeira não pode, pois, ficar limitada aos serviços de pagamentos. A verdadeira inclusão financeira significa o acesso a serviços financeiros que ajudem verdadeiramente a criar riqueza e isso envolve a possibilidade de fazer poupança, de fazer pequenos investimentos com recurso ao crédito e de aceder aos seguros para proteger o património e a saúde. Não há crédito sem poupança e não há poupança sem bancarização. E não há economia virtuosa sem crédito.

Ou seja, o próprio conceito de Sociedade Prestadora de Serviços de Pagamentos poderá ter de evoluir para Sociedade Prestadoras de Serviços Financeiros, numa lógica de banca digital de inclusão.

“O ano de 2023 foi marcado pelo lançamento de um novo arranjo de pagamentos, o KWiK – Kwanza Instantâneo, que irá mudar o panorama dos pagamentos em Angola a médio prazo.”

Quais as principais metas e objectivos traçados para a EMIS para os próximos anos?

A EMIS conduziu a sua actividade durante o ano de 2023 procurando compatibilizar qualidade e segurança com inovação e desenvolvimento do negócio, o que tem passado pela renovação constante da infraestrutura e respectiva certificação. Com vista a mitigar riscos relativamente à continuidade do negócio e dos serviços prestados, este ano será operacionalizado o segundo centro informático seguro, já concluído. Ambos os centros informáticos contam com *Certificação Tier III do Up Time Institute*. Um investimento significativo também tem sido feito na defesa cibernética.

No que diz respeito ao desenvolvimento do negócio, para além do foco na dinamização do STI e do KWIK, está em fase de testes uma nova forma de utilizar o cartão que consiste em utilizar o MCX Express para fazer pagamentos nos TPAs convencionais existentes utilizando para o efeito um *QR Code*.

Paralelamente continuam os desenvolvimentos do programa de TPA de Nova Geração que irá introduzir no mercado TPAs mais modernos e flexíveis que têm por base o sistema operativo aberto Android, permitindo a criação de um ecossistema integrado (ex. com sistemas de facturação e logística), facilitando o dia-a-dia de quem paga, mas também de quem recebe.

Com o crescimento do comércio electrónico, pretendemos modernizar o GPO/GPD (Pagamentos *online* e digitais), simplificando e evoluindo a sua integração via API, processo de *onboarding* de comerciantes, melhoria na experiência de utilizador através de novas formas de pagar (ex. *QR-Code* e pagamentos de serviço integrado).

A evolução do Cartão MCX para cartão dual interface (*contactless*) está em fase final de desenvolvimento, prevendo-se o respectivo lançamento ainda este ano.

O Sistema de Débitos Directos interoperável, onde as entidades, devedora (cliente) e credora (prestador de serviços), podem estar domiciliadas em bancos diferentes, apoiados em regras que proporcionam garantias robustas às partes envolvidas, começou finalmente a dar os primeiros passos.

A descontinuação do cheque, uma medida recentemente anunciada pelo BNA, não deixa de ser uma demonstração de maturidade do sistema de pagamentos angolano.

“O esforço de inclusão financeira não pode ficar limitada aos serviços de pagamentos. Não há crédito sem poupança e não há poupança sem bancarização. E não há economia virtuosa sem crédito.”

Fundo de Garantia de Crédito (FGC)



Luzayadio Simba

Presidente do Conselho de Administração

O Fundo de Garantia de Crédito foi constituído em 2012 para facilitar o acesso ao crédito bancário das micro, pequenas e médias empresas e empreendedores, através de mecanismos de garantias públicas, para o desenvolvimento das suas actividades económicas. Considerando os 12 anos de existência, qual o seu balanço do papel desempenhado pelo Fundo no sistema financeiro e o impacto na Sociedade e quais são os principais objectivos que ainda não conseguiu alcançar?

O Fundo de Garantia de Crédito existe há 12 anos e a sua criação, decorreu de uma decisão do Executivo angolano através do Decreto Presidencial n.º 78/12, de 4 de Maio, com o objectivo de se constituir numa entidade pública comprometida com a facilitação no acesso ao crédito bancário a favor das Micro, Pequenas, Médias Empresas e empreendedores singulares, por via de mecanismos de garantias públicas (GP).

Trata-se de uma Instituição Financeira não Bancária, cuja intervenção é imprescindível para o fortalecimento e promoção do tecido empresarial privado, que de uma maneira geral, ainda carece de incentivos das instituições financeiras diante dos desafios macro económicos que o nosso país enfrenta. Isso significa afirmar que, ao longo de sua existência, o FGC tem cumprido com o seu papel enquanto promotor do crescimento económico, criando para o efeito as facilidades de acesso ao crédito bancário a favor das empresas e empreendedores que actuam sobretudo no sector produtivo.

Assim, desde a criação do descontinuado Programa Angola Investe (PAI), no ano de 2011, o FGC teve um papel crucial para o surgimento de projectos diversos que hoje continuam alimentando o mercado nacional, sobretudo na produção

de bens essenciais para as populações, com destaque no sector da indústria de bebidas, produção de ovos, derivados de carne e de produtos higiénicos, que até então, eram importados de várias partes do mundo.

Outro aspecto que é importante sublinhar, é facto da actuação do FGC proporcionar um ambiente de confiança entre a banca comercial, promotores e entidades credoras, algumas das quais de cariz internacional como é o caso do Banco Mundial, que se sentem motivados a criar linhas de financiamento para os programas sustentáveis com o fito de assegurar o crescimento e diversificação da economia de Angola.

Para o presente ano, o FGC comprometeu-se emitir um total de mil garantias para todo o país, sendo que, cada província, deverá contar com o mínimo de até 50 garantias, de tal sorte que os objectivos estratégicos definidos pelo Governo angolano no quadro da implementação das Medidas Emergenciais de Estímulo à Economia e de Dinamização do seu potencial sejam alcançados, com realce para o fomento da produção nacional, combate à fome e a pobreza, criação de empregos e garantir a segurança alimentar.

Finalmente, o FGC continua empenhado na materialização do Plano de Aceleração e Fomento da Garantia do Crédito bem como na execução do Plano de Saneamento do Programa Angola Investe (PAI), que espera-se concretizar nos próximos três anos, e tendo sido já liquidados até 2023 um total de 30 mil milhões de kwanzas a banca comercial.

Fundo de Garantia de Crédito tem vindo a ser objecto de várias capitalizações nos últimos anos. Entende que já tem o nível de capital adequado para executar a sua estratégia de apoiar a economia nacional ou os níveis de capital ainda são insuficientes para fazer face aos desafios da aposta na diversificação da economia nacional?

Sobre a questão colocada, é importante frisar que o país vive um contexto macroeconómico desafiante, fruto de abalos sistémicos à economia mundial, e sobretudo, agravadas com a crise de preços de bens essenciais. Por outro lado, o tecido empresarial ainda é incipiente diante dos desafios latentes como por exemplo a questão do crescimento e diversificação da economia do país, que exigem à partida, uma aposta cerrada na criação de linhas de crédito especializadas para fomentar a produção nacional.

Isto implica que, não obstante os esforços do Executivo no Quadro da melhoria do ambiente de negócios bem como das iniciativas gizadas para o reforço da capacidade de intervenção do FGC por via da sua capitalização, o que tem ocorrido com alguma regularidade. Todavia, ainda não nos podemos sentir realizados, porque o país continua a depender fortemente da importação e das receitas provenientes do petróleo.

O compromisso do FGC até 2027 consiste em pulverizar o crédito em todo o país, de forma automática, abrangente e inclusiva, para que a agricultura e demais sectores prioritários garantam a produção de bens essenciais para o consumo das populações.

Estas metas exigem capacidade financeira ajustada às necessidades do sector produtivo, o que naturalmente, implica a capitalização do FGC de forma progressiva e alinhada a política macroeconómica do executivo. Daí que instituições como o FGC, têm a missão de estimular o crescimento económico, a partir de um modelo desenvolvimentista, onde o Estado deve continuar a liderar o processo de desenvolvimento do país, uma realidade muito comum em países em via de desenvolvimento, onde o sector público tem a responsabilidade acrescida na definição de políticas sustentáveis.

Sobre a capitalização do FGC, é importante referir que no ano de 2023, o FGC foi capitalizado pelo Executivo com o valor de 50 mil milhões de Kwanzas, para dar uma maior dinâmica à facilitação do acesso ao crédito às micro, pequenas e médias empresas. Com essa capitalização, o FGC passou a ter uma disponibilidade de 100 a 120 mil milhões de kwanzas para garantir o apoio ao sector empresarial.

De acordo com informação pública, o FGC tem vindo a estabelecer um conjunto de parcerias com os Bancos Nacionais. Qual o papel destes memorandos de entendimento que têm vindo a ser formalizados com os Bancos Nacionais na estratégia do FGC? Que factores esperam potenciar com estas parcerias e quais os seus principais objectivos?

Como é de domínio público, o FGC é uma entidade do Estado angolano que tem a missão de emitir garantias públicas para o sector produtivo, e desta forma, assegurar que os empreendedores, acedam ao financiamento junto da banca comercial.

Contudo, esta função deve ser precedida mediante assinatura de Memorandos com os bancos comerciais para garantir uma maior capilaridade em termos de fontes de financiamento, e desta forma, animar o ambiente de negócios em todo país.

Por esse motivo, justifica-se que no âmbito da estratégia da implementação do Plano de Aceleração e Fomento da Garantia do Crédito, privilegiar uma acção conjugada entre o FGC e os bancos comerciais com o objectivo de facilitar a vida dos promotores.

Isto implica que, quanto maior for o número de bancos comerciais que aderirem aos produtos operacionalizados pelo Fundo, maior será a possibilidade de oferta de financiamento de projectos nos programas em curso, com destaque para o PDAC (Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial), GAP (Linha de Garantia de Apoio à Produção) e LAPS (Linha de Apoio a Projectos Sustentáveis), este último de iniciativa do FGC.

De uma maneira geral, os memorandos são instrumentos legais indispensáveis que visam a criação de condições objectivas para a concessão automática de garantias parciais de crédito às Micro, Pequenas e Médias Empresas, Cooperativas e Empreendedores Singulares.

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais a entidade que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar? Que novas áreas de actuação ou linhas de apoio consideram ser pertinente assegurar nos próximos anos face ao enquadramento económico actual e prioridades de actuação do Fundo?

Em 2023, o FGC realizou inúmeras actividades e foi convidado a participar em várias outras, quer dentro quer fora do país. Este cenário continua a ser observado nos primeiros cinco meses do corrente de 2024, o que demonstra a importância e, também, a aceitação da nossa instituição junto dos diferentes actores da economia nacional e internacional.

Como referi anteriormente, demos início ao saneamento do descontinuado Angola Investe, um plano que pretendemos encerrar em 2025, com a liquidação de cerca de 30 mil milhões de kwanzas à banca e resgatar a total confiança dos bancos.

Ao longo deste período, continuamos ainda a observar alguma dificuldade dos promotores em organizar a contabilidade das suas empresas, daí que o Fundo tem estado a ajudar para ver ultrapassada esta insuficiência, do qual contamos com os bons ofícios do INAPEM.

Noutra abordagem, há a questão das garantias. Anteriormente, cerca de 60% das garantias eram concentradas nas médias empresas, sobretudo no sector da Indústria Transformadora. A partir de finais de 2023, o Fundo desenhou um cenário que vai mudar esta tendência, que vai priorizar os micro e pequenos negócios, famílias camponesas e cooperativas agrícolas. Essa necessidade surge do facto destes segmentos representarem, em termos de produção agrícola, cerca de 75% dos produtos que chegam à casa das famílias angolanas.

Por outro lado, ainda no ano de 2024, sentimos a necessidade de estar mais próximo dos promotores. Por isso, demos início à realização de Fóruns Provinciais de Garantia e Crédito. Desde Outubro de 2023, a instituição organiza os fóruns provinciais e tendo iniciado em Luanda, e posteriormente, levados em mais cinco províncias do país nomeadamente Namibe, Zaire, Benguela e Bengo. Estes fóruns visam congregar os principais actores que intervêm no ecossistema de garantia e crédito, identificar oportunidades de negócio e promover a produção e a autossuficiência alimentar do país.

Também estamos a levar a cabo um plano de criação de agências regionais de forma a massificar os serviços do FGC e que foi marcada com a inauguração da Agência Regional Lobito, para apoiar a zona Centro e Sul do país, mas, em breve, o projecto estender-se-á para outras três regiões.

Que novas áreas de actuação ou linhas de apoio consideram ser pertinentes assegurar nos próximos anos face ao enquadramento económico actual e prioridades de actuação do Fundo?

Em função do actual contexto do país, o Fundo operacionaliza as linhas GAP, que é de suporte ao PRODESI – operações ao abrigo do Aviso n.º 10/22 do BNA, em que se apoiam os projectos até cinco milhões de dólares; o PDAC, implementada pelo Ministério da Agricultura e Florestas, com financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento, em que as empresas beneficiam de um financiamento de até 1,5 milhão de dólares, equivalente em kwanzas; e a LAPS, que apoia o sector produtivo e tem aprovação automática a projectos com até 200 milhões de kwanzas. São essas linhas com as quais o Fundo propõe-se assegurar dada sua importância para a economia, e em sectores prioritários como agricultura, pecuária, pescas, indústria transformadora, turismo e serviços de apoio à logística.

“Para o presente ano (2024), o FGC comprometeu-se emitir um total de mil garantias para todo o país, sendo que, cada província, deverá contar com o mínimo de até 50 garantias (...)”

Fundo de Garantia de Depósitos (FGD)



Ana Maria Oliveira

Presidente da Comissão
Directiva

O Fundo de Garantia de Depósitos foi constituído em 2018 para contribuir para a robustez, confiança e protecção do sistema financeiro nacional. Qual o seu balanço do papel desempenhado pelo Fundo na confiança do sistema financeiro e quais são os principais objectivos que ainda não conseguiu alcançar?

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) desempenha no sistema um papel cuja relevância é claramente realçada no contexto internacional de estabilidade financeira, destacando-se a integração dos princípios definidos pela *International Association of Deposit Insurers* (IADI) nas condições-chave para sistemas financeiros resilientes, identificadas pelo *Financial Stability Board* ("*FSB's Key standards for Sound Financial Systems*") cujos critérios são globalmente reconhecidos como fundamentais para a resiliência dos sistemas financeiros e aceites como requisitos mínimos de boas práticas que os países devem verificar ou exceder. Com foco na defesa da estabilidade do sistema financeiro, o Banco Nacional de Angola lançou nos anos mais recentes, uma iniciativa de relevância nacional – o processo de convergência do quadro prudencial nacional aos padrões internacionais implementados na União Europeia e estabelecidos nos Princípios de Basileia para uma supervisão bancária efectiva. Dentro desse abrangente processo emerge o Fundo de Garantia de Depósitos – FGD como mecanismo de protecção criado para a protecção dos depositantes.

Na comunidade prudencial internacional, têm surgido exemplos e estudos (B.C.E.) a ventilar a importância de conferir ao FGD competências adicionais, ou seja, para além da cobertura dos depósitos elegíveis, em caso de resolução bancária, o Fundo deter poderes para suportar a transferência de activos e passivos para a entidade adquirente. A existência de medidas alternativas

pode reduzir o tempo e os custos dos processos de liquidação ou resolução, assim como ampliar a capacidade de cobertura de depósitos.

O balanço dos cerca de 6 anos de existência do FGD é positivo, além de ter conseguido assegurar a sua operacionalização, o Fundo obteve desde Junho de 2019 o estatuto de membro de pleno direito da Associação internacional de Seguradores de Depósitos – IADI, estabeleceu no mesmo ano, um protocolo de cooperação com o BNA. Por outro lado, dentro da estratégia de autonomia operacional e independência funcional, em matéria de desenvolvimento organizacional, o Fundo lançou em 2023, com o apoio de uma entidade vocacionada, um processo de recrutamento para o provimento do seu quadro de pessoal efectivo, adquiriu, no mesmo período, uma infraestrutura para nela alojar os aplicativos que fazem parte da arquitectura tecnológica de suporte ao seu negócio, isso, numa abordagem de gestão integrada do Fundo, a qual inclui, além de outras funcionalidades, uma base de dados para recolha de informação que deverá atender a esta necessidade e gere, actualmente, recursos que ascendem a cerca de 60 mil milhões de Kwanzas.

No entanto, há um conjunto de objectivos que se espera venham a ser materializados em breve, de que se destaca:

- A revisão do Decreto Presidencial 195/18 de 22 de Agosto que publicou os Estatutos do FGD;
- A assinatura de um Acordo com o Ministério das Finanças para o estabelecimento da linha de crédito emergencial;
- A conclusão do processo de actualização da metodologia de cálculo da contribuição baseada no risco para ulterior implementação.

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o FGD se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O FGD enfrentou diversos desafios, sendo de apontar desde logo, o conjunto de recomendações recebido do Ministério das Finanças, no âmbito do Parecer emitido sobre o Relatório e Contas do Exercício Económico de 2022, que impeliu o Fundo a endereçar um conjunto de iniciativas em relação às mesmas. Para o efeito, foram ainda tomadas em consideração as recomendações constantes do Relatório final para o FGD - Projeto "Assesment of BNA's Deposit Guarantee Fund", de Fevereiro 2024 – elaborado pelo Consultor Especialista, Dr. Lúcio César Faria, contratado pela *Financial Services Volunteer Corps* – FSVC. Trata-se de um documento que resultou do diagnóstico realizado ao FGD no âmbito de uma acção de assistência técnica, patrocinada pela USAID, com o objectivo de avaliar a conformidade da estrutura de garantia de depósitos em Angola, com os Princípios Fundamentais para Sistemas Eficazes de Seguro de Depósitos, estabelecidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) e pela Associação Internacional de Seguradores de Depósitos (IADI).

De entre as várias Recomendações do Ministério das Finanças figurava, a título de exemplo, a necessidade de o FGD reverter os níveis de incumprimento dos prazos para a prestação de contas, o que impulsionou o Fundo a adoptar acções mais dinâmicas para evitar desvios na execução do cronograma estabelecido para o exercício de auditoria. Assim, além de um processo de interacção intercalar em Outubro de 2023 para melhor alinhamento e actuação mais eficiente, o FGD ajustou com o auditor externo, a execução de procedimentos alternativos ao processo de circularização de participantes e fornecedores para assegurar que o fecho de contas de 2023 ocorresse dentro do prazo estabelecido por lei.

Em matéria de comunicação e transparência o Fundo realizou também algumas acções, mormente, divulgou já no Relatório e Contas do exercício de 2023, a metodologia para determinação do montante mínimo de cobertura de depósitos. De notar, todavia, que a mesma deve ser revista de modo a corresponder aos princípios da IADI, conforme indicado no Relatório do consultor independente. Em matéria de execução da política de investimentos, destacaríamos que em consequência da redução das taxas de juros no sistema financeiro, foi observada uma diminuição na taxa de rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo. Para contornar esta situação o Fundo procurou diversificar os instrumentos e alterar a maturidade média dos

investimentos, dentro dos limites definidos pela Política de Investimento vigente. Recentemente, o BNA respondeu com a actualização da taxa de remuneração dos depósitos a prazo constituídos pelo FGD junto do BNA. Não obstante o que já elencamos, o Fundo propõe-se ainda concretizar o seguinte:

- Realizar mais uma acção de comunicação pública semelhante ao *workshop* dirigido aos jornalistas do segmento económico e financeiro ocorrido em Novembro de 2023 no âmbito do ciclo de acções de capacitação empreendido pelo BNA;
- Retomar a iniciativa de assinalar com uma Conferência a existência do FGD, já constituído há cerca de seis anos, a qual servirá o propósito maior de consciencialização pública e reforço da confiança na rede de segurança nacional;
- Aumentar a transparência sobre os montantes das contribuições dos operadores, pelo que a primeira actividade da estratégia de comunicação seria exactamente dedicada aos participantes e promotores do Fundo. Em resultado da necessidade de melhoria do modelo organizacional, o Fundo lançou uma iniciativa de promoção dos laços de cooperação institucional com vários Fundos parceiros. Nesse contexto e por ser essencial, o Fundo tem estabelecido mecanismos de cooperação e linhas de apoio, com outros operadores da rede de segurança nacional. Para o efeito, e conforme recomendado pelo FMI, em Novembro de 2023, o FGD já definiu com o Ministério das Finanças, os termos da celebração de um Acordo de Financiamento Emergencial.

Não obstante o supracitado, em linha com movimentos recentes verificados na comunidade internacional, a revisão do Decreto Presidencial inclui, poderes alternativos adicionais para o FGD, os quais, a existirem, posicionarão o Fundo como um *player* com uma intervenção mais relevante na gestão de crises, reduzindo muito significativamente a probabilidade de activação da cobertura de depósitos.

O objectivo do Fundo de Garantia de Depósitos é garantir o reembolso, nos limites da regulamentação vigente, dos depósitos constituídos nos bancos seus participantes, caso se verifique uma situação de indisponibilidade de depósitos em alguma dessas instituições. Entende que o Fundo tem capacidade de resposta em caso de alguma instituição não conseguir disponibilizar os recursos aos seus clientes?

Sendo o Fundo financiado através de contribuições das IFBs, o tempo que leva a atingir o nível óptimo de recursos e o volume de contribuições necessárias para dar resposta a casos de insolvência de bancos sistémicos ou a múltiplas insolvências, torna-se muito exigente e oneroso para essas instituições. Não obstante esse facto, o Fundo de Garantia de Depósitos tem hoje condições de realizar o reembolso dos recursos dos depositantes de um banco de média dimensão do sistema financeiro. Adicionalmente, com a celebração do Acordo para institucionalização de uma linha de crédito emergencial com o Minfin, o FGD estará certamente em melhores condições para cumprir com a sua missão de garantir o reembolso dos recursos dos depositantes e de contribuir para a estabilidade do sistema financeiro, sem prejuízo dos poderes alternativos adicionais que, tal como espera, venham a ser estatutariamente outorgados na esfera da revisão do Decreto Presidencial 195/18 de 22 de Agosto que institui o Fundo, os quais, tal como acima destacado, a existirem, posicionarão o Fundo como um *player* com uma intervenção mais relevante na gestão de crises, reduzindo muito significativamente a probabilidade de activação da cobertura de depósitos por ser mais um instrumento de protecção dos contribuintes.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Fundo de Garantia de Depósitos para os próximos anos?

A comissão directiva do FGD aprovou em 2023 o seu Plano Estratégico, contendo os seguintes objectivos estratégicos:

- Reforçar a imagem institucional e a comunicação com a sociedade;
- Robustecer a participação do FGD na rede de segurança nacional;
- Rever as alternativas de participação do FGD no contexto de resolução bancária;
- Restruir o modelo de governação corporativa e melhorar a eficiência operacional.

“O balanço dos cerca de 6 anos de existência do FGD é positivo, além de ter conseguido assegurar a sua operacionalização, o Fundo obteve desde Junho de 2019 o estatuto de membro de pleno direito da Associação Internacional de Seguradores de Depósitos – IADI.”

“(…) o Fundo de Garantia de Depósitos tem hoje condições de realizar o reembolso dos recursos dos depositantes de um banco de média dimensão do sistema financeiro.”

RECREDIT



Valter Barros
Presidente do Conselho
de Administração

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, que principais aspectos gostaria de destacar sobre a actividade e desempenho da RECREDIT?

Apesar do contexto desafiante de elevada incerteza ao nível macroeconómico e geopolítico, o desenvolvimento da actividade da RECREDIT teve um desempenho extraordinário, tendo terminado o ano com um resultado líquido de Kz 48,9 mil milhões e uma recuperação de crédito total equivalente a Kz 30,9 mil milhões, correspondente a 118,0% do objectivo preconizado. O empenho dos nossos colaboradores com foco na missão da Recredit, interiorização de valores éticos e competências de negociação, bem desenvolvidas, traduziu-se em excelentes resultados no final do ano. De realçar, uma melhoria considerável no desempenho da recuperação de crédito, em particular, e da eficiência da empresa no geral, comparativamente ao ano de 2022, tendo aumentado o número de equipas de recuperação que alcançaram os objectivos preconizados no início do ano. Continuaremos a trabalhar com a mesma dedicação e zelo para continuar a merecer a confiança dos nossos accionistas, dos nossos clientes e da sociedade em geral.

Historicamente, o primeiro semestre tem sido mais desafiante que o segundo, em termos de recuperação de crédito, entretanto, temos processos em fase de negociação avançada que provavelmente nos permitirão chegar ao final do primeiro semestre, alinhados com os valores do orçamento, tanto a nível operacional como financeiro. Por outro lado, há uma expectativa de que alguns processos em tribunal poderão ser terminados com acordos extrajudiciais, pelo facto de muitos clientes, tão logo são citados pelo tribunal, procuram a RECREDIT para voltar a negociar.

Estamos confiantes em relação ao futuro, pretendemos tornar a RECREDIT numa referência nacional ao nível da prestação de serviços de recuperação de crédito, pela qualidade de condução dos processos negociais, relação e respeito para com os clientes e a necessidade de fazer compreender a importância de se honrar com o pagamento das dívidas. Os nossos colaboradores são a essência do nosso sucesso e a razão pela qual temos superado os inúmeros desafios que nos têm sido apresentados. Com determinação e a colaboração de todos, acreditamos que temos a oportunidade de crescer ainda mais, inovar, fortalecer a nossa posição no mercado, garantir sustentabilidade, com esperança de que haja cada vez menos necessidade dos processos passarem para fases de negociação que envolvam Tribunais ou litigância. Mas, para tal, continuaremos a investir no desenvolvimento profissional e pessoal de cada um, pois acreditamos que o nosso maior activo é o talento e a paixão com que os nossos colaboradores se entregam no cumprimento da sua missão.

“(...) pretendemos tornar a RECREDIT numa referência nacional ao nível da prestação de serviços de recuperação de crédito (...)”

De acordo com informação pública disponível a RECREDIT recuperou 77 mil milhões de kwanzas de um total de 288 mil milhões de kwanzas investidos na aquisição de crédito malparado do BPC. Quais são as expectativas de recuperação do resto do montante? Quais tem sido os maiores desafios neste processo de recuperação?

A RECREDIT investiu 288 mil milhões de Kwanzas na compra de duas carteiras de crédito malparado do BPC, sendo que deste investimento, já recuperamos o montante de 77 mil milhões de kwanzas, o qual representa 26,7% do valor investido. O nosso desafio é, no mínimo, devolver o valor investido aos accionistas. Para ter uma ideia, a RECREDIT existe há 8 anos, e nos 3 primeiros anos, não teve nenhum valor recuperado, mas nos 5 últimos anos recuperou mais de 77 mil milhões de kwanzas, ora, estamos a trabalhar para manter ou elevar essa *performance*. Há um constrangimento que não depende do desempenho da RECREDIT, que é o tempo de tramitação dos processos em tribunal. Neste momento, temos 27 processos em tribunal. Entretanto, conforme mencionei acima, sempre que possível, a RECREDIT irá privilegiar os acordos extrajudiciais.

Um outro desafio, não menos importante, tem sido a retracção do mercado imobiliário que tem colocado alguma pressão na monetização da carteira de activos imobiliários da RECREDIT, a fraca qualidade da documentação relacionada com os mesmos, a titularidade precária de alguns activos, etc.

Mas acreditamos que estamos no bom caminho, e teremos a capacidade de devolver ao Estado, o investimento realizado na aquisição das carteiras de crédito do BPC.

O trabalho de recuperação da RECREDIT está intrinsecamente ligado à capacidade de resposta dos tribunais. Qual tem sido a vossa experiência na execução das garantias prestadas pelos clientes? Têm recorrido mais à via judicial ou os processos têm sido resolvidos numa base amigável, ou seja, através do acordo entre as partes?

A RECREDIT privilegia, sempre que possível, os acordos extrajudiciais numa base amigável. Quando as equipas de recuperação não chegam a acordo com um cliente, remetem o processo para o Departamento de Contencioso que volta a interpelar o cliente para mais uma tentativa de acordo entre as partes antes do recurso ao tribunal. Se esta tentativa também sair frustrada, o processo é remetido para tribunal. Nesta fase, o Departamento Jurídico faz um acompanhamento rigoroso do processo, para que o tempo de decisão do tribunal seja o mais

curto possível, mas sempre disponível para fechar um acordo negociado. Entretanto, o sucesso destes processos depende também da qualidade das garantias associadas à condição em que o crédito foi concedido. A título de exemplo, na presença de garantias muito frágeis e identificado o facto de que a actividade da empresa devedora não gera *cash-flows* suficientes para fazer face ao serviço da dívida, a RECREDIT requer ao tribunal a insolvência da mesma. Os processos de insolvência têm, normalmente, uma maior celeridade que as acções declarativas e executivas. Neste momento, temos 3 acções de insolvência em tribunal e ao longo do presente ano poderemos chegar a nove processos.

O Despacho Presidencial n.º 200/23, de 25 de Agosto, alterou o âmbito de actuação da RECREDIT, conferindo-lhe o objectivo de gestão de activos, de participações financeiras e de patrimónios com vista à sua alienação, bem como a prestação de serviços de recuperação de crédito para toda a Banca Nacional. Como se tem desenvolvido este segmento de negócio? Qual a expectativa da RECREDIT para esta componente nos próximos anos?

O ajuste do objecto social da RECREDIT, materializado pelo DP n.º 200/23 de 25 de Agosto, decorre por um lado do desempenho na recuperação de crédito das carteiras adquiridas (ao BPC) e, por outro, pela oportunidade de aproveitar a capacidade do capital humano, de uma empresa que se tornou especializada neste nicho de mercado, como um veículo disponível para apoiar o sector bancário.

Naturalmente há diferenças nos modelos de negócio e de governo, sendo que o nosso primeiro foco foi adequar o modelo organizacional às boas práticas e ao que de melhor se regista em termos de desempenho neste domínio. Paralelamente, a RECREDIT tem em curso negociações com alguns dos bancos da praça, determinada em pacotes direccionados às necessidades dos nossos clientes. No entanto, estamos conscientes de que o sucesso deste trabalho assenta, fundamentalmente, na confiança que iremos transmitir ao mercado. Nesse domínio em particular, o nosso trajecto ao longo destes anos, tem sido de rigor e respeito pelo sigilo bancário, demonstra o compromisso que é assumido, em manter a confidencialidade de toda a informação e a boa reputação da nossa empresa.

A actividade de *servicing*, tal como noutras paragens, tem evoluído para a gestão do ciclo de vida do crédito, sendo solução

não apenas para o crédito *non-performing*, como também para créditos *sub-performing* e/ou *performing* com possibilidade de expansão, o que acreditamos que apresente vantagens quer no registo contabilístico, quer em matéria de conformidade com o regulador.

Olhando para os próximos anos e à semelhança do que se verificou noutros mercados, é expectável que o crescimento seja gradual, sendo menos expressivo nos primeiros anos e, à medida que vamos conquistando a confiança dos bancos, se torne mais acentuado no médio prazo, esperando-se o mesmo comportamento de crescimento relativamente ao modelo de *servicing* e à fase de intervenção do ciclo de vida do crédito.

Quais as principais metas e objectivos traçados para a RECREDIT para os próximos anos?

Para o ano de 2024, a RECREDIT estabeleceu uma meta de recuperação no valor de 28,5 mil milhões de kwanzas e propôs-se aumentar a alienação de activos imobiliários ou a entrega ao estado, sempre que a dação em pagamento for em activos que sirvam as necessidades do estado, por exemplo, infraestruturas para colégios ou clínicas que são inseridas no património do estado. Propôs-se também continuar a manter os custos da empresa controlados e os indicadores de *performance* alinhados com o que foi aprovado. Fazer um acompanhamento rigoroso dos processos em contencioso, de maneira a fechar a maioria destes processos através de acordos negociados e, caso não se chegue a acordo, remeter para tribunal e acompanhar todas as fases dos processos em tribunal, de maneira a encurtar ao máximo o tempo de decisão do tribunal. A RECREDIT está preparada para o *servicing* à banca nacional, o processo de negociação com alguns bancos tem estado a decorrer e esperamos a qualquer momento fechar os primeiros acordos de prestação de serviço.

“(…) o desenvolvimento da actividade da RECREDIT teve um desempenho extraordinário, tendo terminado o ano com um resultado líquido de Kz 48,9 mil milhões e uma recuperação de crédito total equivalente a Kz 30,9 mil milhões, correspondente a 118,0% do objectivo preconizado.”

Access Bank Angola (ACCESS)



Rui Pereira

Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Este último ano e meio fica marcado por um contexto económico particularmente difícil e exigente, tanto em Angola quanto no resto do mundo, resultante em boa medida da situação geopolítica vivida na Europa, com a guerra na Ucrânia e, mais recentemente, da escalada de tensões no Médio Oriente com o conflito israelo-palestino e a invasão da Faixa de Gaza. As consequências estão à vista de todos e fizeram-se sentir sobretudo com o aumento das taxas de juro de referência dos principais mercados, resultantes da forte pressão inflacionista sobre os preços dos bens de consumo e das mercadorias que, no caso particular de Angola, se tem vindo a acentuar desde a segunda metade de 2023.

Por outro lado, parte deste período foi vivido num cenário de grande mudança e transformação na nossa instituição, com a entrada do Grupo Access Bank Plc da Nigéria no capital social do Ex-Finibanco Angola, ocorrida em meados de 2023 através da aquisição da quase totalidade do seu capital social, dando origem ao Access Bank Angola, um Banco com uma forte matriz africana, detentor de uma oferta inovadora e diferenciada de produtos e serviços financeiros e que aposta no desenvolvimento de novos canais e plataformas digitais para oferecer ao mercado angolano soluções de investimento para as empresas e para o crescimento do seu negócio, com vista a contribuir para uma maior inclusão financeira da população e, ao mesmo tempo, ser um parceiro activo para o desenvolvimento económico do País e do bem estar de todos os angolanos.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

As nossas expectativas em relação ao FSAP são positivas e vemos com agrado esta realização. Trata-se de uma oportunidade para termos uma avaliação da robustez e da capacidade de resiliência do sistema financeiro angolano e com isso dar um boost de confiança ao mercado e aos diferentes *stakeholders* nacionais e internacionais.

No nosso caso, acreditamos que esta avaliação confirmará a estabilidade e a solidez da nossa instituição e, ao mesmo tempo, irá reconhecer as boas práticas incorporadas no nosso modelo de governação corporativa, particularmente em matérias como sejam a sustentabilidade e a responsabilidade social, reforçando com isso a confiança dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e accionistas. Contudo, não deixaremos de estar atentos às oportunidades de melhoria que igualmente possam surgir.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

As principais estratégias a utilizar para aceleração da bancarização da população angolana, incluem entre outras, as seguintes:

- Oferta de Produtos e Serviços de Baixo Custo e Maior Acessibilidade: Estamos fortemente empenhados em desenvolver o *Mass Market*, com a abertura de contas digitais, novas plataformas digitais de acesso a nano e microcréditos, novos canais de pagamento digitais, meios de pagamento com benefícios associados destinados a mulheres e a jovens estudantes e empreendedores, produtos de crédito para negócios emergentes, rede de vendas directas, etc.
- Expansão da Rede de Agências e de ATMs: Contamos retomar a curto prazo a expansão da nossa rede de agências para abranger um maior número de províncias do País e, igualmente, reforçar a nossa presença através da instalação de ATMs Centers, que permitam promover e facilitar o acesso da população a serviços bancários.

- Criação da Rede de Agentes Bancários: Vamos lançar dentro de muito pouco tempo a nossa rede de Agentes Bancários, que nos irá permitir chegar a todas as províncias do País, inclusive a zonas mais recônditas e, assim, poder servir um maior leque da nossa população e afirmar a marca Access como um Banco global em Angola e em África.
- Promoção da Literacia e Inclusão Financeira: Continuaremos alinhados com o Banco Nacional de Angola nas suas iniciativas para a realização e promoção de programas de educação destinados a aumentar a literacia e inclusão financeira da nossa população e também na realização de eventos que contribuam para o reforço da confiança dos clientes no sistema e nas suas instituições bancárias.
- Realização de Parcerias Estratégicas: Estamos já a concretizar parcerias com alguns *stakeholders* de referência no nosso mercado que, certamente, irão contribuir para uma maior inclusão financeira e utilização de serviços bancários e estaremos disponíveis para abraçar outras iniciativas, públicas ou privadas, destinadas a promover a bancarização de todos os angolanos.

“Vamos lançar dentro de muito pouco tempo a nossa rede de Agentes Bancários, que nos irá permitir chegar a todas as províncias do País, e, assim, poder servir um maior leque da nossa população e afirmar a marca Access como um Banco global em Angola e em África.”

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

Este programa de avaliação da qualidade de dados pelo Banco Nacional de Angola trará obviamente alguns desafios para os Bancos, mas também oportunidades de melhoria interna e de prestação de serviço aos clientes.

Será crucial garantir que os nossos sistemas de informação se encontram devidamente integrados e fornecem os dados correctos, de um modo tempestivo e de forma atempada e, que isso é realizado num ambiente seguro e em estrito cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis.

Neste sentido, há que apostar na formação e capacitação contínua dos nossos colaboradores, para assegurar uma gestão correcta e uma análise eficiente dos dados; em políticas e sistemas de segurança e de protecção de dados robustos e eficazes que protejam toda a informação sigilosa contra as possíveis ameaças e; garantir que os nossos processos e procedimentos de gestão de informação estão em conformidade (*compliance*) com as melhores práticas internacionais.

“Queremos ser o Banco n.º 1 do mercado em experiência do cliente.”

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

As principais metas e objectivos do Access Bank Angola para os próximos anos são:

- Promover a marca Access e fazer do Access Bank Angola o Banco de referência para o mercado angolano, com uma forte presença no País, mas também por toda a África e não só, onde o Grupo Access detém uma presença global em mais de 20 países e 3 continentes;
- Ser um parceiro relevante para o desenvolvimento de projectos estruturantes do País e, assim, contribuir para o crescimento económico e social de Angola, ajudando as empresas e os empresários angolanos a expandir os seus negócios e abrir portas a novos investidores que pretendam fazer negócios em Angola;
- Investir continuamente em novas ferramentas e tecnologias para melhorar a nossa eficiência operacional e sermos o Banco n.º 1 do mercado em experiência do cliente;
- Fortalecer as iniciativas de sustentabilidade, com particular enfoque nas melhores práticas da economia circular e promover e apoiar programas de responsabilidade social que beneficiem a comunidade, especialmente nas suas franjas mais desprotegidas, como são as crianças e as mulheres;
- Desenvolver políticas e programas de retenção de talento, destinados à capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores, com vista a fazer do Access Bank Angola o Banco mais apelativo do Mercado e com maior índice de satisfação nos seus colaboradores, procurando assegurar que estes estarão muito bem preparados para enfrentar as exigências e desafios futuros do sector bancário em Angola.

Em resumo, dar corpo à nossa Visão Corporativa para sermos o Banco Africano mais respeitado do mundo.

Banco Angolano de Investimentos (BAI)



Hélder Aguiar

Vice-Presidente do Conselho de Administração

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O BAI promoveu um exercício de balanço e avaliação intercalar do seu plano estratégico em 2023.

Esta reflexão foi efectuada no quadro de uma análise de diversos factores de variação e mudança dos contextos macroeconómico e de mercado nacional e internacional, visando uma maior adequação e criação de sinergias nos desenvolvimentos estratégicos, face aos objectivos preconizados.

Como resultado, em Novembro de 2023, o BAI concretizou a revisão do Programa de Transformação Estratégica “Geração BAI 2.1” e do inerente Plano de Negócios, mantendo o ciclo definido para o exercício 2022-2027 e ajustando, em conformidade, o conjunto de eixos e iniciativas estratégicas anteriormente assumidas.

Este esforço culminou na redefinição da declaração de missão do BAI, agora centrada em *“Agregar valor para o accionista de forma sustentável, disponibilizando uma oferta de excelência para os nossos clientes”*.

É importante destacar também a conclusão bem-sucedida do processo de transferência dos serviços e actividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados para as sociedades distribuidoras e correctoras de valores mobiliários.

Relativamente ao contexto macroeconómico, permeado por desafios significativos, como os vividos em 2023 e os que

continuamos a viver em 2024, continuamos a debater-nos com a volatilidade do mercado cambial, as pressões inflacionistas persistentes e a gestão complexa da dívida pública.

Esses elementos têm impacto directo na situação económica do nosso País, e também na estratégia e operações das instituições financeiras que operam nesse ambiente.

O cenário inflacionista que Angola ainda vive impõe pressões adicionais sobre as finanças pessoais dos clientes bancários, afecta o valor real dos seus activos e poupanças, bem como as suas decisões de consumo e investimento.

Outro elemento a ter-se em conta prende-se com a gestão da dívida pública, especialmente a componente externa, que exerceu pressão sobre a economia e afectou a situação macroeconómica e a disponibilidade de recursos cambiais.

Diante deste cenário, o BAI procurou sempre identificar oportunidades e desenvolver medidas proactivas e eficazes para mitigar os desafios e reforçar a sua posição no mercado.

Entre essas medidas, destacou-se a contínua dinamização e diversificação da oferta de produtos e serviços, para melhor servir os diferentes segmentos de clientes.

Simultaneamente, foi dedicado um esforço contínuo à simplificação dos processos internos, com vista a aumentar a eficiência operacional do Banco, que se concentrou também em redesenhar a experiência do cliente e garantir um atendimento mais eficiente e satisfatório, ao mesmo tempo que consolidava a sua cultura organizacional e promovia um ambiente de trabalho que impulsionasse a produtividade e a rentabilidade.

Todas estas acções foram empreendidas com um olhar atento aos desafios ambientais, sociais e de governação (ESG), que resultaram na criação do Programa de Sustentabilidade do Banco.

Apesar dos obstáculos enfrentados, o BAI também manteve o seu compromisso com o programa de responsabilidade social corporativa.

Todos os esforços foram recompensados, conforme evidenciado pelo desempenho excepcional alcançado pelo BAI em 2023.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Esperamos que a avaliação reconheça a resiliência do sistema bancário nacional, considerando especialmente os desafios económicos enfrentados e mencionados na questão anterior.

Antecipamos uma avaliação positiva sobre os esforços regulatórios e de supervisão implementados pelo Banco Nacional de Angola, que visam fortalecer o sector bancário e mitigar riscos sistémicos.

A nossa expectativa é de que a avaliação reconheça também os avanços no aumento da inclusão financeira, com iniciativas para ampliar o acesso aos serviços bancários para uma maior parte da população.

Relativamente ao BAI, com base no desempenho de 2023, esperamos que o Banco seja avaliado positivamente quanto à sua solidez financeira.

O BAI tem implementado práticas rigorosas de gestão de risco e tem uma estrutura de governação corporativa robusta e em linha com as melhores práticas internacionais. Esperamos que estas medidas sejam reconhecidas como eficazes na mitigação de riscos financeiros e operacionais.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

O Banco tem adoptado uma série de iniciativas para acelerar o processo de bancarização e atender às crescentes necessidades do segmento de *mass market*, promovendo assim uma maior participação deste segmento no sistema financeiro.

Um exemplo, é a expansão da rede de agentes bancários que actualmente conta com quase 600 postos activos.

É igualmente de destacar o programa BAI Mais Perto, um modelo de relacionamento que tem desempenhado um papel de extrema importância na expansão da infraestrutura de ATMs contentorizados e ATM Centers, oferecendo serviços de levantamento de dinheiro lá onde não existem balcões com atendimento humanizado.

Não podemos deixar de mencionar outras iniciativas inovadoras, como o acesso gratuito (não sendo necessário saldo de dados) ao serviço de *mobile banking* BAI Directo pela rede Unitel.

Destaca-se ainda a introdução de uma nova versão da conta simplificada, alinhada com os padrões de excelência do BAI Directo V4, lançado em Abril deste ano, para oferecer uma experiência bancária ainda mais integrada e personalizada.

Além disso, o BAI mantém a sua aposta na oferta de produtos e serviços diferenciados, incluindo o microcrédito Adianta Já, um crédito de adesão exclusiva no BAI Directo e outras soluções financeiras adaptadas às necessidades específicas dos clientes, reforçando assim o seu compromisso em fornecer soluções bancárias inovadoras e acessíveis para todos.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

O BAI tem demonstrado um compromisso contínuo com a excelência em gestão de dados, como evidenciado pelo amplo processo de actualização de dados e cadastro de clientes realizado em 2022 e que envolveu todos os clientes com dados desactualizados, sendo que este é um exercício permanente.

Adicionalmente, constam dos principais riscos e incertezas definidos na Política de Gestão do Risco do BAI os riscos inerentes ao *compliance* e à integridade de dados, tendo já sido implementadas medidas significativas para os mitigar.

A formação anual em Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo obrigatória a todos os colaboradores, os testes regulares de qualidade de dados e a reconciliação da informação entre os sistemas são apenas algumas das medidas que temos em vigor.

Além disso, implementamos sistemas de alertas automáticos para identificar inconformidades nos dados e validamos as informações com fontes externas sempre que aplicável.

A nossa abordagem proactiva e abrangente para garantir a conformidade e integridade dos dados dá-nos confiança para enfrentar esta avaliação e reforça o nosso compromisso contínuo com a excelência em gestão de dados.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

O nosso objectivo para os próximos anos continua a ser mantermos a liderança do sector bancário em Angola e proporcionarmos uma oferta de excelência aos clientes.

Como parte integrante do nosso plano estratégico, destacamos o contínuo compromisso com a transformação digital e a inovação nos nossos serviços e operações.

O BAI vai continuar a investir em canais digitais, automação de processos e segurança da informação e na melhoria da qualidade do atendimento, que são prioridades essenciais para fortalecer a nossa presença no mercado e atender às crescentes demandas dos clientes por serviços bancários digitais e eficientes.

Vamos continuar a aprimorar a experiência do cliente, a impulsionar a rentabilidade do negócio, a fortalecer a nossa presença digital, a promover a inclusão financeira da população e a avançar na nossa jornada de sustentabilidade.

“O cenário inflacionista que Angola ainda vive impõe pressões adicionais sobre as finanças pessoais dos clientes bancários, afecta o valor real dos seus activos e poupanças, bem como as suas decisões de consumo e investimento.”

Banco Comercial Angolano (BCA)



Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O desafio principal foi sem dúvida a escassez de divisas, facto que embora sentida em menor escala subsiste em 2024.

A reduzida oferta de cambiais a o mercado resultou numa subida da taxa de câmbio de USD/AOA de 500 para cerca de 830 em finais de 2023, e para 860 em junho 2024, com os consumidores a ter em de pagar pelos mesmos produtos e serviços preços substancialmente mais elevados.

O efeito é uma inflação galopante e uma acentuada perda do poder de compra dos salários que na última década corroeram mais de 80% do seu valor, e representa actualmente um dos principais desafios das autoridades.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Monitorar e assegurar a estabilidade do sistema financeiro, a semelhança do controlo da inflação, massificação dos meios e sistemas de pagamento, e a inclusão financeira, são algumas das funções nucleares do BNA enquanto autoridade monetária, de regulação e supervisão do sistema financeira angolano.

O BCA está confortável em relação à avaliação. O Banco é sólido e gerido com princípios de rigor. Na área de risco de crédito, mercado e operacional o Banco apresenta de forma consistente indicadores e rácios adequados.

No que toca à liquidez, tem uma gestão bastante prudente. Desta forma, a realização do Programa de Avaliação do Sistema Financeiro será por nós recebido com confiança.

O sector bancário poderá, entretanto, revelar algumas incongruências, onde certos bancos poderão eventualmente ter problemas financeiros e económicos, seja de capital social, fundos próprios, ou liquidez. Como já falado, há vários anos atrás, a probabilidade de fusões ou até mesmo de resolução de certas instituições não deve ser descorada.

“(...) para o mass market o BCA expandiu e melhorou a gestão do seu parque de ATM’s na filosofia de disponibilizar e permitir acesso fácil e regular de dinheiro para a população.”

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Entendemos que é uma tarefa da maior importância, pois visa expandir e tornar acessível os serviços financeiros a toda a população, com realce para os de baixa renda, e assim, proporcionar a criação e florescimento de pequenos negócios a estes agregados populacionais.

Em termos da bancarização, o BCA está alinhado com a estratégia e o programas do BNA, com a abertura e gestão de muitas contas Bankita e emissão de cartões multicaixa associados, além de fornecer TPA's para comerciantes individuais, micro e pequenas empresas.

Também para o *mass market* o BCA expandiu e melhorou a gestão do seu parque de ATM's na filosofia de disponibilizar e permitir acesso fácil e regular de dinheiro para a população.

Em relação à captação de liquidez, está em curso o desenvolvimento de novos produtos, seja do estilo capital garantido ou parcialmente garantido, para acomodar as exigências dos depositantes acerca do rendimento e limitações do risco, ou poupanças em fundos.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

A credibilidade de qualquer sistema ou subsistema subsistema, é avaliada pela capacidade em obter ou fornecer dados com precisão, consistência e integridade. Sendo estes também os parâmetros do programa de Avaliação da Qualidade e Consistência de Dados, o BCA vai alinhar-se com este projecto, e ad adoptar os sistemas, processos e reporting para responder adequadamente.

É natural que o BCA possa enfrentar alguns desafios neste domínio, mas consideramos que tratando-se de um factor de melhoria dos processos e procedimentos, entendemos ser útil, uma vez que irá contribuir para a melhoria da gestão, governação e aperfeiçoamento das rotinas de trabalho, com regras simples, claras e escrutináveis.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

O nosso *core business* é o negócio bancário, cujo fim último é corresponder as expectativas dos nossos clientes, com produtos e serviços fornecidos como um fato à medida, com eficiência segurança e a preços competitivos.

Contudo, nos próximos anos perspetivamos pautar a nossa agenda com os seguintes temas:

1. A digitalização do BCA – O objectivo não é reduzir o número de balcões, mas encontrar um equilíbrio entre os serviços *on-line* e o número de agências adequadas para receber os clientes e tratar assunto mais complexos, onde o contacto cara a cara é muito importante e determinante para a opção do cliente.
2. A promoção da sustentabilidade, denominado ESG (*Environmental, Social and Governance*) – Onde o papel do BCA será, junto das empresas, alinhar o financiamento:
 - Ao ambiente – Assegurando financiamento à produção orientado para limitar o impacto negativo no ambiente, garantindo que os recursos sejam aplicados com o mínimo de desperdício, poluição e desflorestação, não contribuindo negativamente para as alterações climáticas;
 - Social – Direcionar o financiamento para o financiamento para a promoção de boas condições de trabalho, direitos laborais com a inclusão das comunidades locais, que deveram usufruir dos benefícios gerados, resultando num impacto positivo na sociedade na sociedade;
 - Governação – Promover financiamento à boa governação, como sejam: mecanismos de controlo, que previnam o suborno, à corrupção e estimulem o pagamento dos impostos.A boa governança corporativa é importante para o desenvolvimento das empresas, e proporciona benefícios de longo prazo para acionistas, colaboradores, clientes, o Estado, e todos os *stakeholders*.

3. A capacitação contínua dos quadros é crucial para se adquirir e aprimorar as habilidades e competências e consequentemente obter ganhos de produtividade e competitividade. Contudo, não basta capacitar os colaboradores, para se construir equipas convincentes. Para tanto, é necessário agregar, cultivar e preservar outros valores, tais como: O compromisso, a responsabilidade, o trabalho em equipa (*team-working*), a ética e a moral. Numa palavra: contribuir para a qualidade e integridade dos bancários e banqueiros, que em bom rigor são os fiéis depositários do dinheiro dos clientes.
4. Consolidação de uma cultura de gestão de Risco e *Compliance*. A aposta não é apenas na capacitação do capital humano, mas igualmente assegurar sistemas e processos "*state of the art*" alinhados com as melhores práticas internacionais, e desta forma, contribuir activamente no esforço colectivo encabeçado pelo regulador e direccionado a contínua credibilização e obtenção da equivalência do sistema financeira angolano.

“A aposta (do BCA) não é apenas na capacitação do capital humano, mas igualmente assegurar sistemas e processos "*state of the art*" alinhados com as melhores práticas internacionais (...).”

Banco de Comércio e Indústria (BCI)



Renato Borges

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Importa destringir duas naturezas de desafios: (i) externos; (ii) internos.

Quanto aos externos, entendemos que os mais relevantes estão relacionados com o contexto socio económico e financeiro em Angola, pelo que neste sentido importa destacar:

- (i) Desequilíbrios das variáveis macroeconómicas, expressos nos níveis de Inflação e Desvalorização da Moeda, afectando a capacidade de compra e a estabilidade financeira das empresas e consumidores e, conseqüentemente, a liquidez existente no sector financeiro;
- (ii) os desafios regulatórios, nomeadamente quanto às novas regulamentações do sector financeiro que poderemos considerar como desafiadores face à conjuntura, com particular enfoque nas áreas de *Compliance* e de análise de Risco;
- (iii) os desafios tecnológicos, área que tem vindo a desenvolver-se a um ritmo imparável, com destaque para a Segurança Cibernética e a Digitalização. Em ambos os casos, a necessidade de ajustamento à transformação é incontornável e necessita de um investimento elevado para a passagem do sector financeiro para outro estágio.

Felizmente, para o BCI, as alterações actuais foram de encontro às expectativas vertidas no Plano de Recapitalização, nomeadamente:

- (i) ao nível de Gestão Eficiente de Custos, revisão e optimização dos processos internos para aumentar a eficiência operacional e reduzir custos;
- (ii) o Reforço da Gestão de Riscos, implementação de políticas mais rigorosas de avaliação de risco, acompanhamento e monitorização das métricas de apetite ao risco;
- (iii) Transformação digital, de forma transversal, quer seja através de Inovações Tecnológicas, Investimentos em TI e cibersegurança, isto no sentido de melhorar a experiência digital dos clientes, assim como a sua segurança nas transacções.

Quanto aos internos, é relevante destacar dois eventos:

- (i) A recuperação do Banco, a nível de eficiência e produtividade, muito evidentes com a implementação do Plano de Recuperação e Reestruturação ("PRR") e com as alterações realizadas ao longo do exercício de 2022 que começaram a ter reflexo no exercício de 2022;
- (ii) A alteração na marca do BCI, preparando o Banco para uma nova etapa de inovação e posicionando-o, junto de segmentos de negócio de acordo com a nova estratégia do Banco.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

A avaliação do sistema financeiro nacional a ser levado a cabo, conjuntamente pelo FMI e o Banco Mundial, representa uma oportunidade para a identificação dos desafios a enfrentar quer para o aprofundamento das relações entre os actores do sistema bancário e entre estes e os de natureza não bancária, como para a sua robustez, condição incontornável para que o mesmo desempenhe o papel requerido ao reclamado processo de desenvolvimento sustentável do País, particularmente, no que concerne a sua dimensão de inclusão.

O facto relacionado com a abrangência da presença do Estado na economia, bem como a relativa instabilidade das variáveis macroeconómicas, complementada por problemas de gestão e operacionais relevaram alguns riscos, como é o caso do desequilíbrio da posição de balanço com alguma exposição ao risco cambial e ao risco de crédito.

A par do que foi referido anteriormente, não será de descurar a existência de problemas de solvabilidade e capital, independentemente dos esforços do regulador no que concerne a supervisão e iniciativas de fórum regulatório.

Em resumo, esperamos que o FSAP ofereça recomendações valiosas que nos ajudarão a continuar a melhorar e fortalecer o nosso Banco e o sistema financeiro nacional como um todo. Estamos comprometidos em colaborar estreitamente com o FMI, o Banco Mundial e o Banco Nacional de Angola para garantir que o setor bancário nacional continue a evoluir de maneira robusta e sustentável.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Na sequência do processo de privatização a que foi objecto, em finais de 2021 e, conseqüentemente, a adopção do seu PRR, o BCI teve de se preparar para fazer face a concorrência reinante, particularmente num ambiente caracterizado pelo aumento do agregado M2, pelo que a reavaliação das suas ofertas e o investimento em novas tecnologias e serviços revelaram-se relevantes com o propósito não só de manter os clientes, mas também e, sobretudo, para procurar alargá-los, com particular enfoque nos produtos e serviços direccionados para a economia real.

Neste contexto, revelou-se incontornável a sua adaptação a preferência dos clientes, uma vez que estes se tornaram mais experientes no que concerne a utilização da tecnologia disponibilizada pelo mercado, bem como começaram a exigir produtos mais personalizados.

“(...) esperamos que o FSAP ofereça recomendações valiosas que nos ajudarão a continuar a melhorar e fortalecer o nosso Banco e o sistema financeiro nacional como um todo.”

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

No que concerne à avaliação da qualidade dos dados, consideramos que os controlos de qualidade da informação são uma mais-valia para o Banco, nomeadamente quanto à precisão, à consistência, à integridade e à confiabilidade dos dados financeiros, sendo os desafios para o BCI, particularmente hercúleos, uma vez que o Banco tem 32 anos, e passa agora por um processo de transformação digital a diversos níveis, abrangendo também a melhoria da qualidade dos dados reportados e, conseqüentemente, melhorar a eficácia da supervisão bancária.

Neste sentido, consideramos que esta avaliação irá contribuir positivamente para uma melhoria da nossa Arquitetura de Dados e Infraestrutura de TI. Assim sendo, os principais desafios apontados são: Implementar a cultura de qualidade, padronização de processos, gestão de informação, ferramentas tecnológicas e monitorização e avaliação contínua.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

É importante destacar o caminho realizado, mas sobretudo o que ainda será necessário realizar, daí existir particularmente quatro vectores muito relevantes para o Banco nos próximos anos, nomeadamente:

- (i) Melhorar os níveis de serviço do Banco, nomeadamente para dois segmentos particularmente relevantes (Economia Real, em geral e, em particular, o agronegócio com destaque o desenvolvido pelas famílias), em ambos os casos o Banco pretende nos próximos anos realizar uma aposta forte e concreta no segmento, que será no seu entender um dos segmentos mais relevantes para o desenvolvimento de Angola para os próximos largos anos.
- (ii) Foco no desenvolvimento de uma nova cultura organizacional e na retenção de talento humano, pelo que será necessário a transformação cultural e organizacional do Banco, com enfoque na alta performance, incentivando a colaboração, a integridade e a ética. Além disso, promover o desenvolvimento e a capacitação dos funcionários para

garantir que o BCI conte com uma equipa talentosa e capacitada para enfrentar os desafios do sector financeiro.

- (iii) Outro vector determinante para o BCI é a Responsabilidade Social e a Sustentabilidade, comprometendo-se com práticas responsáveis e sustentáveis, redistribuindo dessa forma para a comunidade das regiões onde a actividade da instituição estiver inserida
- (iv) Não menos importante será o enfoque na estabilidade e solidez financeira, garantindo que o BCI mantenha uma base sólida e estável para suas operações, com foco na gestão prudente dos recursos financeiros, adequação de capital e gestão de riscos eficaz.

“No que concerne à avaliação da qualidade dos dados, (...) os desafios para o BCI são particularmente hercúleos, uma vez que o Banco tem 32 anos, e passa agora por um processo de transformação digital a diversos níveis (...).”

Banco Comercial do Huambo (BCH)



Cristiana Lavrador
Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O ano de 2023 foi marcado por elevadas taxas de juro e inflação, o que gerou uma diminuição do poder de compra da população e uma contracção na procura de financiamentos bancários. E, em simultâneo, as empresas tiveram dificuldades em apresentar projectos de investimentos viáveis e sustentáveis. Adicionalmente foi um exercício económico difícil do ponto de vista de realização de operações cambiais, devido à enorme escassez de divisas disponível para satisfazer as necessidades da economia. Apesar destes desafios, prevemos que o ano de 2024 seja mais positivo, com maior oferta de divisas e maior procura de financiamentos para projectos de investimentos viáveis. E nesse sentido, o Banco continuará, por exemplo, a apoiar a economia com a facilitação do crédito no âmbito do PCAC - Programa de Crédito Agrícola de campanha.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

O sector bancário angolano está mais maduro, organizado e fiável, embora tenhamos ainda algum caminho a percorrer. O SREP tem sido um exercício importante para a actividade bancária proporcionando um amadurecimento mais consistente do sector.

O BCH evidencia solidez financeira e níveis satisfatórios de rentabilidade. Tem sido um banco equilibrado em termos de financeiros e tem apresentado um crescimento sustentável.

“O sector bancário angolano está mais maduro, organizado e fiável, embora tenhamos ainda algum caminho a percorrer.”

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

O Banco definiu como um dos vectores estratégicos a penetração no mercado informal com maior intensidade, de forma a aumentar a taxa de bancarização no País. Para este efeito abriu no primeiro trimestre de 2024 um Centro ATM fora do centro de Luanda e irá abrir mais dois no segundo semestre deste ano. Adicionalmente, pretendemos promover mais produtos, nomeadamente a realização de transacções bancárias via telefone, de forma a garantir a satisfação das necessidades dos nossos clientes.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

Para garantir uma boa qualidade dos dados produzidos pelas instituições financeiras é primordial existir organização, comunicação e formação. O BCH tem insistido nas boas práticas de sistema de controlo interno, através do cumprimento de políticas e procedimentos internos e constante fiscalização, de forma a garantir que a informação disponibilizada seja completa, actualizada e exacta.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

Os principais objectivos estratégicos do Banco resumem-se no contínuo crescimento consistente e manter a solidez financeira, garantindo que satisfazemos as necessidades dos nossos clientes e contribuimos para o crescimento da economia.

“Banco definiu como um dos vectores estratégicos a penetração no mercado informal com maior intensidade, de forma a aumentar a taxa de bancarização no País.”

Banco Crédito do Sul (BCS)



Cristina Van-Duném

Presidente do Conselho de Administração

Rafael Kapose

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Durante o último ano, o banco enfrentou desafios significativos decorrentes da alta inflação, e da desvalorização cambial registada de até 40% no primeiro semestre de 2023. Não obstante esse contexto adverso, o BCS conseguiu manter uma trajectória de crescimento consistente, o que se refletiu no incremento do nosso activo em mais de 50% quando comparado a Dezembro 2022. Tal conquista, foi viabilizada graças à confiança depositada pelos nossos clientes, bem como pela nossa estratégia em ampliar a nossa gama de produtos e serviços com o objectivo de diversificar as nossas fontes de geração de receitas, fortalecendo assim o nosso balanço.

Adicionalmente, o BCS abraçou a inovação como pilar central da sua estratégia corporativa, visando aprimorar a experiência dos nossos clientes e a nossa eficiência operacional. O programa de transformação digital em curso, iniciado em 2022, engloba a implementação de varias soluções que procuram modernizar e otimizar o dia-a-dia das nossas operações, tornando-as mais ágeis e flexíveis, em face das actuais exigências do mercado. Reforçamos também a nossa estrutura de governação de gestão de riscos com a criação da Direcção de Cibersegurança e a criação do Comité Executivo de Riscos para acompanhamento atempado dos riscos de mercado, cambial, operacional e de ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

O bom funcionamento do sector financeiro de um país tem implicações substanciais para sua economia, uma vez que a estabilidade e a solidez de qualquer sistema financeiro são essenciais para o desenvolvimento económico. Por meio do Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP), será possível realizar uma análise minuciosa do nosso sector financeiro, o que proporcionará a todos os agentes económicos uma visão abrangente, transparente e aprofundada dos pilares que regem a dinâmica financeira nacional.

O BCS encara este programa como uma oportunidade valiosa para o sector financeiro angolano, uma vez que poderemos ter visibilidade dos avanços e conquistas alcançados ao longo da última década, demonstrando a evolução contínua havida nas mais diversas áreas, desde o a gestão do talento, a gestão dos riscos, passando ainda pelo reforço das estruturas de governação, mas sobretudo com o potencial de identificar áreas de aprimoramento. Sem dúvida que tal facto é motor e agregador de transparência e a colaboração, neste sector tão crucial da nossa economia.

Apesar da nossa trajectória mais recente no sistema financeiro, o BCS tem mantido a sua estabilidade e a solvabilidade como prioridades centrais para sua consolidação e crescimento. A instituição está comprometida em manter elevados padrões

nestes aspectos, demonstrando sua responsabilidade em garantir a segurança, confiabilidade e solidez financeira perante aos seus quatro principais *stakeholders*: Clientes, Pessoas, Fornecedores e Accionistas. O Banco considera que este Programa de Avaliação é uma oportunidade única para que possamos trabalhar em conjunto, recebendo recomendações das melhores práticas internacionais para (i) Melhorar a resiliência operacional do sistema como um todo, e (ii) Prestar melhor serviço ao mercado.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

De forma gradual o BCS tem consolidado a sua base de clientes em linha com o plano estratégico vigente. A nossa aposta passa sobretudo pela dinamização de meios de pagamento em duas componentes: na vertente estática e na vertente digital. Na vertente estática: estamos a reforçar o nosso parque de ATMs para servir melhor e acelerar o processo de bancarização a nível nacional. Entendemos que o alargar da nossa presença em centros urbanos com as nossas caixas automáticas permite dar visibilidade que o Banco está comprometido com o processo de inclusão financeira, primado este que apoiamos e pretendemos cada vez mais reforçar, tendo em conta o nosso Propósito de: *Estar ao Serviço da Prosperidade*. Por outro lado, temos reforçado a nível da nossa pegada digital o nosso compromisso com o empreendedorismo do segmento *mass market* ao lançar a nossa plataforma de pagamentos *on-line EasyPay* e o cartão pré-pago de bandeira internacional Sublime. Estas duas vertentes também respondem ao compromisso que assumimos no âmbito da sustentabilidade, nomeadamente com o ODS 8 e 9 (Objectivo de Desenvolvimento Sustentável).

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

Diante a iminente realização do exercício de avaliação sobre a qualidade de dados a ser promovido pelo Banco Nacional de Angola em 2024, um projecto na minha visão estratégico, impulsionado para dar resposta à importância crucial que os dados representam na actualidade. Vislumbram-se todavia diversos desafios no sector bancário. Entre esses desafios destaca-se a premente necessidade de assegurar a confiabilidade dos dados dos Clientes. Alcançar a precisão e integridade dos registos dos Clientes emerge como um desafio substancial, especialmente tendo em mente as limitações físicas de armazenamento mas também as digitais, para cumprir com os requisitos regulamentares, e cumprir consequentemente com os mais exigentes padrões de qualidade de dados.

Adicionalmente, ressalta-se a considerável procura por investimentos necessários para a efectiva implementação de soluções de aprimoramento dos dados. Essa implementação requer um investimento significativo em recursos humanos e de infraestrutura tecnológica. Outro desafio crucial é a criação de um sistema eficiente para o correcto levantamento dos dados existentes, considerando as nossas actuais infra-estruturas. Estabelecer um mecanismo competente e uniforme para obtenção de informações precisas e actualizadas pode ser uma tarefa operacional desafiante, especialmente em um ambiente bancário tão complexo quanto o actual. Felizmente existem hoje, engenharias de processos, com provas dadas em outros mercados financeiros, com base em inteligência artificial que poderão simplificar o caminho de levantamento desta componente tão crítica para o negócio bancário.

O Banco BCS tem antecipado esse contexto, reconhecendo a essencialidade da tecnologia no seu actual plano estratégico, denominado BCS 21-25. Dentro do escopo do PESI - Plano Estratégico de Sistemas de Informação em alinhamento com o BCS 21-25, estão programadas para 2024 a implementação de várias soluções tecnológicas de melhoramento da nossa infra-estrutura, com o intuito de centralizar a gestão de informação. Essas iniciativas são principalmente direccionadas para a consolidação dos dados em uma única fonte, com o propósito de aprimorar a qualidade dos nossos processos, e otimizar assim todo o nosso processo de decisão.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

Para os próximos anos, o Banco definiu metas e objectivos ambiciosos e detalhados. Um dos pontos centrais é a consolidação da sua posição no mercado. Este objectivo reflecte o empenho em fortalecer a presença e a solidez do Banco, ampliando sua influência e contribuição para a economia nacional.

Além disso, pretendemos continuar a melhorar o atendimento à particulares, através do reforço de parcerias estratégicas tanto a nível nacional como internacional. Ao estabelecer colaborações mais estreitas e eficazes com empresas e organizações, o Banco visa oferecer soluções financeiras mais personalizadas e adaptadas às necessidades específicas do nosso contexto.

Outro objectivo que temos na agenda é de fortalecer o nosso Propósito: *Estar ao serviço da prosperidade*, incorporando cada vez mais a sustentabilidade no nosso modelo de negócio. Vamos nos comprometer com práticas sustentáveis na construção da agenda de negócio, operacional e estratégica do Banco, porque o Banco tem naturalmente um objectivo de rentabilidade, mas está também a encarar com muita seriedade as questões do bem-estar social e ambiental a longo prazo. Esta abordagem reflecte a nossa responsabilidade em participar no desenvolvimento sustentável e equitativo do País.

“O BCS abraçou a inovação como pilar central da sua estratégia corporativa, visando aprimorar a experiência dos nossos clientes e a nossa eficiência operacional.”

“O Banco está comprometido com o processo de inclusão financeira, primado este que apoiamos e pretendemos cada vez mais reforçar, tendo em conta o nosso Propósito de: Estar ao Serviço da Prosperidade.”

Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA)



Patrícia da Cunha
Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O último ano apresentou desafios significativos, principalmente relacionados à necessidade de adaptação a um ambiente económico global incerto e à digitalização acelerada. O BDA focou-se em fortalecer a sua capacidade de financiamento de projectos de grande impacto socioeconómico. Implementamos uma plataforma digital mais robusta para facilitar o acesso ao crédito e melhoramos os nossos mecanismos de forma a darmos uma resposta mais rápida e eficiente às necessidades de financiamento ao fomento.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Antecipamos que o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) reconheça os esforços do BDA na promoção da estabilidade e crescimento económico sustentável. Estamos comprometidos em continuar a manter práticas de gestão de risco rigorosas e transparentes que esperamos sejam positivamente reflectidas nas avaliações do FMI e do Banco Mundial.

“Implementamos uma plataforma digital mais robusta para facilitar o acesso ao crédito e melhoramos os nossos mecanismos de forma a darmos uma resposta mais rápida e eficiente às necessidades de financiamento ao fomento.”

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

A iniciativa do Banco Nacional de Angola de realizar uma avaliação transversal sobre a qualidade dos dados reflecte uma prioridade que já está em plena consonância com as práticas do BDA. Os desafios que antecipamos relacionam-se, principalmente, com a expansão e aperfeiçoamento contínuo dos nossos sistemas de TI para garantir a gestão eficaz e transparente das informações. As melhorias implementadas no último ano no âmbito da nossa plataforma digital têm como objectivo justamente fortalecer a integridade e a acessibilidade dos dados, manter a consistência destes mesmo dados bem como a protecção de dados nos nossos promotores, permitindo uma resposta ainda mais rápida e eficiente às necessidades de financiamento do desenvolvimento em Angola.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

Nos próximos anos, o BDA concentrar-se-á em três objectivos principais: aumentar o impacto dos financiamentos para o desenvolvimento económico sustentável de Angola, expandir a presença digital para melhor servir os nossos clientes e reforçar as parcerias estratégicas com outras instituições financeiras e com o governo. Além disso, o BDA continuará a promover a inclusão financeira e o desenvolvimento de infraestruturas críticas.

Adicionalmente, adoptámos critérios de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG) e trabalhamos para obtenção do certificado internacional em sustentabilidade (SSCI), reflectindo o nosso compromisso com a responsabilidade social e ambiental e uma governança corporativa responsável.

É nossa intenção a expansão em novas áreas de actuação, nomeadamente o apoio a empresas exportadoras ou com potencial exportador, fomento ao sector industrial, e o desenvolvimento de soluções financeiras como factoring e financiamento de cadeias de suprimentos no agronegócio.

Por último, mas não menos importante temos, a diversificação das fontes de recursos como meta chave, com perspectivas de captação de financiamento para projectos relacionados à economia verde, tanto no mercado interno quanto externo, e o estabelecimento de parcerias estratégicas de co-financiamento para ampliar o nosso alcance e eficácia.

“(…) adoptámos critérios de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG) e trabalhamos para obtenção do certificado internacional em sustentabilidade (SSCI), reflectindo o nosso compromisso com a responsabilidade social e ambiental.”

Banco Económico (BE)



Pedro Cruchinho

Presidente do Conselho
de Administração

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O Banco Económico executa desde 2022 um Plano de Recapitalização e Reestruturação determinado pelo seu Supervisor, o Banco Nacional de Angola. Trata-se de diversas medidas destinadas a reformular a estrutura accionista, o aumento do capital social e um redimensionamento para uma maior eficiência a vários níveis.

O Plano encontra-se cumprido no seu essencial, restando algumas iniciativas em curso, mas que têm natureza de continuidade, como a da alienação de activos não estratégicos e a da recuperação de créditos.

Porém, no período em causa acresceram dificuldades endógenas e exógenas relevantes. O Plano revelou-se insuficiente para a superação de desafios estruturais de liquidez, que se vêm agravando, e várias das suas medidas têm efeitos no balanço apenas a médio e longo prazo, quando se imporia um impacto no curto prazo.

O Banco também teve de reabsorver uma operação de dimensão relevante de titularidade e gestão de activos que vinha mantendo com terceiro, o que teve um impacto bastante negativo nas suas contas. Acresceram, naturalmente, os desafios colocados pela volatilidade cambial e pela inflação e da instabilidade dos mercados internacionais.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Creemos que o Banco Mundial irá encontrar evidentes progressos do sistema financeiro angolano, designadamente no que tange a uma maior transparência e um maior acompanhamento das melhores práticas da banca internacional. Porém, uma nova avaliação da qualidade dos activos dos Bancos poderá revelar algumas fragilidades em algumas instituições e, por isso, acreditamos que o mercado bancário nacional caminhará gradualmente para uma consolidação, face à maior exigência de adequação de capitais por parte dos bancos, tendo em vista a melhoria da sua capacidade para absorverem perdas em situações de crise e, por conseguinte, a redução do risco sistémico e salvaguarda dos depositantes.

A actual conjuntura adversa, caracterizada pelo crescimento tímido da economia, pela instabilidade no mercado cambial e pelas pressões da inflação, constituem igualmente apelos à resiliência do sector bancário, exigindo dos bancos uma gestão mais cuidadosa do risco, da liquidez e da rentabilidade. Tudo isto, obviamente, tem impactos ao nível do desempenho do sistema financeiro.

Os desafios próprios do Banco Económico são sobejamente conhecidos do mercado e mesmo, diria, das instituições internacionais que habitualmente o acompanham. Neste aspecto, tenho a frisar que a Administração do Banco tem sido totalmente transparente sobre esses desafios, numa lógica de permanente cooperação com o Supervisor. Recebemos

regulares visitas de representantes dessas instituições e partilhamos informação com os mesmos.

Em suma, no caso concreto do Banco Económico, não perspectivamos novos impactos no processo de avaliação da qualidade de activos, pois os vários diagnósticos realizados pelo Conselho de Administração, pelo Auditor Externo e pelos consultores independentes revelam, efectivamente, a sua situação patrimonial.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de mass market para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

O Plano de Recapitalização e Reestruturação coloca-nos especiais limitações ao nível da oferta comercial, designadamente no que respeita ao crédito a individuais e empresas. Por outro lado, a exiguidade de liquidez também condiciona de sobremaneira o nível de transaccionabilidade com os actuais ou futuros clientes, no que, mais uma vez, somos absolutamente transparentes.

Ainda assim temos trabalhado muito proximamente com os nossos clientes para procurar acompanhá-los nas suas necessidades, cuja resiliência também tem permitido à Administração satisfazer as suas principais solicitações, mantendo-se assim o essencial as operações comerciais regulares.

Será de notar que temos clientes de relevante dimensão e actividade importante na economia do país, o que muito nos orgulha e nos motiva para a prestação de um serviço de excelência, não obstante as restrições que tenho vindo a referir.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

A qualidade da informação desempenha um papel fundamental no processo de tomada de decisão do Conselho de Administração do Banco Económico. Por este motivo, consideramos este objectivo como estratégico, de forma a garantir a todo tempo que as nossas decisões são conscientemente tomadas com base em informações correctas e fidedignas, que impulsionem o sucesso e a sustentabilidade da nossa organização.

Neste domínio, temos a destacar o programa de fiabilização de contas que está em curso no Banco, que tem permitido colectar dados precisos e completos dos nossos clientes, tendo em vista a segurança das transacções, a conformidade regulamentar e a protecção de dados.

Destacamos igualmente o aprimoramento que temos feito ao nível da integridade da informação contabilística, garantindo uma maior consistência dos dados e acessibilidade dos *stakeholders*.

Não obstante a importância estratégica do processo de melhoria da qualidade de dados e do impulso que temos feito nesta matéria, é importante frisar que a situação actual do Banco acaba por condicionar a nossa capacidade de investimento em sistemas de informação e infraestruturas de dados, ferramentas essenciais para a tratamento analítico das informações disponíveis.

“(…) não perspectivamos novos impactos no processo de avaliação da qualidade de activos, pois os vários diagnósticos realizados pelo Conselho de Administração, pelo Auditor Externo e pelos consultores independentes revelam, efectivamente, a sua situação patrimonial.”

Quais as principais metas e objectivos traçadas para o Banco para o futuro próximo?

Como referi, o Banco tem uma história relevante, é sistémico no mercado e também está dotado de recursos de elevado valor. Em especial, tem um capital humano de excelência, sem o qual a sua continuidade, como até aqui, não teria sido possível. Os seus sistemas são robustos e a dispersão de balcões suficientemente ampla. Em suma, o Banco tem qualidades ímpares.

O Banco conhece bem a alta do mercado, mas também os mais complexos desafios que ele por vezes coloca. Pela dura experiência, criámos uma resiliência que não teríamos em condições continuamente favoráveis. Assim, também entendemos melhor as adversidades enfrentadas pelos nossos clientes.

De forma que a esperança da Administração do Banco é a de se alinharem soluções robustas e vontade que permitam uma conclusão eficiente e suficiente da sua recapitalização e reestruturação. E devo dizer que o capital humano continua muito motivado para isso. Trata-se de uma instituição financeira muito importante para Angola e que deverá ser preservada.

Termos em que os nossos objectivos terão de coincidir obrigatoriamente com os objectivos que serão para nós traçados pelo Supervisor no seguimento da cooperação que temos vindo a manter.

“(…) a esperança da Administração do Banco é a de se alinharem soluções robustas e vontade que permitam uma conclusão eficiente e suficiente da sua recapitalização e reestruturação. E devo dizer que o capital humano continua muito motivado para isso.”

Banco de Fomento de Angola (BFA)



Maria do Carmo Bernardo

Presidente do Conselho de Administração

Luís Roberto Gonçalves

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Ao analisarmos os principais acontecimentos de 2023 e do primeiro semestre de 2024, o BFA enfrentou diversos desafios, entre os quais destacamos os seguintes:

- i. **Contexto Macroeconómico:** à semelhança dos anos anteriores, a instabilidade económica e a flutuação cambial representaram um desafio constante. Para mitigar os seus impactos reforçamos as nossas políticas de gestão de risco cambial e adoptamos estratégias de *hedging* com vista a proteger os nossos activos.
- ii. **Conformidade Regulamentar:** a adaptação à nova regulamentação e o cumprimento das normas de conformidade apresentaram desafios operacionais acrescidos. Demos continuidade ao nosso programa de conformidade regulamentar, incluindo a formação contínua dos nossos Colaboradores, adoptamos as melhores práticas de monitorização e acompanhamento.
- iii. **Inovação e Transformação Tecnológica:** a necessidade de acelerar a inovação e a transformação digital para atender às crescentes expectativas dos nossos Clientes foi outro desafio. Em 2023, demos continuidade a estratégia de inovação tecnológica e operacional do Banco. Nesta vertente realçamos:
 - A modernização da nossa infra-estrutura;
 - A actualização dos nossos servidores;

- O aprimoramento da nossa App;
- A maior digitalização e optimização do nosso modelo de serviço;
- A implementação do novo *Data Center*.

- iv. **Gestão de Riscos e Cybersecurity:** com o aumento das ameaças dos ciberataques, a segurança dos dados tornou-se um tema de extrema criticidade. Por esse motivo, temos vindo a reforçar a nossa infra-estrutura de TI, implementamos sistemas avançados de detecção e resposta a incidentes, bem como promovemos uma cultura interna de *cybersecurity*.
- v. **Gestão do Capital Humano:** A retenção de talentos em um ambiente competitivo é um desafio contínuo em qualquer organização. Para dar resposta a esta questão, em 2023, investimos na valorização e desenvolvimento das Nossas Pessoas com uma maior oferta formativa e o envolvimento de um maior número de Colaboradores, melhoramos o nosso modelo de compensação tornando-o mais competitivo e promovemos uma cultura organizacional que valoriza a inovação, o mérito e o crescimento profissional; apostamos na digitalização do nosso sistema de gestão de Capital Humano, visando agilizar a experiência do Nosso Colaborador.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Antecipamos com confiança as conclusões do Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) a ser realizado pelo FMI e pelo Banco Mundial em 2025.

Em Angola, acreditamos que o FSAP terá como foco principal o escrutínio dos riscos associados à fragilidade de alguns bancos com peso relevante no sistema, da eficácia do quadro regulatório actual e das medidas e soluções que têm sido adoptadas pelos reguladores para as mitigar.

Apesar de estarmos cientes que em relação ao desenvolvimento do sistema financeiro angolano há ainda um longo caminho a percorrer, esperamos que a avaliação FSAP reconheça igualmente os significativos progressos e melhorias implementados nos últimos anos, com resultados positivos ao nível da sua estabilidade e resiliência.

Particularmente para o BFA, esperamos que a análise destaque o fortalecimento das nossas práticas de gestão de risco, a melhoria contínua na governação corporativa e a aposta na transformação tecnológica para otimizar a eficiência operacional e a segurança dos nossos serviços financeiros. Acreditamos que os nossos esforços em promover a transparência, a conformidade regulatória e a inovação serão reconhecidas.

Estamos preparados para encarar as recomendações do FSAP como uma oportunidade de continuar a aprimorar a nossa estratégia e a nossa operação, alinhando-nos às melhores práticas internacionais e reforçando ainda mais a confiança dos nossos Clientes e *stakeholders* no nosso desempenho e integridade.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

O BFA tem desempenhado um papel crucial no processo de bancarização em Angola. Um exemplo notável é a nossa actuação no segmento de Contas Bankita, um produto central para a inclusão financeira da população, onde temos uma quota significativamente superior à nossa participação natural no mercado.

Com o lançamento e expansão da nossa rede de agentes bancários estamos a alargar os nossos serviços bancários a locais aonde a nossa presença é inexistente, permitindo desta forma contribuir para que um número maior de angolanos tenha acesso aos serviços bancários. Simultaneamente, estamos a desenvolver uma oferta baseada na tecnologia USSD para permitir que Clientes que não tenham *smartphones* ou pacote de dados possam ter acesso a serviços bancários mínimos através de seus telemóveis.

“O BFA tem desempenhado um papel crucial no processo de bancarização em Angola. Um exemplo notável é a nossa actuação no segmento de Contas Bankita, um produto central para a inclusão financeira da população (...)”

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

O BFA sempre considerou a questão da qualidade de dados como fundamental para o seu sucesso. Na nossa opinião, a qualidade e a gestão eficaz de dados permite-nos analisar melhor as tendências, identificar novas oportunidades de negócios, melhorar a nossa eficiência operacional e mitigar riscos financeiros, operacionais e de mercado.

Desta forma, iniciamos há 3 anos várias iniciativas com vista a garantirmos uma melhor gestão da imensa quantidade de dados gerados no decurso da nossa actividade. Um bom exemplo dos investimentos que estamos a realizar é o desenvolvimento do *Enterprise Data Warehouse* (EDW) e da construção dos principais *datamarts* no BFA.

Estamos comprometidos em adoptar as melhores práticas de gestão da qualidade dos dados para garantir que estamos preparados para atender não só às exigências dos nossos Clientes, mas também dos nossos Reguladores.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

Em 2024, vamos iniciar um novo ciclo estratégico que na nossa opinião vai projectar o Banco para o futuro. Com o firme propósito de sermos um Banco mais simples, mais ágil, mais orientado para o Cliente e melhor para se trabalhar, este ciclo estratégico assentará em 6 eixos: i) Eficiência e Produtividade das pessoas; ii) Eficiência dos Processos; iii) Digitalização/Optimização do Modelo de Serviço; iv) Optimização da Infra-estrutura Tecnológica e Gestão de Dados; v) Crescimento do Negócio e vi) Sustentabilidade. Cada um destes pilares vai ter um conjunto de iniciativas que no final deverão garantir, por um lado, que o Banco melhore a sua capacidade de servir os seus Clientes, e por outro, melhore a sua capacidade de atracção, desenvolvimento, retenção e reconhecimento dos seus talentos.

Este será o início de um novo ciclo de planeamento estratégico, que esperamos seja mais transformacional para toda a organização.

“(…) esperamos que a análise (FSAP) destaque o fortalecimento das nossas práticas de gestão de risco, a melhoria contínua na governação corporativa e a aposta na transformação tecnológica para otimizar a eficiência operacional e a segurança dos nossos serviços financeiros.”

Banco de Investimento Rural (BIR)



Generoso de Almeida
Presidente do Conselho
de Administração

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Durante o primeiro trimestre de 2023 registámos uma evolução favorável dos principais indicadores económicos, com o PIB a crescer 0,3%, a inflação homóloga a reduzir até aos 10,81%, o kwanza estável e uma redução generalizada das taxas de juro, muito embora tenhamos verificado uma menor performance do sector petrolífero, em virtude da redução do preço médio, bem como da produção. A partir do segundo trimestre de 2023 assistimos a uma degradação dos indicadores, uma redução significativa da oferta de divisas e consequentemente uma depreciação expressiva do kwanza, que limitou a capacidade dos Bancos apoiarem os agentes económicos importadores de mercadorias, assim como os promotores de projectos de investimento que visam a diversificação económica, nomeadamente na importação de equipamentos e de matérias-primas. Paralelamente, registou-se uma inversão da tendência decrescente da inflação homóloga, tendo a mesma atingido os 20% no final de 2023, impulsionada pela diminuição das quantidades importadas de bens alimentares, bem como da redução dos subsídios à gasolina. Com efeito temos assistido a uma subida das taxas de juro e ao aumento do coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional, o que tem dificultado a dinamização do crédito à economia.

Perante este cenário os Bancos têm sido desafiados a diversificar as suas fontes de receitas, a direccionar o seu negócio para as operações em moeda nacional e a serem mais eficientes.

O BIR tem tido a capacidade de acompanhar a evolução do mercado e adaptar-se ao novo contexto, primando pela prestação de um serviço de qualidade, alicerçado numa abordagem assertiva e agregadora de valor, o que tem permitido continuar a crescer de forma sustentada.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Os últimos anos têm sido marcados por inúmeras alterações regulamentares, com o intuito de robustecer o sistema financeiro angolano, transpondo para o ordenamento nacional muitas das boas práticas/recomendações emanadas por instituições internacionais de referência.

A revisão da Lei do Banco Nacional de Angola, da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, da Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, bem como o início do processo de equivalência de supervisão com o Banco Central Europeu, a implementação do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP) e dos testes de esforço são marcos muito relevantes para esta convergência.

Adicionalmente foram dados outros passos, no sentido de conferir maior solidez ao sistema financeiro nacional, tais como o aumento do capital social mínimo das instituições financeiras bancárias, de 7,5 mil milhões de kwanzas para 15 mil milhões de kwanzas, bem como a designação de 11 Instituições como

Bancos de importância sistémica (*Domestic Systemically Important Banks*), que passaram a ter que constituir uma reserva adicional de capital.

De acordo com informação do Banco Central a actividade do sistema bancário tem registado uma tendência de crescimento, os níveis de rentabilidade dos capitais próprios (30,38%) e solvabilidade (30,25%) estão em terreno favorável, no entanto registou-se uma degradação dos indicadores de qualidade de crédito.

Acresce salientar que durante o ano de 2023 foi publicado pelo GAFI/ ESSAMALG o Relatório de Avaliação Mútua, no qual foram identificadas insuficiências ao nível da prevenção ao combate do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o que conduziu à elaboração pelo BNA de um Plano de Acção que tem por objectivo mitigar os riscos PCB/FT/P e corrigir as insuficiências identificadas.

Relativamente às conclusões sobre a análise ao sector, perspectivamos que se destaque os progressos registados ao nível da regulamentação e a forma como os Bancos têm respondido a essas alterações, os investimentos que têm sido realizados ao nível do capital humano e em tecnologia, para fazer face aos novos desafios e riscos emergentes, bem como as vulnerabilidades existentes, tais como o facto de subsistirem Bancos com problemas de solvabilidade e capital, o elevado nível de crédito malparado e a elevada exposição das Instituições Bancárias ao Estado.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Entendemos que o processo de bancarização do segmento *mass market* poderá ser acelerado através dos serviços de *mobile money*, conjugado naturalmente com acções de sensibilização financeira.

O *case study* M-Pesa e a informação regularmente disponibilizada pelo FMI através dos seus *Financial Access Survey* reforçam esta ideia.

Segundo informação do FMI a proliferação dos telemóveis e o facto do serviço de *mobile money* não requerer acesso à internet têm contribuído para acelerar o processo de inclusão financeira, particularmente em economias de baixos rendimentos.

O lançamento do arranjo de pagamentos KWIK, pelo BNA, em 2023, projecto que em que o BIR foi um dos Bancos seleccionados para o piloto, terá sido a peça que faltava para tornar o ecossistema *mobile money* mais robusto, uma vez que permitirá a interoperabilidade entre todos os prestadores de serviços participantes.

“(...) o processo de bancarização do segmento *mass market* poderá ser acelerado através dos serviços de *mobile money*, conjugado naturalmente com acções de sensibilização financeira.”

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

Num contexto de rápidas mudanças a qualidade dos dados tem assumido um papel preponderante para o sucesso das organizações. A integridade e precisão dos dados são fundamentais para gerar informação fiável, útil e de qualidade, crucial para o processo de tomada de decisão.

Consciente da relevância da qualidade da informação, e que a mesma poderá constituir-se num factor crítico de sucesso, o BIR tem vindo a rever processos, a adoptar novas ferramentas e a robustecer as suas equipas visando assegurar a precisão, actualidade, completude e consistência dos dados.

Consideramos que o exercício que será levada a cabo pelo Banco Central é importante e oportuno, visto que permitirá avaliar o grau de implementação das melhores práticas nesta matéria, bem como estabelecer os próximos passos para elevar a qualidade da informação reportada pelos Bancos, o que permitirá efectuar análises mais representativas do sistema, contribuindo deste modo para uma supervisão bancária mais efectiva.

Antecipamos que será um exercício exigente, tendo em consideração que há algum trabalho a desenvolver ao nível revisão/implementação de políticas e procedimentos para a gestão de dados, bem como na automatização de processos e aprimoramento dos mecanismos de controlo de qualidade dos dados, que em alguns casos ainda são manuais.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

O BIR ambiciona continuar a crescer de forma sustentada, tendo estabelecido as seguintes prioridades estratégicas:

- Elevar a qualidade do serviço, factor essencial para atrair e fidelizar os clientes;
- Diversificar o negócio, inovando a oferta de produtos e serviços;
- Reforçar o posicionamento digital, visando transformar a experiência do cliente;
- Manter um perfil de risco conservador;
- Melhorar a eficiência operacional, através da simplificação e automação de processos;
- Optimizar a infraestrutura tecnológica e reforçar a ciber-resiliência;
- Desenvolver competências e potenciar o talento;
- Integrar gradualmente os factores ambientais, sociais e de governança (ESG) na estratégia, negócio e cultura interna.

“Num contexto de rápidas mudanças a qualidade dos dados tem assumido um papel preponderante para o sucesso das organizações.”

Banco Keve (BKEVE)



Dalila Azevedo da Silva

Presidente do Conselho de Administração

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O Banco tem, desde o ano passado, vindo a debater-se com os desafios que são transversais a todos os operadores – principalmente dos sectores mais substantivos da economia – e do cenário macroeconómico desafiante que passo a citar:

- A contínua dependência da economia ao sector Petrolífero;
- Mercado Cambial Instável;
- Inflação em nova rota de aceleração, e;
- Reduzido nível de Investimento Directo Estrangeiro fora do sector petrolífero.

As medidas que temos implementado para gerir esses desafios – pois ultrapassá-los é razão de política macroeconómica – são de forma geral uma atenção regular aos principais indicadores que sinalizam esses eventos e adequação da nossa abordagem comercial, por via de produtos e serviços que atendam às necessidades específicas dos nossos clientes em face do contexto.

Adicionalmente, foi um dos principais desafios o facto de termos sido classificados como sendo de importância sistémica, que resultou em um redobrar do esforço desenvolvido em termos de assegurar as melhores práticas a nível de Governo Corporativo.

Uma das questões de que particularmente temos orgulho, em termos de ultrapassar constrangimentos, foi a recuperação do atraso tecnológico principalmente a nível de *cyber security* que observou uma aceleração na implementação do programa no último ano. A tecnologia, o controlo interno, a capacitação

de colaboradores, o reforço da qualidade das operações e informação são hoje considerados processos de melhoria contínua e, portanto, medidas permanentes para ultrapassar os desafios actuais e futuros.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Em termos sucintos entendo que a análise será positiva pois nos últimos anos o sistema financeiro, quer sejam os operadores como os supervisores, têm realizado um forte e consistente trabalho, no âmbito de diversos programas autónomos ou em colaboração com entidades internacionais de renomada competência. Naturalmente serão observadas oportunidades de melhoria ou mesmo deficiências, mas são típicas da natureza destes exercícios, onde também enquadrámos o SREP - *Supervisory Review and Evaluation Process* – onde o BNA, aproveito para referir, melhorou a notação de risco do Banco KEVE.

Assim, vemos com grande entusiasmo uma vez que podemos obter o resultado de uma análise pormenorizada do sector, permitindo aferir o nível de estabilidade e desenvolvimento do mercado financeiro do nosso país, por parte de organizações conceituadas como são o FMI e o Banco Mundial. Esta avaliação vai certamente auxiliar o sector financeiro e os Bancos, em particular, a adoptar e adaptar-se aos padrões internacionais que derivam no reforço da credibilidade do sistema e dos seus operadores.

É preciso recordar que, a partir de 2010 todos os países cujo sistema financeiro é de importância sistémica passaram a ser alvo deste programa a cada 5 anos, e qualquer país pode solicitar uma avaliação ao abrigo do FSPA, quer tenha contraído ou não dívida com o FMI ou Banco Mundial. E este foi o caso de Angola.

As recomendações que poderão ser emanadas deste programa não serão muito diferentes dos outros programas de *assessment* que Angola já tem vindo a ser alvo ao longo dos últimos anos, como é exemplo a avaliação de Março último, em que o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) retirou Angola dos países que representam risco para o sistema financeiro mundial.

Para nós Banco KEVE, reiteramos o compromisso de implementar as boas práticas internacionais elevando os nossos padrões de actuação que nos possam posicionar como um Banco de referência não somente no mercado angolano, mas no panorama internacional

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

O Banco KEVE iniciou em finais de 2021 um processo de reestruturação, sendo que um dos focos foi também a reestruturação do modelo de negócio, resignificando a nossa actuação para um segmento mais empresarial e desacelerando a componente de particulares – ou *mass market*, como colocou – sendo esta continuada por protocolos empresariais, para atender às necessidades dos seus colaboradores.

Apesar do abrandamento no atendimento do *mass market*, em termos de serviço de balcão, temos convertido o esforço para o aumento do parque de ATM e POS ao nível nacional, sendo observável os ATM Centers que têm provido grandes agregados populacionais, principalmente em Centralidades e municipalidades adjacentes.

Já a nível de *internet banking* e serviços móveis, estamos a desenvolver um conjunto de soluções, que acreditamos que o mercado irá adoptar com agrado e que são inovadores. Este reposicionamento para o enfoque *Corporate*, iniciado em finais de 2021, inaugurou a adopção de novas tecnologias

voltadas para as necessidades e comportamentos dos clientes que demandam soluções e acessos digitais; assim como uma abordagem e concepção de produtos com distinção para sectores de actividade estratégicos e uma presença otimizada em função do perfil demográfico e comercial das regiões.

Ainda assim, ao nível dos nossos clientes particulares foi desenvolvida uma série de transformações que têm permitido servir este segmento com um serviço de qualidade, especialmente com a implementação do modelo “4 em 1” em que o Cliente tem acesso de forma imediata ao cartão de pagamento Multicaixa, protocolo de aceitação (protocolo de instruções à distância), códigos de acesso ao iKeve (Internet Banking) e toma contacto com a oferta de seguros, com coberturas únicas para imprevisto do seu dia-a-dia.

Em termos resumidos, com o ajustamento do espectro de segmentos a serem servidos, incrementamos o tempo disponível para tratamento de informações e contacto comercial para identificar as necessidades dos clientes, diagnosticar o contexto geral e definir produtos e ofertas bancários que sejam financeiramente competitivos e pouco complexos em termos de contratação; estas iniciativas são suportadas por uma equipa activa e experiente, disponível em serviço de Balcão ou por via de um serviço inovador de *call center*, que está sempre pronto para esclarecer e prestar informações à rede de Clientes.

A par destas iniciativas, temos abordado o supervisor com algumas sugestões que podem dinamizar o apoio ao processo de diversificação da economia e suporte financeiro às famílias.

“Para nós Banco KEVE, reiteramos o compromisso de implementar as boas práticas internacionais elevando os nossos padrões de actuação que nos possam posicionar como um Banco de referência (...).”

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

Este tópico da qualidade de dados é algo com o qual as organizações angolanas, de forma geral, e as instituições financeiras se têm debatido há muito tempo.

Especialistas referem que esta circunstância é típica de economias que evoluíram imensamente em espaço de tempo relativamente reduzido. O sector financeiro, como parte integrante da economia, não ficou isento desta situação.

Estando em fase de consolidação do mercado e principalmente, em face do trabalho meritório que o BNA tem realizado no reforço da sua capacidade de supervisão, faz com que seja obrigatório olharmos para este tema com especial atenção. Antevemos que seja um exercício que se vai tornar regular, como é na União Europeia, estando o regulador em processo de equivalência ao Banco Central Europeu.

Antes do reforço do sistema de recolha de dados, é expectável um momento de diagnóstico, para que seja realizado de forma adequada o processo de melhoria da qualidade dos dados de forma a cumprir com as exigências regulamentares, de *Compliance* e de gestão de riscos, em termos de regulador.

Para os Bancos, no geral, para além dos propósitos que são coincidentes com os do regulador, a certificação da qualidade irá permitir maior confiança nos dados e informações para tomada de decisão, para uma melhor análise do negócio e do comportamento da carteira de clientes e atendimento das suas necessidades.

Este assunto é prioritário para o Banco KEVE – e estamos certos de que para os demais –, não apenas por exigência regulatória, mas principalmente por uma questão de responsabilidade e compromisso de prestar o melhor serviço e garantir a solidez do sistema financeiro angolano. No nosso particular, atendendo que somos um banco com 20 anos, é natural que seja um processo desafiante, mas que já iniciamos o processo, com a modernização e introdução de novas plataformas.

Antevemos que resulte deste exercício do BNA a necessidade

de reforçarmos o investimento que temos vindo a realizar, em termos das tecnologias de informação para dotarmos o nosso Banco com ferramentas mais evoluídas e continuarmos o processo de capacitação dos colaboradores, para que os dados tenham cada dia mais qualidade e que cumpram de facto com todos os requisitos necessários para o tratamento interno como para o envio de informação para o regulador.

A outro nível, trata-se de mais um elemento que irá impactar na conta de exploração dos bancos, não só em resultado da auditoria, mas dos desenvolvimentos que terão de ser realizados e mesmo, adaptação do organigrama, dado que é expectável que o Supervisor venha a exigir, à semelhança do que está a acontecer na Europa, a criação de uma estrutura responsável por esta dimensão.

É certamente um processo de melhoria contínua, que vai ser experimentado de forma transversal por todos os operadores do sistema, uma vez que a forma de fazer Banca obriga a que cada instituição financeira por si faça este exercício, dado que no futuro teremos cada vez mais uma Banca orientada à necessidade de cada Cliente e não produtos fechados, que apenas o avanço tecnológico e informação de qualidade permite.

“(…) no futuro teremos cada vez mais uma Banca orientada à necessidade de cada Cliente e não produtos fechados, que apenas o avanço tecnológico e informação de qualidade permite.”

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

A nossa estratégia tem sido pautada pelo rigor na prestação de serviços bancários, a satisfação dos nossos clientes, a felicidade dos nossos colaboradores e atingirmos níveis robustos de rentabilidade.

Os nossos objectivos são, de modo genérico, a obtenção de um nível elevado em termos de eficiência e acompanhamento dos Clientes, apoiados num atendimento diferenciado e em novas soluções mobile/digital e num novo modelo de negócio, assente nos segmentos *Corporate* e Institucional.

Estes objectivos são sustentados pela elevação das capacidades técnicas e comportamentais dos nossos colaboradores, que por via do seu talento e competências vão garantir não apenas a componente comercial, mas também o cumprimento das melhores práticas de *Corporate Governance* e do enquadramento regulatório em vigor.

Esta determinação irá reforçar o nosso posicionamento para o futuro, preparando-nos cada vez mais para enfrentar e superar os desafios inerentes ao enquadramento macroeconómico, à dinâmica do sector, ao cumprimento escrupuloso da legislação em vigor e continuarmos a conquistar quota de mercado com enfoque na digitalização dos serviços.

Em termos prospectivos, para os próximos 5 anos, o principal objectivo é vir a ser um dos maiores parceiros a nível da diversificação económica, com especial foco na cadeia de valor Agrobusiness e mineiro.

Banco Millennium Atlântico (ATL)



António Assis de Almeida

Presidente do Conselho de Administração

Miguel Raposo Alves

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Nos últimos 18 meses, o ATLANTICO continuou focado na implementação do seu Plano estratégico PHIT 2.4, cuja entrega está fixada para este ano.

O nosso Plano estratégico visa proporcionar uma experiência de excelência ao Cliente e maximizar o valor gerado para a Sociedade, metas que acreditamos que conseguiremos alcançar ao potencializar o Talento, a Inovação e o uso da Informação.

De modo a alcançar a excelência no serviço ao Cliente, o nosso foco tem sido implementar medidas que nos permitam atingir uma maior proximidade aos nossos clientes. Para o efeito, temos vindo a otimizar o nosso processo de vendas de produtos e serviços bancários, tornando-o cada vez mais sustentável, o que, por sua vez, se reflecte num maior envolvimento dos Clientes. Por outro lado, reforçámos a nossa aposta nas soluções de auto-atendimento, disponíveis 24 horas por dia e 7 dias por semana, com (i) a expansão do número de ATM e Máquinas de depósitos disponíveis na nossa rede de agências, (ii) o aumento do número de pontos de atendimento ao público em zonas de elevada densidade populacional, tanto em Luanda como nas outras províncias do País, e (iii) o reforço dos serviços disponíveis em auto-atendimento, através do lançamento de 2 Máquinas dispensadoras de cartões multicaixa. Com o mesmo propósito, temos aprimorado a nossa comunicação, reflectindo-se numa confiança acrescida dos Clientes. Neste sentido os níveis de percepção dos nossos produtos e serviços têm melhorado significativamente, tornando o Banco cada vez mais transparente

e próximo de todos os Clientes e do mercado como um todo, em linha com a ambição de continuarmos a ser um banco sistémico e de referência no País.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

A realização deste tipo de exercícios, bem como a introdução de um quadro regulamentar de maior exigência pelo supervisor, nos últimos anos, tem contribuído para a estabilidade e solidez do sector bancário, como um todo, pese embora tratar-se de um processo de melhoria contínuo.

Desta forma, acreditamos que a realização deste exercício servirá para confirmar o quadro de evolução que se tem verificado na estabilidade e solidez do sector bancário nacional ao nível da Estabilidade Financeira, da Solidez do Capital, da Gestão de Riscos, da Governação Corporativa e da Inovação e Tecnologia, fruto do fortalecimento dos exercícios regulamentares e mecanismos de reporte ao supervisor, adopção das melhores práticas internacionais de gestão de riscos e governança corporativa e, também, dos investimentos em tecnologia e inovação para melhorar a eficiência, a segurança cibernética e a inclusão financeira, sem deixar de identificar um conjunto de oportunidades de melhoria que possam reforçar as práticas das instituições financeiras nacionais nestas matérias, de forma a que estejam melhor preparadas para situações adversas.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Conforme anteriormente referido, o Plano estratégico do ATLANTICO assenta numa estratégia de proximidade e simplificação no serviço aos Clientes, prevendo uma forte aposta nos canais digitais, remotos e em soluções de auto-atendimento em alta disponibilidade, assim como numa rede de agentes bancários, complementar à tradicional rede de agências bancárias, que, na nossa visão, desempenham um papel central no processo de inclusão financeira e bancarização, com o objectivo de correspondermos aos principais desafios e inibidores da inclusão financeira, identificados pelas Nações Unidas (Distância das agências bancárias, ausência de documentos de identificação, iliteracia e baixa renda).

As principais iniciativas que temos vindo a desenvolver, neste âmbito, assentam na Plataforma Agiliza, que contempla:

- Canal USSD, onde os clientes podem abrir uma conta bancária de inclusão financeira, consultar o saldo, receber e efectuar pagamentos e transferências, entre outras operações-chave, através de qualquer tipo de telemóvel, sem necessidade de acesso à internet e sem consumo de saldo;
- Rede de proximidade composta por mais de 3.700 pontos de venda de Agentes bancários, que estão presentes nas zonas urbanas, periurbanas e rurais, onde os Clientes podem efectuar depósitos e levantamentos;
- Oferta de produtos de poupança com condições diferenciadas nos canais digitais e remotos, onde entre outras características, permitem potenciar a micro-poupança;
- Equipa dedicada ao processo de inclusão financeira e bancarização, que marca presença diária nos mercados, bairros e instituições de ensino.

“O nosso Plano estratégico visa proporcionar uma experiência de excelência ao Cliente e maximizar o valor gerado para a Sociedade, metas que acreditamos que conseguiremos alcançar ao potencializar o Talento, a Inovação e o uso da Informação.”

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

Os dados são um pilar fundamental da estratégia e actuação do ATLANTICO. Nesta senda, criámos em 2022 um Gabinete de Dados e Informação de Gestão e temos investido consideravelmente no reforço de competências e ferramentas nesta área, tanto para atender às exigências regulatórias, quanto para conhecer melhor os nossos Clientes e desenvolver produtos e serviços que atendam às suas reais necessidades. Consequentemente, a qualidade dos dados é um tema central, especialmente com o crescimento das carteiras e do número de Clientes.

Destacamos alguns desafios na nossa agenda:

- Segmentar a base de Clientes de forma mais adequada, compreendendo os seus perfis e necessidades individuais, viabilizando a criação de produtos e serviços financeiros mais direccionados, aumentando a satisfação do Cliente e fortalecendo a sua relação com o ATLANTICO.
- Trabalhar de forma sistemática e consistente na actualização dos dados dos Clientes, não se limitando aos dados primários, mas incluindo todos os dados que permitam uma visão mais holística dos Clientes (identificação de fraudes, gestão do risco, automatização de processos).
- Melhorar continuamente as aplicações e sistemas de informação, garantindo a produção de dados de alta qualidade.
- Estabelecer processos e métricas para monitorar a qualidade dos dados, permitindo acompanhar a evolução e implementar melhorias contínuas.

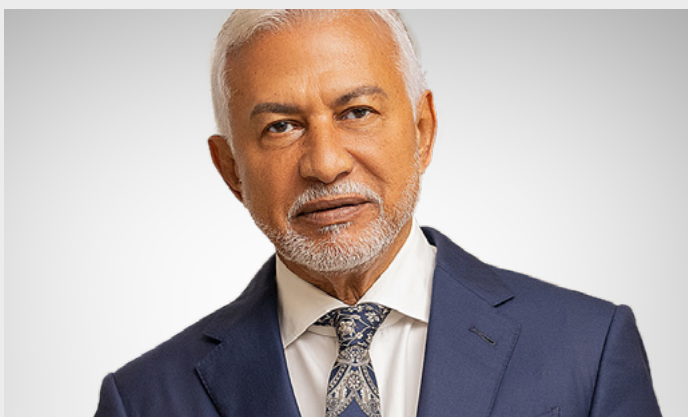
Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

Continuamos fortemente empenhados na materialização do nosso Plano Estratégico PHIT 2.4, que vimos implementando desde 2021. Durante este ciclo estratégico, concentrámos os nossos esforços em fortalecer o nosso modelo de negócio, tornando-o mais próximo, ágil, digital e assente em informação, de modo a melhorar a eficiência operacional e aprimorar a experiência do Cliente. Adicionalmente, o Banco continua muito focado na melhoria das competências e no desenvolvimento dos seus Talentos, o seu principal activo, e fortemente comprometido em ser um banco de matriz comercial, com capacidade de servir com excelência todos os segmentos sem excepção, o que inclui um grande enfoque na inclusão financeira e na agenda de sustentabilidade.

À medida que nos preparamos para o futuro, os nossos principais objectivos incluem consolidar a caminhada de transformação do nosso modelo de negócio, ajustando-o às mudanças do mercado e às necessidades e às exigências dos nossos Clientes, e a optimização da rentabilidade e da solidez da nossa operação, mantendo o foco na eficiência operacional e numa gestão prudente dos riscos da nossa actividade.

“(...) temos vindo a optimizar o nosso processo de vendas de produtos e serviços bancários, tornando-o cada vez mais sustentável, o que, por sua vez, se reflecte num maior envolvimento dos Clientes.”

Banco de Negócios Internacional (BNI)



Mário Palhares
Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

A Economia Mundial tem vindo a sofrer diversas alterações nos últimos tempos com impactos de pandemias globais, confrontos armados de grandes potências e uma crescente instabilidade política em alguns países de África. Neste contexto, e como vivemos hoje numa economia global, Angola é rapidamente impactada de forma indirecta por estes eventos, sobretudo num contexto em que a economia se encontra dependente em larga medida da importação dos factores produtivos.

Assim entende-se, que um dos principais desafios é a capacidade das instituições se irem adaptando por forma a puderem vir a satisfazer as necessidades dos seus clientes e ajustarem a sua oferta a um mercado dinâmico e em que os impactos não são geridos localmente.

Este contexto é agravado pelo facto das exportações de Angola, estarem altamente dependentes do sector de *oil & gas* e encontrarem-se susceptíveis às alterações do contexto, criando uma elevada incerteza nas suas exportações e na capacidade do País aceder a divisas, essenciais para a gestão da dívida pública e para a actividade dos restantes agentes económicos.

Outro desafio que tem vindo a ganhar relevância tem sido a crescente dificuldade das instituições financeiras acederem a liquidez, o que condiciona de forma significativa a disponibilização de crédito aos agentes económicos, justificando o crescimento galopante das taxas de juro no mercado interbancário nos últimos meses e cuja expectativa

é de manutenção, considerando as medidas contraccionistas tomadas no âmbito da política monetária. Este desafio tem criado uma pressão adicional na margem financeira das instituições financeiras, sobretudo daquelas cujo modelo de negócio assenta na concessão de crédito.

Para responder a estes desafios, o Banco tem criado grupos de trabalho internos de acompanhamento destas matérias com periodicidades mais curtas e que tendem a reagir de forma mais rápida a alterações do contexto. Paralelamente, mantém-se o esforço na implementação de medidas de diversificação de fontes de financiamento e uma afectação criteriosa da liquidez em investimentos de baixo risco e/ou elevada liquidez.

Paralelamente, e considerando o contexto de redução das margens financeiras, temos desenvolvido um foco crescente no reforço de produto bancário com melhoria das margens de serviço.

Por outro lado, existe o desafio da regulação que tem sido bastante exigente na necessidade constante de adaptação dos processos, ferramentas e das equipas às novas exigências regulamentares, ao cumprimento das boas práticas, esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pelo Banco.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

A realidade do sector bancário em Angola é conhecida, e a coexistência de um número elevado de bancos pode ser apontado como um factor inibidor da criação de bancos Angolanos mais sólidos e fortes, capazes de responder de forma rápida às actuais exigências regulamentares.

No entanto, entende-se que esta adaptação é essencial para que a Economia de Angola concretize a atracção do investimento estrangeiro no País, e que assim se potenciem a qualidade de vida dos Angolanos bem como dos restantes habitantes da África Austral.

Contudo, a condensação de tais exigências num curto espaço de tempo, tem vindo a criar constrangimentos na agilidade das instituições responderem às necessidades dos seus clientes e focarem-se no seu negócio, sendo necessário uma implementação faseada e mais alinhada com o desenvolvimento do negócio.

Quanto ao BNI, a equipa tem vindo a ser desenvolvidas medidas no âmbito do seu plano de transformação, em curso, com o intuito de dotar o Banco da solidez necessária para competir num mercado cada vez mais exigente, não obstante ser necessário tempo para que as melhorias produzam os seus benefícios.

“(...) considerando o contexto de redução das margens financeiras, temos desenvolvido um foco crescente no reforço de produto bancário com melhoria das margens de serviço.”

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Apesar do BNI não ter na sua génese um foco na Banca de retalho e na dispersão geográfica dos seus serviços, desenvolvendo o seu modelo de negócio essencialmente em clientes do segmento *Corporate* e *Private*, já foram tomadas medidas direccionadas para alguns segmentos de retalho como complemento à oferta já existente no Banco.

Adicionalmente, num contexto em que a população activa apresenta uma proporção cada vez maior de jovens, entendeu-se que a aposta de *mass market* do Banco passará pela Banca Digital, tendo sido realizados investimentos ao nível da aplicação do Banco para o telemóvel e internet, reforçando o número de serviços disponibilizados por essa via. Complementarmente, o Banco desenvolveu um projecto de agente bancário, que permite aumentar significativamente a dispersão geográfica dos serviços prestados à população.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

O sector bancário tem vindo, nos últimos anos, a ser alvo de alterações constantes, com a implementação de regras cada vez mais rigorosas e exigentes do ponto de vista regulatório, mas também operacional, exigindo um investimento significativo das instituições em infra estrutura e soluções informáticas que permitam, recolher, transferir e tratar dados de forma rápida e segura, apoiando o processo de tomada de decisão.

Não obstante as melhorias já efectuadas, importa ter em consideração que as mesmas foram paulatinamente implementadas, devendo ter-se em consideração o enquadramento à data em que a informação foi gerada e armazenada.

Face aos investimentos significativos que o Banco já realizou, e os procedimentos de controlo existentes entre os sistemas utilizados para o efeito, estamos confiantes com a qualidade dos dados disponíveis nos nossos sistemas e nas conclusões deles obtidas, embora o processo tenha de ser dinâmico e de actualização permanente.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

O Banco tem vindo a implementar nos últimos anos um processo de consolidação do seu balanço e da sua actividade, tendo como um dos principais objectivos para o ano de 2024 a alienação da sua actividade em Portugal, que tem vindo a demonstrar uma evolução muito positiva nos últimos exercícios e para a qual existem diversos interessados.

Paralelamente existe um grande foco na melhoria da eficiência e eficácia dos seus processos internos que permitirá robustecer a sua competitividade e agilidade. Para ser um processo bem-sucedido, o Banco conta naturalmente com o apoio dos seus accionistas que têm vindo a desempenhar um papel essencial na preparação do Banco para o Futuro.

Apesar dos constrangimentos que a realidade macroeconómica tem vindo a representar neste percurso, contamos que os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos por todos os *stakeholders* da instituição apresentem, de uma forma cada vez mais evidente, os seus benefícios, nomeadamente nos indicadores financeiros do Banco.

Naturalmente, iremos manter o ADN do Banco com algumas adaptações, mantendo o nosso compromisso em apoiar os nossos clientes nas suas necessidades diárias, disponibilizando soluções de gestão de liquidez, meios de pagamento automático, investimento e financiamento.

“(..) a coexistência de um número elevado de bancos pode ser apontado como um factor inibidor da criação de bancos Angolanos mais sólidos e fortes, capazes de responder de forma rápida às actuais exigências regulamentares.”

Banco de Poupança e Crédito (BPC)



Cláudio Pinheiro

Presidente do Conselho de Administração

Luzolo Neto Carvalho

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Dentre os principais desafios, constam a conclusão das medidas estruturantes previstas no Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR) 2019-2023. A capitalização foi concluída, as principais reformas ao modelo de governo, a adequação e optimização da estrutura organizacional e de custos e a estabilidade da infraestrutura e do sistema informático, foram bem-sucedidas tendo sido criadas, as condições necessárias e indispensáveis para a conclusão dos principais investimentos que visam a modernização do Banco e o seu reposicionamento no *ranking* do sector bancário nacional.

O desafio da gestão de riscos, nomeadamente de liquidez e cambial, marcou igualmente o ano de 2023 e seguramente constam dos desafios em 2024, tendo sido implementada uma gestão prudente e mantida a estratégia de imunização do Balanço que conferem ao Banco, maior resiliência face aos choques externos.

Outro marco importante e desafiante, está relacionado com o início do novo paradigma estratégico na gestão do negócio e alteração profunda do ciclo comercial com a optimização das funções chaves de balcão, a introdução de novos produtos de crédito incluindo o *crosselling* e a melhoria significativa dos *timings* no processamento e execução das operações bancárias.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

O Banco está familiarizado com a metodologia e abordagens com as equipas técnicas do FMI e Banco Mundial na medida em que, desde o início da implementação do PRR, há cerca de cinco anos, está sujeito a um acompanhamento trimestral dessas instituições. Vale notar que o Banco mereceu, nos últimos encontros mantidos com o FMI, a referência segundo a qual, alcançou progressos notáveis nos últimos 18 meses, embora persistam algumas preocupações com a gestão do risco cambial. Entretanto, o Banco endereçou esse risco e mitigou os seus efeitos sobre o balanço. Com essas medidas, garantiu a sustentabilidade do negócio e assim contribuiu para a solidez do sistema financeiro nacional.

Na senda do Programa de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA), realizado em 2019, os bancos de importância sistémica, no âmbito do SREP, têm sido alvo de avaliações regulares e consistentes por parte do supervisor desde 2021. Parece-nos que esses exercícios, resultaram numa melhor satisfação das exigências regulamentares, nomeadamente as respeitantes aos requisitos de capital e de liquidez no âmbito dos processos ICAAP e ILAAP, à adequação do modelo de governo societário e ao reforço do sistema de controlo interno tendo, o BPC apresentado desde 2021 indicadores que endereçam e convergem para o seu cumprimento integral. Acreditamos que as instituições referidas poderão avaliar o mérito da implementação destas e outras medidas prudenciais e de estabilidade financeira e que essa

avaliação constitua uma oportunidade para todos os operadores do sistema financeiro melhorarem e afinarem as metodologias e abordagem na implementação da regulamentação existente e da supervisão baseada no risco.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de mass market para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

O processo de bancarização conheceu várias etapas, tendo o BPC sido o precursor desta importante jornada. Ainda hoje, o Banco mantém o seu compromisso com as famílias e o empresariado angolanos enquanto banco público, alinhado com a estratégia nacional de inclusão e literacia financeiras. Mantém presença física através da sua vasta rede de balcões em todas as províncias e na larga maioria dos municípios do território nacional, não obstante a redução de unidades no âmbito do PRR e os constrangimentos causados pelas fragilidades de algumas infraestruturas essenciais. Com efeito, implementou a estratégia de banca móvel, lançou os balcões itinerantes e continuou a reforçar a sua rede comercial, investindo, entre outros, em instalações destinadas a um melhor acolhimento dos clientes pensionistas.

O Banco continua o processo de expansão dos serviços bancários através de canais remotos, tendo previsto a implementação oportuna do Agente Bancário e realizado investimentos substanciais em ATMs e TPAs. Com a aceleração da era digital, optimizou o processo de gestão de cartões MCX, relançou o *Internet Banking* e o *SMS Banking* e, por fim, lançou o inovador *Whatsapp Banking*, conferindo maior eficiência operacional com a alta disponibilidade destes canais. Finalmente, relativamente aos produtos, tem previsto o relançamento de produtos de poupança e mantém uma campanha agressiva para a captação e fidelização de clientes.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

O Banco implementou o Programa da Qualidade de Informação e Dados, definiu políticas, optimizou processos de segurança de informação e de dados com o objectivo de reforçar a protecção de dados, melhorar os processos de *reporting*, suportar a tomada de decisão e a gestão de riscos.

“O processo de bancarização conheceu várias etapas, tendo o BPC sido o precursor desta importante jornada.”

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

Com a conclusão do PRR, o Banco aprovou o Plano Estratégico 2024-2027 que contém os pressupostos, desafios e oportunidades que se resumem nos seguintes objectivos para os próximos anos:

- I. Elevar o nível de competências dos colaboradores com formação especializada e continuada e alargar a remuneração variável com base na avaliação de desempenho, que será um factor determinante na remuneração e promoção do capital humano;
- II. Modernizar a rede comercial, concluir o processo de migração para o novo core bancário e, no âmbito da implementação da sua agenda digital, lançar o serviço de *Mobile Money* e o Agente Bancário em todo o território nacional;
- III. Reforçar e melhorar o processo de comunicação e divulgação dos produtos e serviços;
- IV. Consolidar a posição de maior e melhor financiador do segmento particular e aumentar o crédito ao sector agrícola;
- V. Aumentar o rácio de eficiência operacional;
- VI. Manter altos níveis de transparência e rigor no processo de tomada de decisão e de avaliação de riscos;
- VII. Reforçar continuamente o sistema de controlo interno e de governo societário;
- VIII. Manter o equilíbrio e imunização do balanço a choques adversos e riscos, fundamentalmente de cibersegurança, de liquidez e conformidade regulamentar;
- IX. Continuar o processo de implementação de políticas e processo de ESG;
- X. Afinar os modelos de imparidades e os modelos de ICAAP e ILAAP.

“O Banco continua o processo de expansão dos serviços bancários através de canais remotos, tendo previsto a implementação oportuna do Agente Bancário e realizado investimentos substanciais em ATMs e TPAs.”

Banco Sol (BSOL)



Osvaldo Macaia
Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O contexto económico desafiante em 2023 prolongou-se também no primeiro trimestre de 2024 como evidenciado na execução da política fiscal e da política monetária e por esta via impuseram aos bancos vários constrangimentos com reflexo adverso quer no segmento core (margem financeira) bem como no segmento complementar do negócio.

Na margem financeira, a concessão de crédito e a gestão das exposições improdutivas fixaram-se aquém das expectativas iniciais do Banco. Por outro lado, aumentámos o *stock* de Obrigações do Tesouros como forma de assegurar a estabilidade dos resultados.

No entanto, a depreciação do Kwanza, os incrementos da Taxa Básica e do coeficiente das reservas obrigatórias reflectiram-se numa maior volatilidade da liquidez do mercado. Para fazer face as necessidades de liquidez, contamos com a confiança nos nossos clientes bem como das contrapartes no mercado interbancário nacional e foi sempre possível responder às pressões pontuais na liquidez ao longo do período em questão.

Por outro lado, a notória contração na oferta de moeda estrangeira e consequentemente o aumento dos tempos de resposta aos pedidos de compra de divisas foi claramente o principal desafio para toda banca. O Banco Sol, através do seu Comité de Divisas tem procurado racionalizar a alocação de divisas para as diversas tipologias de necessidades bem como diversificar as suas fontes de aquisição de moeda estrangeira de modos a aumentar os níveis de cobertura das necessidades dos clientes.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

O Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) do FMI centra-se na avaliação da resiliência do setor financeiro como um todo (incluindo entidades reguladas pelo BNA, pela CMC e pela ARSEG), com foco em 5 elementos principais nomeadamente, (i) Avaliação da estabilidade macrofinanceira, (ii) Supervisão do Sector Financeiro, (iii) Segurança Financeira, (iv) Gestão e Prevenção de Crises, (v) Desenvolvimento do Sector Financeiro. Deste quadro, os bancos são, em nosso entender, chamados a interagir com o FMI de forma directa na componente da avaliação da estabilidade macrofinanceira. Portanto, o âmbito será os sistemas bancário e não bancário ficando os reguladores responsáveis pela interacção com o FMI/Banco Mundial para evidenciar a realidade do país relativas aos elementos ora referidos.

Assim, entendemos que os resultados para o Banco Sol em particular e para o mercado como um todo devem ficar próximos aqueles verificados nos exercícios periodicamente elaborados pelo BNA, com destaque para o *Stress Test* e SREP (*Supervisory Review Evaluation Process*).

É também expectável que as instituições de Bretton Woods deixem recomendações relevantes atinentes às matérias de resolução das instituições financeiras, segurança dos depósitos, inclusão financeira assim como sobre ao desenvolvimento do mercado com algum foco nas entidades supervisionadas pela CMC.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de mass market para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Entendemos que o crescimento do M2 em 2023 foi fortemente influenciado pelo aumento dos depósitos em moeda externa que cresceu mais cerca de 50% (efeito depreciação da moeda) e do stock de crédito (~ +33%). O foco do Banco Sol desde a sua génese foi sempre voltado para servir os sectores mais humildes da sociedade. Este posicionamento está suportado na estratégia para o período de 2024-2027 que contempla uma iniciativa direccionada para aprimorar a experiência, a oferta de produtos e serviços aos clientes, com um foco muito voltado para o segmento de *Mass market*. As prioridades estratégicas visam transformar as jornadas para subscrição dos produtos/serviços, a modernização dos canais de distribuição, comunicação e a criação de parcerias e equipas especializadas com o objectivo de ganharmos vantagens comparativas no segmento do negócio em questão.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

A avaliação da qualidade de dados tipicamente passa pela validação, confiabilidade, integridade, interoperabilidade, segurança e disponibilidade oportuna dos dados. A necessidade permanente de extracção, transformação, inserção e análise dos dados é já uma realidade permanente na gestão corrente do Banco Sol. O Exercício do BNA deverá centrar-se na harmonização da forma de cálculo das métricas e atributos assim como nos sistemas de governo e controlo interno dos dados. O principal objectivo é melhorar a capacidade de análise e fiscalização do supervisor, aliviar a carga sobre o supervisor e reduzir custos relacionados com coleta de dados e gestão de risco, permitindo assim maior eficácia na tomada de decisões e aumento da conformidade da informação.

Para responder aos requisitos do BNA bem como a necessidade de reforço da informação e controlo de gestão, o Banco tem em curso a implementação do seu Plano Estratégico de Sistema de Informação (PESI) que visa reforçar a arquitetura de dados e infraestrutura de sistemas de informação que assegure o registo, a classificação e o arquivo de forma sistematizada, fiável, completa e consistente. A execução do PESI contempla também o reforço do capital humano especializado quer numa base de capacidades internas (*in house*), como numa lógica de terciarização (*outsourcing*).

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

O Plano Estratégico (PE) do Banco para o triénio 2024 -2027 aprovado pelos accionistas tem definidas as principais metas e objectivos do Banco que engloba a transformação do capital humano, a automação dos processos de negócio, a evolução do modelo de distribuição, a recuperação e crescimento sustentado no negócio, a evolução da gestão comercial de clientes, a modernização dos sistemas de informação e cibersegurança, a dinamização dos canais digitais, a criação de proposta de valor do segmento microcrédito e ESG e a implementação do plano estratégico de sistemas de informação (PESI).

No entanto, considerando as alterações relevantes nos pressupostos iniciais atinentes à envolvente nacional e internacional, bem como a entrada em funções de um novo Conselho de Administração (desde Maio 2024) consideramos que existe margem de realinhamento da estratégia, no sentido dela melhor reflectir a actual realidade e emprestar a visão dos novos órgãos sociais.

“O foco do Banco Sol desde a sua génese foi sempre voltado para servir os sectores mais humildes da sociedade. Este posicionamento está suportado na estratégia para o período de 2024-2027 (...)”

Banco Valor (BVB)



**José Manuel
Ferreira Pinto**
Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O último ano foi marcado por uma inflação elevada e uma desaceleração do crescimento económico, impactando a confiança dos investidores e dos clientes. Houve um aumento nas exigências regulatórias, que requereu uma adaptação rápida e robusta internamente. Houve também um aumento de ameaças cibernéticas que exigiu significativos investimentos em tecnologia e segurança de informação.

Medidas adoptadas:

- Implementamos programas rigorosos de *compliance* para assegurar que todas as operações estejam em conformidade com as novas normas regulatórias.
- Investimento em Tecnologia: Adoptamos tecnologias avançadas de segurança cibernética e melhoramos a nossa infraestrutura de TI para assegurar a protecção dos dados dos clientes.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Esperamos que a avaliação do Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) demonstre que o sistema financeiro Angolano possui uma estrutura financeira sólida e resiliente, capaz de suportar choques económicos. Confiamos que o compromisso com práticas de governança e *compliance* será bem avaliado, reflectindo a nossa dedicação em manter um ambiente de operação seguro e transparente. Acreditamos que os esforços para promover a inclusão financeira e a inovação tecnológica serão destacados como pontos fortes.

“Houve um aumento de ameaças cibernéticas que exigiu significativos investimentos em tecnologia e segurança de informação.”

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Estamos a expandir a nossa rede de agências e pontos de atendimento para alcançar áreas menos bancarizadas. Desenvolvemos produtos bancários digitais e plataformas de pagamento móvel, para facilitar o acesso aos serviços financeiros. Lançamos campanhas de educação financeira para informar e atrair clientes que ainda não estão inseridos no sistema bancário formal.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

Um dos principais desafios será garantir que os nossos sistemas de dados estejam completos, actualizados e precisos. A qualificação contínua dos nossos funcionários será essencial para manter a alta qualidade de dados e processos. Precisamos assegurar que todos os nossos sistemas de informação sejam integrados e consistentes, facilitando uma avaliação transparente e eficaz. Não temos dúvidas que o resultado da avaliação será positivo.

Quais as principais metas e objectivos traçados para o Banco para os próximos anos?

Almejamos um crescimento sustentável que equilibre a rentabilidade com a responsabilidade social e ambiental. A nossa meta é sermos líderes em inovação tecnológica no sector bancário angolano, oferecendo soluções modernas e seguras aos nossos clientes. Pretendemos estabelecer uma base de clientes diversificada e inclusiva. Continuaremos a construir confiança e transparência, reforçando os nossos valores de integridade e ética em todas as operações.

“Lançamos campanhas de educação financeira para informar e atrair clientes que ainda não estão inseridos no sistema bancário formal.”

Banco YETU (YETU)



João da Costa Ferreira
Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O ano anterior foi caracterizado de inúmeros desafios para o nosso Banco, tanto internamente, como externamente. Ao nível interno, continuamos a agregar esforços para a melhoria dos níveis de serviços definidos e para a execução do Plano Estratégico, que impactaram positivamente a garantia da satisfação por parte dos nossos clientes e também a produtividade dos nossos colaboradores. Mantivemos o investimento na capacitação dos nossos colaboradores e em novas soluções tecnológicas, que contribuíram para que o Banco melhorasse consideravelmente a sua prestação de serviços. Já ao nível externo, tivemos de nos ajustar à escassez de venda de divisas por parte dos Órgãos Estatais, nomeadamente o Ministério das Finanças. Em resultado desta escassez, incrementámos a venda dos demais produtos existentes em carteira. Para o primeiro semestre de 2024, o Banco YETU apostou fortemente no fomento da economia nacional por via da concessão de crédito a empresas do sector da educação, indústria transformadora e mineira, o que fez com que o stock da nossa carteira registasse um incremento de 36%.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Pensamos que este programa virá demonstrar que o sistema financeiro angolano se tem tornado robusto a cada ano. A banca angolana tem sido resiliente às inúmeras alterações macroeconómicas internacionais e nacionais, conformando as suas práticas às exigências com algum dinamismo. No que toca à situação particular do Banco YETU, sentimo-nos perfeitamente confortáveis e confiantes sobre os resultados positivos que esta avaliação evidenciará. Um exemplo disto, é o crescimento exponencial que a nossa Instituição tem vindo a apresentar, conquistando a confiança de mais clientes para que efectuem os seus depósitos junto das nossas Agências, em que o stock da carteira registou um incremento de 14 %, bem como citamos outro exemplo, referente ao reforço do capital social para montantes bem acima do requisito regulamentar.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de *mass market* para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

Durante os últimos anos, o nosso Banco foi-se destacando com o lançamento de produtos inovadores que confiantemente conquistaram os interesses nos nossos clientes, bem como despertaram a atenção do público em geral para a adesão à nossa Instituição. Como exemplos destes produtos inovadores destacamos aqui alguns, nomeadamente: (1) títulos da dívida pública fraccionados, cujo valor se tornou mais acessível para o segmento *mass market*, requerendo apenas Kz 100 para que os clientes realizassem os seus investimentos; (2) concessão de crédito específico para a aquisição de produtos electrónicos e eletrodomésticos, por via de parcerias que foram firmadas com outras instituições; (3) lançamento do cartão de crédito multi-caixa em Kwanzas, com o intuito de proporcionar aos nossos clientes maior comodidade e auto-gestão das suas finanças. É nossa opinião que no ano de 2023 o Banco YETU reforçou a sua presença no mercado e se demonstrou competitivo, mesmo perante a realidade económica desafiante.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

No que toca aos dados realizamos periodicamente uma verificação sobre a qualidade e fiabilidade da nossa base de dados, pelo que, sentimo-nos confortáveis com os dados dos nossos clientes, sendo que procedemos frequentemente com a respectiva actualização, por via da realização de contactos com cada um dos nossos clientes. A respeito das demais operações, cumprimos rigorosamente com os manuais de procedimentos definidos internamente e alinhados com as melhores práticas e normas internacionais, o que tem contribuído para o impacto positivo sobre os nossos clientes.

Quais as principais metas e objectivos traçadas para o Banco para o futuro próximo?

Pretendemos tornar a marca YETU numa referência nacional em termos de fiabilidade e estabilidade para a realização de operações bancárias. Para o atendimento aos clientes temos vindo a implementar uma experiência isenta de qualquer excesso de burocracia e que esteja preenchida ao máximo possível de processos que tornem a interacção com o Banco o mais cómoda, célere e satisfatória possível.

“Durante os últimos anos, o nosso Banco foi-se destacando com o lançamento de produtos inovadores que confiantemente conquistaram os interesses nos nossos clientes.”

Standard Bank Angola (SBA)



Octávio Castelo Paulo

Presidente do Conselho de Administração

Luís Teles

Presidente da Comissão Executiva

De forma retrospectiva e tendo em consideração o último ano e o primeiro semestre de 2024, quais foram os desafios mais evidentes com os quais o banco que lidera se deparou e quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Durante o ano 2023, a economia angolana foi marcada por uma política monetária restritiva com o objectivo de combater o aumento da inflação impulsionada, em parte, pela depreciação da taxa de câmbio perante a reduzida disponibilidade de moeda estrangeira. Os nossos clientes foram afectados pelas condições macroeconómicas, o que os levou a reconsiderar investimentos. A estabilidade da taxa de câmbio, após a profunda depreciação, permitiu aos clientes reequilibrar os seus modelos de negócio, mas a incerteza de potenciais novas desvalorizações criou um sentimento negativo nos intervenientes no mercado e transpôs-se para valores de inflação mais elevados. O ano terminou com algumas restrições significativas no mercado cambial e pressões inflacionistas.

No 1º Semestre de 2024, embora tenhamos assistido ao regresso ao mercado cambial por parte do Ministério das Finanças, este teve uma abordagem muito mais discreta quando comparado com um volume de vendas cambiais normalizado. Este aspecto, bem como o anunciado alívio da conta de garantia da China e os elevados preços do petróleo criaram uma expectativa de que 2024 terá menos restrições cambiais. No entanto, esta expectativa ainda não se concretizou e a inflação persiste e, por isso, há uma preocupação, por parte dos operadores do mercado de que a volatilidade poderá regressar.

De forma a fazer face aos desafios referidos, o banco posicionou-se mais próximo dos seus clientes para compreender como pode entregar uma proposta de valor mais consistente e eficaz, que responda às restrições identificadas pelos clientes. Também assumimos um maior envolvimento com as autoridades, a fim de identificar planos de ação, nos quais o banco pode desempenhar um papel mais significativo na diversificação económica.

Em 2025, o FMI e o Banco Mundial vão realizar o Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP) para aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional. Quais são as expectativas da sua Instituição quanto às conclusões sobre esta análise ao sector bancário e ao seu Banco em particular?

Temos assistido, nos últimos anos, a um trabalho conjunto, entre o regulador e as instituições financeiras, no sentido do aumento da estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional.

Através de diversos novos requisitos regulamentares, o BNA tem desempenhado um papel fundamental no estabelecimento e garantia de implementação daqueles que são os requisitos base para a existência de uma maior estabilidade no sector. Por sua parte, as instituições financeiras empenharam grandes esforços no sentido de ir ao encontro daquilo que é exigido pelo regulador, o que se traduz num sistema mais estável, mais sólido, e menos vulnerável à volatilidade das condições macroeconómicas vividas em Angola.

No caso do Standard Bank Angola, estes são temas centrais desde o nosso estabelecimento em Angola e, tendo em conta o nosso alinhamento com os requisitos do Grupo Standard Bank, fomos sempre uma referência no mercado angolano.

Segundo dados publicados pelo BNA, referentes a Dezembro de 2023, recolhidos de 23 instituições financeiras que reportaram informação, o rácio de crédito em incumprimento, a nível nacional, permanece elevado, em 15.12%, mas com um rácio de fundos próprios confortável, de 30.25%. Esperamos por isso, que as conclusões do FSAP indiquem que a estabilidade e solidez do sector financeiro angolano se apresenta numa trajectória positiva e que são visíveis melhorias transversais. O SBA mantém, através do seu rigor e elevados níveis de governação, uma grande estabilidade e solidez. Acreditamos que este estudo vai contribuir para melhorar a transparência e a gestão de riscos no sistema bancário.

O agregado monetário M2 (Moeda + quase Moeda), teve um crescimento expressivo de cerca 38% entre Dezembro de 2023 e 2022. Quais são as estratégias que o Banco que preside está a seguir para acelerar o processo de bancarização, nomeadamente no desenvolvimento de novos produtos e ofertas bancárias para o segmento de mass market para captar este aumento do agregado monetário M2 no sistema?

O SBA tem seguido uma estratégia clara para a captação do aumento do agregado monetário, através do posicionamento mais próximo da população angolana e expansão da rede de distribuição por meio dos agentes bancários, não apenas em Luanda, mas em províncias em que a bancarização é mais reduzida, e garantindo serviços importantes para os nossos clientes; centros de ATM; e agora com o modelo de “Bank-in-a-Box”, um conceito que nos permitirá ter presença física em localizações em que até hoje não era possível.

Adicionalmente, através da implementação das contas simplificadas, permitimos a inclusão de clientes que não têm acesso a contas tradicionais, dando a possibilidade de acesso aos serviços mínimos bancários e meios de pagamento (cartão de débito) a muitos angolanos, bem como a possibilidade de transacionar. Definimos também que o montante mínimo para abertura de uma conta no SBA é de apenas 10.000kz, garantindo assim que mais clientes *mass market* possam aceder facilmente aos nossos serviços, sem grande esforço financeiro.

Em termos de ofertas de serviços, implementamos o *Risca e Poupa*, um serviço de poupanças automatizadas por cada pagamento feito em TPAs, com o nosso cartão, permitindo que os nossos clientes poupem montantes predefinidos por cada movimento efectuado com cartão, 100Kz, 500Kz e 1000Kz (dependendo do perfil e necessidades de cada cliente), ajudando assim os nossos clientes a garantir poupanças para os momentos de necessidade.

Considerando que o Banco Nacional de Angola vai lançar durante o ano de 2024 um exercício transversal de avaliação sobre qualidade de dados que vem colocar a qualidade no topo das prioridades do sector bancário, quais os principais desafios que antecipa para a Instituição que dirige?

O investimento e foco do SBA na garantia da qualidade de dados tem sido recorrente nos últimos anos. Em particular, o Banco tem em curso um programa que visa garantir a confiabilidade e qualidade dos dados, de forma a assegurar que todas as decisões são tomadas com base na informação correcta, e que os reportes feitos aos reguladores traduzem a realidade de forma fiel. Este é um tema de extrema importância num sector como o sector bancário, não só no que toca à capacidade de gestão das instituições, mas também à capacidade das mesmas de avaliarem o risco.

Um dos principais pilares deste programa recai sobre a garantia de uma única fonte de informação que requer uma arquitectura de dados adequada e uma gestão de dados rigorosa, com um modelo de governação metódico que inclui um comité de dados, proprietários de dados, responsáveis de dados e processos e implementação de controlos que obrigam a que seja atestada a conformidade das métricas que são produzidas.

Este é um trabalho contínuo e que obrigou a uma reestruturação da forma como trabalhamos, com incorporação destas práticas na produção das métricas.

O grande desafio está na complexidade do processo, dados os requisitos a nível de investimento e tecnologia, para a existência de uma Arquitectura tecnológica adequada, mudanças nos sistemas actuais e automatização e digitalização das atividades relacionadas com a produção das métricas.

Consideramos, por isso, que o Standard Bank Angola está preparado para o exercício que será lançado pelo BNA e esperamos poder colaborar com o regulador em mais um exercício, no decorrer do ano 2024.

Quais as principais metas e objectivos traçadas para o Banco para o futuro próximo?

O nosso propósito mantém-se: Angola é a nossa casa e nós promovemos o seu crescimento. Queremos melhorar a vida das pessoas e ser #MaisQueUmBanco e, para isso, estamos focados em três objectivos estratégicos:

- ser líder na experiência do cliente, aprofundando o nosso conhecimento acerca das suas necessidades e tornando-nos o parceiro de eleição na sua trajectória de crescimento;
- ser a melhor empresa para trabalhar em Angola, garantindo o bem-estar dos nossos colaboradores e investindo continuamente no seu desenvolvimento;
- e manter um ambiente de controlo interno robusto, fazendo o negócio certo da maneira certa, com o rigor que nos caracteriza desde a nossa fundação.

Adicionalmente, queremos expandir os nossos serviços, diversificando assim as soluções que oferecemos aos nossos clientes e, conseqüentemente, impulsionando o crescimento de Angola. Neste sentido, o lançamento da Standard Gestão de Activos, que oferece diferentes opções de poupança e investimento aos clientes, e a Standard Invest, que impulsionará o volume de transacções no mercado de capitais e aprofundará o mercado obrigacionista com ofertas públicas e privadas, algo que será fundamental para adicionar profundidade ao sector financeiro. Continuamos a trabalhar em novas formas de servir os nossos clientes e de lhes oferecer os produtos e serviços de que precisam para crescer.

Acreditamos que o foco na execução dos nossos objectivos estratégicos, nos permitirá apoiar o crescimento dos nossos clientes e colaboradores, promovendo o crescimento do nosso país, e tornando o SBA, cada vez mais, no banco de referência em Angola.

“O SBA tem seguido uma estratégia clara para a captação do aumento do agregado monetário, através do posicionamento mais próximo da população angolana e expansão da rede de distribuição por meio dos agentes bancários (...)”

“O nosso propósito mantém-se: Angola é a nossa casa e nós promovemos o seu crescimento. Queremos melhorar a vida das pessoas e ser #MaisQueUmBanco (...)”

Enquadramento Económico Global

Taxa de crescimento real do PIB

	2024 (E)	2023
Zona Euro	0,8%	0,4%
EUA	2,7%	2,5%
Mercados Emergentes	4,2%	4,3%
Mundo	2,4% / 3,1% / 3,2% ¹	2,6% / 2,7% / 3,2% ¹

Em 2023, a actividade económica mundial conviveu com a manutenção de um elevado grau de incerteza, ainda assim, as principais economias mundias, com excepção da Zona Euro, registaram um crescimento real do PIB acima das previsões iniciais, permanecendo a incerteza para 2024 devido à continuidade da guerra na Ucrânia, ao recente conflito entre Israel e a Palestina, e à percepção global do aumento da tensão geopolítica entre os Estados Unidos e a China.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Taxa de Inflação

	2024 (E)	2023
Zona Euro	2,4%	5,4%
EUA	2,9%	4,1%
Mercados Emergentes	8,3%	8,3%

O ano de 2023 representou um arrefecimento da escalada da taxa de inflação verificada em 2022 a nível global, prevendo-se para 2024 uma consolidação da regressão inflacionista nas economias mais desenvolvidas, prevendo-se que, no conjunto das economias emergentes ainda se venha a verificar uma pressão inflacionista.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Taxas de Juro

	2024 (Maio) ²	2023 (início do ano)
Euribor 3M	3,81%	2,06%
Libor USD 3M	5,59%	4,74%

Os principais bancos centrais mantiveram em 2023 a política monetária muito restritiva iniciada em 2022, com a progressão das suas taxas directoras decorrentes das pressões inflacionistas verificadas nas economias mundiais, sendo expectável que essa trajectória possa iniciar em 2024 uma inversão em linha com a consolidação das taxas de inflação, prevendo-se, contudo, que apenas em 2025 se verificará uma descida mais acentuada das taxas de juro.

Fonte: Banco Federal de Nova Iorque, Banco Central Europeu, de acordo com as séries históricas disponíveis

Preço do petróleo por barril

	2024 (Maio) ²	2023
Crude	80,9 USD	71,9 USD
Brent	81,3 USD	80,2 USD

A cotação nos mercados internacionais do barril do *crude* e do *brent* tem permanecido, em comparação com a escalada verificada no 1º semestre de 2022, com uma razoável estabilização de preços ao longo de 2023 e os primeiros 5 meses de 2024, estimando-se que a cotação se venha a manter em torno de \$80 USD no final de 2024.

Fonte: US Energy Information Administration

Indices bolsistas

	2024 (Maio) ²	2023
EUA Dow Jones Index	1,1%	13,7%
EUA Nasdaq Index	10,2%	52,8%
Euro Stoxx 50	10,2%	19,2%
Alemanha DAX Index	10,4%	20,3%

O ano de 2023 ficou marcado pela valorização dos principais indices bolsistas mundiais, após se ter verificado uma desvalorização no ano anterior, destacando-se as valorizações verificadas nos indices bolsistas tecnológicos, decorrente da escalada das taxas de juro e apesar da permanência dos factores de incerteza decorrentes da guerra na Ucrânia e das tensões geopolíticas entre os Estados Unidos da América e a China, permanecendo, nos primeiros 5 meses de 2024, uma valorização bolsista.

Fonte: Investing, Bloomberg, MSCI

¹ Estimativas do Banco Mundial, OCDE e Fundo Monetário Internacional, respectivamente

² Cotação do último dia do período

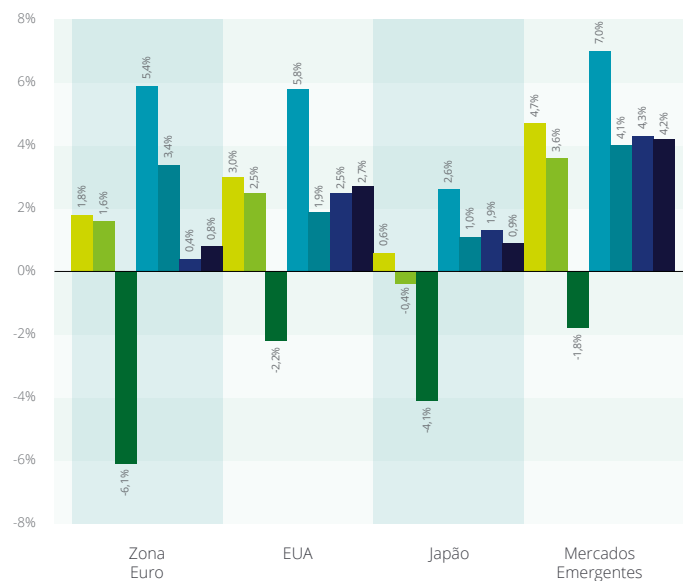
Introdução

O panorama económico mundial continua a apresentar um elevado grau de incerteza para 2024, decorrente em particular das repercussões sentidas pela continuidade da guerra na Ucrânia e pelo recente conflito entre Israel e a Palestina. A percepção da tensão geopolítica entre os Estados Unidos e a China é também igualmente determinante para o grau de incerteza global.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o produto interno bruto mundial cresceu 3,2% em 2023, tendo sido observado um crescimento de apenas 0,4% na Zona Euro, em comparação com 2,5% nos Estados Unidos da América e 1,9% no Japão.

Segundo os dados mais recentes do Eurostat, por via do gabinete de estatísticas da União Europeia, a economia da Zona Euro terá crescido apenas 0,3% no 1º trimestre de 2024 após ter apresentado uma variação nula no PIB nos dois últimos trimestres de 2023. Não obstante, a Comissão Europeia aponta para um crescimento da Zona Euro em 2024 em torno de 0,8%, em linha com as previsões mais recentes do Fundo Monetário Internacional.

PIB real (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024



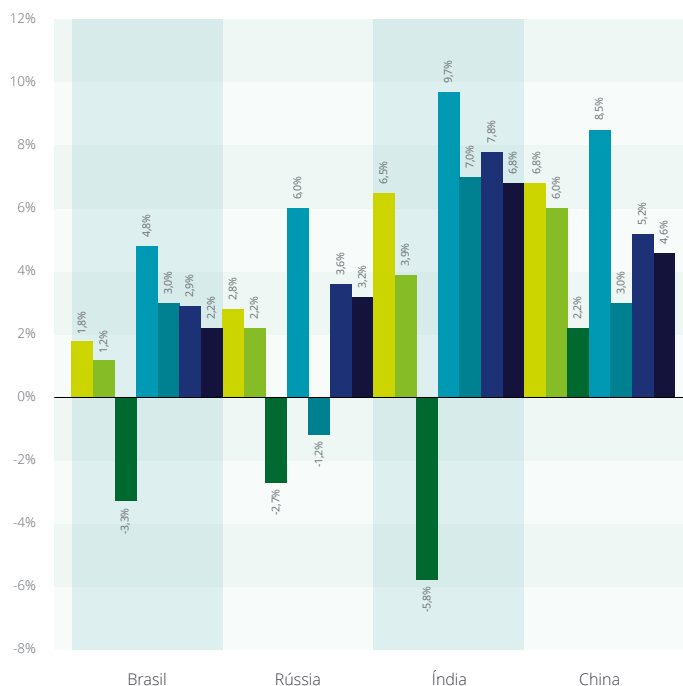
Relativamente aos mercados emergentes, verificou-se em 2023 um crescimento de 4,3% do conjunto das suas economias, destacando-se, entre os países integrantes dos BRICS, a Índia com um crescimento de 7,8% e a China com um crescimento de 5,2%. De destacar também a Rússia que, apesar das sanções financeiras aplicadas pelas principais economias do Ocidente, viu o seu PIB aumentar 3,6% em 2023, em resultado do fortalecimento das suas relações económicas com o Oriente, em particular, com a China.

A nível global, o Fundo Monetário Internacional estima para 2024 um crescimento do PIB mundial em 3,2%, similar ao verificado em 2023, onde as economias avançadas crescerão 1,7% e as economias emergentes em torno de 4,2%.

Também a OCDE, de acordo com o seu último *Economic Outlook* de Maio, prevê para 2024 um crescimento do PIB mundial de 3,1%.

Por seu turno, o Banco Mundial, menos optimista, aponta no seu *Global Economic Prospects* de Janeiro, e ainda com dados preliminares, um crescimento do PIB mundial situado em 2,6% em 2023, projectando para 2024 um crescimento global de 2,4%.

PIB real nos BRIC (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

Em 2023, globalmente, verificou-se uma estabilização da tendência de redução dos défices públicos que havia sido iniciada em 2021, ainda que se mantenham elevadas as incertezas decorrentes das pressões geopolíticas que continuam a persistir em diferentes países.

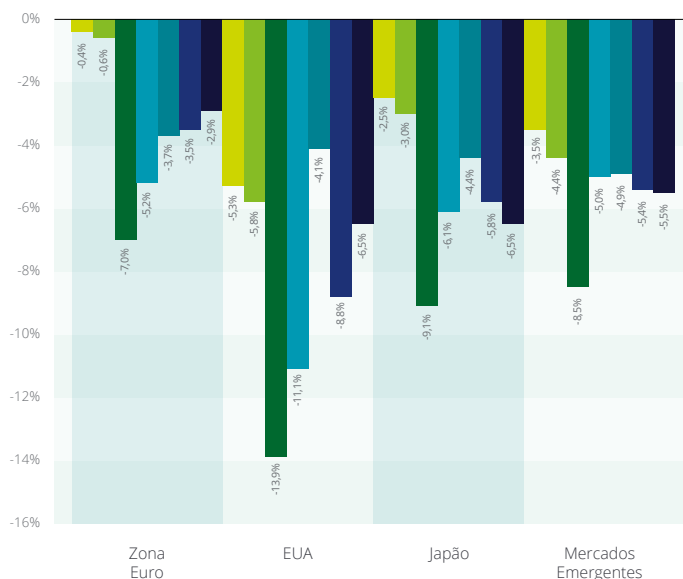
O défice público dos Estados Unidos da América aumentou para 8,8% em 2023, duplicando desta forma o valor verificado no ano anterior, decorrente da continuidade das ajudas à Ucrânia. As últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional apontam para um valor ainda deficitário em 2024, em torno de 6,5%.

A Zona Euro, que tradicionalmente apresenta défices públicos inferiores aos Estados Unidos da América, decorrente das regras comunitárias mais restritivas, observou em 2023 um valor deficitário de 3,5% sobre o produto interno bruto. Em 2024 é expectável que o défice continue a não cumprir os limites de endividamento comunitário, fixando-se em 2,9%.

Depois de vários anos de suspensão da aplicação das regras estabelecidas no Pacto de Estabilidade e Crescimento da Zona Euro, o Parlamento Europeu tem em curso a aprovação de um modelo para uma maior flexibilidade na trajectória de redução da dívida de cada Estado-membro.

No conjunto das economias emergentes, o défice público atingiu 5,4% em 2023, estimando o Fundo Monetário Internacional que aumente residualmente para 5,5% em 2024.

Défices públicos (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

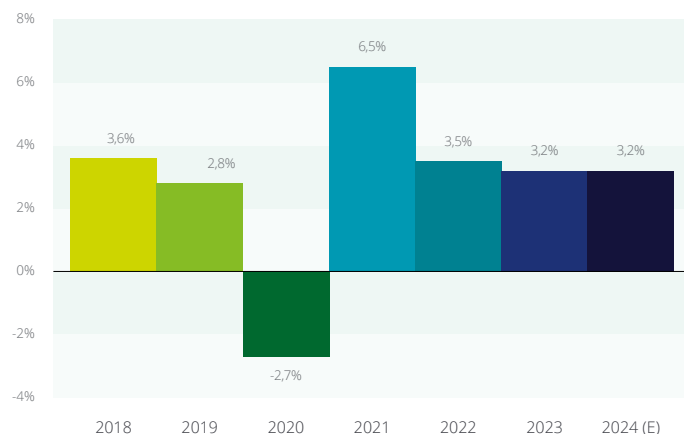
Principais indicadores macroeconómicos

PRODUTO INTERNO BRUTO

Nos últimos 6 anos, entre 2018 e 2023, a economia global apresentou, segundo o Fundo Monetário Internacional, uma taxa média anual de crescimento de 2,8%, em comparação com 3,5% verificado no ciclo 2013-2017.

As últimas previsões do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento de 3,2% no produto interno bruto mundial para 2024, crescimento ainda abaixo da média dos últimos 3 anos que precederam o período pré-pandemia (2017-2019).

PIB Real Mundial (2018-2024) – Total de 195 Países



Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024



TAXAS DE JURO

Após o ciclo global de um crescimento acentuado nas taxas de juro ao longo de 2022 e 2023, acredita-se que 2024 poderá sinalizar a inversão desse tendência com o início de uma progressiva redução das taxas de juro de referência.

Nos Estados Unidos da América, a Reserva Federal decidiu, em 1 de Maio, manter as actuais taxas de juro entre 5,25% e 5,50%, adiando, nesse sentido, a decisão para o primeiro corte nas taxas, carecendo de uma maior confiança sobre a consolidação dos indicadores de inflação.

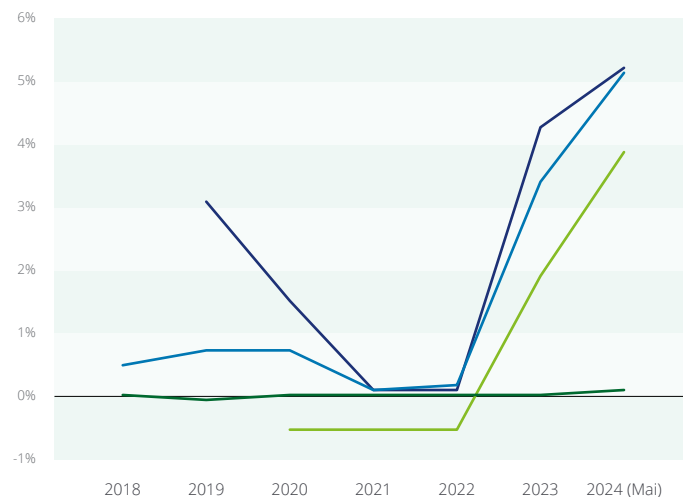
Também o Banco Central Europeu iniciou em 2022 o ciclo de aumentos das suas taxas directoras, entre 4,00% e 4,75%, correspondendo, respectivamente, a operações de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez e de depósitos. A última reunião do Conselho do BCE, de 6 de Junho, decidiu reduzir em 25 pontos base as três taxas de juro de referência – taxa de refinanciamento, taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez e taxa de depósitos – procurando consolidar a projecção da inflação para 2024 em torno de 2,3%, mantendo-se determinado em assegurar o retorno atempado da inflação ao seu objectivo de médio prazo em torno de 2%.

O Banco Central da China sinalizou também, em 20 de Maio, a manutenção, pelo décimo mês consecutivo, da sua taxa de juro de referência em 3,45%.

A taxa Libor USD a 3 meses encerrou o ano 2023 em 5,63%, tendo reduzido marginalmente nos 5 primeiros meses de 2024 para 5,59% ao fecho de Maio. Já a taxa Euribor EUR a 3 meses, que havia encerrado o ano 2023 em torno de 3,93%, reduziu também marginalmente nos primeiros 5 meses do ano 2024 para 3,81% ao fecho de Maio.

Os principais bancos centrais esperam para 2024 uma redução progressiva da pressão inflacionista, a qual irá permitir o início de uma trajectória descendente das principais taxas de juro directoras.

Taxas de juro (2018-2024)



Legenda

SOFR rate (USD) ESTR rate (EUR) SONIA rate (GBP) TONAR rate (JPY)

Fonte: Banco Federal de Nova Iorque, Banco Central Europeu, Banco de Inglaterra, Banco do Japão, de acordo com as séries históricas disponíveis

Nota: Dados referentes ao 1º dia do ano. Em 2024, referentes a 31 de Maio de 2024. A taxa TONAR (Libor JPY) é referente a 30 de Abril de 2024

Nota técnica:

A *Financial Conduct Authority* (FCA), em conjunto com os bancos centrais, tem a decorrer o processo de transição gradual para os indexantes Libor que visa descontinuar a sua actual aplicação e publicação, por novos indexantes:

- *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) por equivalência à Libor USD;
- *Euro Short-term Rate* (ESTR) por equivalência à Libor EUR;
- *Sterling Overnight Index Average* (SONIA) por equivalência à Libor GBP;
- *Tokyo Overnight Average Rate* (TONAR) por equivalência à Libor JPY;

As taxas Libor reflectem a taxa de juro média inerente às operações interbancárias realizadas por um conjunto seleccionado de bancos globais e são calculadas para diferentes moedas (dólar americano, euro, libra esterlina, iene japonês e franco suíço) e para diferentes prazos. A crise financeira de 2008 e os escândalos de manipulações e ineficiências detectadas contribuíram para esta transição, promovendo a definição de novas taxas alternativas que melhor traduzam a representatividade das transacções que as suportam.

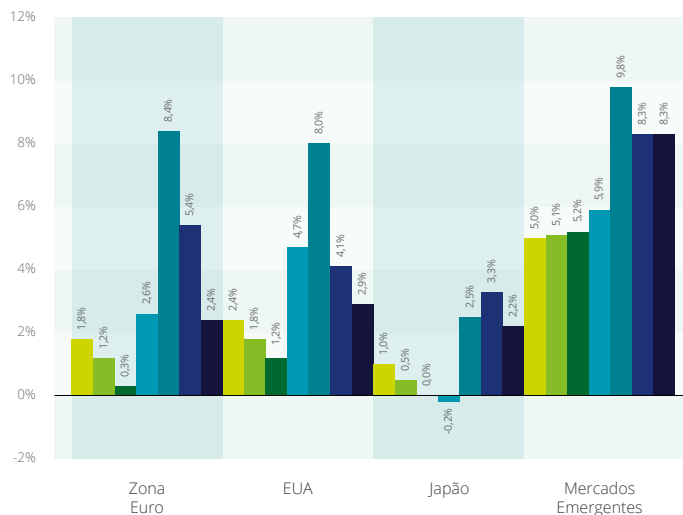
TAXAS DE INFLAÇÃO

Segundo o Fundo Monetário Internacional, verificaram-se taxas de inflação em 2023 em torno de 5,4% na Zona Euro, 4,1% nos Estados Unidos da América, e de 8,3% no conjunto das economias emergentes, consideravelmente abaixo do verificado no ano anterior.

Para 2024 estima-se uma consolidação do processo de redução das taxas de inflação, ainda assim, longe das taxas históricas marginalmente baixas verificadas nas últimas décadas, e num quadro de manutenção de políticas monetárias pelos principais bancos centrais.

Relativamente a 2024, as últimas projecções prevêem taxas de inflação de 2,9% nos Estados Unidos da América e de 2,4% no conjunto das economias da Zona Euro, significando uma desaceleração da taxa de inflação mais acentuada na Zona Euro do que nos Estados Unidos da América, podendo especular-se uma antecipação nas decisões pela redução das taxas de juro de referência na Zona Euro.

Taxas de inflação (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024



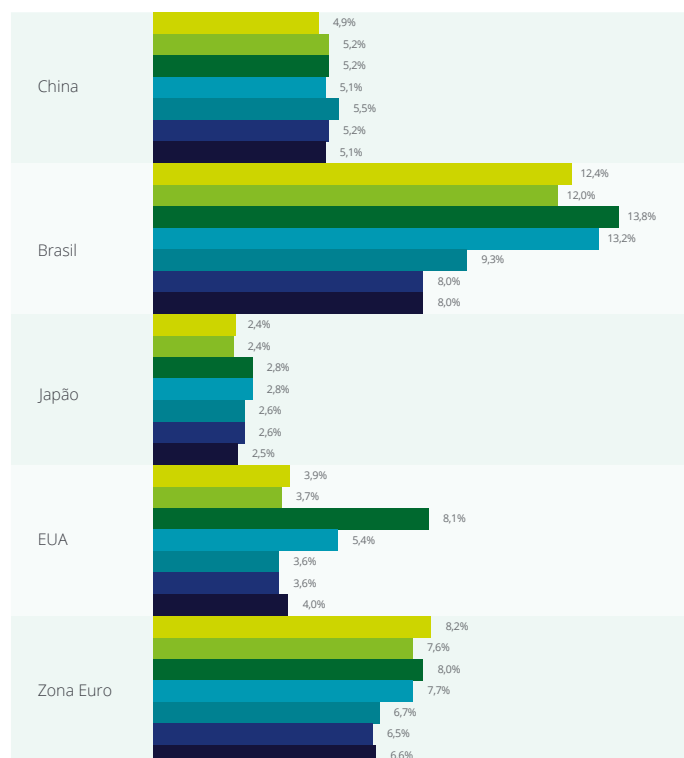
TAXAS DE DESEMPREGO

As taxas de desemprego, entre as principais economias do mundo, têm-se mantido estabilizadas nos últimos anos, apesar do período pandémico 2020-2021 que afectou particularmente as economias com populações que evidenciavam níveis mais baixos de imunidade, e nas quais se verificou a implementação dos bloqueios mais rígidos e longos. No entanto, em virtude do fim do ciclo pandémico, assistiu-se à correcção gradual da taxa de desemprego mundial.

Para 2024, apesar da incerteza quanto à velocidade da redução esperada para a inflação e taxas de juro, o Fundo Monetário Internacional não prevê alterações significativas nos actuais níveis de desemprego para as principais economias mundiais.



Taxas de desemprego (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

MERCADOS ACCIONISTAS

O ano 2023 foi marcado por uma valorização global dos mercados accionistas nas principais praças globais, em contraciclo ao observado no ano anterior.

O índice compósito *MSCI All Country World Index* constituído por empresas de 23 países desenvolvidos e 24 países em desenvolvimento, apresentou, em 2023, uma valorização de 19,7%, e, mais recentemente, nos primeiros 5 meses de 2024, uma valorização de 8,1% até ao fecho de Maio.

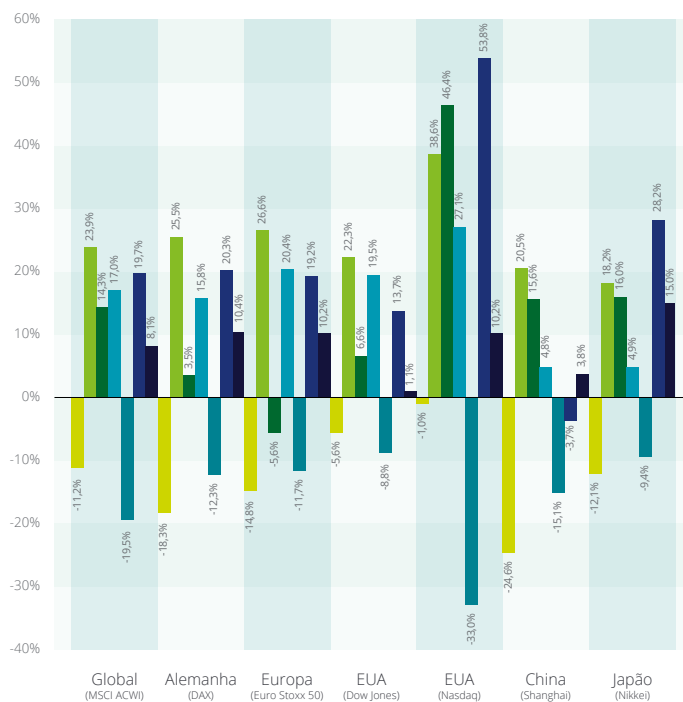
O mercado accionista nos Estados Unidos da América apresentou em 2023 uma valorização superior a 30,0%, destacando-se o índice *Dow Jones* e o índice *Nasdaq* com um crescimento de 13,7% e 53,8%, respectivamente. Nos primeiros 5 meses de 2024, assistiu-se a uma valorização de 1,1% no índice *Dow Jones* e 10,2% no índice *Nasdaq*, com base nas cotações de fecho de Maio de 2024.

Na Europa, o índice *Euro Stoxx 50*, que representa as 50 acções das maiores empresas da Zona Euro, apresentou uma valorização de 19,2% em 2023, tendo valorizado nos primeiros 5 meses de 2024 em 10,2%, com base nas cotações de fecho de Maio de 2024.

Ainda no quadro europeu, a destacar o mercado bolsista de Espanha, que apresentou a maior valorização bolsista entre as principais praças europeias em 2023, alcançando 22,8%.

No mercado asiático, os mercados bolsistas da China e Japão, apresentaram comportamentos díspares em 2023, nos quais, respectivamente, o índice *Shanghai* desvalorizou 3,7% e o índice *Nikkei* valorizou 28,2%.

Mercados accionistas (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (Mai)

Fonte: *Investing, Bloomberg, MSCI*

Nota: Dados referentes a ciclo anual. Em 2024, referentes a 31 de Maio de 2024

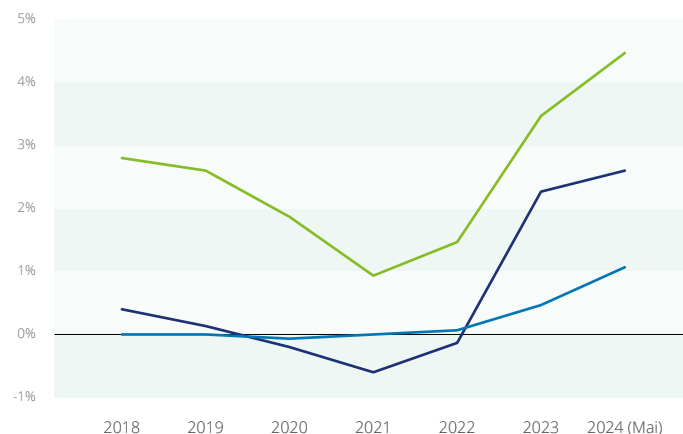
MERCADO DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO

As *yields* associadas às obrigações do tesouro a 10 anos das principais zonas económicas de referência registaram um aumento ao longo de 2023, à semelhança do que tinha sido verificado no ano anterior.

Nos Estados Unidos da América, em 2023, as *yields* das obrigações a 10 anos iniciaram em torno de 3,5%, fechando o ano acima de 3,9%, tendo-se agravado nos primeiros 5 meses de 2024, alcançando 4,5% em Maio do ano corrente, com os investidores a exigirem maior retorno em resultado do agravamento do défice americano neste período.

Na Alemanha, as *yields* das obrigações a 10 anos iniciaram 2023 em torno de 2,3%, fechando o ano em torno de 2,0% e encontrando-se a Maio de 2024 nos 2,7%.

Yields das obrigações do tesouro, 10 anos (2018-2024)



Legenda

- Alemanha - Rendimento da Obrigação a 10 anos
- EUA - Rendimento da Obrigação a 10 anos
- Japão - Rendimento da Obrigação a 10 anos

Fonte: *Investing, Bloomberg, MSCI*

Nota: Dados referentes ao 1.º dia do ano. Em 2024, referentes a 31 de Maio de 2024



Energia

OIL & GAS

Após o período pandémico, a recuperação da economia permitiu potenciar, novamente, o valor do petróleo. Contudo, os diferentes fenómenos globais que se verificaram no decorrer dos últimos anos acabaram por impactar invariavelmente a procura de petróleo e, consequentemente, o seu preço.

Após o primeiro semestre de 2023 de relativa estabilidade no preço do petróleo, assistiu-se, em Agosto, a uma variação crescente na ordem dos \$10 USD do valor por barril, devido ao reforço do posicionamento da Rússia e da Arábia Saudita na produção e exportação de petróleo, factor que, consequentemente, promoveu cortes na produção, até ao final do ano, dos restantes países pertencentes à OPEP.

Neste contexto, e após concertação de várias visões e a experiência na liderança da Organização em 2022, o Executivo angolano decidiu, em Dezembro de 2023, retirar o País da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a fim de procurar evitar o impacto das dificuldades económicas que, inevitavelmente, resultariam com a limitação de produção imposta pela Organização. De acordo com as directrizes de produção alocadas a Angola pela OPEP, Angola teria de limitar a sua produção a 1,1 milhões de barris por dia, por contraste à meta estabelecida pelo Executivo para o ano de 2024, em torno de 1,2 milhões barris.

Adicionalmente, o conflito entre Israel e a Palestina despoletado em Setembro de 2023, originou impactos na previsibilidade e volatilidade do valor do petróleo. O preço por barril, no dia imediatamente anterior ao início do conflito, encontrava-se abaixo dos \$83 USD, tendo subido cerca de \$3 USD logo após o primeiro dia do confronto e alcançado valores muito próximos dos \$90 USD durante o primeiro mês do conflito. Por conseguinte, na sequência do arranque do conflito, tinha sido previsto pela Bloomberg um aumento substancial do preço do petróleo até um valor hipotético de \$150 USD no final de 2023, condição que poderia levar a um impacto significativo na performance da economia mundial, avaliado em cerca de mil milhões de USD, cuja previsão acabou por ser posteriormente revista em baixa, dada a relação entre a procura e a oferta e, consequentemente, a volatilidade do preço terem estabilizado.

Preço do petróleo (2018-2024)



Legenda

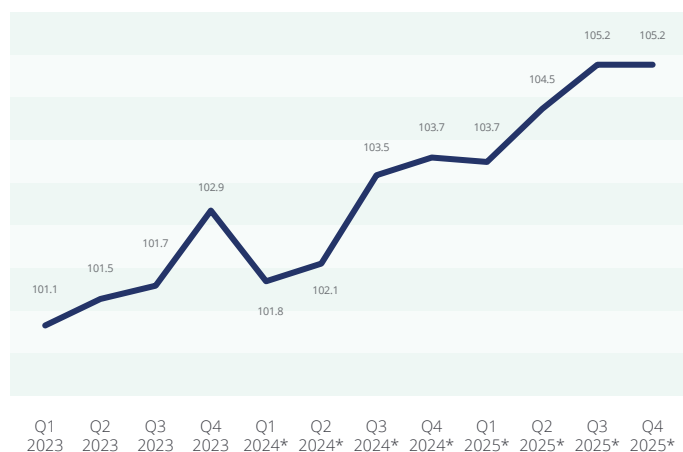
— Crude Oil — Brent Oil

Unidade: US dólares por barril

Fonte: US Energy Information Administration

Nota: Dados de cotações diárias com última cotação apresentada referente a 31 de Maio de 2024

Produção de Petróleo Mundial (2023-2025e)



Legenda

— Produção mundial

Unidade: Milhões de barris por dia

Fonte: International Energy Agency, Maio 2024

*Nota: Projeções estimadas, International Energy Agency

Durante o ano de 2023 observou-se uma redução na adesão ao conceito de compra de veículos eléctricos em particular na Alemanha, situação que se traduziu numa descida da percentagem de carros eléctricos vendidos de 30% em 2022, para 25% no final de 2023. Este fenómeno fez com que algumas das grandes marcas de automóveis, tais como a Mercedes e a Volkswagen, revissem a sua estratégia de transição progressiva para a venda de carros exclusivamente eléctricos. Contudo, apesar de não terem sido verificadas oscilações directas derivadas do contexto referido, é possível constatar que o processo de descontinuidade dos veículos movidos a combustíveis fósseis poderá prolongar-se por mais anos face ao inicialmente previsto.

No global, em 2023, foram consumidos em média 101,8 milhões de barris por dia, representando um aumento de 2,3 milhões face a 2022. As projecções para 2024 apontam para um consumo diário de 102,8 milhões de barris, o equivalente a um aumento de 1%, isto é, mais 1 milhão de barris por dia face ao consumo verificado em 2023.

O preço por barril estimado pela Bloomberg para finais de 2024 situa-se acima dos \$80 USD, estando a cotação prevista pela Goldman Sachs entre dos \$70 e os \$90 para o mesmo período. A estimativa deste banco de investimento, sustenta-se na premissa do aumento de produção dos EUA, cujo valor deverá situar-se num ritmo acima do inicialmente previsto, prevendo-se 900 mil barris por dia. Com o contributo de outros países, como o Brasil e a Venezuela, a produção adicional deverá compensar os cortes de produção dos países que pertencem à OPEP¹.

Por fim, de acordo com o relatório mais recente da Agência Internacional de Energia de Maio 2024, é expectável que os membros pertencentes à OPEP+ 1 continuem nos seus cortes de produção durante 2024, mantendo-se desta forma o preço do barril perto de \$90 USD, descendo em 2025 para uma média de \$85 USD, assim que a oferta se ajustar à procura mundial. No entanto, continua a existir incerteza relativamente aos países do Médio Oriente, factor que potencia a volatilidade acrescida dos preços do petróleo e, consequentemente, o aumento progressivo dos respectivos valores.

Produção de Petróleo, OPEP e Não-OPEP (2023–2025E)



Legenda

■ OPEP ■ Não-OPEP

Unidade: Milhões de barris por dia

Fonte: *International Energy Agency*, Maio 2024

*Nota: Projecções estimadas, *International Energy Agency*

¹ OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo, que integra um conjunto de países com direito pleno de voto nas decisões da Organização. OPEP+: Integra um conjunto adicional de países como membros da Organização, porém, sem direito de voto.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Um pouco por todo o mundo, com maior ou menor intensidade e impacto, decorre um processo, naturalmente gradual, de descarbonização e transição energética das economias, à luz da entrada em vigor em 2016 do Acordo de Paris, subscrito por 194 países e que ambiciona a neutralidade das emissões de dióxido de carbono até 2050 como forma de delimitar o aumento do aquecimento global em 1,5° *celsius*.

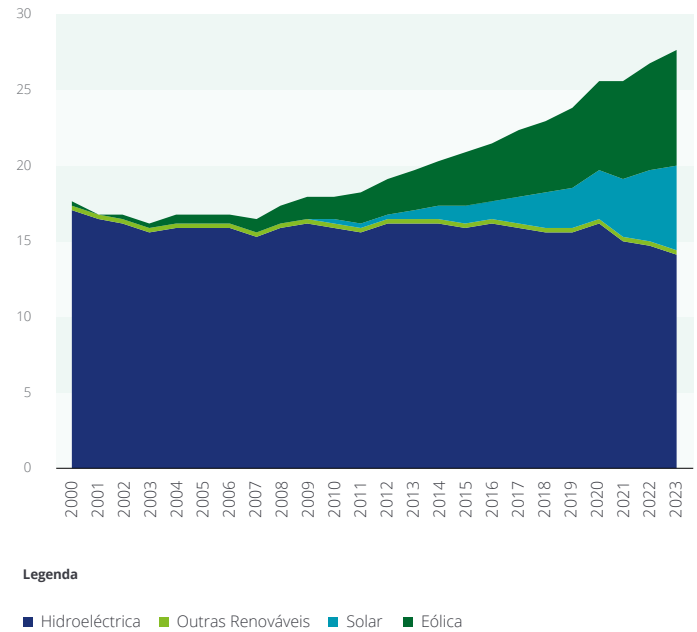
Adicionalmente, em 2023, na Cimeira do Clima das Nações Unidas COP28, mais de 100 países acordaram em triplicar a sua capacidade de produção de energia renovável até 2030, reforçando o esforço global na transição para uma economia “verde”.

O mesmo ano apresentou um marco histórico na transição energética, perto de 30% da energia consumida teve por base fontes renováveis, segundo o Global Energy Review 2024. A energia solar foi a fonte preponderante deste factor, cujos investimentos em tecnologia permitiram que ultrapassasse o crescimento da energia eólica no fornecimento de energia renovável.

Assim, e somando o fornecimento de energia nuclear à equação, é evidenciado um consumo de 40% de energia com origem em fontes de baixa emissão de carbono. Contudo, a utilização desta energia continua a não ser consensual entre algumas potências globais, isto é, países como os EUA e a França permanecem a assumir um papel de investimento nesta tecnologia, em contraste com a Alemanha que fechou as suas últimas 3 centrais nucleares em 2022.

As energias solares e eólicas continuam em clara expansão, comparativamente com as restantes fontes de energia renováveis, representando 13,4% da energia consumida em 2023, aumentando em 1,5% comparativamente ao consumo global de 2022.

Peso da produção das energias renováveis (2000–2023)



Fonte: Global Energy Review 2024

Apesar de se manter como a maior fonte de energia renovável, com uma quota de 14,3% em 2023, a energia hidroelétrica baixou a sua produção para o valor mais baixo registado nos últimos 5 anos. Não obstante os investimentos globais na construção de novas barragens, devido à concentração das chuvas na primeira parte do ano, segundo a Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA), foram dadas instruções para se reduzir a utilização das barragens com o objectivo de reduzir falhas de electricidade.

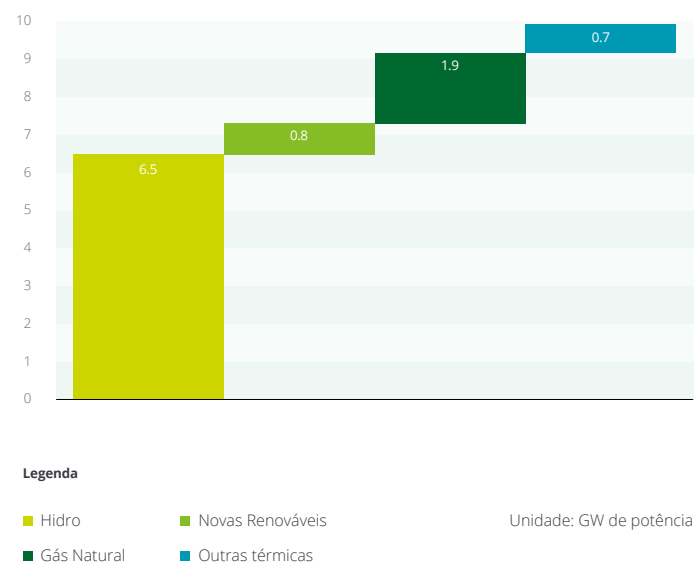
No panorama global, a China assume um papel preponderante no aumento da utilização de energias renováveis, sendo responsável por 51% do aumento da produção de energia solar e de 60% da energia eólica. A União Europeia e o Brasil foram responsáveis por 24% e 7%, respectivamente, do aumento da energia eólica, tendo-se verificado um crescimento de 12% e 11% da produção da energia solar por parte da União Europeia e dos EUA, respectivamente.

Relativamente a África, o cenário na aposta em energias renováveis ainda se encontra numa fase prematura de desenvolvimento quando comparado com as principais economias mundiais, no entanto a dar os primeiros passos com investimentos interessantes na África Subsaariana, nomeadamente em Angola. Segundo a IRENA, o continente africano representa cerca de 20% da população mundial, no entanto, consumiu apenas entre 4% a 5% do total de energia produzida em 2023. Do total de energia consumida pelo continente africano, 23% provém de energia renovável, tendo sido a energia hídrica a fonte mais preponderante do consumo referido. Ainda assim, as energias solares e eólicas continuam a ser alvos estratégicos de investimentos na última década, tendo sido observado um crescimento anual médio de 44% e 21%, respectivamente. Constatase que os investimentos em energias renováveis em África entre 2010 e 2020 rondaram 55 mil milhões de USD, sendo 75% deste valor suportado por 4 países: África do Sul, Marrocos, Quênia e Egípto.

Os países africanos têm vindo a consolidar o seu posicionamento no que respeita ao aumento da sua produção de energia proveniente de fontes renováveis. No *Africa Climate Summit* de 2023, os líderes de diferentes nações assumiram como compromisso o aumento da produção de energias renováveis de 62 GW (*Gigawatt*) verificados em 2023, para 300 GW até 2030, sendo um objectivo exigente face às ambições dos países intervenientes no COP28.

No que respeita ao contexto energético nacional, Angola continua a revelar potencial para a consolidação da adopção de energias renováveis, dado a preponderância da produção deste tipo de energias não ter ainda ultrapassado os 0,5% do PIB, com uma produção de 6,2 GW em 2023, da qual 60% teve origem em fontes hídricas e 36% em fontes térmicas.

Produção de energia prevista em Angola (2025)



Fonte: Angola Energia 2025, Ministério da Energia e Águas

Até 2025, o Executivo pretende aumentar a sua produção hídrica para 6,5 GW e a produção das restantes energias renováveis para 800 MW (*Megawatt*). Para suportar o alcance destes objectivos está previsto a construção de barragens mini-hídricas, as quais irão permitir a electrificação de municípios em redes isoladas. Relativamente às restantes energias renováveis, está prevista a instalação de centrais de energia solar, a construção de uma fábrica de painéis fotovoltaicos, bem como a instalação de 2 a 3 parques eólicos em Angola, prevendo o Executivo, aumentar até 2027 a taxa de electrificação do país para 50%, com a incorporação de, pelo menos, 74% de energias renováveis.

Enquadramento Económico Africano

Taxa de crescimento real do PIB

	2024 (E)	2023
África do Sul	2,6%	0,6%
Angola	2,6%	0,5%
Nigéria	3,3%	2,9%
Quénia	5,0%	5,5%
África	3,4% / 3,8% ¹	2,6% / 3,4% ¹

Em 2023, no conjunto das economias africanas, verificou-se um arrefecimento do crescimento do produto interno bruto que havia sido verificado no ano anterior, destacando-se, entre as principais economias, a manutenção do crescimento do Quénia. Para 2024, estima-se um maior crescimento económico global nesta geografia, ainda assim, fortemente dependente das pressões inflacionistas que ainda permanecerão num conjunto significativo de países.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Taxa de crescimento real do PIB *per capita*

	2024 (E)	2023
África do Sul	-0,6%	-0,9%
Angola	-0,4%	-2,5%
Nigéria	0,8%	0,3%
Quénia	3,2%	3,7%

Entre as principais economias africanas, o PIB per capita deverá manter uma trajectória de resistência face ao crescimento populacional estimado, onde o crescimento do produto interno bruto terá que acompanhar o crescimento da população, exceptuando o Quénia onde se perspectiva a permanência da melhoria do indicador que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

¹ Estimativas do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, respectivamente



Taxa de Inflação

	2024 (E)	2023
África do Sul	4,9%	5,9%
Angola	22,0%	13,6%
Nigéria	26,3%	24,7%
Quénia	6,6%	7,7%
África	15,3%	16,2%

Entre as principais economias africanas, a destacar os níveis de inflação historicamente mais baixos na África do Sul e no Quénia, estimando-se para 2024 a continuidade dessa trajectória de redução da taxa de inflação nesses países. Pelo contrário, Angola e Nigéria apresentam uma pressão inflacionista expressiva, que deverá manter-se ao longo de 2024.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Introdução

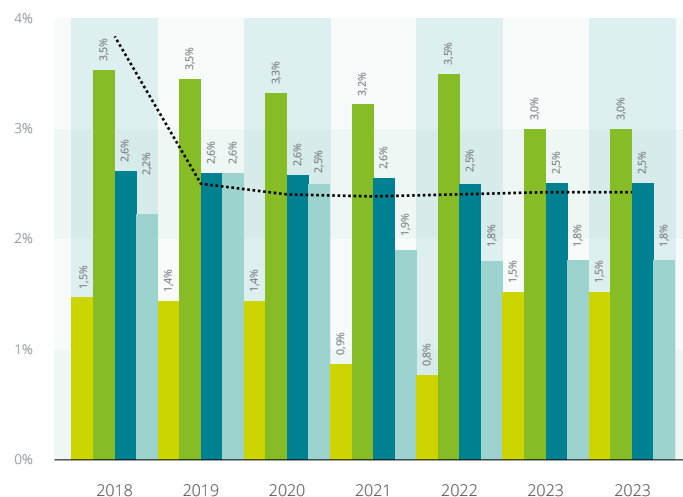
Segundo o Fundo Monetário Internacional, estima-se que a população agregada do continente africano tenha ultrapassado em 2024 a fasquia de 1,4 mil milhões de pessoas, o equiparável à população da China e ao dobro da população na Europa, traduzindo um crescimento médio anual acima de 2,5% entre 2018 e 2024.

Entre as principais economias africanas, Angola tem apresentado uma das taxas de crescimento da população mais elevadas, acima de 3% ao ano.

Segundo o Banco Mundial, a população africana na região Subsaariana, representativa de 45 países africanos, poderá atingir 2,5 mil milhões até 2050 e 4,3 mil milhões em 2100.

As Nações Unidas, no seu *Africa Governance and Development Outlook 2024*, estima que cerca de 75% da população da África Subsaariana não tem acesso a saneamento seguro, 53% não tem acesso a electricidade, 52% não tem acesso a cuidados de saúde primários, e ainda permanece uma elevada taxa de exclusão educacional na qual mais de 30% da população adulta não sabe ler, apesar de, actualmente, mais de 80% das crianças em idade escolar frequentarem uma escola.

Taxas de crescimento da população (2018-2024)



Legenda

■ África do Sul ■ Angola ■ Nigéria ■ Quênia África

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

PRODUTO INTERNO BRUTO

No conjunto das economias africanas, o produto interno bruto tem observado um crescimento médio anual em torno de 3% nos últimos 6 anos, tendo alcançado 3,4% em 2023, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

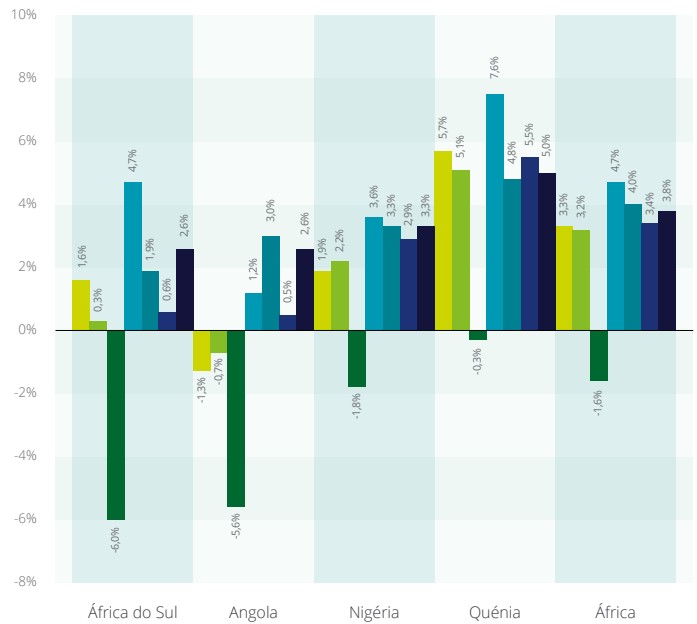
Entre as maiores economias africanas, o Fundo Monetário Internacional destaca o crescimento do PIB em 2023 verificado no Quênia em 5,5%, na Nigéria em 2,9%, em Angola de 0,5% e na África do Sul em torno dos 0,6%.

As mais recentes projecções de Abril do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento do produto interno bruto africano em 2024 de 3,8%, e para 2025 de 4,0%.

O Banco Mundial, de acordo com a revisão das suas projecções efectuada em Abril último, estima um crescimento de 3,4% em 2024 do produto interno bruto na totalidade das economias africanas, nas quais cerca das dez maiores economias da região irão justificar cerca de 80% do crescimento previsto.

O *ranking* das maiores economias do continente africano, em termos de produto interno bruto, é liderado pela Nigéria, logo seguido pela África do Sul, devendo sublinhar-se o diferencial de população entre os dois países, onde a Nigéria apresenta uma população quase quatro vezes superior à África do Sul.

PIB real (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

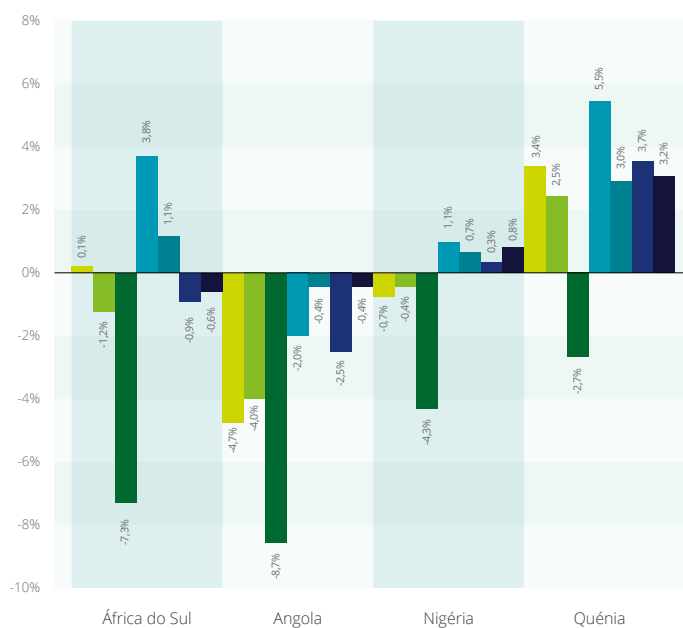
Nesse pressuposto, não só o produto interno bruto de cada país africano se apresenta heterogéneo em termos de riqueza gerada, decorrente essencialmente da diferenciação de recursos naturais disponíveis, como a diversidade na densidade populacional de cada país também se traduz num PIB *per capita* que se apresenta díspar. Assim, a análise da sua variação percentual ao longo de um determinado período pode revelar-se menos conclusiva em termos de comparabilidade directa entre os diferentes países.

Nos últimos 6 anos, de acordo com os cálculos do Fundo Monetário Internacional relativamente à análise do PIB *per capita* das maiores economias africanas, o Quênia destaca-se, apresentando a taxa média anual de 2,6% para o período compreendido entre 2018 e 2024, tendo alcançado 3,7% em 2023. Em contraciclo, a África do Sul, Nigéria e especialmente Angola, apresentaram uma taxa média negativa de crescimento no seu PIB *per capita* no período 2018-2024.

Segundo os cálculos do Banco Mundial, o PIB real *per capita* de África, nas últimas seis décadas, perdeu terreno em relação às restantes regiões do globo, essencialmente devido aos seguintes factores:

- a sua instabilidade e maior variabilidade entre os países;
- a diversidade de experiência de crescimento entre países;
- o crescimento da economia cada vez menor em relação a outros grupos de países;
- o crescimento da economia com ciclos mais longos e recessões maiores em relação a outros grupos de países;
- a contribuição pouco significativa dos factores de produtividade para crescimento a longo prazo;
- o crescimento impulsionado pela utilização de capital natural ao invés dos factores de produtividade.

PIB *per capita*, em moeda nacional (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

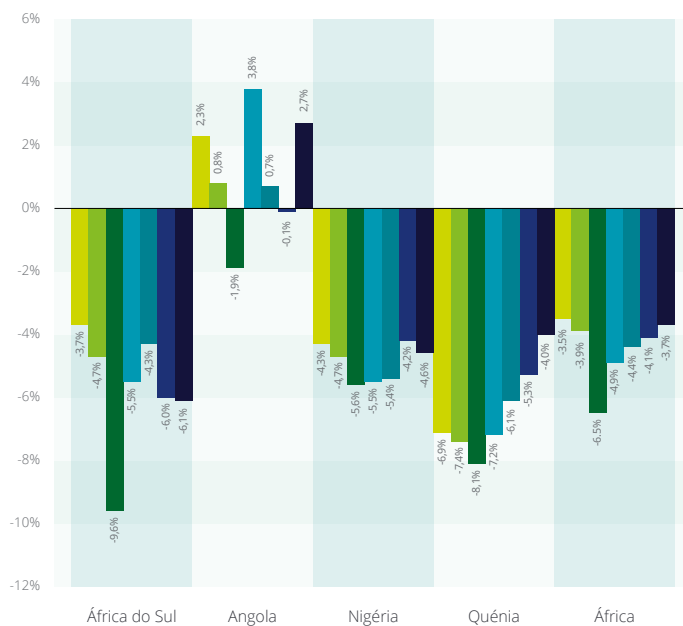
DÉFICES PÚBLICOS

A menor capacidade de acesso a fontes de financiamentos internacionais por parte dos países africanos, devido às razões de risco geopolítico, sociodemográfico e económico, afecta esta região do globo que já enfrenta desequilíbrios macroeconómicos elevados, restando a cada País, no uso da gestão cambial da sua moeda e mix de caracterização da sua estrutura económica, aplicar uma política monetária prudente e definir a alocação de fundos públicos para o desenvolvimento das suas economias.

Nesse quadro, as economias africanas apresentam tradicionalmente défices públicos superiores aos verificados em outras regiões do globo, em particular nas economias ocidentais, alcançando no conjunto das suas economias um défice público de 4,1% em 2023, de acordo com os últimos cálculos do Fundo Monetário Internacional, prevendo para 2024 um défice público em torno de 3,7%.

Entre as principais economias africanas, merece destaque Angola que, segundo cálculos do Fundo Monetário Internacional, apresentou um défice de 0,1% em 2023, muito abaixo dos défices verificados nas restantes principais economias africanas.

Défices públicos (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

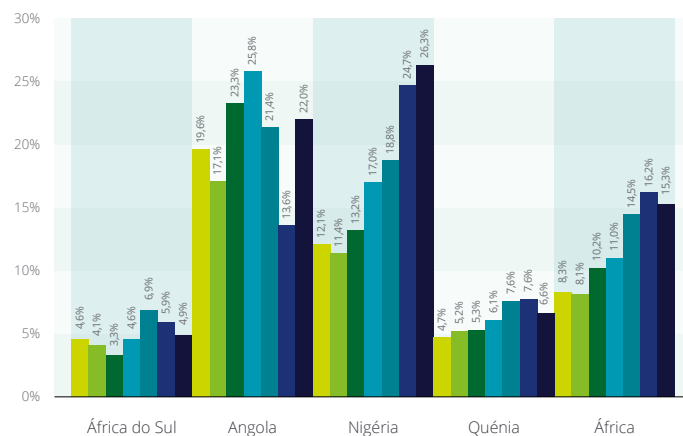


TAXAS DE INFLAÇÃO

Segundo o Fundo Monetário Internacional, no seu *World Economic Outlook* de Abril, a taxa de inflação agregada do continente africano, rondou 16,2% em 2023, merecendo destacar-se entre as principais economias africanas, a África do Sul com 5,9%, o Quênia com 7,7%, a Nigéria com 24,7% e Angola com 13,6%.

Para a globalidade dos países africanos, prevê-se para 2024 um ligeiro abrandamento da taxa de inflação, ainda assim muito elevada e em torno de 15,3%, devendo destacar-se a Angola e a Nigéria, acima de 22% e 26%, respectivamente.

Taxas de inflação (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024



COMÉRCIO EXTERNO

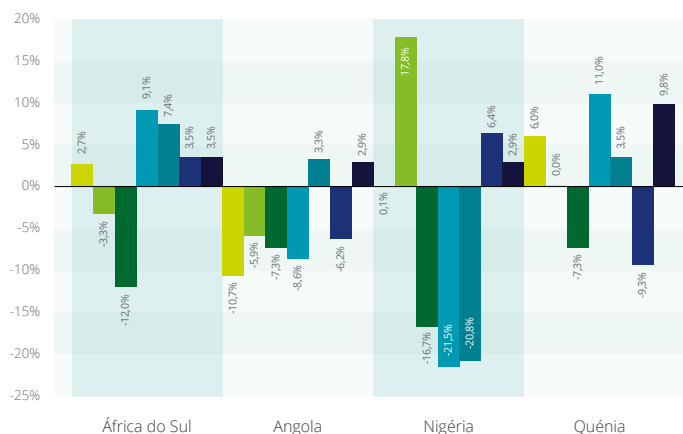
África tem vindo a desempenhar um papel central no quadro da transição energética global e subsequente aumento da procura internacional por produtos primários, denominados de *commodities*, em particular, petróleo, minérios e produtos agro-pecuários. O continente é rico em minerais raros, entre os quais, ouro, diamante, estanho, cobalto, níquel, cromo, nióbio e tântalo. A produção agrícola no continente tem atraído o interesse internacional e o investimento estrangeiro para a produção agrícola e de biocombustíveis.

Os dividendos das exportações encontram-se assim fortemente dependentes dos ciclos económicos globais e das cotações internacionais dessas *commodities*, situação que desde 2022 se mantém adversa por força da inflação e da desvalorização cambial verificada nas principais moedas africanas.

A evolução futura do consumo global e dos níveis de confiança das principais economias industrializadas, em particular dos Estados Unidos da América, da Europa e da China, serão determinantes para o impacto económico em exportações de *commodities* nas economias africanas no quadro do comércio internacional.

Exceptuando o período pandémico, onde se verificou uma paralisação global do comércio internacional, as economias africanas encontram-se historicamente dependentes de importações, em particular, de bens de equipamentos produtivo e de consumo, relativamente aos quais é expectável, em termos médios, continuar a verificar-se um aumento das importações nas principais economias africanas.

Exportações de bens e serviços (2018-2024)

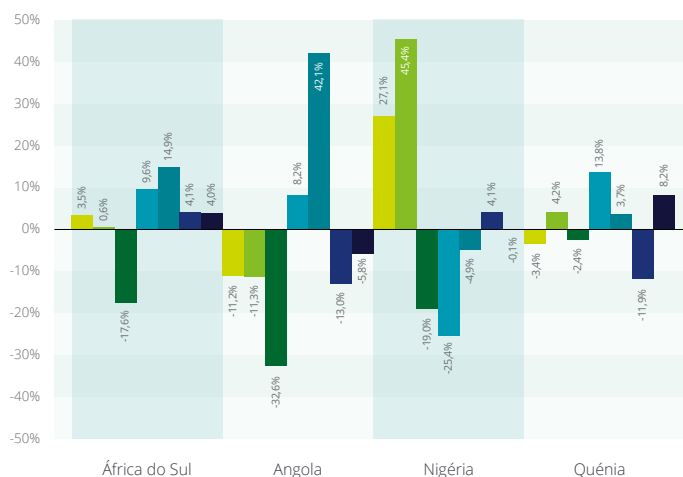


Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

Importações de bens e serviços (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (E)

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO LÍQUIDO

Independentemente dos critérios de análise da competitividade dos países para atrair investimento directo estrangeiro, os riscos geopolíticos são o pilar crucial para qualquer decisão de investimento, aliado, entre outros, a factores de natureza sociodemográfica, económica e fiscal.

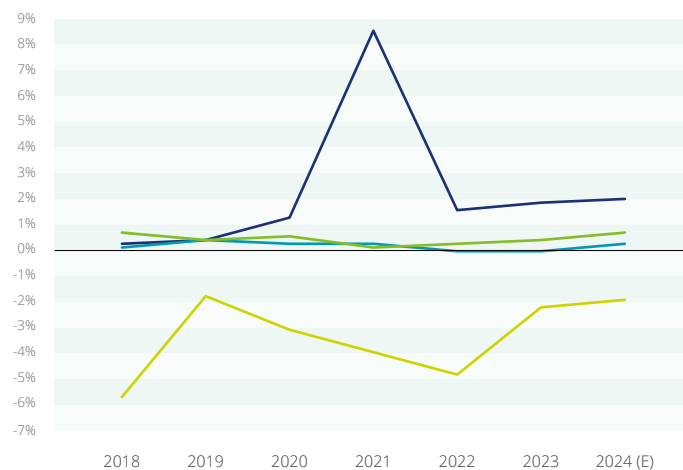
No último *World Economic Outlook* de Abril do Fundo Monetário Internacional, são destacados alguns dos eventos verificados nos últimos anos que têm promovido uma fragmentação do quadro global do investimento estrangeiro, em particular, a tensão iniciada em 2018 na relação entre os Estados Unidos da América e a China, o impacto nas cadeias de distribuição da pandemia globalmente sofrida em 2020, a a guerra da Ucrânia iniciada em Fevereiro de 2022 e mais recentemente, o conflito entre Israel e a Palestina.

Neste contexto, entre as principais economias africanas, o contributo líquido do investimento directo estrangeiro sobre o produto interno bruto assume maior relevância na África do Sul, enquanto economia mais industrializada do continente, apresentando nos últimos 6 anos uma taxa média anual de crescimento do investimento estrangeiro de 2,6%, em comparação com outros países como Angola (-4,0%), Nigéria (0,2%) e Quênia (0,4%).

Para 2024, o Fundo Monetário Internacional perspectiva variações no investimento directo estrangeiro muito similares às verificadas em 2023, mantendo Angola com taxas negativas de crescimento em torno de 2,1%.

É assumida a premissa de que a evolução do investimento directo estrangeiro em África, à semelhança das restantes regiões do globo, dependerá sempre da capacidade individual de cada País em atrair investimento. No entanto, a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2021 do *African Continental Free Trade Area* (AFCFTA), um acordo celebrado entre 54 países da União Africana e 8 regiões económicas internacionais, representa um primeiro passo para operacionalizar a maior área de comércio livre do Mundo, com uma abrangência de 1,4 mil milhões de pessoas, sendo um dos projectos mais emblemáticos da *Agenda 2063, The Africa We Want*.

Investimento directo estrangeiro líquido (2018-2024)



Legenda

— África do Sul — Angola — Nigéria — Quênia

Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

Enquadramento Económico Angolano

Taxa de crescimento real do PIB

2024 (E) 2,6% / 2,8% / 3,0%¹

2023 0,5%

Em 2023, a economia angolana abrandou o ciclo de crescimento económico que se vinha a registar desde 2021, em resultado da desvalorização expressiva da moeda e que poderá comprometer as projecções para 2024.

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Dívida Pública

2024 (E) 73%

2023 84%

O ano de 2023 quebrou a trajectória de redução da dívida pública angolana que se vinha a verificar desde 2021, em resultado da forte desvalorização cambial, entre outros factores, que impactou para um crescimento da dívida pública. No entanto, para 2024, o Executivo estima uma retoma dessa trajectória de redução.

Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2024

Taxa de inflação

2024 (E) 23,4%

2023 20,1%

Em 2023 a taxa de inflação em Angola superou os 20%, bem acima do verificado no ano anterior, decorrente da forte desvalorização cambial da moeda nacional. Estima-se que a pressão inflacionista permaneça ao longo de 2024, estimando-se uma taxa de inflação acima de 23%.

Fonte: Banco Nacional de Angola e Instituto Nacional de Estatística

Valor do Kwanza

2024 (Maio)² -2,8%

2023 -64,5%

A moeda Kwanza assistiu em 2023 a uma desvalorização muito expressiva face ao dólar americano, tendo contudo, nos primeiros 5 meses de 2024, permanecido mais estável, mantendo-se contudo fortemente exposto à evolução da cotação do *crude* nos mercados internacionais e da inflação na economia angolana.

Fonte: Banco Nacional de Angola

Taxa básica de juro

2024 (Maio)³ 19,5%

2023 18,0%

O Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola tem procurado responder aos desafios inflacionistas verificados na economia, às variações cambiais da moeda e à manutenção dos níveis de massa monetária do país, tendo a taxa básica de referência do BNA progredido em +1,5% nos primeiros 5 meses de 2024.

Fonte: Banco Nacional de Angola



¹ Estimativas do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Executivo Angolano, respectivamente

² Variação desde o início do ano face ao dólar americano, com base na cotação no último dia do período

³ Taxas do último dia do período

Introdução

A economia angolana enfrentou um período de recessão económica entre 2014 e 2021, tendo recebido uma assistência financeira do Fundo Monetário Internacional com o propósito de restaurar a sustentabilidade externa e orçamental, melhorar a governação, e acelerar o processo de diversificação da economia, por forma a promover um crescimento económico mais sustentável e mais alavancado no sector privado.

Em 2023, a economia angolana confrontou-se com um cenário adverso, influenciado por um panorama internacional desfavorável, onde a diminuição do preço do petróleo e o aumento das taxas de juro internacionais conjugaram-se com uma produção petrolífera nacional abaixo do esperado e um elevado serviço da dívida externa do País.

Assim, em 2023, foi verificado um abrandamento do crescimento do produto interno bruto da economia angolana, tendo alcançado apenas 0,5%, segundo os cálculos mais recentes do Fundo Monetário Internacional, quando comparado com um crescimento de 3,0% verificado em 2022.

A forte desvalorização cambial da moeda angolana observada a partir do final do 2^a trimestre de 2023 comprometeu a execução dos principais indicadores macroeconómicos previstos para esse ano, em particular, no que concerne aos objectivos do Executivo para os níveis de inflação e de dívida pública.

O Executivo, de acordo com os dados mais recentes, prevê que em 2024 a economia angolana alcance um crescimento do produto interno bruto em torno de 3,0%, tendo apresentado no 1^o trimestre do ano um crescimento de 3,6%, acima da meta anual prevista.

Em termos de PIB *per capita* mantém-se a tendência de redução, na medida em que o crescimento do produto interno bruto não acompanha o crescimento populacional.

PIB real (2018-2024)



Legenda

— PIB (mil milhões AOA) — PIB per capita (em AOA)

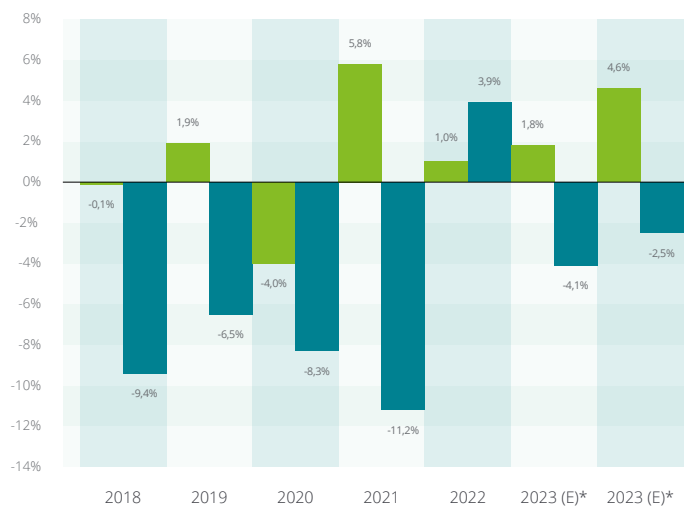
Fonte: Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook*, Abril 2024

Principais indicadores macroeconómicos

PRODUTO INTERNO BRUTO

De acordo com os dados mais recentes divulgados pelo Executivo, a economia angolana cresceu 0,9% em 2023, influenciada por uma regressão do produto interno bruto do sector petrolífero, após uma série de crescimentos anuais que se verificava desde 2021. A decisão do Executivo a 21 de Dezembro de 2023, pela saída de Angola da OPEP, após 16 anos como membro da Organização, teve como objectivo principal o aumento da produção petrolífera e respectivo impacto no produto interno bruto do País.

PIB real petrolífero e não petrolífero (2018-2024)



Legenda

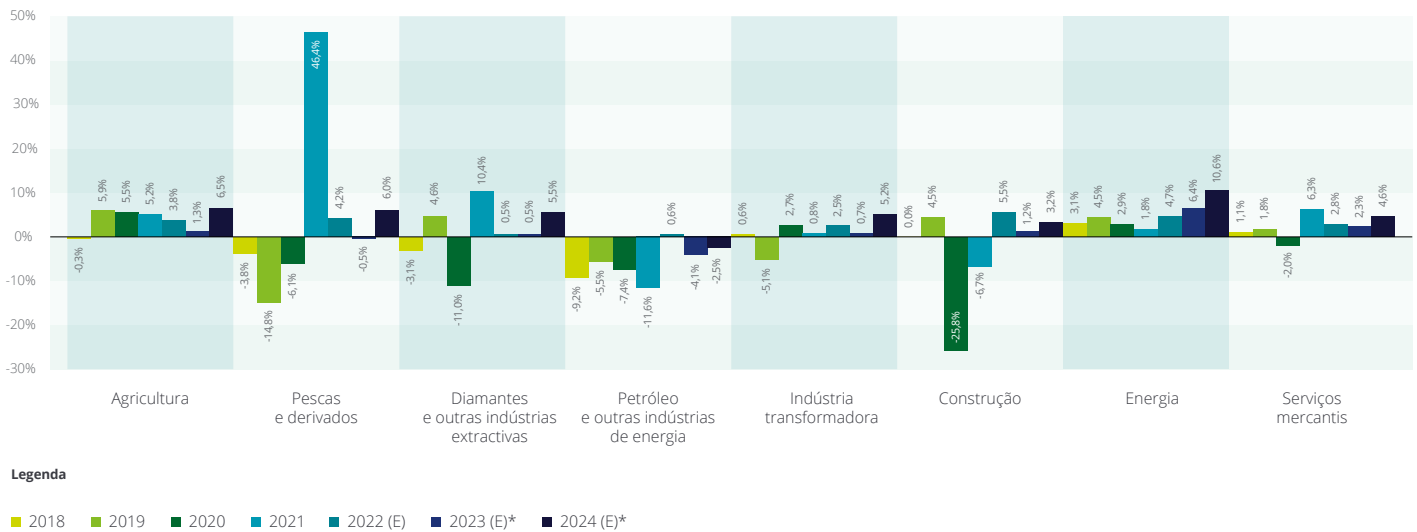
■ Sector não petrolífero ■ Sector petrolífero

Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2024

* Nota: Dados apresentados para os anos 2023 e seguintes, reflectem a actualização das projecções económicas do Orçamento Geral do Estado no âmbito da Programação Macroeconómica Executiva



PIB por sectores de actividade (2018-2024)



Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2024

* Nota: Dados apresentados para os anos 2023 e seguintes, reflectem a actualização das projecções económicas do Orçamento Geral do Estado no âmbito da Programação Macroeconómica Executiva

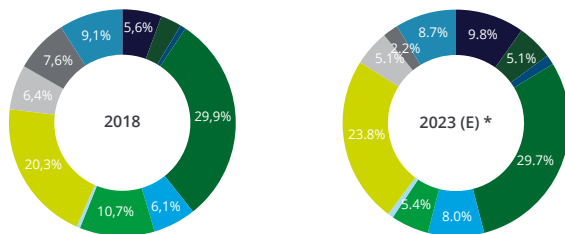
Para 2024, as últimas previsões macroeconómicas do Fundo Monetário Internacional expressas no *World Economic Outlook* de Abril, apontam para um crescimento da economia nacional em 2,6%, abaixo das últimas previsões do Executivo, que apontam para um crescimento em torno de 3,0%.

Já o Banco Mundial, no seu *Global Economic Prospects* de Janeiro último, confirma para 2023 um crescimento do PIB angolano em 0,5%, estimando para 2024 um crescimento em torno de 2,8%, abaixo das previsões anteriores, por considerar que o investimento crescerá mais lentamente que o esperado.

Para o sector petrolífero, o Executivo prevê que em 2023, de acordo com a última revisão das projecções económicas inerentes ao seu programa orçamental, tenha apresentado um crescimento negativo de 4,1%, estimando um peso contributivo do sector para o produto interno bruto angolano em torno de 29,7%.

O sector não petrolífero, de acordo com o Executivo, deverá em 2023 ver o seu contributo para o produto interno bruto ascender a 70,3% de acordo com a última revisão em Abril das projecções económicas inerentes ao seu programa orçamental, merecendo destaque o sector de energia onde se prevê um crescimento de 6,4%, a acumular ao crescimento verificado nesse sector em 2022 de 4,7%.

Estrutura da economia (2018-2023*)



Legenda

- Agropecuária e Silvicultura
- Pesca
- Diamantes, Minerais e Outros
- Petróleo e Gás Natural
- Indústria Transformadora
- Construção
- Energia
- Serviços Mercantis
- Serviços Financeiros e Imobiliários
- Administração Pública

Fonte: Banco Nacional de Angola – Contas Nacionais

* Nota: Últimos dados disponíveis e preliminares

DÍVIDA PÚBLICA

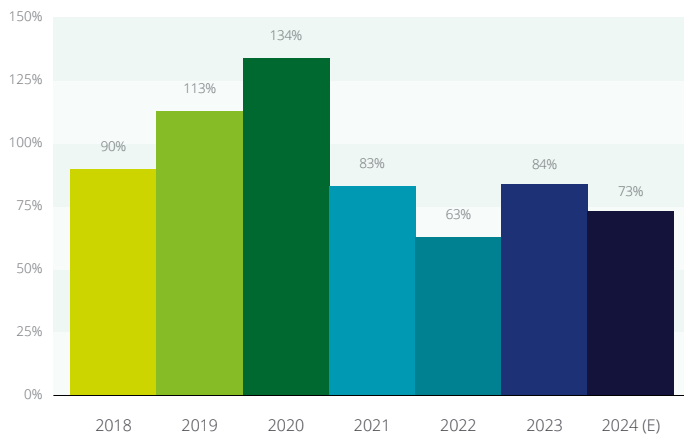
A assistência financeira do Fundo Monetário Internacional entre 2018 e 2021 permitiu ao País consolidar, entre outros, níveis inferiores de dívida pública, que tinham atingido mínimos históricos em 2022.

Em 2023, a dívida pública cresceu, segundo o Executivo, para 84% do PIB, reflectindo a evolução cambial desfavorável, equivalente a 81 mil milhões de dólares.

O Fundo Monetário Internacional, no seu *World Economic Outlook* de Abril, confirma uma dívida pública angolana de 84% em 2023 e uma projecção para 2024 em torno de 70%, abaixo das previsões do Executivo.

O Executivo angolano apresentou no início de 2024, a sua *Estratégia de Endividamento de Médio Prazo 2024-2026*, aprovada pelo Decreto Presidencial 52/24, que visa orientar o Executivo na contratação de novos financiamentos e gestão da carteira de dívida. Segundo o documento, a estratégia para o próximo triénio 2024-2026 privilegiará a captação de financiamentos semi-concessional (empréstimos no âmbito da ajuda ao desenvolvimento com prazos maiores e juros mais baixos) com o objectivo de "melhorar o custo e a maturidade da dívida", devendo ser implementadas "acções para garantir a redução da concentração de serviço de dívida, nos próximos exercícios económicos, de modo que não tenha um peso na despesa total superior a 45%".

Dívida pública (2018-2024)



Legenda

Dívida Pública (% PIB)

Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2024; Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças – Plano Anual de Endividamento 2024, Abril 2024

TAXA DE INFLAÇÃO

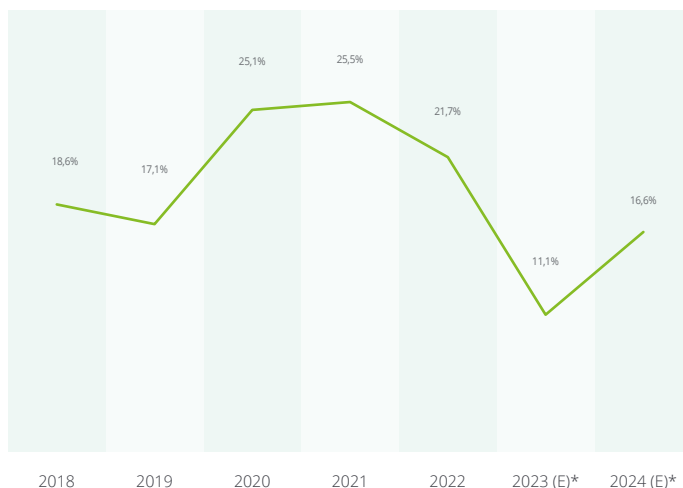
O Executivo angolano, no seu Programa de Execução Orçamental para 2023, apresentava uma taxa de inflação para esse período anual de 11,1%, cujo resultado alcançado se cifrou numa taxa acima de 20%, significativamente superior às previsões definidas no programa de orçamento.

Segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística de Angola, a inflação em Abril de 2024 alcançou 28,2%, merecendo destaque a província de Luanda, onde a inflação superou os 38,9%.

O Executivo sinalizou em Junho de 2023 a retirada gradual do subsídio ao combustível, factor que provocou o aumento do preço da gasolina e impactou a trajectória da taxa de inflação. Contudo, esta reforma visa a liberalização plena dos preços até 2025 e o fortalecimento das finanças públicas. Em Março de 2024, o Executivo deu mais um passo na retirada dos subsídios aos combustíveis, ao ter terminado com as isenções atribuídas a classes profissionais específicas, a partir de 30 de Abril.

O Banco Nacional de Angola, de acordo com a última actualização realizada em Maio, reviu em alta a projecção da taxa de inflação para 23,4% prevista para 2024, já em linha com as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional que aponta para 22,0%.

Taxa de inflação (2018-2024)



Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2024



TAXAS DE CÂMBIO

O ano de 2023 caracterizou-se por uma forte desvalorização da moeda angolana, assistindo-se a depreciações em 64,5% e 70,4% face ao dólar americano e euro, respectivamente, contrapondo a uma trajectória de valorização que se verificava desde 2020.

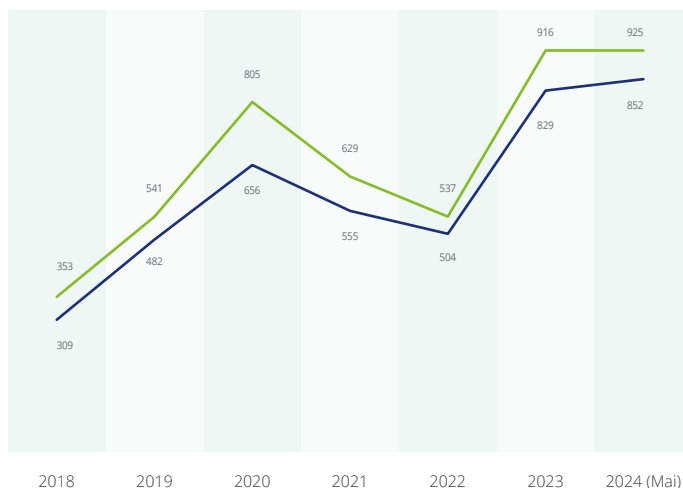
Os elevados níveis de inflação, a redução da cotação internacional do petróleo, a falta de divisas no mercado e a evolução das reservas internacionais resultante do cumprimento do serviço da dívida externa, contribuíram, entre outros, para a desvalorização da moeda.

Nos primeiros 5 meses de 2024 o Kwanza teve um comportamento de estabilização face ao dólar americano e ao euro, ainda assim, mantendo os elevados níveis de desvalorização observados em 2023.

Sendo Angola um País em crescimento, dependente dos recursos naturais, nomeadamente das receitas de exportação de petróleo e com uma elevada dependência da importação de bens essenciais, a estabilidade cambial assume particular relevância pela necessidade de acesso a moeda estrangeira.

Apesar da conjuntura desfavorável, o Banco Nacional de Angola continuará com uma política monetária restritiva, reforçada por um quadro inflacionista, podendo traduzir-se no aumento das taxas de juro e do coeficiente de reservas obrigatórias, com o objectivo de apoiar as reformas estruturais do mercado cambial e promover a continuidade do processo de desinflação da economia a médio prazo.

Taxas de câmbio (2018-2024)



Legenda

— Taxa USD/AOA — Taxa EUR/AOA

Fonte: Banco Nacional de Angola – Taxas de câmbio de final do período. Última cotação apresentada referente a 31 de Maio de 2024

RESERVAS INTERNACIONAIS

Nos últimos 10 anos, o volume de reservas internacionais brutas de Angola recuou para metade, passando de 27,7 mil milhões de USD em 2014 para 14,7 mil milhões de USD em 2023, fruto do significativo aumento do volume de importações verificadas no País. As reservas internacionais correspondem às reservas de moeda estrangeira como dólar, que asseguram a importação de diversos bens e serviços necessários.

De acordo com os dados mais recentes do Banco Nacional de Angola referentes aos primeiros 4 meses de 2024, o nível de reservas de Angola totaliza 14,4 mil milhões de USD, representando uma redução em 1,7% face ao *stock* a 31 de Dezembro de 2023 e o equivalente a mais de 7 meses de importações de bens e serviços do País. Este comportamento permite cumprir, assim, o limiar da média convencionada pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a qual recomenda valores acima de 6 meses de importações, encontrando-se bem acima da recomendação do Fundo Monetário Internacional para um nível de cobertura mínimo de 3 meses.

TAXAS DE JURO

O Banco Nacional de Angola tem vindo a preconizar uma política monetária restritiva de acordo com os indicadores de inflação de preços e a evolução cambial da moeda nacional.

O Banco Nacional de Angola, que não determina as taxas de juro dos bancos comerciais, influencia, contudo, através da taxa básica directora, as taxas interbancárias praticadas entre os bancos, determinando por essa via, a formação em mercado das taxas LUIBOR.

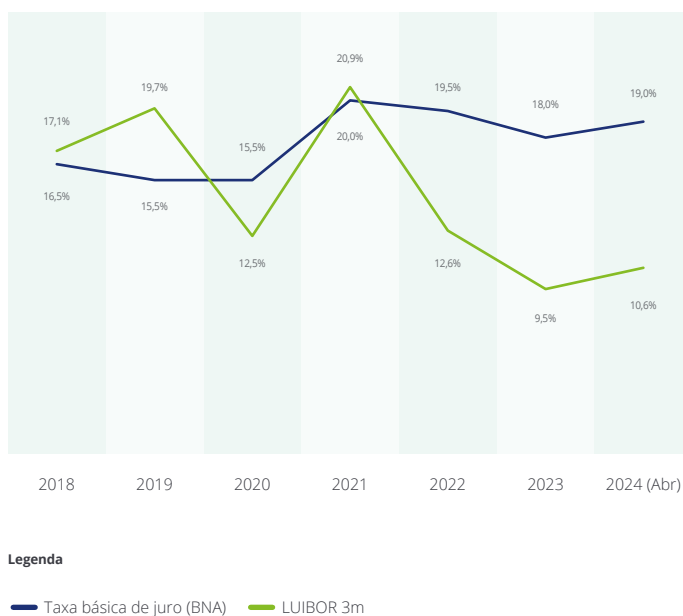
A taxa básica do BNA fechou 2023 em 18%, decorrente da decisão do Comité de Política Monetária em 21 de Novembro ter aumentado em 1 ponto percentual a taxa básica que vigorava desde Março.

Reservas internacionais (2018-2024)



Fonte: Banco Nacional de Angola – Evolução das Reservas Internacionais Brutas

Taxas de juro (2018-2024)



Fonte: Banco Nacional de Angola – Estatísticas Monetárias e Financeiras

Já em 2024, e em resultado do contexto inflacionista, o Comité de Política Monetária já decidiu por dois aumentos das taxas básicas em Março e Maio, em 1 ponto percentual e meio ponto percentual, respectivamente, encontrando-se actualmente em 19,5%, procurando responder perante a persistência das pressões inflacionistas na economia e visando contribuir para o controlo da liquidez em circulação.

A taxa LUIBOR a 3 meses fechou 2023 em 9,5%, depois de ter fechado 2022 em 12,6% e alcançado um pico de 20,9% no fecho de 2021.

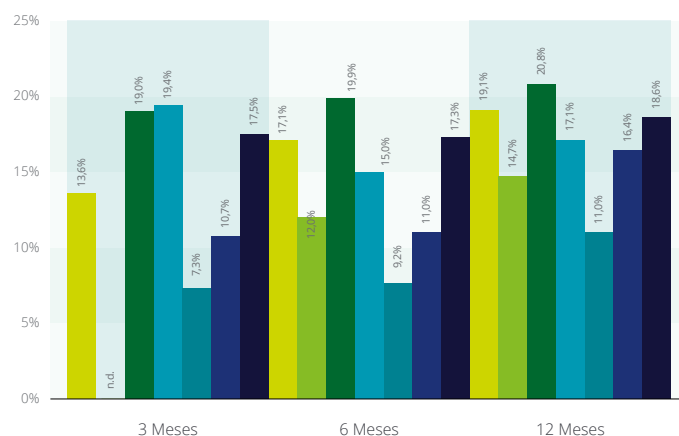
Apesar dos aumentos da taxa básica BNA, a taxa LUIBOR a 3 meses tem-se mantido estabilizada desde o último trimestre de 2023 em torno de 10,0%, alcançando 10,6% no fecho dos primeiros 4 meses de 2024, merecendo destaque, contudo, o acentuado aumento da taxa LUIBOR *Overnight*, que alcançou 21,7% em Abril de 2024, escalando dos 4% de fecho em 2023.

MERCADO DOS BILHETES DO TESOURO

As *yields* dos bilhetes de tesouro (BT), fecharam 2023 com taxas de 10,7%, 11,0% e 16,4% para os prazos de 3, 6 e 12 meses, respectivamente, traduzindo um aumento face ao verificado no ano anterior.

Já em 2024, assistiu-se a uma trajectória acentuada nas *yields* dos bilhetes do tesouro, fechando o 1º trimestre do ano acima de 17,3% em todos os prazos.

Yields dos bilhetes do tesouro, 1 ano (2018-2024)



Legenda

■ 2018 ■ 2019 ■ 2020 ■ 2021 ■ 2022 ■ 2023 ■ 2024 (Mar)*

Fonte: Banco Nacional de Angola – Estatísticas Monetárias e Financeiras

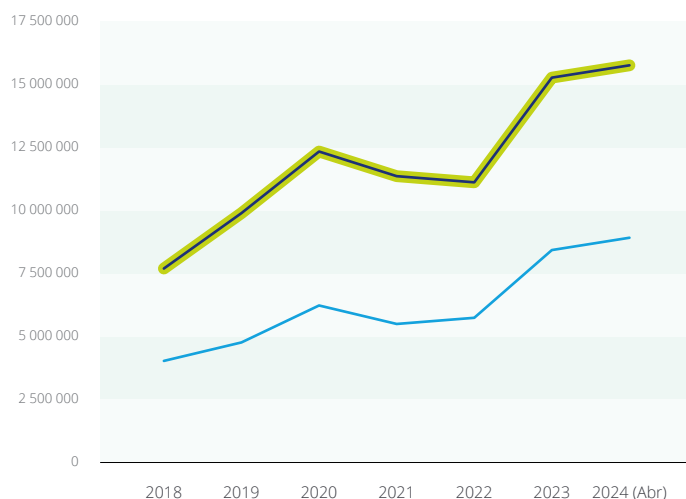
* Nota: Últimos dados disponíveis e preliminares

MASSA MONETARIA ¹

Em 2023, assistiu-se a um crescimento significativo da massa monetária, alcançando 15,6 mil milhões de kwanzas, equivalendo a um crescimento de 37,8% face a Dezembro de 2022, merecendo destaque a contribuição do crescimento de 50,4% verificado no agregado M1, correspondente a numerário e depósitos transferíveis em poder do público, instituições e empresas.

Nos primeiros 4 meses de 2024, a massa monetária apenas cresceu 2,1%, apesar de se ter mantido um crescimento superior no agregado M1 de 4,8%, o que traduz a salvaguarda em liquidez de moeda que os agentes económicos preconizam no cenário actual de inflação e manutenção de políticas monetárias restritivas.

Massa monetária (2018-2024)



Legenda

— M1 — M2 — M3

Unidade: Milhões de kwanzas

Fonte: Banco Nacional de Angola – Agregados Monetários

Nota: M2 e M3 apresentam valores muito próximos e não distinguíveis graficamente

¹ A Massa Monetária é composta por M1, M2 e M3:

M1 (Moeda): compreende as Notas e moedas em poder do público + Depósitos à Ordem de empresas, de particulares e do governo local, em moeda nacional e moeda estrangeira.

M2 (Moeda + quase Moeda): M1 + Depósitos a prazo das empresas e de particulares, em moeda nacional e estrangeira + Outras Obrigações em moeda estrangeira de empresas e particulares.

M3 (Meios de Pagamento): M2 + Outros Instrumentos Financeiros, representados pelos títulos do banco central em poder de entidades privadas + Empréstimos e Acordos de Recompra, quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira, dos particulares e das empresas não financeira privadas.

CRÉDITO À ECONOMIA POR SECTOR DE ACTIVIDADE

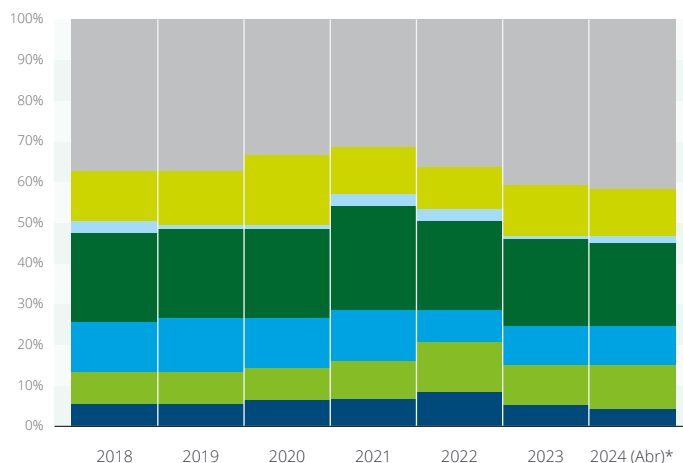
Em 2023, de acordo com dados do Banco Nacional de Angola, assistiu-se a um aumento de 33,4% no volume de crédito bruto à economia, destacando-se o crescimento de exposição ao sector da construção e administração pública em 50% e 42%, respectivamente. Pela negativa, o sector da agricultura, pecuária e pescas viu reduzir o seu volume de crédito em 17%.

Em termos de repartição, o agregado dos sectores agrícola, pecuário e pescas, construção, indústria transformadora e comércio, representavam em 2023 cerca de 46% do total do volume de crédito à economia, evidenciando, no entanto, um decréscimo de 5 pontos percentuais quando comparado com os valores verificados no ano anterior.

Nos primeiros 4 meses de 2024, não se verificou uma alteração significativa na estrutura do crédito à economia, tendo-se verificado um aumento do volume de crédito nos primeiros 2 meses do ano, contudo, corrigido para níveis similares ao registados em Dezembro último.

O Executivo pretende continuar a execução dos seus programas de apoio ao sector produtivo da economia angolana, que continuam a ser um factor determinante para o acesso e desenvolvimento de crédito por parte dos agentes económicos dos diferentes sectores.

Crédito à economia por sector de actividade (2018-2024)



Legenda

Unidade: Repartição %.

- Agricultura, Pecuária e Pescas
- Indústria Transformadora
- Construção
- Comércio
- Financieira e Seguradora
- Administração Pública, Educação, Saúde e Acção Social e Recreativa
- Outros

Fonte: Banco Nacional de Angola – Estatísticas Monetárias e Financeiras

* Nota: Últimos dados disponíveis e preliminares

Considerações finais e perspectivas futuras

MUNDO

Em 2023 assistiu-se, segundo os últimos cálculos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, a um crescimento económico global entre 2,6% e 3,2%, respectivamente. Este crescimento compara com o crescimento verificado em 2022 entre 3,0% de 3,5%, segundo as mesmas Organizações, o que denota um ligeiro arrefecimento económico a nível mundial.

Ambas as Organizações, são unânimes quanto aos cálculos para as economias mais desenvolvidas, estimando taxas de crescimento em 2023 nos Estados Unidos da América de 2,5% e na Zona Euro de 0,4%.

Entre as maiores economias europeias, o Fundo Monetário Internacional, no seu *Outlook* mais recente de Abri último, estima uma regressão de 0,3% no PIB da Alemanha e um crescimento modesto de 0,9% em França e Itália, o que, tratando-se dos principais países da Zona Euro, em muito impactou o crescimento global do continente europeu, a par com o Reino Unido que teve um crescimento de apenas 0,1%. Pela positiva, a destacar o crescimento dos países ibéricos, com Portugal e Espanha a crescerem 2,3% e 2,5%, respectivamente.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional aponta para um crescimento em 2023 de 5,6% no mercado asiático, 3,2% nas economias emergentes europeias e 2,3% nas economias da América Latina e Caraíbas. No mercado asiático, a China apresentou um crescimento do produto interno bruto de 5,2%, abaixo do agregado dessa geografia, e a Índia de 7,8% acima do mesmo grupo de países. No mercado da América Latina, entre as principais economias da região, a destacar o crescimento do produto interno bruto do Brasil em 2,9%, Panamá em 7,3%, a Bolívia com 2,5% e a Colômbia com 0,6%.

Globalmente, assistiu-se em 2023 à manutenção de um elevado grau de incerteza económica decorrente das repercussões ainda sentidas pela continuidade da guerra na Ucrânia, do mais recente conflito entre Israel e a Palestina e da percepção da tensão

geopolítica entre os Estados Unidos e a China, com repercussões ao nível do esperado arrefecimento inflacionista e das taxas de juro.

Para 2024, as últimas projecções económicas apontam para uma estabilização do crescimento da economia mundial, estimando o Banco Mundial um crescimento de 2,4%, a OCDE de 3,1% e o Fundo Monetário Internacional, mais optimista, de 3,2%.

ÁFRICA

Segundo os últimos dados do Fundo Monetário Internacional, a África Subsaariana terá apresentado um crescimento em 2023 de 3,4%, que compara com um crescimento de 4,0% verificado no ano anterior.

Entre as principais economias, em 2023, destaca-se o crescimento do Quênia em 5,5%, da Nigéria em 2,9%, da África do Sul em 0,6% e de Angola em 0,5%.

Particularmente nas economias desta região do globo, a inflação persistente e a exigência de políticas monetárias restritivas, levaram a custos de empréstimos mais altos e colocaram uma pressão significativa no valor cambial das suas moedas.

Para 2024, o Fundo Monetário Internacional perspectiva um crescimento de 3,8%, acima do verificado em 2023.

ANGOLA

A economia angolana apresentou em 2023, segundo o Executivo, um crescimento de 0,4%, em linha com os cálculos do Fundo Monetário Internacional, que aponta para um crescimento de 0,5%, onde o sector petrolífero decresceu 4,1% e o sector não petrolífero cresceu 1,8%. Para estes resultados, claramente abaixo do verificado em 2022, em muito contribuiu a desvalorização da moeda que é determinante no valor dos activos vendidos ao exterior e assentes fundamentalmente no petróleo.

Para 2024, a economia angolana deverá crescer em torno de 2,6% e 2,8% de acordo com as últimas

projeções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, respectivamente. Segundo as referidas Organizações, a actividade económica não petrolífera será o principal motor do crescimento, enquanto o petróleo e o gás crescerão em torno de 1% devido ao esgotamento da capacidade de extracção desses recursos, menor investimento e incerteza quanto ao valor da moeda.

As projeções económicas e o equilíbrio das contas públicas encontram-se fortemente impactadas pela evolução cambial da moeda nacional e dos seus impactos sobre os activos económicos e desempenho global da economia, no quadro da necessária manutenção de uma política monetária restritiva, dependente da trajectória do ciclo inflacionista ainda persistente, em particular sobre os bens alimentares e onde o Executivo, tem em curso um conjunto de programas e reformas de apoio à produção interna no agronegócio, por forma a reduzir a sua dependência externa nesse sector.



(Re)pensar o papel da Banca

(Re)pensar o papel da Banca

As Instituições Financeiras Bancárias dependem, em grande medida, do crescimento económico e da confiança dos seus clientes, tornando, desta forma, imperativo que conheçam as necessidades que esses agentes económicos mais valorizam.

A nível global deparamo-nos com um enquadramento marcado por inúmeros desafios de natureza socioeconómica e por uma mudança acelerada por diversos factores disruptivos, em particular de índole tecnológica, mas também demográfica e de regulação. Os desafios que decorrem desta realidade tornam crucial “(Re)pensar o papel da Banca” de modo a assegurar a sua adequação às exigências e expectativas dos clientes, oferecendo maior personalização e qualidade na prestação de serviços financeiros, mas também a garantia de integridade nos processos, segurança física dos activos e equidade no tratamento e gestão da informação por forma a aumentar a sua satisfação e confiança.

Neste contexto desafiante, a revisão e transformação dos modelos de negócio dos bancos em Angola é imperativa para garantir a sustentabilidade e a relevância das instituições, evitando a desintegração gradual da sua cadeia de valor. Essa abordagem permitirá maior confiança dos clientes num quadro que deverá ser cada vez mais suportado pela maior agilidade ao nível de processos (aumento da eficiência), melhorias ao nível das áreas de controlo, em particular dos controlos internos, gestão mais adequada e tempestiva da posição de liquidez e um reforço dos canais de transaccionalidade com melhorias ao nível das operações de *cash in* e *cash out*, pagamentos e transferências, para que o sector seja um veículo efectivo de inclusão financeira e de maior acesso da população nacional a serviços bancários.

Em Angola, com a redução acentuada das receitas provenientes de operações com o exterior, os menores retornos em investimentos em títulos de dívida pública e as perdas ao nível de incumprimento na carteira de crédito, os bancos deparam-se com um cenário cada vez mais desafiante e que irá requerer uma adaptação dos seus modelos de negócio e das suas estratégias de negócios.

A aposta em soluções inovadoras e disruptivas é desta forma crítica, permitindo de forma simultânea

acompanhar o ritmo actual de mudança e de novas exigências mas também assegurar a competitividade a médio prazo. A necessidade de transformação e adaptação dos bancos nacionais é, portanto, mais premente do que no passado.

Um ecossistema onde predomine a confiança é fundamental para o desenvolvimento do sector bancário nacional na medida em que influencia directamente a relação dos clientes com as Instituições. O aumento da confiança dos clientes no sector bancário reflectirá também uma relevante janela de oportunidade. As Instituições que mais rapidamente assegurarem uma oferta personalizada, produtos e soluções financeiras devidamente ajustados às necessidades e perfil dos clientes e uma proposta de serviços com baixo nível de complexidade reforçarão um ambiente de confiança e de satisfação que suportará o desenvolvimento sustentado da sua actividade.

As limitações impostas pela pandemia da COVID-19 potenciaram o desenvolvimento e disseminação do uso das tecnologias de informação, provocando mudanças nos padrões de comportamento e nas preferências dos clientes bancários, em concreto no que se refere à maior utilização de tecnologia. A alteração do padrão comportamental incentivou uma tendência de aceleração de processos de transformação no sector bancário, onde os bancos optimizaram a utilização de tecnologia, tendo-se verificado uma melhoria das soluções oferecidas, em particular ao nível da rapidez e flexibilidade dos serviços disponíveis em qualquer lugar e a qualquer hora (“24/7”).

A criação de valor para o cliente bancário através de experiências relevantes e que vão ao encontro das necessidades específicas deve continuar a nortear o desenvolvimento da actividade dos bancos nacionais, destacando-se alguns factores críticos para assegurar maior confiança mútua:

Transparência: uma comunicação clara, honesta e com menor complexidade tende a reforçar relacionamentos sólidos com os clientes;

Segurança: A protecção de dados pessoais e financeiros mas também a segurança física dos

activos dos clientes é um vector crucial. Nesse contexto, investimentos que promovam essa segurança física de activos, cibersegurança e protocolos rigorosos de privacidade são fundamentais para evitar perdas de activos ou fraudes e violações de dados de clientes; e

Reputação: Uma imagem de estabilidade financeira e de capacidade de resistir a crises económicas são aspectos valorizados pelos clientes.

Por outro lado, a qualidade dos serviços bancários tende a ser avaliada por diversos critérios que afectam directamente a experiência do cliente e que potenciam o seu maior envolvimento com as Instituições Financeiras Bancárias:

Eficiência: A agilidade e rapidez no processamento das transacções, a disponibilidade de atendimento ao cliente e a acessibilidade e fiabilidade dos serviços *online* são factores valorizados pelos clientes bancários;

Inovação Tecnológica: a melhoria de serviços em aplicativos móveis permite que os bancos ofereçam serviços personalizados e eficientes (com oferta que deve ser compatível com um mercado onde a penetração de *smarthpones* ou a utilização de internet ainda é limitada). A prazo, de forma gradual, será inevitável a adopção de novas tecnologias, como seja inteligência artificial que será uma alavanca complementar de eficiência do sector bancário nacional;

Atendimento ao Cliente: Um atendimento ao cliente eficaz e tempestivo, que resolva problemas de forma rápida é um factor absolutamente crucial para a percepção de qualidade do serviço; e

Diversidade na oferta de Produtos e Serviços: Oferecer uma ampla gama de produtos permite que os bancos atendam às diversas necessidades específicas dos seus clientes, em alguns casos assegurando uma personalização dessa oferta.

Importa referir que estas são variáveis intrinsecamente relacionadas, na medida em que clientes que percebem uma elevada qualidade nos serviços bancários, tendem a confiar mais no

Banco. Da mesma forma, um Banco que inspira confiança é visto como mais competente e capaz de fornecer serviços de qualidade superior no quadro de relações duradouras e sólidas.

A confiança e qualidade de serviço serão cada vez mais factores de diferenciação da Banca em Angola. O aparecimento de novos concorrentes, muitas vezes entidades externas ao sector bancário com oferta de serviços bancários é uma ameaça efectiva. Actualmente, os clientes comparam e avaliam a sua experiência bancária com experiências mantidas com as empresas de outras indústrias, em particular ao nível da influência das *Big Tech* ou do desenvolvimento de *Fintech*, mais especializadas em nichos de oferta.

Neste contexto, o foco em variáveis fundamentais como a maior captação de poupanças dos depositantes e o suporte à economia e às famílias através do aumento da concessão de crédito é uma estratégia tão ancestral quanto “moderna” e fundamental para o futuro das Instituições, reforçando a importância dos níveis de confiança no sector.

Por outro lado, a aposta no capital humano ganha destaque nesse processo de transformação. Os Bancos devem continuar a investir na formação, desenvolvimento de novas competências através de programas de *upskilling* e *reskilling* e de retenção dos seus melhores talentos, capacitando-os para atender à evolução constante do mercado, visando a oferta de um serviço diferenciado e personalizado aos clientes. A ligação entre uma inevitável oferta de produtos e serviços mais suportada em novas tecnologias e um modelo de negócio sustentável deve privilegiar o desenvolvimento do capital humano enquanto elo que permitirá assegurar essa evolução de forma fiável e com ligação efectiva (e afectiva) ao cliente.

A evolução tecnológica continuará a desempenhar um papel crucial na jornada de transformação em curso no sector bancário nacional. No imediato, é relevante atender às especificidades do mercado nacional, onde a utilização de tecnologia USSD poderá permitir o reforço do acesso de clientes a serviços bancários básicos com o recurso a telemóveis convencionais que não *smartphones*. A prazo a incorporação de novas tecnologias, como seja a inteligência artificial e maior capacidade de análise de dados serão uma

realidade, sendo um aspecto basilar na optimização de processos (com vista à maior eficiência operacional), personalização da oferta e a melhoria da interacção com os clientes, criando assim uma vantagem competitiva significativa no mercado, sem perder de vista a necessária ligação às especificidades do cliente nacional e à realidade.

A evolução desejável para o sector e o quadro tecnológico subjacente tornam ainda crítico assegurar uma efectiva qualidade dos dados no sector bancário, sendo esta uma variável que não pode ser subestimada. Este é um aspecto que se manifesta actualmente no quadro das operações mais básicas do sector bancário mas que também poderá limitar a prazo capacidade de realização de tarefas complexas por sistemas tecnológicos mais avançados e o seu potencial impacto ao nível da definição atempada de soluções, desde o aumento de receitas, à maior eficiência operacional ou à satisfação dos clientes, os quais dependem em larga medida de dados fiáveis, completos e actualizados.

A nível global esta é já uma realidade no momento presente. Em particular, a nível europeu, os princípios que devem orientar a governação de dados, têm sido objecto de regulação específica e de cada vez maior foco das Instituições e respectivos reguladores, como seja o conjunto de princípios para uma eficaz agregação e reporte de dados de risco decorrentes da norma BCBS 239, publicada pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS). Não existindo ainda normativo específico em Angola, é certo que esta é uma vertente crítica para o sector bancário nacional, estando prevista a realização de um exercício transversal de avaliação da qualidade de dados no segundo semestre deste ano. Em particular, as Instituições deverão convergir numa cada vez maior capacidade de:

Governo e infra-estrutura: dotarem-se de procedimentos de governo interno robustos e uma infra-estrutura que permita uma arquitectura de dados e arquitectura de IT adequadas;

Capacidades de agregação de dados: os dados devem ser exactos, fiáveis, completos e actualizados de forma tempestiva;

Reporte de riscos: Os dados devem ser confidenciais no quadro de um processo de reporte de todas as áreas relevantes;

Controlo: deve ser possível uma revisão regular da adequação do governo de dados de modo a assegurar a sua adequabilidade e a correcção de situações não conformes.

Neste contexto, a evolução futura do sector bancário deverá estar igualmente assente em sistemas fiáveis e robustos de governação de dados que permitam a preservação da confidencialidade da informação e maximização da segurança cibernética, incluindo também a segurança física dos recursos financeiros dos clientes.

Estes vectores, mais que decorrerem de adequação a normativos e requisitos regulatórios, são críticos para assegurar a confiança e ligação sólida de clientes com Bancos no futuro.

De forma complementar, a evolução do modelo de distribuição dos bancos em Angola deve considerar a conveniência e a experiência dos clientes, focando-se na diversificação de canais de distribuição e na exploração de alternativas, como seja o reforço da rede de agentes bancários (capilaridade e sofisticação) e de plataformas adaptadas à realidade nacional e que permitam ampliar o alcance e atender, futuramente, às necessidades de um público mais amplo e diversificado.

A expansão para novos canais de distribuição não melhora apenas a acessibilidade dos serviços bancários, mas também permitirá uma interacção mais próxima com os clientes e uma melhor adaptação às suas preferências expectativas, sendo um elemento potenciador do processo de reforço da bancarização a nível nacional.

(Re)pensar o papel da Banca em Angola requer, portanto, uma reflexão sobre a definição de planos de acção concretos que assumam necessidades de melhoria e de investimentos com vista à segurança física dos recursos dos seus clientes, e do atendimento tempestivo e satisfatório das suas necessidades. De forma complementar implica reconhecer a necessidade de adaptação a novos desafios nos sistemas de informação, governação de dados, inovação tecnológica e ajustamentos no modelo de distribuição, incluindo plataformas ainda mais completas ao nível da oferta e que sejam adaptadas à realidade nacional, potenciado com isso o aumento da bancarização de cidadãos que, tendo telemóveis convencionais, não possuem computador ou *smartphones* ou acesso à internet.

Não obstante, esta reflexão requer também um foco em variáveis ancestrais do negócio bancário, como seja o capital humano, a captação de poupanças de famílias e empresas e a concessão de crédito à economia real, em particular ofertas de crédito acessível a famílias e a pequenas e médias empresas (PMEs) complementados com disponibilidade em projectos de natureza infra-estrutural.

A este propósito, a melhoria da capacidade de análise da qualidade das exposições creditícias e o desenvolvimento de sistemas fiáveis de análise de histórico de relação comercial para melhor avaliar a capacidade de pagamento dos mutuários é crítica.

Em suma, a jornada de adaptação dos bancos nacionais na direcção de uma banca mais próxima e ainda mais fiável é essencial para garantir a sustentabilidade e a relevância do sector no contexto económico actual. A captação e, não menos importante, a fidelização de clientes é crítica a um ecossistema onde tem de predominar a confiança, a estabilidade na relação comercial e uma cultura de excelência e inovação. Em última instância, são esses os vectores que permitirão aos Bancos alargar a sua base de clientes, sendo agentes activos no processo de inclusão e bancarização e de maior literacia financeira, contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento económico e social de Angola.



Estudo da Banca em análise 2024

Activos

 + 27,5%

O valor total dos activos dos Bancos em análise equivale a 23 024 741 milhões de kwanzas no final do exercício de 2023, correspondendo a um **crescimento de aproximadamente 27,5%**, influenciado pela forte depreciação do Kwanza face ao Euro e ao Dólar norte-americano observada em 2023, uma vez que os activos expressos em moeda estrangeira valorizaram significativamente face a 2022.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Crédito líquido a clientes

 +40,1%

O crédito líquido concedido a clientes **cresceu cerca de 40% para 4 964 105 milhões de kwanzas**, impulsionado pelo aumento real de crédito concedido e do efeito da desvalorização do Kwanza, face ao Euro e Dólar norte-americano observado em 2023. A desvalorização do Kwanza também teve impacto na estrutura de Crédito por moeda, na qual foi verificada um aumento de 6% no valor do crédito concedido em moeda estrangeira. Relativamente à qualidade do crédito, o rácio de cobertura das perdas por imparidade reduziu de 22% para 19%.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Depósitos de clientes

 + 31,0%

O volume de depósitos captados registou um **crescimento próximo de 31%** face a 2022 para 17 633 400 milhões de kwanzas, sendo o mesmo inferior ao aumento da massa monetária, que registou uma variação de 37,8% no período em análise, o que se traduz no aumento de numerário em poder do público, instituições e empresas que não foi capturado pelo sector bancário.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Rácio de Fundos Próprios Regulamentares (Rácio de Solvabilidade)

+ 1,8%



Aumento de 1,84 pontos percentuais no Rácio de Fundos Próprios Regulamentares face a 2023, equivalendo um rácio de 30,25%, mantendo-se deste modo acima do valor mínimo regulamentar com uma margem de segurança, o que demonstra a resiliência do sector aos riscos inerentes à actividade bancária. Um dos factores que contribuiu para a melhoria do rácio de solvabilidade, está relacionado com o aumento dos capitais sociais de dez bancos, com destaque para o BFA, BCA, SBA, BCH e BNI, reflectindo um impacto positivo sobre os fundos próprios regulamentares.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Cost-to-income

- 11,6%



O rácio *cost-to-income* teve uma **redução acentuada de 11,6%** (2023: 43,5%), decorrente da melhoria de *performance* do sector bancário em 2023, influenciado pela melhoria na margem financeira e complementar que teve um incremento de 48% face ao período homólogo, sendo que os custos de estrutura apenas registaram um aumento de 17%.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Resultados Líquidos

+ 65,8%



Os resultados líquidos tiveram um **crescimento notável para cerca de 545 mil milhões de kwanzas**. Esta variação é explicada maioritariamente pelo aumento significativo dos resultados cambiais que aumentaram no período em análise cerca de 261%, com uma variação absoluta de 327 mil milhões de kwanzas e pelo crescimento acentuado dos Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na ordem dos 180 mil milhões de kwanzas, face ao período homólogo, resultante das mais-valias geradas pela alienação de dívida pública.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos



Bases de Preparação do Estudo

A análise do sector bancário nacional resulta, à semelhança do que tem sido a metodologia adoptada em edições anteriores, da compilação da informação pública disponibilizada pelos Bancos que actuam no mercado angolano. Para efeitos de comparação, foram também recolhidos alguns dados referentes a outros mercados, nomeadamente o português, norte-americano, sul-africano e nigeriano.

Os valores agregados, salvo quando expressamente mencionado, resultam da agregação da informação do sistema financeiro publicamente disponível.

O presente Estudo inclui a informação financeira auditada em base individual dos Bancos a operar em Angola durante o ano de 2023, com excepção do Banco Económico, S.A. e VTB África, S.A. Relativamente ao BE importa referir que, até à data de elaboração do presente estudo, não publicou os Relatórios e Contas de 2022 e 2023, tendo, no entanto, publicado na sua página de internet os Balancetes trimestrais (não auditados) de 2022 e 2023. Por sua vez, o VTB ainda não publicou o Relatório e Contas de 2023, tendo, no entanto, publicado na sua página de internet os Balancetes trimestrais (não auditados) de 2023. Para efeitos de elaboração do presente estudo, a informação dos balancetes destes dois Bancos foi utilizada, sempre que possível.

Na apresentação da informação consolidada do sector, mediante a informação agregada do sector bancário disponibilizada pelo BNA, foram considerados os contributos de todos os bancos em actividade em 2023.

Na Figura 1, são apresentados os 23 Bancos que se encontravam em actividade no final do ano de 2023, número que se manteve inalterado face a 2022. Ao longo do Estudo, são apresentados vários *rankings* relacionados com a informação financeira destes Bancos, com vista a fornecer uma visão comparativa do seu desempenho face aos restantes elementos do sector bancário nacional.

Figura 1 - Bancos em actividade em 2023

Sigla	Designação	Ano de início de actividade
BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A.	1977
BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.	1991
BCGA	Banco Caixa Geral Angola, S.A.	1993
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A.	1993
BAI	Banco Angolano de Investimentos, S.A.	1997
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.	1999
BSOL	Banco Sol, S.A.	2001
BE	Banco Económico, S.A.	2002
KEVE	Banco Keve, S.A.	2003
BIC	Banco BIC, S.A.	2005
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola	2007
BNI	Banco de Negócios Internacional, S.A.	2007
VTB	Banco VTB África, S.A.*	2007
ACCESS	Access Bank, Angola, S.A.**	2008
BCH	Banco Comercial do Huambo, S.A.	2010
BVB	Banco Valor, S.A.	2010
SBA	Standard Bank de Angola, S.A.	2010
SCBA	Standard Chartered Bank de Angola, S.A.	2014
YETU	Banco YETU, S.A.	2015
BIR	Banco de Investimento Rural, S.A.	2015
BCS	Banco de Crédito do Sul, S.A.	2015
ATL	Banco Millennium Atlântico, S.A.	2016
BOCLB	Banco da China Limitada - Sucursal em Luanda	2017

Fonte: Banco Nacional de Angola - Lista de Instituições Financeiras Bancárias autorizadas

* Desde Março de 2022, fruto das sanções impostas à Federação Russa e ao seu sistema financeiro que o VTB está impossibilitado de efectuar transacções em Dólares Americanos e em Euros através do sistema de pagamentos internacional – SWIFT, o que tem vindo a levantar alguns constrangimentos na operação do Banco

** Durante o último trimestre de 2023, após ter sido concluída a compra de 99,80% das acções do Finibanco Angola, S.A pelo Access Bank PLC., o Banco passou a adoptar a denominação social "Access Bank Angola, S.A."

Adicionalmente, os valores apresentados referentes ao exercício de 2022 foram retirados dos Relatórios e Contas com referência a 31 de Dezembro de 2022, não tendo sido considerados eventuais saldos reexpressos de 2022 presentes nos Relatórios e Contas com referência a 31 de Dezembro de 2023. A título meramente informativo, existiram quatro Bancos que apresentaram saldos reexpressos com referência a 31 de Dezembro de 2022, designadamente, BCI, BDA, BNI e Banco Sol.

Importa salientar que a informação financeira apresentada está de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS), referencial contabilístico adoptado em 2018 pelo sector bancário.



Introdução



Tal como referido no capítulo de enquadramento macroeconómico, a economia angolana tem vindo a registar uma trajectória de desaceleração no crescimento económico desde o final de 2022, tendo obtido uma taxa de crescimento do produto interno bruto muito ligeira de cerca de 0,4% em 2023.

Outro factor de destaque no desempenho da economia angolana foi o aumento da inflação, tendo a taxa de inflação anual, para o ano de 2023, atingido o valor de 20,0%, significativamente superior aos 13,9% registados no ano de 2022.

Não obstante o aumento da taxa de inflação, verificou-se um comportamento misto na evolução das taxas de juro no mercado de capitais face a 2022. A título ilustrativo, a taxa de juro nas emissões em mercado primário das obrigações do tesouro não indexadas com maturidade de 2 anos passou de uma taxa de 15,0%, em Dezembro de 2022, para 13,75%, em Dezembro de 2023 (24,5% em Dezembro de 2021). Em sentido contrário, as taxas de juro nas emissões em mercado primário de bilhetes do tesouro com maturidade de 364 dias passou de uma taxa de 10,98% em Dezembro de 2022 para 16,35% em Dezembro de 2023. Esta situação teve impacto moderado na margem financeira dos Bancos.

Por outro lado, a taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar norte-americano passou de USD/AOA 503,7 em Dezembro de 2022 para USD/AOA 828,8 em Dezembro de 2023, representando uma depreciação acumulada de 39,2%, enquanto o Euro passou de EUR/AOA 537,4 em Dezembro de 2022 para EUR/AOA 916,0 em Dezembro de 2023, representando uma depreciação acumulada de 41%, com especial destaque para os meses de Maio e Junho. Esta evolução reflecte o segundo maior registo apurado desde a introdução do regime de câmbio flexível, situação que teve impacto significativo global na economia e, em particular, no sector bancário. O elevado serviço da dívida em moeda estrangeira, bem como a redução do fluxo de entrada de recursos cambiais no país, resultante da quebra nas receitas petrolíferas, e consequente desequilíbrio entre a procura e a oferta de moeda estrangeira, contribuíram de forma muito relevante para a depreciação verificada.

Adicionalmente, o sector bancário foi também marcado por um conjunto de eventos que ajudam a explicar o comportamento do sector durante 2023,

nomeadamente: (i) aposta no desenvolvimento do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA), a nível das infra-estruturas do Mercado Financeiro com a entrada em produção do Sistema de Transferências Instantâneas (STI), o qual representa marco para o SPA, oferecendo conveniência, rapidez e segurança; (ii) a continuação do processo de actualização do quadro regulamentar do sistema financeiro bancário, nomeadamente na definição de regras para a contratação de operações de câmbio a prazo com os seus Clientes; (iii) a conclusão do processo de transferência das actividades e serviços de intermediação de valores mobiliários das Instituições Financeiras Bancárias para as Sociedades Distribuidoras e Corretoras de Valores Mobiliários (SDVM/SCVM), de acordo com a Lei n.º 14/21, de 19 de Maio, sobre o Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF); (iv) a continuação do processo de alargamento da rede de serviços bancários pelos bancos sistémicos para todo o território nacional; (v) a redução das reservas obrigatórias em moeda nacional de 19% para 18% e a eliminação da taxa de custódia aplicável ao excesso de reservas livres depositadas pelos Bancos Comerciais no BNA; (vi) aumento do número de bancos sistémicos para onze (BAI, BFA, BIC, BPC, ATL, BE, SBA, BSOL, BCI, KEVE e BNI), os quais têm de constituir uma reserva de capital adicional (entre 1% e 2%), durante o primeiro semestre de 2024; (vii) realização de um diagnóstico ao Sistema Financeiro Angolano (SFA) sobre o nível de implementação de regras sobre critérios de sustentabilidade ESG (*Environmental, Social and Governance*), tendo sido publicado pelo Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro (CSSF) um documento com os Princípios de Sustentabilidade do Sistema Financeiro Angolano - Recomendações Genéricas para a implementação de critérios ESG no SFA; (viii) criação da Comissão Instaladora do Fundo de Resolução, que no âmbito da implementação do quadro de resolução, tem como atribuição garantir a operacionalização do Fundo de Resolução; e (ix) o processo de venda da posição representante de 48,1% do capital do BFA detido pelo Banco BPI, o qual foi suspenso, no dia 10 de Julho de 2023, tendo o argumento apresentado pelo Banco BPI sido a desvalorização cambial do Kwanza ocorrida nos meses de Maio e Junho, de acordo com notícias publicadas na imprensa especializada.

O ano de 2023, foi igualmente marcado por um conjunto de iniciativas para dar resposta ao desafio da inclusão financeira, nomeadamente: (i) lançamento pela EMIS do KWiK – Kwanza Instantâneo, um instrumento de pagamento suportado pelo Sistema de Transferências Instantâneas (STI), que permite enviar dinheiro e efectuar pagamentos de forma instantânea, fazendo parte do Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF); (ii) conclusão do Observatório de Inclusão Financeira, um instrumento de apoio ao cálculo automático dos indicadores de Inclusão Financeira, permitindo um melhor acompanhamento da oferta e procura por produtos e serviços financeiros; (iii) criação do Comité de Coordenação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (CCENIF), através do Despacho Presidencial n.º 201/23, de 25 de Agosto, o qual tem como objectivo congregar os principais intervenientes da sociedade numa mesma missão e visão, para a elaboração, implementação, avaliação e monitoramento da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira.



Meios Electrónicos de Pagamento

Em 2023, e tal como é possível verificar na Figura 2, o número de Cartões Multicaixa Emitidos¹ passaram de 10,1 milhões em 2022 para 11,2 milhões em 2023, que se traduz num crescimento de 10,5%. Por outro lado, o total de Cartões Multicaixa Activos registaram um ligeiro aumento de cerca de 2,5% passando de 6,2 milhões em 2022 para 6,4 milhões em 2023, de acordo com os dados divulgados pela Empresa Interbancária de Serviços, S.A. (EMIS), demonstrando um aumento significativo do *gap* entre os Cartões Multicaixa Emitidos e o os Cartões Multicaixa Activos.

Relativamente à rede física de Terminais (Figura 3), o número de Caixas Automáticas (ATM) registou um crescimento significativo na ordem dos 11,1%, passando de um parque de máquinas de 3 194 em 2022, para 3 548 em 2023, o que releva uma aposta dos Bancos no alargamento da sua rede de Caixas Automáticas, nomeadamente através da instalação de ATM *Centers*, após o ano passado, este indicador ter registado um decréscimo de 1,6%. Por sua vez, os Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA) continuaram a registar a tendência de crescimento verificada nos últimos anos, traduzindo-se num aumento de 14% face a 2023, ou seja, 22 345 TPAs, num total de 181 727 terminais em 2023 face aos 159 382 terminais de 2022, que reflectiu um crescimento mais acelerado face à variação registada em 2022 (+8,3%), que denota o esforço que tem vindo a ser seguida pelos Bancos de massificação de TPAs.

Adicionalmente, é possível verificar que a utilização dos Meios Electrónicos de Pagamento no mercado nacional continua a demonstrar a tendência de crescimento verificada nos últimos anos, com um crescimento nas transacções de TPAs, que registou um crescimento na ordem dos 25%, face a um crescimento de 21% verificado em 2022. Esta tendência também se verificou no montante associado a estas transacções, que registou em 2023 um total de 6 291 386 milhões de kwanzas, face 4 925 852 milhões de kwanzas em 2022, reflectindo um aumento de 27,7%, superior ao crescimento verificado em 2022, que ascendeu a 13,6%.

No que se refere à utilização das ATMs, esta apresenta um crescimento em 2023 de cerca de 11%, em linha com a variação registada em 2022, que demonstra uma recuperação continuada face à redução verificada no período pandémico. Esta tendência também se verificou no montante associado às transacções em ATMs, tendo o mesmo ascendido a 10 171 169 milhões de kwanzas em 2023, face a 8 501 284 milhões de kwanzas em 2022, cifrando-se num aumento percentual de 20%.

Por outro lado, o canal interbancário Multicaixa Express (MCX), tem vindo a cimentar a sua popularidade com um crescimento expressivo na ordem dos 54,9% em 2023, o qual foi superior à taxa de crescimento de 13,7% registada em 2022, o que demonstra o potencial de crescimento deste canal interbancário, não obstante de já estar no mercado desde 2019 (após um período de testes em 2018). Em 2023 foram registadas 595,3 milhões de transacções MCX face às 384,4 milhões registadas em 2022. Em termos de montantes movimentados por este canal, o mesmo continua a movimentar um valor superior ao montante transaccionado em TPAs, tendo atingido em 2023, cerca de 7 416 mil milhões de kwanzas (cerca de 27% do montante total movimentado nos canais da EMIS), que reflecte um crescimento de 28,3% face a 2022, onde foi registado um montante de 5 780 mil milhões de kwanzas. De realçar que o Multicaixa Express foi premiado na edição de 2023 dos Prémios SIRIUS na categoria de Prémio de melhor Programa de Desenvolvimento Digital/ Tecnológico, tendo sido destacado o seu papel na inclusão financeira e inovação nos meios de pagamento.

¹ Cartões Multicaixa Emitidos: incluem cartões válidos (incluem os cartões activos e os cartões inactivos), acrescidos dos cartões por activar.

De acordo com a Figura 6, no que diz respeito à evolução das transacções e montantes associados aos pagamentos ao Estado por via electrónica, através da Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE), que tem vindo a registar taxas de crescimento significativas em número de transacções nos últimos 6 anos. Em 2022 foram registadas cerca de 6,5 milhões de transacções desta natureza, e em 2023, este número registou um aumento para as 8,5 milhões de transacções, o que se traduz num crescimento de cerca de 30%, abaixo do crescimento de 68% verificado no ano transacto. Ao nível do montante associado a estas transacções em 2023, o mesmo ascendeu a 2 135 mil milhões de kwanzas, face a 2 014 mil milhões de kwanzas ocorridas em 2022, cifrando-se num crescimento de 6%, que revela alguma tendência de estabilização nos montantes das transacções associadas ao RUPE que se tem vindo a verificar nos últimos 3 anos.

Tal como apresentado na edição passada deste estudo, foi analisada a evolução das transacções efectuadas através de *homebanking* (H2H – Host to Host), que inclui o *mobile banking* e *internet banking*, canais que têm vindo a registar um crescimento mais moderado no montante total movimentado, ficando bastante abaixo dos restantes canais de pagamento como o Multicaixa Express ou transacções em ATMs e TPAs. Em 2023 foi registado um crescimento em volume de transacções de 98%, tendo sido registado 45,6 milhões de transacções, face a 23,0 milhões de transacções registadas em 2022. No entanto, o crescimento no número de transacções não teve o mesmo reflexo no montante movimentado neste canal, onde se verificou um crescimento moderado de 5%, face a 2022, com um montante global de 1 651 728 milhões de kwanzas registado em 2023, face a 1 572 365 milhões de kwanzas, em 2022.

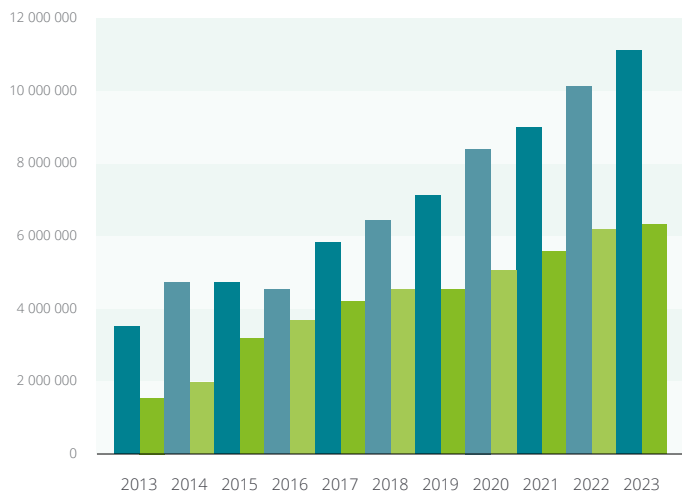
Apresentamos de seguida a evolução das transacções efectuadas através do *Gateway* de Pagamentos *Online* (GPO), um serviço lançado pela EMIS em 2020, o qual consiste num canal transaccional que, de forma virtual, permite a realização das funções de um TPA virtual, dando a possibilidade ao comerciante de implementar na sua solução de prestação de serviço, dinamizando assim o comércio electrónico. Este canal, por ser recente no mercado ainda movimenta valores muito baixos em comparação com os outros

canais de pagamento (cerca de 0,4% do montante total movimentado nos canais da EMIS), mas registou durante o ano de 2023 um crescimento de 275% em número de movimentos, que passou de 515 082 em 2022 para 1 930 322 em 2023, com um crescimento no volume de transacções de 260% em 2023, com um valor movimentado de 10 190 milhões de kwanzas, face a 2 826 milhões de kwanzas movimentados em 2022.

No que diz respeito à evolução do comércio electrónico em Angola, ou seja, as trocas comerciais realizadas *online*, as quais têm vindo a ganhar mercado em Angola, assistimos em 2023 a um crescimento significativo de transacções, na ordem dos 48%, passando das 918 260 transacções online em 2022 para 1 358 591 transacções em 2023. Em termos de montante transaccionado, o comércio electrónico movimentou em 2023, 131,2 mil milhões de kwanzas, que revela um crescimento de 54% face a 2022, que revela que está a ganhar popularidade em Angola.

Tal como referido anteriormente, o ano de 2023 ficou marcado pelo lançamento do KWik – Kwana Instantâneo, um instrumento de pagamento suportado pelo Sistema de Transferências Instantâneas (STI). Em virtude de ser um produto muito recente no mercado, o número de transacções e o valor movimentado ainda são pouco expressivos, não sendo apresentados na presente edição do estudo. Não obstante, existe a expectativa que o KWik tenha um crescimento acentuado nos próximos anos. Em suma, em termos agregados, e de acordo com os dados da EMIS, os Meios Electrónicos de Pagamento registaram um crescimento total de transacções na ordem dos 31%, face a um crescimento de cerca de 16% verificado em 2022. Em termos de valores movimentados foi registado um crescimento de 21% em 2023, face a um crescimento de cerca de 16% verificado em 2022. Estes números demonstram uma dinâmica elevada de crescimento, e de apetência por estes meios de pagamento no mercado nacional, embora com alguma tendência de redução no ritmo de crescimento nos próximos anos, face ao estágio de maturidade já alcançado.

Figura 2 – Cartões Multicaixa

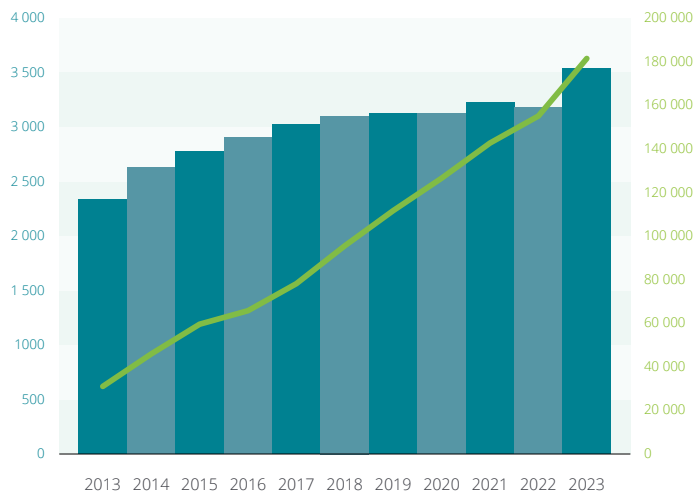


Legenda

■ Cartões Emitidos ■ Cartões Activos

Fonte: EMIS

Figura 3 – Rede de Terminais

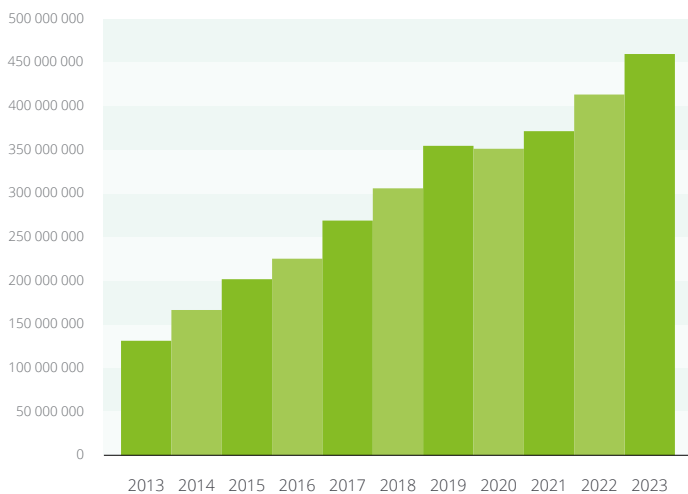


Legenda

■ ATM — TPA

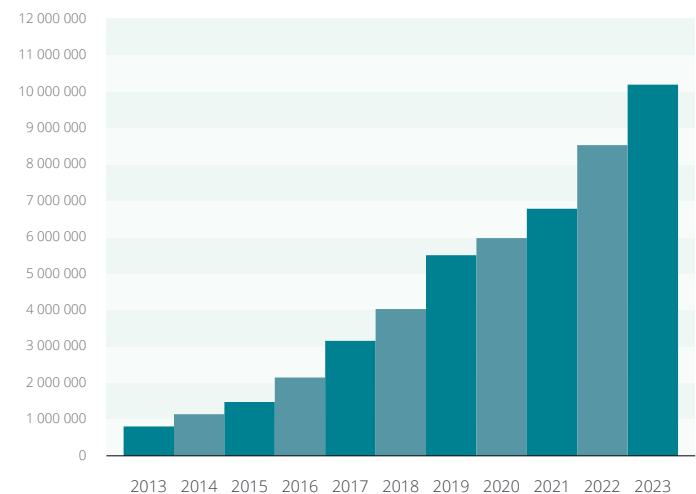
Fonte: EMIS

Figura 4 – Números de transacções de ATM



Fonte: EMIS

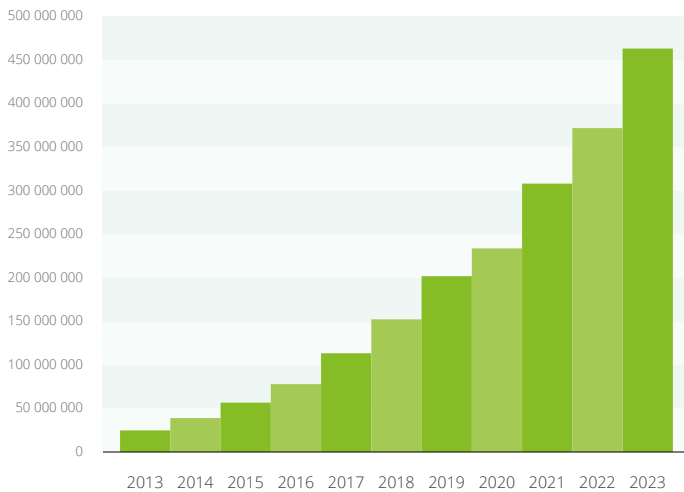
Figura 5 – Montante de transacções de ATM



Fonte: EMIS

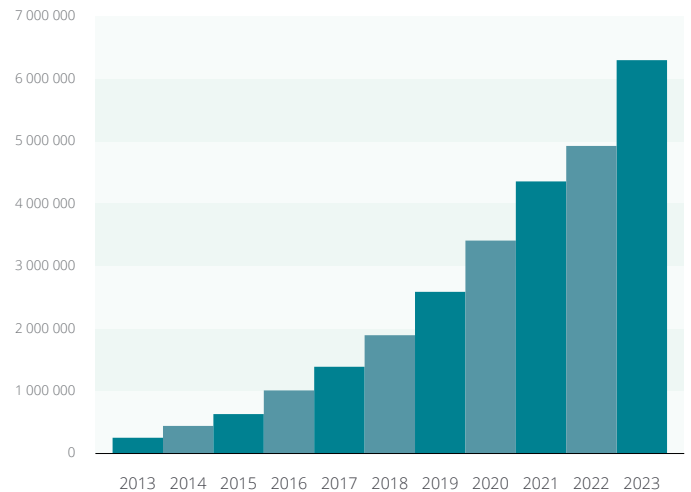
Unidade: Milhões de kwanzas

Figura 6 – Números de transacções de TPA



Fonte: EMIS

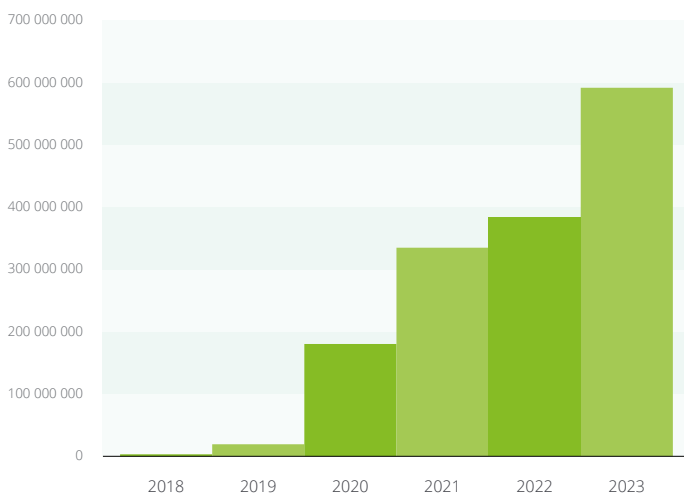
Figura 7 – Montante de transacções de TPA



Fonte: EMIS

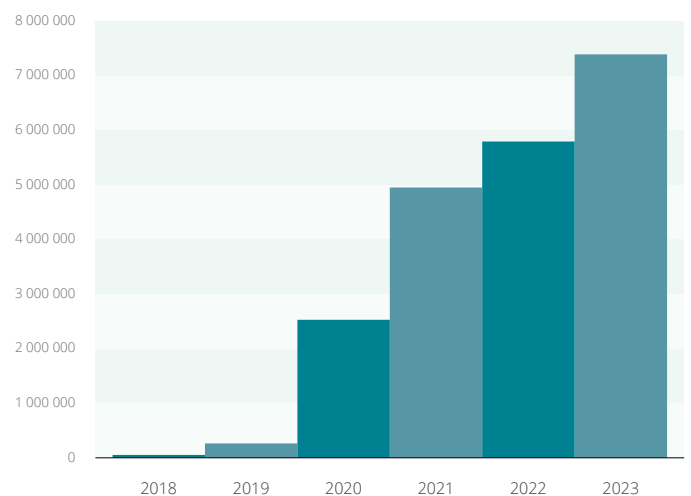
Unidade: Milhões de kwanzas

Figura 8 – Números de transacções Multicaixa Express



Fonte: EMIS

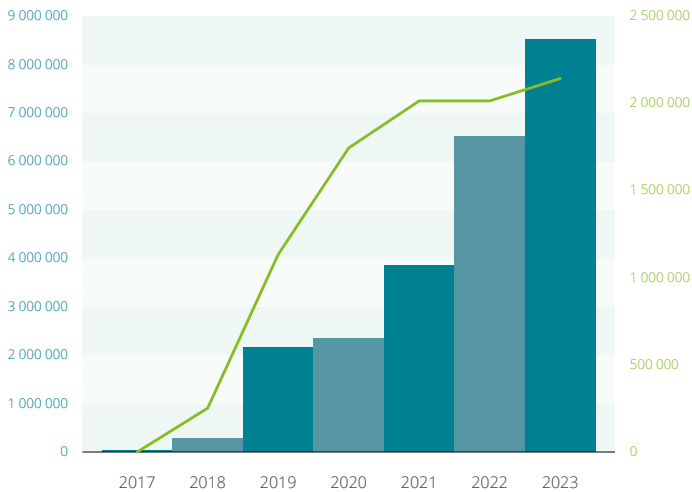
Figura 9 – Montante de transacções Multicaixa Express



Fonte: EMIS

Unidade: Milhões de kwanzas

Figura 10 – Transacções RUPE*



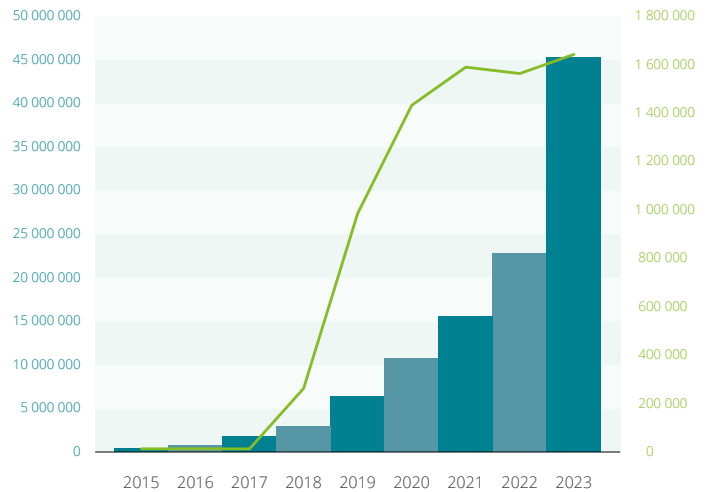
Legenda

■ N.º de Transacções — Milhões de kwanzas

* Referência Única de Pagamento ao Estado

Fonte: EMIS

Figura 11 – Transacções Homebanking

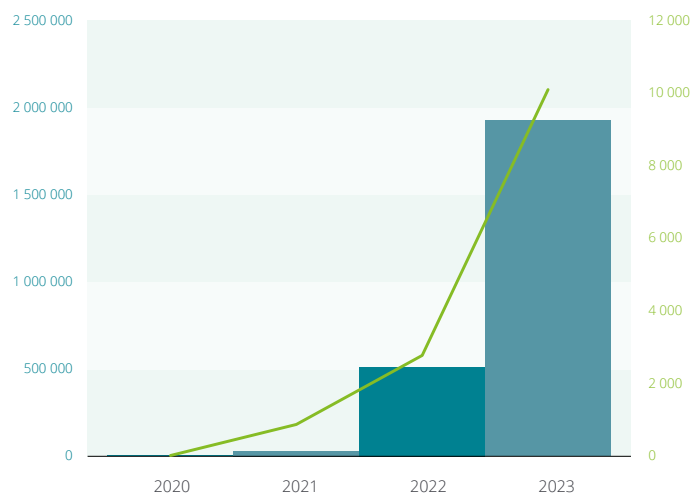


Legenda

■ N.º de Transacções — Milhões de kwanzas

Fonte: EMIS

Figura 12 – Transacções Gateway de Pagamentos Online

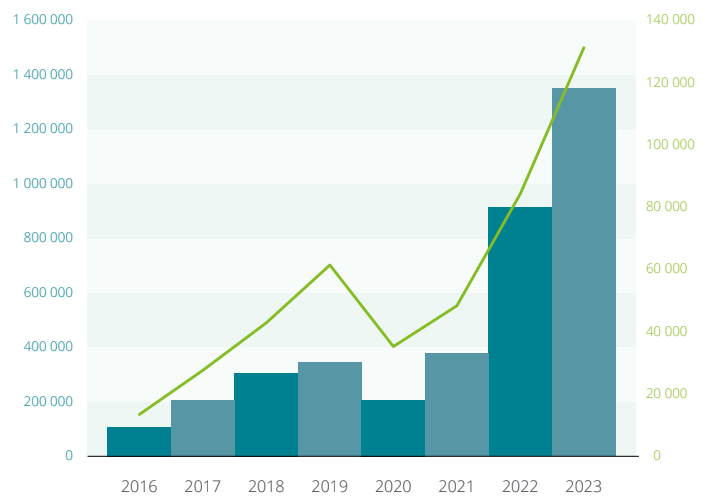


Legenda

■ N.º de Transacções — Milhões de kwanzas

Fonte: EMIS

Figura 13 – Transacções Comércio Electrónico



Legenda

■ N.º de Transacções — Milhões de kwanzas

Fonte: EMIS

Colaboradores e Balcões

A informação relativa a **Colaboradores** para os anos entre 2019 e 2023 resulta da informação pública disponível relativamente a esta matéria. Até 2018 era utilizada informação compilada pela ABANC que à data de elaboração do presente estudo não disponibilizou a informação com referência aos anos entre 2019 e 2023.

Para o ano de 2023, o número de colaboradores registou uma diminuição de 1,7%, comparativamente à queda de 6,7% verificada no período homólogo (2023*: 18 065 colaboradores e 2022: 18 405 colaboradores). Estes números podem apresentar ligeiras discrepâncias face ao número real de trabalhadores do sector bancário, porque não foi possível obter informação para dois Bancos (BVB e VTB), para os quais foram utilizados os dados de 2022, por não se encontrarem disponíveis os dados de 2023.

Por outro lado, nestes dois últimos anos, 2022 e 2023, verifica-se a continuação da diminuição do número de colaboradores que tem vindo a ser levada a cabo por parte do BPC, devido ao processo de Plano de Recapitalização e Reestruturação em curso, com um decréscimo de cerca de 1 545 colaboradores desde 2018, e uma variação de colaboradores de 139 colaboradores face a 2022. O BE que também tem em curso um Plano de Recapitalização e Reestruturação teve um corte na sua força de trabalho no ano em análise de 215 colaboradores.

Também o BCI continuou a implementar o processo de reestruturação interna, sendo que em 2023, a variação no quadro de pessoal foi substancialmente inferior à verificada em 2022, com uma redução de 48 colaboradores, para um total de 492 colaboradores.

O KEVE também apresentou um quadro de downsizing em 2022, o qual continuou em 2023, com uma redução no quadro de pessoal de 44 colaboradores.

Adicionalmente, o BFA e BSOL (-48), YETU (-8), BCGA (-7) e SCBA (-4) apresentam uma redução do seu quadro de colaboradores face a 2022.

Para além dos processos de reestruturação já referidos anteriormente, a transformação digital e o encerramento de balcões têm vindo a desempenhar um papel fundamental para esta tendência na redução de colaboradores do sector.

Por outro lado, gostaríamos de destacar os bancos que reforçaram o seu quadro de pessoal face a 2022, sendo que o ATL, com uma variação positiva de 44 colaboradores, lidera esta lista. O BDA (+40), o BIC (+31), o SBA (+30), o BNI (+24), BIR (+17), BCS (+14), ACCESS (+11), BOCLB e BCH (+6), e BAI (+4) completam a lista de bancos que tiveram uma evolução positiva no número de colaboradores em 2023.

Figura 14 – Evolução do número de colaboradores



* Para o BVB e VTB foram considerados os dados de 2022 por não se encontrarem disponíveis os valores referentes a 2023

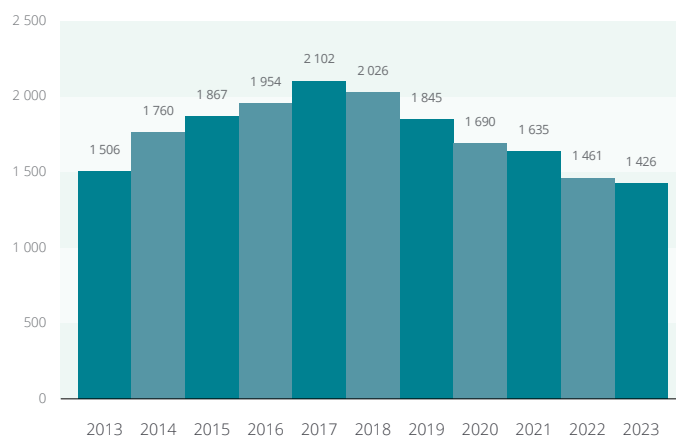
Fonte: ABANC (até 2019) e Relatórios e Contas dos Bancos (2019 a 2023)

A informação relativa a **Balcões** para os anos entre 2020 e 2023 resulta da informação pública disponível relativamente a esta matéria, nomeadamente informação divulgada pelo Banco Nacional de Angola. Até 2019 foi utilizada informação compilada pela ABANC, sendo que à data da elaboração do presente estudo não disponibilizou a informação com referência ao período compreendido entre 2020 e 2023.

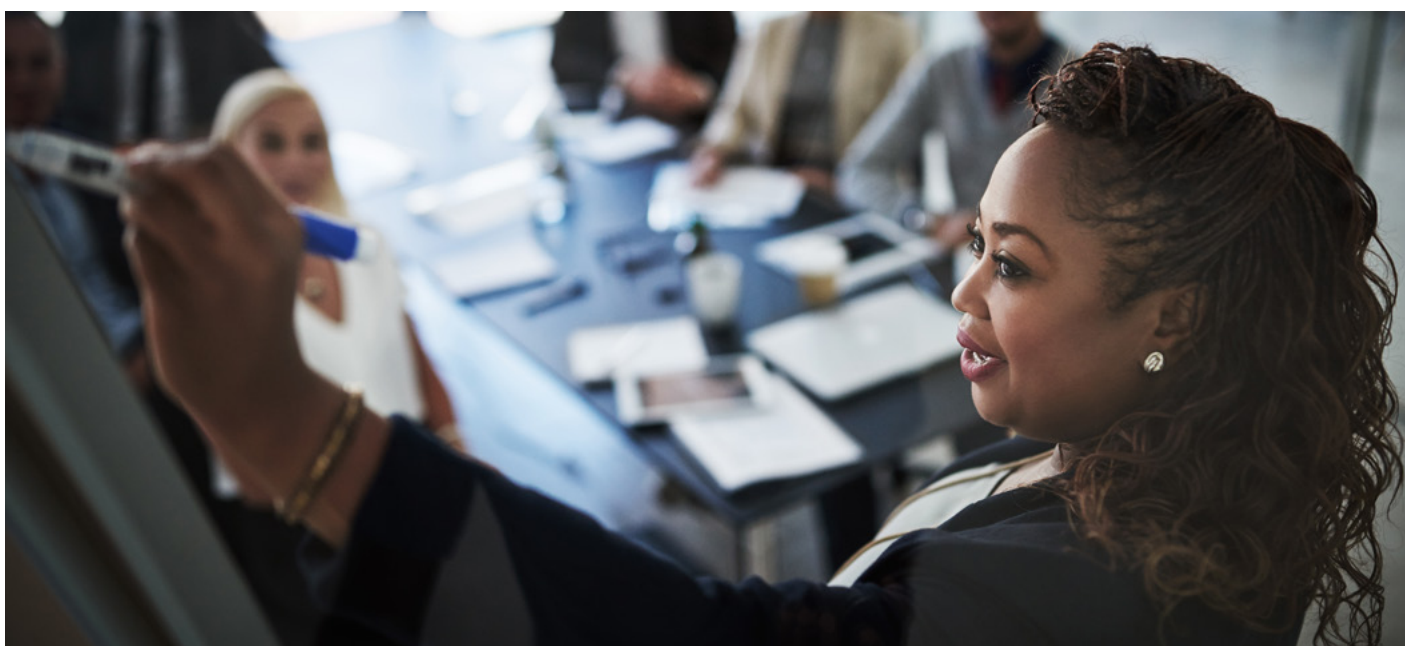
Tendo como base os dados de 2022 e de 2023 divulgados pelo Banco Nacional de Angola, o número de balcões registou uma diminuição de aproximadamente 2,4% (de 1 461 balcões em 2022 para 1 426 em 2023).

Esta diminuição decorre essencialmente das medidas de contenção de custos aprovadas nos Planos de Reestruturação do BE, BCI e BPC, tendo esta redução sido atenuada pelo alargamento da rede de balcões de alguns bancos, nomeadamente de menor dimensão. Desde 2017 (ano em que se registou o maior número de balcões), foi registada uma diminuição de 676 balcões, que corresponde a um decréscimo de 36% no total de balcões no território nacional neste período.

Figura 15 – Evolução do número de balcões



Fonte: ABANC (até 2019) e Relatórios e Contas dos Bancos (2020 e 2021) e Banco Nacional de Angola (2022 e 2023)

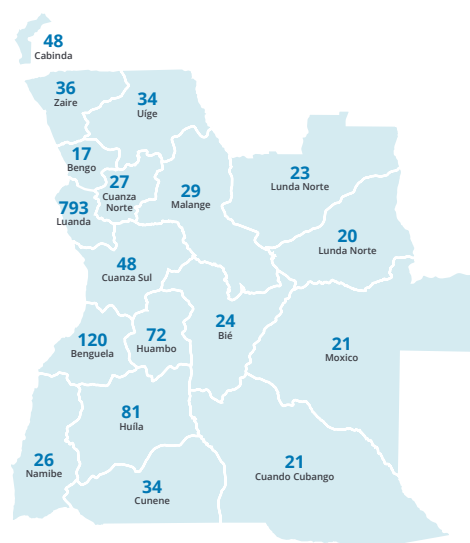


Conforme demonstrado na Figura 16.a, as províncias de Luanda (54%), Benguela (8%), Huíla (6%) e Huambo (4%) continuam a concentrar a maioria dos balcões existentes a nível nacional, com 72% dos balcões. Neste quesito, importa realçar que o nível de concentração se tem mantido praticamente inalterado ao longo dos últimos anos.

Adicionalmente, a edição deste ano do estudo, analisa a evolução do Agentes Bancários, como parte da estratégia dos Bancos para o alargamento da rede bancária, para aumentar a inclusão financeira, captar clientes e disponibilizar serviços bancários primários aos seus clientes. A figura de Agente Bancário foi introduzida através do Aviso n.º 4/2022, de 3 de Fevereiro, e tem como principal objectivo representar um Banco e ser uma alternativa viável para atender clientes bancários localizados em zonas remotas (sem acesso ou com acesso limitado a serviços bancários), bem como em zonas urbanas.

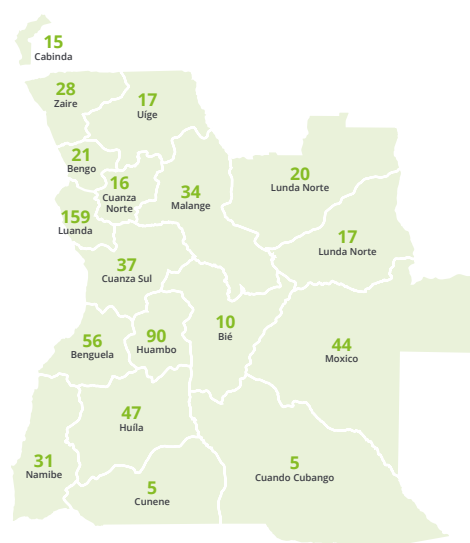
Neste contexto, em 2023 foi registado um crescimento de 81% no número de Agentes Bancários em território nacional, passando de 366 agentes em 2022 para 665 Agentes Bancários em 2023, de acordo com dados divulgados pelo BNA. A nível de distribuição geográfica, os Agentes Bancários apresentam uma maior dispersão geográfica do que a rede física de balcões dos Bancos, sendo que Luanda apenas concentra cerca 24% do total de Agentes Bancários, seguido do Huambo com 14%, Benguela e Huíla com 8% e 7%, respectivamente.

Figura 16.a - Dispersão geográfica dos balcões em 2022



Fonte: Banco Nacional de Angola

Figura 16.b - Dispersão geográfica dos Agentes Bancários em 2023



Fonte: Banco Nacional de Angola

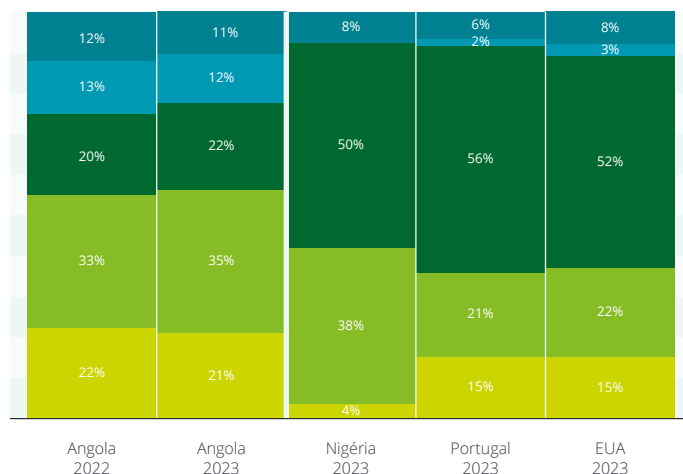
Estrutura de Activos

O peso do crédito a clientes na estrutura global de activos, no período em análise do Estudo, registou um aumento de 2 pontos percentuais face ao seu peso em 2022, passando de 20% para 22%, resultante da intensificação da prossecução das medidas emanadas pelo BNA para estímulo da concessão de crédito, como o Aviso n.º 06/2021, que veio alargar o prazo de vigência do Aviso n.º 10/2020, de 3 de Abril, que estabeleceu regras para os Bancos concederem crédito com base no valor do seu Activo, bem como estabeleceu um número mínimo de créditos a serem concedidos por Banco.

A tendência de diminuição verificada em anos anteriores foi invertida, contudo continua-se a verificar que o peso do crédito na estrutura global de activos fica aquém dos valores registados em mercados mais maduros, nomeadamente Nigéria, EUA e Portugal. Não foi possível obter a informação desagregada recente para a África do Sul, mas foi possível confirmar que o peso do crédito a clientes sobre o total de activo ronda os 71% em 2023 e 2022.

Em contrapartida, o peso dos títulos e valores mobiliários continua a ser superior ao verificado em mercados mais maduros, fruto da exposição significativa dos Bancos nacionais à dívida pública angolana, registando um ligeiro crescimento de 2% face a 2022, representado agora cerca de 35% do total da estrutura de Activos do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A única excepção é a Nigéria que apresenta um peso em títulos e valores mobiliários muito similar a Angola.

Figura 17 – Estrutura de Activos



Legenda

- Caixa e disponibilidades
- Títulos e valores mobiliários
- Crédito a clientes
- Outros valores
- Outros activos remunerados

Unidade: Repartição %.

Fonte: Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos



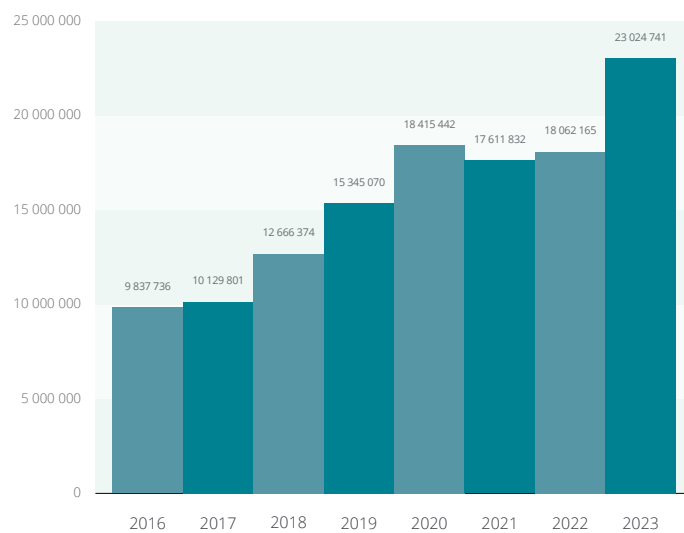
Activos totais

VISÃO AGREGADA

O valor total dos activos dos Bancos em análise equivale a 23 024 741 milhões de kwanzas no final do exercício de 2023, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 27,5%, face ao exercício de 2022, não sendo alheio o facto da forte desvalorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, observada em 2023, uma vez que os activos expressos em moeda estrangeira valorizaram significativamente face a 2022.

Após um período de cerca de 8 anos de crescimento, de 2012 a 2020, o valor total dos activos apresentou uma ligeira redução, decorrente da valorização e posterior estabilização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, observada em 2021 e 2022, em oposição à desvalorização acentuada observada nos períodos compreendidos entre 2017 e 2020.

Figura 18 – Evolução do Total de Activos



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

O BAI lidera este *ranking* desde 2018, tendo vindo a consolidar a sua liderança durante os exercícios seguintes, com um total de 4 537 439 e 3 194 900 milhões de kwanzas em 2023 e 2022, respectivamente, seguido pelo BFA, BIC, ATL e BPC. No exercício de 2023, a posição relativa entre os cinco maiores Bancos, sofreu apenas uma alteração, uma vez que o ATL ascendeu à 4.^a posição do *ranking*, ultrapassando o BPC.

Adicionalmente, no final de 2023, os cinco maiores Bancos representavam 63% do total dos activos dos Bancos em estudo, face uma concentração de 61% em 2022, uma vez que TOP 5 registou um aumento dos seus activos totais, de cerca de 30,8%, sendo que o maior crescimento se concentrou no BAI, BFA e ATL, que viram os seus activos aumentar em cerca de 2 721 mil milhões de kwanzas, que corresponde a 55% do crescimento total do valor dos activos do sector bancário face a 2022.

Relativamente às posições relativas dos restantes Bancos, destaca-se a subida de três lugares do KEVE, que passou a integrar o TOP 10 e ultrapassou a marca de 1 000 mil milhões de kwanzas em 2023, a par do BCGA que também atingiu este marco em 2023. Em sentido contrário tivemos o BE que desceu 3 posições no *ranking* do total de activos, fruto do processo de reestruturação em curso, passando a ocupar a 10.^a posição.

A larga maioria dos bancos (19 dos 23 Bancos) registaram um crescimento no valor dos seus activos em 2023, sendo que apenas o BCI, BCH, BE e o BOCLB registaram um decréscimo face a 2022.

Por último, importa destacar que oito Bancos apresentam um activo superior à média do sector em 2023, a qual ascende a 1 001 mil milhões de kwanzas (2022: 785 mil milhões de kwanzas), que denota a elevada concentração do sector.

Figura 19 – *Ranking* Total de Activos

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	4 537 439	1	BAI	3 194 900
2	BFA	3 584 394	2	BFA	2 708 905
3	BIC	2 291 512	3	BIC	1 920 321
4	ATL	2 087 700	4	BPC	1 692 923
5	BPC	2 020 624	5	ATL	1 584 278
6	SBA	1 592 745	6	SBA	1 080 819
7	BCGA	1 056 630	7	BE*	1 025 030
8	KEVE	1 034 580	8	BSOL	828 752
9	BSOL	994 992	9	BCGA	791 759
10	BE*	908 036	10	BCI	719 267
11	BCI	575 223	11	KEVE	611 620
12	BDA	559 294	12	BDA	484 592
13	BNI	424 715	13	BNI	355 837
14	BCS	279 465	14	BIR	214 491
15	BIR	255 982	15	BCS	175 245
16	YETU	174 923	16	ACCESS	139 881
17	ACCESS	157 359	17	YETU	136 619
18	BCA	133 011	18	BCA	96 071
19	VTB*	132 983	19	VTB	92 133
20	BVB	80 684	20	BCH	66 017
21	BCH	57 736	21	BVB	56 940
22	SCBA	44 112	22	BOCLB	43 997
23	BOCLB	40 602	23	SCBA	41 769

* Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Títulos e Valores Mobiliários

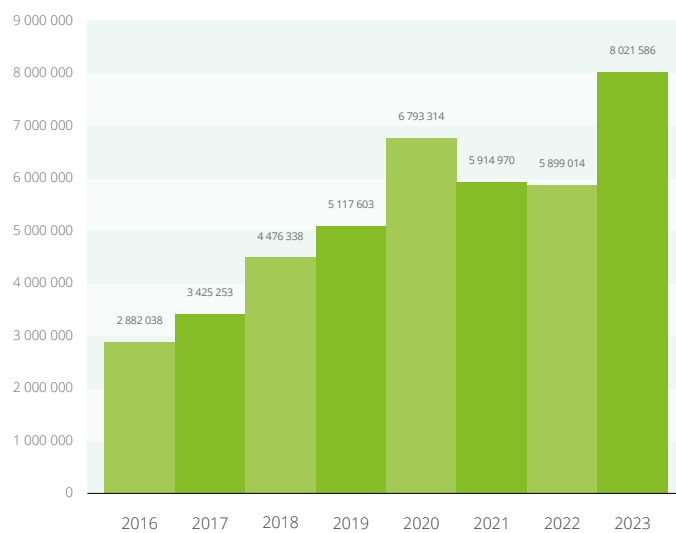
VISÃO AGREGADA

Em virtude dos Títulos e Valores Mobiliários representarem a tipologia de activos com maior peso no sector bancário nacional, a edição deste ano do Estudo efectua uma breve análise sobre a evolução deste indicador. Tal como referido anteriormente, os títulos de dívida pública Angolana representam a quase totalidade destes activos (cerca de 94%), uma vez que é considerado um produto com menor risco de crédito e com taxas de remuneração atractivas.

O valor total dos Títulos e Valores Mobiliários dos Bancos em análise ascende a 8 021 586 milhões de kwanzas no final do exercício de 2023, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 37,6%, face ao exercício de 2022, não sendo alheio o facto da forte desvalorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, observada em 2023, uma vez que os activos expressos em moeda estrangeira e/ou indexados a moeda estrangeira valorizaram significativamente face a 2022.

A evolução histórica dos Títulos e Valores Mobiliários, está muito alinhada com a evolução do total de activos do sector e após um período de cerca de 5 anos de crescimento, de 2016 a 2020, o valor total dos títulos e valores mobiliários apresentou uma redução em 2021, decorrente da decorrente da valorização e posterior estabilização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, observada em 2021 e 2022.

Figura 20 – Evolução dos Títulos e Valores Mobiliários



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, este *ranking* continua a ser liderado pelo BAI, tendo reforçado a sua liderança em 2023, com um total de 1 968 300 milhões de kwanzas, o que representa uma quota de 25% do total desta tipologia de activos. O BFA, BPC, ATL e BIC fecham o TOP 5 deste *ranking*, não tendo existido qualquer alteração nas posições, face a 2022.

Adicionalmente, no final de 2023, os cinco maiores Bancos, em termos de activos, representavam 72% do total dos activos dos Bancos em estudo, o que representa um aumento residual na concentração de 71% em 2022, tendo sido verificado um aumento dos títulos e valores mobiliários, de cerca de 36%, sendo que o maior crescimento se concentrou no BAI, BIC e BFA, que viram os títulos e valores mobiliários aumentar em cerca de 1 260 mil milhões de kwanzas, que corresponde a 59% do crescimento total de títulos face a 2022.

Relativamente às posições relativas dos restantes Bancos, destaca-se a subida de quatro posições do BCI, que passou a integrar o TOP 10 em 2023, em virtude do reforço no investimento em dívida pública, tendo como contrapartida a redução da rubrica de Caixa e Disponibilidades em bancos centrais. Em sentido contrário tivemos o BCGA e BDA que desceram 3 posições no *ranking*, passando a ocupar a 9.ª posição e 14.ª posição,

Figura 21 – *Ranking* Total de Títulos e Valores Mobiliários

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	1 968 300	1	BAI	1 307 728
2	BFA	1 458 429	2	BFA	1 053 199
3	BPC	913 441	3	BPC	838 918
4	ATL	819 313	4	ATL	620 738
5	BIC	589 585	5	BIC	395 377
6	BSOL	393 135	6	BCGA	284 057
7	SBA	351 233	7	SBA	268 180
8	KEVE	296 037	8	BSOL	264 652
9	BCGA	295 003	9	KEVE	176 296
10	BCI	146 519	10	BIR	122 756
11	BIR	130 883	11	BDA	103 995
12	BE*	108 982	12	BNI	88 855
13	BNI	102 915	13	BE*	69 204
14	BDA	100 640	14	BCI	61 870
15	BCA	76 837	15	YETU	55 491
16	YETU	73 467	16	BCA	52 119
17	BCS	70 644	17	BCS	48 367
18	BVB	41 515	18	ACCESS	24 351
19	ACCESS	28 339	19	BVB	23 956
20	BCH	26 729	20	BCH	17 713
21	SCBA	13 408	21	SCBA	8 966
22	VTB*	9 979	22	BOCLB	6 222
23	BOCLB	6 252	23	VTB	6 006

* Banco sem informação financeira auditada disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



Créditos a clientes

VISÃO AGREGADA

Considerando os Bancos analisados, o total de crédito líquido ascendeu a 4 964 105 milhões de kwanzas em 2023, o que corresponde a um aumento significativo de cerca de 40% face a 2022, sendo que a variação entre 2021 e 2022 cifrou-se em 12,9%. A evolução apresentada considera a informação financeira não auditada relativa ao Banco Económico, com referência a 31 de Dezembro de 2022 e 2023.

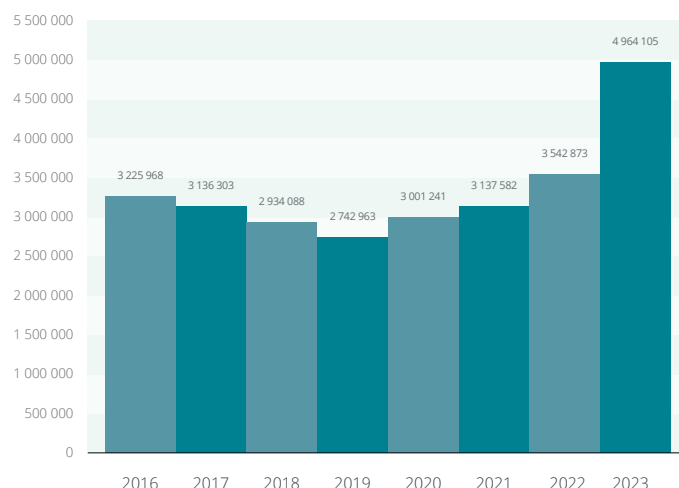
A evolução do crédito líquido apresenta uma tendência de crescimento desde 2019, motivada pelas medidas de estímulo ao financiamento directo à economia adoptadas pelo Executivo, em 2021, para apoiar o sector produtivo da economia e que tem vindo a ser reforçada por algumas medidas do Banco Nacional de Angola, bem como o reforço da intervenção do Fundo de Garantia de Crédito, por via de emissão de garantias públicas a favor das empresas e empreendedores. A forte desvalorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, observada em 2023 também teve impacto no crescimento verificado no crédito líquido em 2023.

Após um período de cerca de 4 anos, entre 2017 e 2020, em que se observou uma tendência de aumento do peso do crédito em moeda estrangeira face ao crédito total, em 2021 essa tendência registou uma inversão, que se manteve em 2022.

Em 2023, este cenário alterou-se e o crédito em moeda estrangeira representou aproximadamente 26% do crédito total concedido, uma variação de cerca de 6 pontos percentuais face ao verificado no exercício de 2022.

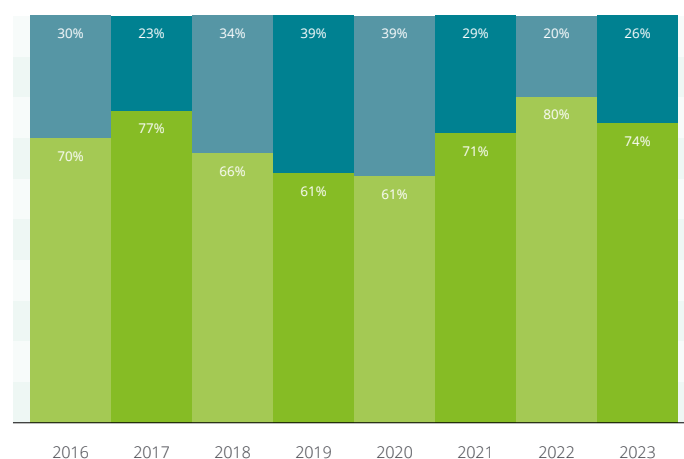
Para este aspecto, contribui de forma muito significativa o efeito da desvalorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e Euro, observado em 2023, nomeadamente no 1.º semestre.

Figura 22 – Evolução do Crédito Líquido a Clientes



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Figura 23 – Estrutura de Créditos por Moeda



Legenda

■ Moeda nacional ■ Moeda estrangeira

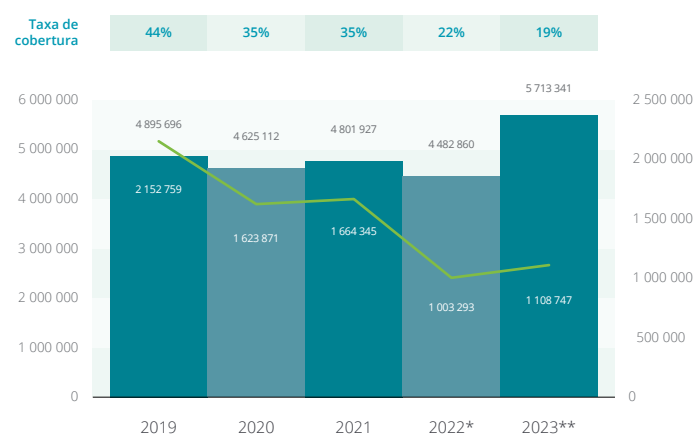
Fonte: Banco Nacional de Angola - Boletim Estatístico (2016-2021) e Indicadores de Solidez financeira do Sector Bancário (2022 e 2023)

No que se refere à exposição bruta de crédito a clientes, é possível verificar que em 2022 a mesma teve um acréscimo de 27%, para um total de 5 713 341 milhões de kwanzas, face aos 4 482 860 milhões de kwanzas registados em 2022, sem considerar a informação financeira do BE para estas datas. De referir que esta tendência é inversa à registada entre 2021 e 2022 em que a exposição teve uma redução de cerca de 6,6 pontos percentuais.

Caso o BPC fosse desconsiderado do Estudo, como pode ser observado na Figura 24.a, a evolução da exposição bruta de crédito a clientes tem vindo a apresentar um comportamento muito similar ao agregado do sector bancário.

Por outro lado, durante o ano de 2023 o volume de imparidade apresentou um crescimento de 10,5% para um total de 1 109 mil milhões de kwanzas, justificado pelo reforço de imparidade do BIC, que aumentou as imparidades em 123 mil milhões de kwanzas, 2% acima do crescimento do crédito bruto. O BAI, ATL e BDA também reforçaram as imparidades cerca de 2% acima do crescimento do crédito bruto, com um total de 123 mil milhões de kwanzas. Em sentido contrário, o BPC teve um desagravamento líquido de imparidade de 120 mil milhões de kwanzas, não obstante o crescimento de 16% da carteira de crédito bruto, que reflecte a melhoria do nível de incumprimento da carteira.

Figura 24.a - Exposição bruta de crédito a clientes e stock de imparidade de crédito (Balanço) – Total



Legenda

■ Exposição bruta — Imparidade

* Banco excluído da análise, por indisponibilidade de informação: BE
 ** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, KEVE e VTB

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



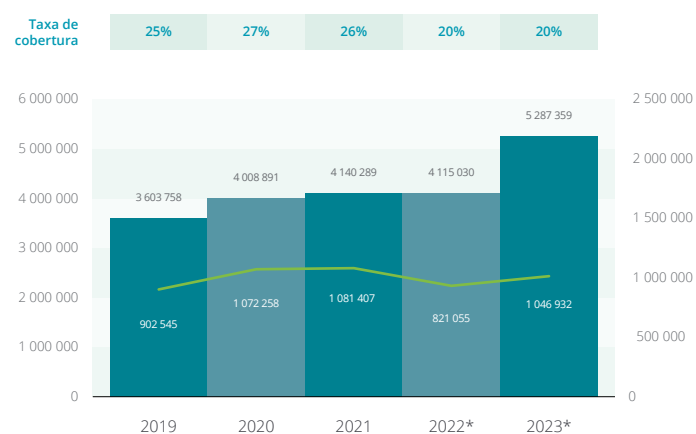
Não obstante, o aumento verificado na imparidade em 2023, o mesmo é inferior à taxa de crescimento do crédito bruto. Caso não fosse considerado o BPC, a exposição bruta de crédito tinha um aumento de 28,5% e a imparidade tinha registado um crescimento praticamente em linha com esta variação (27,5%), denotando que os Bancos têm vindo a reduzir e/ou estabilizar as perdas de imparidade das suas carteiras de crédito.

Em 2022 a descida significativa de imparidade de 34%, deveu-se em grande medida ao desagravamento de imparidade das carteiras do BAI e do BPC, já explicada na edição anterior do Estudo.

No que respeita ao rácio de cobertura da imparidade, o mesmo tem vindo a reduzir nos últimos anos, sendo que em 2023 aprestou uma descida ligeira para 19%, face à taxa de cobertura de 22% em 2022. No entanto, esta descida é bastante inferior à verificada no ano anterior, onde a taxa de cobertura caiu 13% (6% caso não fosse considerado o BPC).

A informação apresentada poderia ter algumas alterações caso existisse informação disponível relativamente ao BE, KEVE e VTB para 2023.

Figura 24.b – Exposição bruta de crédito a clientes e stock de imparidade de crédito (Balanço) – Excluindo o BPC



Legenda

■ Exposição bruta — Imparidade

* Banco excluído da análise, por indisponibilidade de informação: BE
 ** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, KEVE e VTB

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



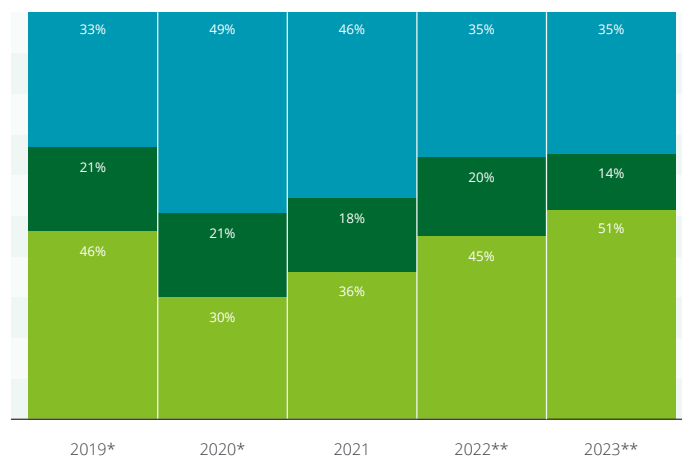
Com a entrada em vigor da Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), em 2018, as exposições creditícias passaram a ser classificadas por diferentes estágios consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial:

- Estágio 1 – Sem aumento significativo de risco de crédito (crédito regular);
- Estágio 2 – Com aumento significativo de risco de crédito;
- Estágio 3 – Exposições em Imparidade (crédito em incumprimento).

De seguida apresenta-se uma análise da evolução dos estágios das carteiras de crédito (em %) dos Bancos objecto de análise por (i) exposição bruta de crédito a clientes por estágio e (ii) imparidade de crédito por estágio.

Desde a pandemia COVID-19, ocorrida em 2020, tendo como base a distribuição do crédito a clientes por estágio, tem-se vindo a verificar uma melhoria da qualidade das carteiras de crédito, com o Estágio 3 a representar 35% do total da exposição bruta de crédito a clientes em 2023 e 2022, depois de ter atingido um máximo de 49% em 2020. Esta percepção de melhoria da qualidade de crédito também é possível verificar no aumento do valor das exposições classificadas em Estágio 1 que passaram para 51% do total, face a 45% em 2022, e que tem vindo a consolidar o estágio 1 com maior peso relativo na classificação da exposição bruta de crédito desde 2021, facto que não é alheio à melhoria do *rating* de Angola em 2021 e aumento da concessão de crédito em 2023.

Figura 25 – Exposição bruta de crédito a clientes por estágio



Legenda

- Estágio 1
- Estágio 2
- Estágio 3

* Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE e VTB

** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, KEVE e VTB

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

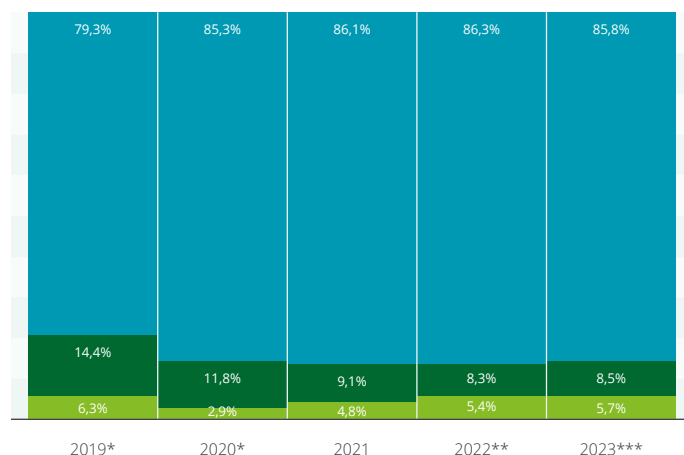


Por outro lado, a classificação da imparidade de crédito, por estágio, tem-se mantida praticamente inalterada nos últimos três anos, com o Estágio 3 a manter o maior peso face aos demais, para os Bancos considerados no Estudo.

Adicionalmente, é possível verificar um aumento significativo do peso da imparidade associada às exposições em Estágio 3 entre 2020 e 2022, cifrando-se em 85,8% em 2023, face a 79,3% de peso deste estágio em 2019, o que significa que os Bancos têm vindo a efectuar um reforço da imparidade nos créditos classificados em Estágio 3. Adicionalmente, verificou-se um aumento muito ligeiro do peso da imparidade associada ao Estágio 1.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações caso existisse informação disponível da distribuição por estágio da exposição bruta de crédito a clientes e da imparidade de crédito dos Bancos BE e VTB para 2022 e 2023, para o KEVE para 2019, 2020 e 2023 e para o YETU para 2023.

Figura 26 – Imparidade de crédito por estágio



Legenda

■ Estágio 1 ■ Estágio 2 ■ Estágio 3

* Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: KEVE

** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE e VTB

*** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, KEVE, YETU e VTB

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



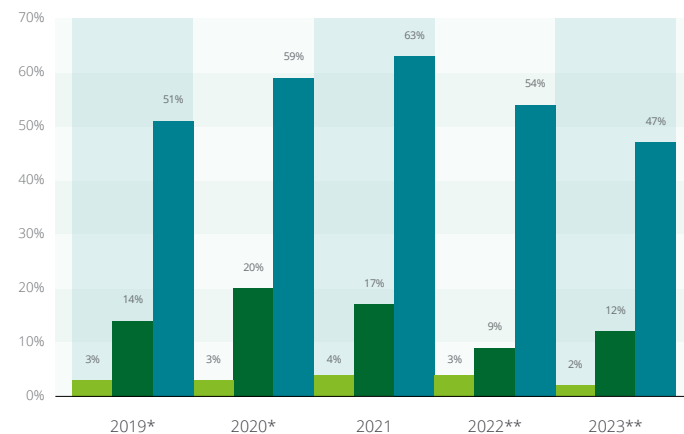
A cobertura de imparidade por estágio, registou uma descida no Estágio 3, de 54% para cerca de 47%, entre 2022 e 2023, em linha com a verificada entre 2021 e 2022. Esta variação é justificada pelo aumento de cerca de 26% do montante da exposição bruta classificada em Estágio 3, tendo apenas aumentado 10% a imparidade de crédito associada a este estágio. Os Bancos que mais contribuíram para esta redução da cobertura da imparidade do Estágio 3 são: BDA, BIR e BPC.

Ao nível da cobertura da imparidade do crédito classificado em Estágio 1 apresentou uma ligeira redução, uma vez que o valor de imparidade reduziu e a exposição bruta aumentou.

Neste contexto, os Bancos devem continuar a efectuar um esforço para reforçar as imparidades para crédito concedido, uma vez que a cobertura tem vindo a reduzir, com especial destaque para os créditos classificados em Estágio 3.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações caso existisse informação disponível da distribuição por estágio da exposição bruta de crédito a clientes e da imparidade de crédito dos Bancos BE e VTB para 2022 e 2023, para o KEVE para 2019, 2020 e 2023 e para o YETU para 2023.

Figura 27 – Cobertura da imparidade por estágio



Legenda

■ Estágio 1 ■ Estágio 2 ■ Estágio 3

* Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: KEVE

** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE e BIR

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

No que diz respeito ao posicionamento dos cinco Bancos com maior volume de crédito líquido, houve um conjunto de alterações, com a subida do BFA à 2.ª posição do *ranking* e do SBA que passou a ocupar a 3.ª posição, quando ocupavam em 2022, a 3.ª e 5.ª posições, respectivamente. Em sentido contrário, o ATL desceu duas posições, passando a ocupar o 4.º lugar e o BAI caiu uma posição no *ranking*, fechando o TOP 5.

O Banco BIC cimentou a posição de liderança que ocupa desde 2019, sendo que igualmente de destacar o crescimento significativo do SBA nos últimos anos, com um crescimento de 74% face a 2022.

Os bancos que registaram maior crescimento em 2023, foi o BVB, KEVE e BCGA com taxas de crescimento acima de 100%. A nível de variação absoluta no crédito líquido a clientes, temos o SBA, o BCGA, o BPC, o BIC e o KEVE, que apresentaram uma variação positiva superior a 887 mil milhões de kwanzas face a 2022, representando cerca de 62% do total da variação do crédito líquido entre 2022 e 2023.

Adicionalmente, no final do ano de 2022, os cinco maiores Bancos representam cerca de 61% do total do crédito líquido a clientes concedidos pelos Bancos em estudo. Em 2023, este rácio ascendeu a cerca de 56%, verificando-se uma diminuição considerável na concentração do crédito concedido no exercício de 2023.

Figura 28 – *Ranking* Crédito Líquido a Clientes

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BIC	762 300	1	BIC	603 277
2	BFA	550 103	2	ATL	453 783
3	SBA	518 266	3	BFA	417 426
4	ATL	479 233	4	BAI	392 351
5	BAI	464 997	5	SBA	297 185
6	BDA	386 409	6	BDA	263 013
7	BPC	364 167	7	BSOL	246 897
8	BCGA	353 353	8	BPC	185 592
9	BSOL	277 701	9	BCGA	168 282
10	KEVE	264 173	10	KEVE	120 992
11	BNI	128 749	11	BNI	113 478
12	BCI	98 702	12	BE*	63 306
13	BE*	86 483	13	BCS	50 183
14	BCS	80 806	14	BCI	50 169
15	BIR	50 760	15	BIR	35 348
16	YETU	31 735	16	ACCESS	21 609
17	ACCESS	21 902	17	YETU	18 917
18	BOCLB	13 770	18	BOCLB	14 921
19	BVB	9 816	19	VTB	14 720
20	VTB*	8 854	20	BCA	5 648
21	BCA	8 681	21	BVB	3 370
22	BCH	3 142	22	BCH	1 980
23	SCBA	3	23	SCBA	426

* Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

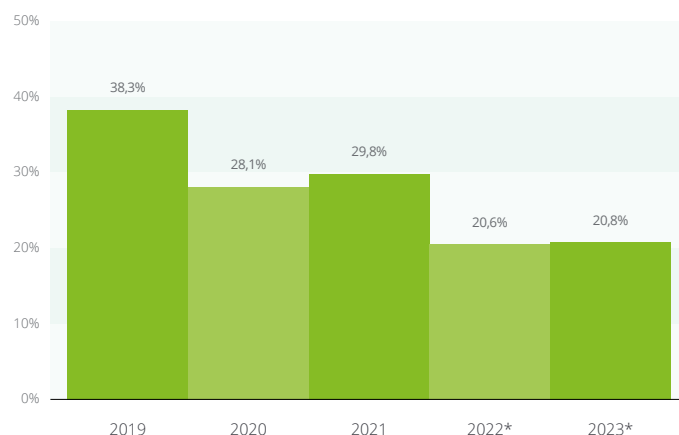
No que se refere ao rácio de crédito vencido, e de acordo com as Demonstrações Financeiras em análise, o mesmo ascendeu a 20,8% em 2023, sendo que em 2022 este rácio foi de aproximadamente 20,6%, o que significa que este rácio se manteve praticamente inalterado em 2023.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações caso existisse informação disponível relativamente ao BE, KEVE e VTB para 2023 (BE e VTB para 2022).

De acordo com os Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, publicados em 26 de Fevereiro de 2024, pelo Banco Nacional de Angola com dados de Dezembro de 2023, o rácio de crédito vencido do sector é de 15,1%. Esta diferença pode ser influenciada por ser um rácio calculado com base em informação preliminar remetida pelos Bancos ao regulador e o cálculo da Deloitte não dispor da informação da totalidade dos Bancos.

Dados mais recentes dos Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, publicados em 3 de Junho de 2024, com dados de Março de 2024, o rácio de crédito vencido do sector é de 19,7%, o que se encontra mais em linha com a informação aqui apresentada.

Figura 29 – Rácio de Crédito Vencido



* O BE, KEVE e VTB foram excluídos da análise por indisponibilidade de informação

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Crédito Líquido sobre Depósitos

(Rácio de transformação)

VISÃO AGREGADA

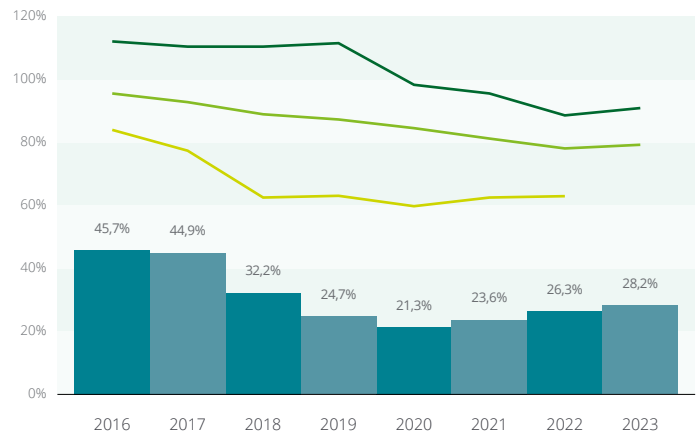
De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em análise, em 2023 verificou-se uma elevação do rácio de transformação do sector, em cerca de 1,8 pontos percentuais, para 28,2%.

Esta variação positiva é resultante da subida de 40% do crédito a clientes e um aumento de 31% dos depósitos captados, em 2023, ou seja, o crédito cresceu a um ritmo superior aos depósitos captados.

Adicionalmente, verificou-se a diferença de aproximadamente 51 pontos percentuais, entre o sector bancário nacional e sector bancário em Portugal (e cerca de 63 pontos percentuais face à África do Sul), no que diz respeito ao rácio de Crédito Líquido sobre Depósitos. A Nigéria, por sua vez, é um mercado que apresenta rácios mais próximos aos registados na realidade angolana, não tendo sido possível obter informação para 2023.

No entanto, de forma geral, é possível verificar que se tem vindo a verificar uma redução e/ou estabilização do rácio de transformação nas geografias analisadas, nos últimos anos, com excepção da Nigéria, que apresentou um aumento em 2021 e 2022, que apresenta legislação desde 2019, em que refere que este rácio não deve ser inferior a 65%. No entanto, em Abril de 2024, o Banco Central da Nigéria baixou este rácio para 50%, o que pode levar a uma redução considerável neste rácio.

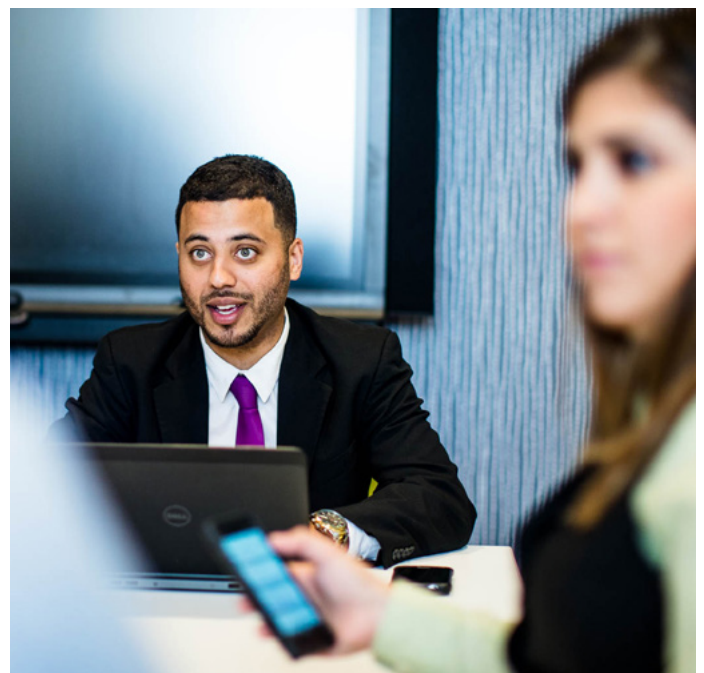
Figura 30 – Crédito Líquido sobre Depósitos



Legenda

■ Angola ■ Portugal ■ África do Sul ■ Nigéria

Fonte: World Bank; Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, os cinco Bancos que apresentaram o maior rácio de transformação foram o BOCLB, o BIC, o SBA, o BCGA e o SBA, para os quais foi apurado, um rácio de transformação de 165%, 53%, 42%, 39%, 38%, respectivamente.

O BOCLB mantém a liderança, de forma destacada, no que diz respeito ao rácio de transformação, não obstante o valor registado em 2023, de 165%, seja inferior ao registado em 2022 (203%), resultante do aumento nos depósitos captados (+14%) e a redução da concessão de crédito a clientes (-8%).

Adicionalmente, importa destacar o SBA passou a ocupar a 3.ª posição em 2022, resultante do maior crescimento do crédito a clientes face ao menor aumento verificado nos depósitos captados.

O BCGA também registou um aumento significativo do seu rácio de transformação passado do 8.º lugar do *ranking* para a 4.ª posição, fruto, principalmente, do crescimento significativo do crédito concedido a clientes (cerca de 110%), que cresceu numa percentagem superior dos depósitos captados (cerca de 37%).

Figura 31 – Ranking Rácio de transformação (Crédito líquido/ depósitos totais)

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BOCLB	165%	1	BOCLB	203%
2	BIC	53%	2	BIC	49%
3	SBA	42%	3	BNI	45%
4	BCGA	39%	4	BCS	44%
5	BNI	38%	5	SBA	40%
6	BCS	37%	6	BSOL	35%
7	BSOL	33%	7	ATL	33%
8	KEVE	31%	8	BCGA	26%
9	BPC	31%	9	KEVE	25%
10	YETU	27%	10	YETU	24%
11	ATL	26%	11	ACCESS	23%
12	BCH	26%	12	BIR	21%
13	BIR	25%	13	BFA	20%
14	BCI	21%	14	VTB	19%
15	BFA	19%	15	BPC	15%
16	ACCESS	19%	16	BAI	15%
17	BVB	17%	17	BCA	11%
18	BAI	13%	18	BVB	9%
19	BCA	11%	19	BCH	8%
20	BE*	9%	20	BE*	8%
21	VTB*	7%	21	BCI	8%
22	SCBA	0%	22	SCBA	2%
23	BDA**	n.a.	23	BDA	n.a.

* Banco sem informação financeira auditada disponível

** Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Crédito Líquido e Dívida Pública sobre Depósitos

(Rácio de transformação ajustado)

De forma a complementar à análise efectuada ao rácio de transformação dos Bancos, é igualmente apresentado o rácio de transformação ajustado, o qual pretende para além do crédito líquido incluir a dívida pública, considerando deste modo a perspectiva de financiamento à economia de forma mais lata, ou seja, pela via directa (concessão de crédito a clientes) e indirecta (aquisição de dívida pública).

Em 2023 os cinco Bancos que registaram um rácio de transformação ajustado mais elevado foram o BCH, BOCLB, BCA, BPC e BIR com um rácio de 245%, 240%, 110%, 105% e 91%, respectivamente.

Ao contrário do observado na análise do rácio de transformação, o BCH lidera o *ranking* do rácio de transformação ajustado (que considera o impacto da componente de dívida pública), tendo relegado o BOCLB para a 2.ª posição.

Comparando com o *ranking* do rácio de transformação (Figura 31), é possível observar que Bancos que tiveram rácios de transformação relativamente baixos (abaixo dos 25%) como o BCA e BIR, estão no TOP 5 no que respeita ao Rácio de Transformação Ajustado, com um valor acima dos 90%. Este facto demonstra uma aposta no financiamento indirecto à economia por intermédio da aquisição de dívida pública, uma vez que é considerado um produto com menor risco de crédito.

Relativamente aos 5 maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos, o BPC lidera este rácio com 105%, seguido do BIC (89%), BFA (70%), BAI (66%) e do ATL com um rácio de transformação ajustado de 54%, o que representa um aumento significativo face aos valores de rácio de transformação apurados, pelos motivos anteriormente apresentados.

De forma geral, comparando entre 2022 e 2023 observa-se que o rácio de transformação ajustado do sector, subiu ligeiramente de 67% para 70%, tendência que acompanha a subida do rácio de transformação do sector.

Importa referir que a exclusão do BE e do VTB do *ranking* de 2023, está relacionada com a indisponibilidade de informação para o período referido.

Figura 32 – Rácio de transformação ajustado (Crédito líquido e dívida pública/depósitos totais)

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BCH	245%	1	BOCLB	288%
2	BOCLB	240%	2	BCA	116%
3	BCA	110%	3	YETU	94%
4	BPC	105%	4	BIR	93%
5	BIR	91%	5	BCS	87%
6	BIC	89%	6	BPC	83%
7	BVB	89%	7	BCH	82%
8	YETU	88%	8	BIC	78%
9	BSOL	80%	9	SBA	76%
10	BCGA	72%	10	BNI	75%
11	SBA	70%	11	BVB	73%
12	BFA	70%	12	BSOL	72%
13	BCS	70%	13	BFA	72%
14	KEVE	66%	14	BCGA	69%
15	BAI	66%	15	BAI	64%
16	ATL	54%	16	KEVE	60%
17	SCBA	51%	17	ATL	60%
18	BCI	51%	18	ACCESS	48%
19	BNI	51%	19	SCBA	41%
20	ACCESS	44%	20	VTB	27%
21	VTB*	n.d.	21	BCI	17%
22	BE*	n.d.	22	BE*	n.d.
23	BDA**	n.a.	23	BDA**	n.a.

* Banco sem informação financeira disponível

** Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade

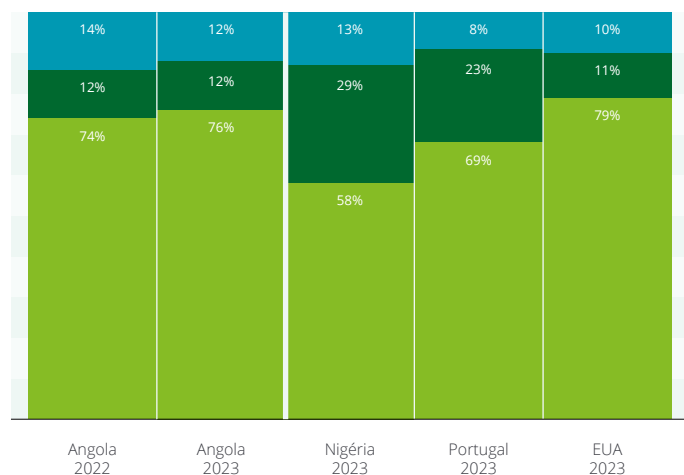
Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Estrutura de *Funding*

Na estrutura de *funding* do balanço, no caso de Angola, é possível verificar que, têm ocorrido algumas alterações nos últimos anos, nomeadamente uma tendência de ligeira diminuição do peso dos Fundos Próprios, que registou em 2023 um peso superior a 12% no total do *funding*. Esta situação é justificada pelo crescimento a um ritmo muito superior dos depósitos de clientes (+31%) face aos Fundos Próprios (+9%) verificado em 2023. Também contribui para a descida do peso dos Fundos Próprios, a diminuição dos fundos próprios do Banco Económico que passaram de 156 mil milhões de kwanzas negativos em 2022 para 444 mil milhões de kwanzas negativos em 2023 (informação não auditada).

No que concerne às outras economias objecto de análise, é possível verificar que a estrutura de *funding* dos Bancos dos EUA e Portugal são as mais similares a Angola, à semelhança dos anos anteriores. Por outro lado, a Nigéria tem uma estrutura diferente ao nível do peso dos depósitos que é substancialmente menor que a verificadas nas outras economias objecto de análise.

Figura 33 – Estrutura de *Funding*



Legenda

■ Depósitos de clientes ■ Outros passivos ■ Fundos próprios

Fonte: Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos



Depósitos de Clientes

VISÃO AGREGADA

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em análise, em 2023 o total dos depósitos no sector bancário nacional era de cerca de 17 633 mil milhões de kwanzas, o que representa um crescimento significativo de, aproximadamente, 31% face a 2022. Trata-se de um incremento muito significativo, embora tenha sido abaixo do crescimento da massa monetária, que registou uma variação de 37,8% face a Dezembro de 2022, o que se traduz no aumento de numerário em poder do público, instituições e empresas que não foi capturado pelo sector bancário.

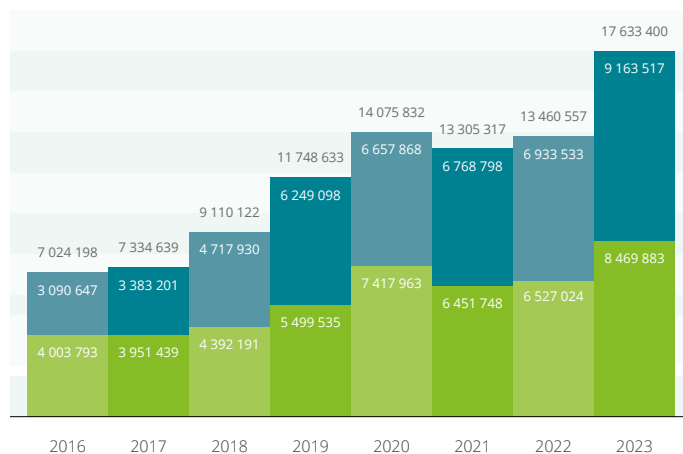
Após um período de 7 anos, entre 2014 e 2020, em que se verificou uma tendência de aumento do valor total dos depósitos em cerca de 163%, em 2021 houve uma reversão desta tendência, sendo que o impacto maior foi verificado nos depósitos à ordem, com uma redução de cerca de 13%. Esta redução entre 2020 e 2021 é resultante da valorização do Kwanza face às moedas de referência (Dólar norte-americano e Euro), o que impactou na redução de depósitos em moeda estrangeira.

Ainda referente à composição dos depósitos por natureza, é possível verificar que os depósitos a prazo representam cerca de 52% do total de depósitos, com um peso semelhante ao verificado em 2022. O peso dos depósitos a prazo tem vindo a aumentar desde 2015, onde apresentava um peso de 44%, tendo esse ciclo de crescimento sido quebrado em 2020, onde os depósitos à ordem representaram cerca de 53% do total dos depósitos.

De acordo com os dados publicados pelo BNA, o peso dos depósitos em moeda nacional ascendeu aos 56% dos depósitos totais face aos 60% registados em 2022, contrariando a tendência de descréscimo verificada entre 2017 e 2020.

O aumento do peso dos depósitos em moeda estrangeira está de forma global relacionada com a desvalorização cambial do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, verificada em 2023, após um período de valorização/estabilização verificada entre 2021 e 2022.

Figura 34 – Evolução dos Depósitos por Natureza

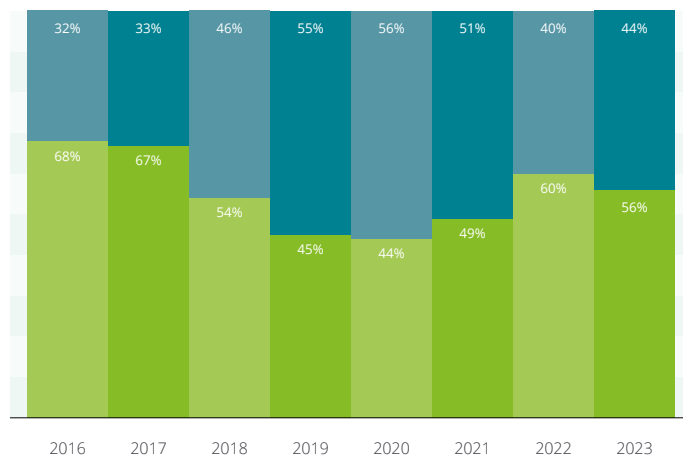


Legenda

■ Depósitos à ordem ■ Depósitos a prazo

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas) e Relatórios e Contas do BNA

Figura 35 – Estrutura de Depósitos por Moeda



Legenda

■ Moeda nacional ■ Moeda estrangeira

Fonte: Boletim Estatístico do BNA (2014-2023)

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Do TOP 5, com excepção da troca na 5.ª posição deste *ranking*, com o SBA a ultrapassar o BE e o BPC, todas as restantes posições permaneceram inalteradas, com o BAI, BFA, ATL e BIC a ocuparem o topo da tabela, com crescimentos na captação de depósitos muito relevantes, com os 3 maiores bancos deste *ranking* a crescerem acima de 35%, o que superou a taxa de crescimento global dos depósitos no sector, que se cifrou em cerca de 31%. Tal facto não é alheio à desvalorização cambial do Kwana verificada durante o exercício de 2023 face ao Dólar norte-americano e Euro.

De forma geral, houve pouca variação em termos de posicionamento dos Bancos, apenas destacando a subida de 2 posições do KEVE, que entrou no TOP 10 e a descida de 2 posições no *ranking* do BSOL. De destacar a perda de 172 mil milhões de depósitos de clientes do BCI, a qual é explicada pela transferência massiva de depósitos de entidades públicas, nomeadamente AGT, em virtude do processo de privatização concluído em 2022.

No final de 2023 os cinco maiores Bancos em estudo representam, aproximadamente, 63% do total dos depósitos captados pelos Bancos, sendo esta quota de mercado superior face ao exercício de 2022 (54%), o que representa um nível de concentração elevado nos depósitos de clientes e que se agravou em 2023, fruto do crescimento significativo dos maiores Bancos, já explicado anteriormente.

Por último, importa destacar que dez Bancos apresentam um volume de depósitos superior à média do sector em 2023, a qual ascende a 802 mil milhões de kwanzas (2022: 612 mil milhões de kwanzas), sendo que estes dez bancos concentram 90%, com os restantes doze Bancos que podem captar depósitos, com uma quota de 10% do montante total de depósitos captados pelo sistema.

Figura 36 – *Ranking* Depósitos de Clientes

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	3 692 484	1	BAI	2 637 146
2	BFA	2 857 665	2	BFA	2 040 285
3	ATL	1 849 008	3	ATL	1 364 668
4	BIC	1 445 504	4	BIC	1 233 088
5	SBA	1 240 346	5	BPC	1 227 905
6	BPC	1 190 587	6	BE*	776 588
7	BE*	1 006 664	7	SBA	743 388
8	BCGA	898 520	8	BSOL	706 033
9	KEVE	852 401	9	BCGA	656 158
10	BSOL	833 683	10	BCI	650 980
11	BCI	479 127	11	KEVE	493 668
12	BNI	334 974	12	BNI	254 199
13	BCS	216 341	13	BIR	169 787
14	BIR	200 001	14	BCS	113 517
15	VTB*	120 531	15	ACCESS	95 224
16	YETU	119 282	16	YETU	79 381
17	ACCESS	114 222	17	VTB	77 557
18	BCA	77 490	18	BCA	49 453
19	BVB	57 944	19	BVB	37 313
20	SCBA	26 106	20	BCH	23 943
21	BCH	12 172	21	SCBA	22 936
22	BOCLB	8 346	22	BOCLB	7 341
23	BDA**	n.d.	23	BDA**	n.d.

* Banco sem informação financeira auditada disponível

** Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Capitais Próprios

VISÃO AGREGADA

Com base na informação disponível o valor total dos capitais próprios dos Bancos em análise ascendeu a 2 812 mil milhões de kwanzas no final do exercício de 2023. Neste contexto, verificou-se um reforço dos capitais próprios por parte do sector bancário, de cerca de 9% face a 2022. Este crescimento seria 19%, caso não fosse considerado o contributo do BE, que apresentou fundos próprios negativos de 444 mil milhões de kwanzas em 2023 e 156 mil milhões em 2022.

O valor total dos capitais próprios tem vindo a apresentar uma clara tendência de crescimento desde 2015 (com excepção de 2019), tendo-se verificado um aumento entre 2015 e 2023 a rondar os 229%. Não obstante esta tendência de crescimento, o crescimento dos capitais próprios, entre 2022 e 2023 foi consideravelmente menor que o registado entre 2021 e 2022, que se situou nos 23% e de 21%, entre 2020 e 2021.

Importa referir que o ano de 2019, foi influenciado por prejuízos muito avultados do BE e do BPC, que registaram prejuízos de cerca de 531 mil milhões de kwanzas e 405 mil milhões kwanzas, respectivamente.

Figura 37 – Evolução dos Capitais Próprios



* Para efeitos comparativos, não foi incluída a informação financeira do BE de 2021

Fonte: ABANC; Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, o *ranking* dos capitais próprios é liderado pelo BAI, que destronou o BFA da liderança, com um total de 641 308 milhões de kwanzas, o que se traduz num crescimento de 174 mil milhões nos seus Capitais Próprios. O aumento verificado no BAI resulta, em parte, da incorporação em reservas e resultados transitados da componente do resultado líquido do exercício de 2022 e da incorporação do resultado líquido de 2023.

Do TOP 5, com excepção da troca na liderança deste *ranking*, os restantes Bancos, nomeadamente BIC, BDA e SBA mantiveram a posição que tinham em 2022.

Relativamente às restantes posições do *ranking*, destaque para a subida de seis lugares do BCI neste *ranking*, ocupando agora a 11.ª posição. Esta subida teve como base o crescimento de 70% nos seus capitais próprios impulsionado pelo resultado líquido de 2023.

De forma generalizada, observa-se um aumento dos Capitais Próprios dos Bancos, num total de 20 Bancos, o que é um indicador muito positivo para o sector. Durante 2023, dez Bancos reforçaram o seu capital social, no montante global de 107 mil milhões de kwanzas, com especial destaque para os reforços efectuados pelo (i) BFA (30 mil milhões de kwanzas), (ii) BCA (15 mil milhões de kwanzas), (iii) SBA (11 mil milhões de kwanzas), e (iv) BCH (10 mil milhões de kwanzas).

Importa salientar, que em 2023 e 2022, apenas o BE apresentou Capitais Próprios negativos, continuando em curso a implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação aprovado pelo BNA no final de 2021. No entanto não existe muita informação sobre a evolução da implementação deste plano, uma vez que, até à data de publicação do Estudo, não foi divulgado o Relatório e Contas de 2022 e 2023.

Figura 38 – *Ranking* dos Capitais Próprios

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	641 308	1	BFA	484 290
2	BFA	567 526	2	BAI	467 734
3	BIC	466 693	3	BIC	429 987
4	BDA	246 168	4	BDA	242 314
5	SBA	223 300	5	SBA	198 876
6	ATL	211 959	6	ATL	189 709
7	BPC	156 063	7	BCGA	119 520
8	BCGA	139 024	8	BPC	88 008
9	BSOL	88 560	9	BSOL	85 591
10	KEVE	85 398	10	BNI	54 765
11	BCI	61 688	11	BCS	54 759
12	BCS	54 177	12	KEVE	47 361
13	BNI	50 383	13	BCH	40 690
14	BIR	48 851	14	BIR	39 387
15	BCH	44 177	15	ACCESS	37 159
16	BCA	42 106	16	BCA	36 521
17	ACCESS	37 135	17	BCI	36 378
18	YETU	33 324	18	YETU	31 559
19	BVB	21 622	19	BVB	18 395
20	SCBA	16 202	20	SCBA	14 353
21	BOCLB	12 318	21	BOCLB	11 994
22	VTB*	8 056	22	VTB	10 534
23	BE*	(443 892)	23	BE*	(155 983)

* Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Produto Bancário

VISÃO AGREGADA

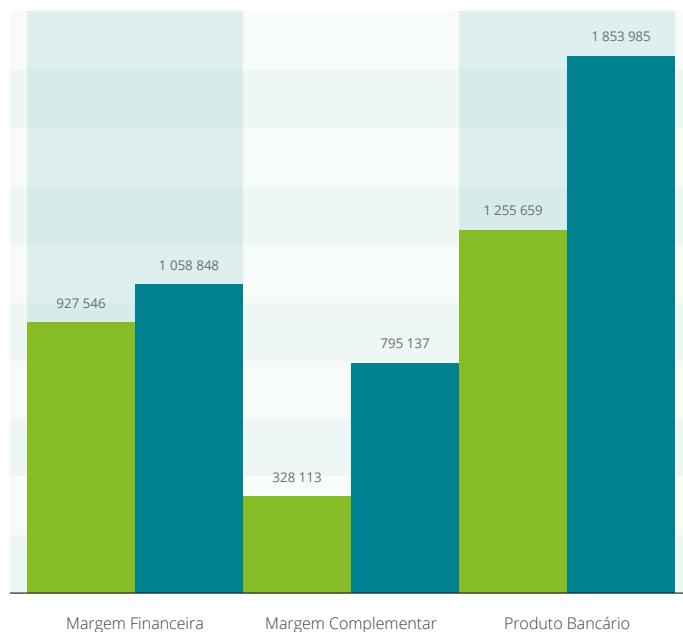
De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em estudo, a margem financeira no final do exercício de 2023 ascendeu a 1 058 848 milhões de kwanzas, o que corresponde a um aumento de cerca de 14% face a 2022.

A margem complementar no final de 2023 teve um aumento expressivo de cerca de 142%, fixando-se em 795 137 milhões de kwanzas, face ao valor de 328 113 milhões de kwanzas registado em 2022. Esta variação é explicada principalmente pelo crescimento de 261% dos resultados cambiais dos Bancos que totalizaram 452 mil milhões de kwanzas em 2023 (125 mil milhões de kwanzas em 2022). Adicionalmente, a rubrica de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” também apresentou um crescimento de 180 mil milhões de kwanzas (449%), a qual é maioritariamente explicada pela mais-valia gerada pela alienação de dívida pública Angolana pelo BAI, no montante de 115 mil milhões de kwanzas.

O agregado da margem financeira e da margem complementar levou ao crescimento de aproximadamente 48% do produto bancário em 2023, que passou de 1 255 659 milhões de kwanzas em 2022 para 1 853 985 milhões de kwanzas em 2023.

A informação apresentada poderia ter alterações relevantes, caso existisse informação disponível relativamente ao BE para 2022 e 2023.

Figura 39 – Componentes do Produto Bancário



Legenda

■ 2022 ■ 2023

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

No que respeita a este indicador, verificou-se um conjunto de alterações, nomeadamente na liderança que passou a ser ocupada pelo BAI, por troca com o BFA, tendo apresentado um total de produto bancário de 392 239 milhões de kwanzas, o que corresponde a um aumento significativo de cerca de 49% comparativamente ao ano de 2022, o qual teve um contributo significativo do aumento dos resultados cambiais e da operação de venda de dívida pública já referida anteriormente.

Relativamente ao restante TOP 5, importa referir que o BPC e o BIC, subiram um lugar, ficando a 3.ª e 4.ª posição, tendo relegado o SBA para a 5.ª posição do *ranking*. Quer o BPC, quer o BIC tiveram como base da variação superior a 100% do produto bancário, os resultados das mais-valias cambiais obtidas durante o ano de 2023.

Importa referir que o BE foi excluído do *ranking* de 2022 e 2023, por indisponibilidade de informação.



Figura 40 – *Ranking* do Produto Bancário

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	392 239	1	BFA	269 056
2	BFA	299 036	2	BAI	263 964
3	BPC	228 031	3	SBA	125 779
4	BIC	174 963	4	BPC	93 669
5	SBA	142 870	5	BIC	86 879
6	BDA	98 910	6	ATL	63 970
7	ATL	83 637	7	BCGA	60 749
8	BSOL	78 722	8	BSOL	56 061
9	KEVE	78 054	9	KEVE	37 936
10	BCGA	77 044	10	YETU	34 028
11	BCI	55 134	11	BIR	28 486
12	BIR	34 053	12	BCS	25 741
13	YETU	25 305	13	BCI	21 537
14	BNI	20 668	14	BDA	18 705
15	BCS	20 157	15	BNI	13 127
16	BCA	13 092	16	ACCESS	11 197
17	ACCESS	9 007	17	BCA	10 296
18	BVB	8 009	18	BCH	9 653
19	BCH	6 968	19	VTB	7 842
20	SCBA	5 443	20	BVB	7 308
21	BOCLB	2 642	21	SCBA	5 080
22	VTB*	n.d.	22	BOCLB	4 596
23	BE*	n.d.	23	BE*	n.d.

* Banco sem informação financeira disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

CUSTOS OPERACIONAIS, PERDAS POR IMPARIDADE E OUTROS CUSTOS

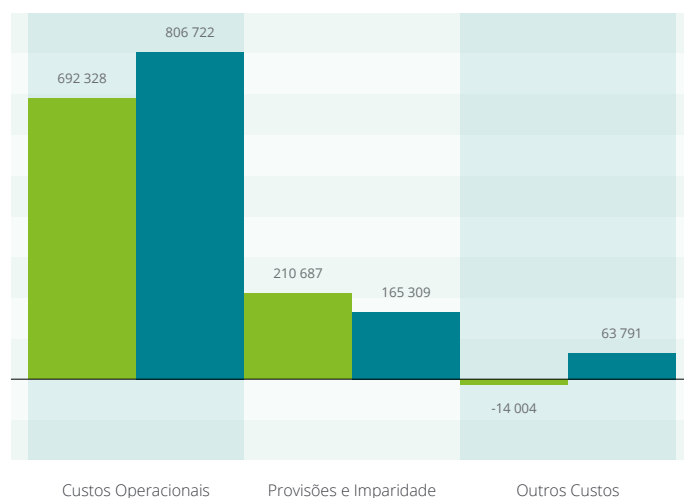
De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em estudo, as dotações líquidas de provisões e imparidades atingiram um montante de 165 309, o que representa uma diminuição de 22% face a 2022, o que denota que os Bancos têm vindo a efectuar um menor esforço de aumentar o volume de imparidades para a sua carteira de crédito.

Os custos operacionais aumentaram cerca de 17% em 2023 para 806 722 milhões de kwanzas, sendo a principal variação na rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros e custos com o pessoal que aumentaram 19%, e 15%, respectivamente, face a 2022. Estes aumentos resultam do aumento do custos dos bens e serviços adquiridos pelos Bancos, fruto da aceleração da inflação verificada em 2023, e dos aumentos salariais para reposição do poder de compra dos colaboradores bancários, para fazer face ao aumento da taxa de inflação e da desvalorização do kwanza face à principais moedas de referência.

Os Outros Custos no ano de 2023 aumentaram para 63 791 milhões de kwanzas, o que corresponde a um aumento de 78 mil milhões de kwanzas face a 2022, influenciada pelo aumento de 48% nas rubricas de Impostos sobre os resultados, uma vez que houve um aumento generalizados dos resultados líquidos dos Bancos, com impacto no aumento da matéria colectável a ser sujeita a imposto industrial.

A informação apresentada poderia ter alterações relevantes, caso existisse informação disponível relativamente ao BE e VTB para 2023.

Figura 41 – Custos operacionais, perdas por imparidade e outros custos



Legenda

■ 2022 ■ 2023

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



Resultados Líquidos

VISÃO AGREGADA

Em 2023 o total dos resultados líquidos no sector bancário nacional no final de 2023 era de cerca de 545 049 milhões de kwanzas, o que representa um crescimento acentuado de, aproximadamente, 66% face a 2022, após uma descida muito significativa dos resultados verificada em 2022, cujos motivos já foram explicados na edição do Estudo do ano passado.

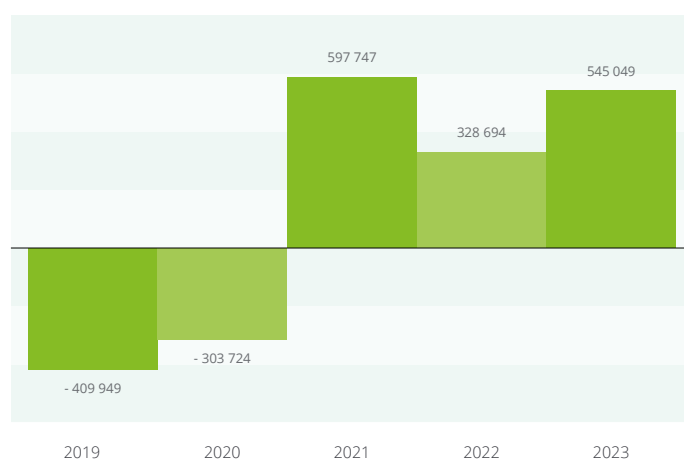
Este aumento é explicado principalmente pelo crescimento de 261% dos resultados cambiais dos Bancos que totalizaram 452 mil milhões de kwanzas em 2023, fruto da desvalorização cambial do Kwanza face ao Euro e Dólar norte-americano. A depreciação acumulada em 2023, situou-se em 39,2%, com especial destaque para os meses de Maio e Junho.

Também contribuiu para o aumento dos resultados líquidos do sector, a variação positiva nos Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, que apresentaram um crescimento de 180 mil milhões de kwanzas (cerca de 449% face a 2022). Este incremento é maioritariamente explicado pela mais-valia gerada pela alienação de dívida pública Angolana efectuada pelo BAI, no montante de 115 mil milhões de kwanzas.

Adicionalmente, também é importante destacar o regresso do BPC aos lucros, que após vários anos de prejuízos apresentou um resultado líquido positivo de 116 mil milhões de kwanzas, quando em 2022 tinha apresentado um prejuízo de 120 mil milhões de kwanzas.

Figura 42.a – Evolução dos Resultados Líquidos

Total



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

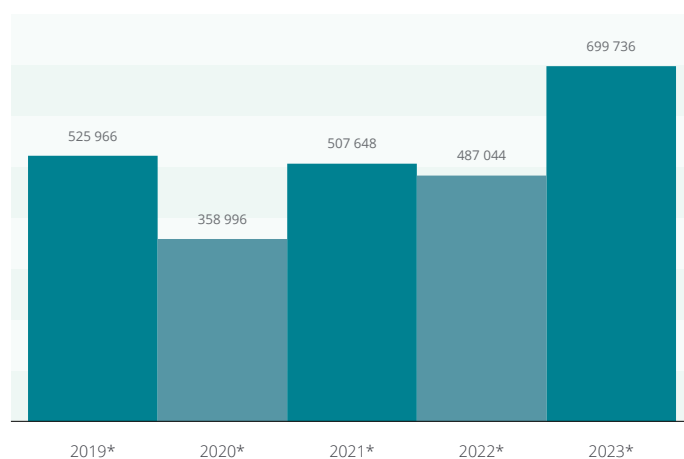


Devido aos impactos resultantes dos resultados negativos apresentados pelo BPC e BE nos últimos anos, com destaque para 2019 e 2020, apresentamos na Figura 42.b, o gráfico com a evolução dos resultados considerando a exclusão do BPC e BE na informação apresentada. O principal motivo para estes prejuízos decorreu da necessidade do reforço muito significativo das provisões para perdas por imparidade originadas pelo exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA), promovido pelo BNA em 2019 onde estes bancos concentraram cerca de 96% do total das necessidades de recapitalização dos bancos objecto deste exercício.

Mesmo considerando a exclusão do BPC e BE desta análise, os Resultados Líquidos em 2022 registaram uma diminuição de 4% face a 2021, que se trata de uma inversão do cenário de recuperação verificado em 2021, sendo que em 2023 esta análise já não é aplicável, em função dos lucros apresentados pelo BPC.

Figura 42.b – Evolução dos Resultados Líquidos

Excluindo o BPC e o BE



* Esta análise exclui a informação do BPC e do BE

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023 verificaram-se algumas alterações no topo da tabela face a 2022, sendo que o BAI assumiu a liderança dos lucros do sector bancário, por troca de posição com o BFA, seguido do BPC, que regressou aos lucros em 2023, do SBA e do BIC, que desceram uma posição face a 2022. Tal como referido anteriormente, os lucros do BAI assentam maioritariamente na variação na rubrica “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” que apresentou um crescimento de 180 mil milhões de kwanzas, o qual é explicado pela mais-valia gerada pela alienação de dívida pública.

De destacar a recuperação do BCI que apresentou um lucro em 2023 de 33 355 milhões de kwanzas, quando em 2021, tinha apresentado um prejuízo de 329 milhões de kwanzas, resultante do crescimento do produto bancário em cerca de 156%, com especial impacto da melhoria da margem financeira e dos resultados cambiais. Trata-se do primeiro registo de resultados líquidos positivos após a privatização do Banco em 2021.

Tal como referido anteriormente, o BPC regressou aos lucros, após apresentar o segundo maior prejuízo da história da Banca angolana em 2020, com um resultado líquido de 116 mil milhões de kwanzas. Este lucro é resultante do crescimento do produto bancário em torno de 145%, com especial impacto da melhoria dos resultados cambiais (654%) e dos Outros Resultados de Exploração, decorrente do proveito registado com a regularização de saldos pendentes compensação com antiguidade elevada, no montante de 75 598 milhões de kwanzas. Por último, o Banco também registou um montante de imparidade para crédito a clientes muito inferior em 2023, de cerca de 27 mil milhões de kwanzas, face ao montante de 147 mil milhões de kwanzas em 2022, que corresponde a uma redução de 81%.

O VTB apresentou um prejuízo de 2 mil milhões de kwanzas, uma vez que tem tido alguns constrangimentos na sua actividade bancária, fruto das sanções aplicadas à casa-mãe.

Por último, o BE continua a acumular prejuízos, tendo inclusivamente agravado os prejuízos que passaram de 38 mil milhões de kwanzas em 2022 para 271 mil milhões em 2023.

Figura 43 – Ranking dos Resultados Líquidos

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	199 574	1	BFA	140 455
2	BFA	167 510	2	BAI	100 228
3	BPC	115 950	3	SBA	65 657
4	SBA	67 038	4	BIC	41 662
5	BIC	58 547	5	BCGA	34 480
6	BDA	39 683	6	KEVE	26 501
7	BCGA	36 641	7	BIR	16 260
8	BCI	33 355	8	BSOL	16 018
9	KEVE	33 134	9	YETU	14 486
10	BIR	17 564	10	BCS	11 258
11	BSOL	12 024	11	BCH	6 366
12	ATL	9 106	12	BDA	4 542
13	YETU	7 741	13	ACCESS	3 720
14	BCS	5 047	14	ATL	3 498
15	BCH	3 487	15	BVB	3 448
16	BCA	3 468	16	BCA	2 603
17	BVB	3 174	17	BOCLB	2 185
18	SCBA	1 864	18	BNI	280
19	ACCESS	1 836	19	SCBA	249
20	BNI	1 097	20	BCI	- 329
21	BOCLB	324	21	VTB	- 6 522
22	VTB*	- 2 478	22	BE*	- 37 953
23	BE*	- 270 637	23	BPC	- 120 397

* Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Distribuição de dividendos

Com base na informação publicamente disponível, os dividendos relativos ao exercício de 2023 registaram um aumento de 48% face a 2022, com um valor global de 267 327 milhões de kwanzas (180 641 milhões de kwanzas em 2022), com uma percentagem de distribuição média de dividendos a rondar os 33% dos resultados líquidos passíveis de distribuição. Em 2022 a percentagem média de distribuição de dividendos ascendeu a 37%.

O SBA continua a ser o banco que regista a taxa distribuição de dividendos mais elevada, com uma percentagem de 65% do resultado líquido do exercício, seguido do BCS com uma proposta de dividendos de 60%. O BFA e BCGA apresentam uma percentagem de distribuição de dividendos de 50% fechando assim o grupo de bancos que distribuíram um valor igual, ou superior a 50% do seu resultado líquido referente ao exercício de 2023.

Em 2023, os Bancos que apresentaram uma percentagem de distribuição mais elevada são idênticos à lista de 2022. De referir que o ACCESS reduziu a proposta de distribuição de dividendos em 2023 para 40%, quando em 2022, este valor ascendeu a 50%.

Em 2022 e 2023, por decisão dos respectivos Conselhos de Administração, existem um conjunto de Bancos que optaram por não distribuir dividendos, embora tenham apresentado resultados líquidos do exercício positivos. Tal facto teve como objectivo reforçar os seus capitais próprios, de modo a manter uma política coerente e uma gestão prudente e responsável.

Relativamente ao *ranking* de distribuição de dividendos propriamente dito, é possível observar que o BFA se mantém como líder dos Bancos que distribuí mais dividendos do sector bancário nacional, tendo o BAI ultrapassado o SBA em 2023, invertendo a posição no *ranking*, entre a 2.ª e a 3.ª posição. A fechar o TOP 5 temos a entrada do BIC para o 4.º lugar e o BCGA, que desceu uma posição em 2023.



Dez Bancos distribuíram dividendos referentes a 2022, número que permanece inalterado face aos Bancos que vão distribuir dividendos referentes a 2023.

Por outro lado, os Bancos BE e VTB registaram resultados líquidos negativos em 2023, pelo que não é aplicável a distribuição de dividendos nestes casos.

Importa ressaltar, que não foi possível obter informação sobre a proposta de aplicação de resultados do BVB e KEVE para 2023.

Figura 44 – Ranking de distribuição de dividendos

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BFA	83 755	1	BFA	56 182
2	BAI	79 829	2	SBA	42 677
3	SBA	43 575	3	BAI	40 091
4	BIC	26 346	4	BCGA	17 240
5	BCGA	17 954	5	BIR	8 100
6	BIR	8 700	6	BCS	5 629
7	BCS	3 028	7	YETU	4 657
8	BSOL	2 405	8	BSOL	3 204
9	BCA	1 000	9	ACCESS	1 860
10	ACCESS	734	10	BCA	1 000
11	ATL	0	11	ATL	0
12	BCH	0	12	BCH	0
13	BCI	0	13	BDA	0
14	BDA	0	14	BIC	0
15	BNI	0	15	BNI	0
16	BOCLB	0	16	BOCLB	0
17	BPC	0	17	BVB	0
18	SCBA	0	18	KEVE	0
19	YETU	0	19	SCBA	0
20	BE*	n.a.	20	BCI*	n.a.
21	VTB*	n.a.	21	BE*	n.a.
22	BVB**	n.d.	22	BPC*	n.a.
23	KEVE**	n.d.	23	VTB*	n.a.

* Banco com resultado líquido negativo

** Banco sem informação disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



Rentabilidade

VISÃO AGREGADA

No ano de 2023, o Retorno dos Activos Médios (ROAA) dos Bancos analisados, subiu ligeiramente face ao ano de 2022, cerca de 0,8 pontos percentuais.

No que respeita ao Retorno dos Fundos Próprios Médios (ROAE) dos Bancos analisados aumentaram 6,1 pontos percentuais, em função do crescimento dos resultados líquidos verificado em 2023.

Relativamente à margem financeira em percentagem dos activos, este indicador registou manteve-se inalterado em 2023, o que significa que o crescimento dos activos do sector bancário esteve em linha com o crescimento da margem financeira dos bancos.

Na edição deste ano do Estudo já não foi expurgado o impacto do BPC na análise dos indicadores de rentabilidade, porque o efeito já é praticamente nulo, fruto da melhoria dos indicadores do Banco, desde 2021.

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, os cinco Bancos que apresentaram os indicadores mais elevados no que se refere ao peso da margem financeira sobre os activos foram o BVB, BIR, BCH, BCA e o BCS, tendo o BVB apresentado um valor de 8,8%. O BIR, o BCH, o BCA e o BCS apresentaram valores de 8,8%, 8,4%, 8,4% e 7,9%, respectivamente.

O primeiro Banco de grande dimensão neste *ranking* é o BFA que ocupa a 6.ª posição com um peso da margem financeira sobre os activos de 7,8%, superior aos restantes bancos de elevada dimensão do sistema.

Os restantes Bancos de elevada dimensão (BAI, BIC, ATL e BPC), apresentam margens financeiras em % dos activos compreendidas entre os 0,9% (ATL) e os 7,1% (BPC).

Figura 45 – Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	2023	2022	2021	2020	2019
Margem Financeira em % dos Activos	5,2%	5,2%	4,7%	4,3%	4,2%
Retorno dos Activos Médios (ROAA)	2,7%	1,8%	3,3%	-1,8%	-2,9%
Retorno dos Capitais Próprios Médios (ROAE)	20,2%	14,1%	31,3%	-20,0%	-27,5%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 46 – *Ranking* Margem Financeira em % dos activos

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BVB	8,8%	1	BCH	11,8%
2	BIR	8,8%	2	BCA	9,7%
3	BCH	8,4%	3	BCS	9,0%
4	BCA	8,4%	4	BIR	8,9%
5	BCS	7,9%	5	BFA	8,1%
6	BFA	7,8%	6	SCBA	8,0%
7	BSOL	7,4%	7	BDA	8,0%
8	BPC	7,1%	8	SBA	7,8%
9	SBA	6,4%	9	YETU	6,9%
10	BDA	6,0%	10	ACCESS	6,6%
11	BCGA	5,4%	11	BAI	6,1%
12	BAI	5,2%	12	BVB	5,9%
13	YETU	4,9%	13	BCGA	5,6%
14	SCBA	4,8%	14	BSOL	5,5%
15	ACCESS	4,7%	15	BPC	4,7%
16	KEVE	4,6%	16	BIC	4,4%
17	BIC	4,1%	17	KEVE	4,2%
18	BOCLB	4,0%	18	VTB	4,1%
19	BCI	2,9%	19	BOCLB	4,0%
20	BNI	2,0%	20	BCI	2,2%
21	ATL	0,9%	21	ATL	2,0%
22	VTB*	n.d.	22	BNI	1,8%
23	BE*	n.d.	23	BE*	n.d.

* Banco sem informação disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

No que respeita ao Retorno dos Activos Médios (ROAA), o BDA subiu 15 lugares no *ranking* e passou a liderar este *ranking*, em resultado do crescimento expressivo dos resultados líquidos no exercício de 2023, face a 2022 com um ROAA de 7,6% em 2023 (2022: 1,0%).

O BIR subiu uma posição, ocupando em 2023 a 2.ª posição com um ROAA de 10,4%, sendo que o BPC subiu da 23.ª posição para a 3.ª posição, com um ROAA de 6,2%, em resultado do crescimento expressivo dos resultados líquidos no exercício de 2023. O BCH desceu 2 posições, passando para o 4.º lugar deste *ranking*, sendo que o TOP 5 é fechado com o BFA que subiu 3 posições face a 2022, com um ROAA de 5,3%.

Também de destacar a melhoria significativa do BCI que subiu da 20.ª posição para a 7.ª posição em 2023, em resultado do crescimento expressivo dos resultados líquidos no exercício de 2023 face a 2022.

No sentido inverso temos o YETU que passou da 1.ª para a 9.ª posição, em consequência da quebra acentuada do seu resultado líquido na ordem dos 47% em 2023.

Relativamente ao TOP 5 de maiores bancos do SFA, em termos de activos, a seguir ao BPC e BFA, temos o BAI na 6.ª posição com um ROAA de 5,2%, seguido do BIC com um ROAA de 2,8%, que por sua vez ocupa a 15.ª posição. Em último deste grupo está o ATL que ocupa a 20.ª posição com um ROAA de 0,5%.

Figura 47 – *Ranking* do Retorno dos Activos Médios (ROAA)

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BDA	7,6%	1	YETU	14,1%
2	BIR	7,5%	2	BCH	10,4%
3	BPC	6,2%	3	BIR	8,8%
4	BCH	5,6%	4	BCS	7,4%
5	BFA	5,3%	5	SBA	6,4%
6	BAI	5,2%	6	BVB	6,0%
7	BCI	5,2%	7	KEVE	5,6%
8	SBA	5,0%	8	BFA	5,3%
9	YETU	5,0%	9	BOCLB	4,7%
10	BVB	4,6%	10	BCGA	4,5%
11	SCBA	4,3%	11	BAI	3,2%
12	KEVE	4,0%	12	ACCESS	2,8%
13	BCGA	4,0%	13	BCA	2,7%
14	BCA	3,0%	14	BIC	2,1%
15	BIC	2,8%	15	BSOL	2,0%
16	BCS	2,2%	16	BDA	1,0%
17	BSOL	1,3%	17	SCBA	0,5%
18	ACCESS	1,2%	18	ATL	0,2%
19	BOCLB	0,8%	19	BNI	0,1%
20	ATL	0,5%	20	BCI	-0,1%
21	BNI	0,3%	21	BE*	-3,3%
22	VTB*	-2,2%	22	VTB	-4,5%
23	BE*	-28,0%	23	BPC	-6,7%

* Banco sem informação disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

No que respeita ao Retorno dos Capitais Próprios Médios (ROAE), verificaram-se alterações significativas na posição relativa dos Bancos, entre 2022 e 2023.

O BPC assumiu a liderança deste *ranking* em 2023, saindo da 22.ª posição em 2022, por troca com o KEVE que ocupa agora a 3.ª posição. Esta *performance* decorre do BPC ter regressado aos lucros em 2023, na ordem dos 116 mil milhões de kwanzas, após um longo período de registo de prejuízos.

Destaca-se a subida do BCI à 2.ª posição do *ranking*, no ano em que registou lucros na ordem dos 33 mil milhões de kwanzas, tendo subido da 20.ª posição ocupada em 2022. Também se destaca a *performance* do BIR e BAI que fecham o TOP 5 e que no ano anterior já ocupavam lugares cimeiros neste *ranking*.

No sentido inverso temos o YETU que passou da 2.ª para a 9.ª posição, em consequência da quebra acentuada do seu resultado líquido na ordem dos 47% em 2023.



Figura 48 – *Ranking* Retorno dos Capitais Próprios Médios (ROAE)

2023

Ranking	Banco	Valor
1	BPC	95,0%
2	BCI	68,0%
3	KEVE	49,9%
4	BIR	39,8%
5	BAI	36,0%
6	BFA	31,9%
7	SBA	31,8%
8	BCGA	28,3%
9	YETU	23,9%
10	BDA	16,2%
11	BVB	15,9%
12	BSOL	13,8%
13	BIC	13,1%
14	SCBA	12,2%
15	BCS	9,3%
16	BCA	8,8%
17	BCH	8,2%
18	ACCESS	4,9%
19	ATL	4,5%
20	BOCLB	2,7%
21	BNI	2,1%
22	VTB	-26,7%
23	BE*	n.a.

2022

Ranking	Banco	Valor
1	KEVE	78,2%
2	YETU	52,6%
3	BIR	49,2%
4	SBA	35,6%
5	BCGA	31,1%
6	BFA	31,0%
7	BAI	22,6%
8	BCS	22,1%
9	BOCLB	20,0%
10	BSOL	19,8%
11	BVB	19,3%
12	BCH	16,3%
13	ACCESS	10,7%
14	BIC	9,4%
15	BCA	7,3%
16	BDA	2,0%
17	ATL	1,9%
18	SCBA	1,7%
19	BNI	0,6%
20	BCI	-1,2%
21	VTB	-47,3%
22	BPC	-107,9%
23	BE*	n.a.

* Banco com capitais próprios negativos em 2022 e 2023

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Eficiência

VISÃO AGREGADA

De acordo com a informação reportada pelos Bancos nas respectivas Demonstrações Financeiras, em 2023 verificou-se uma redução de cerca de 11,6 pontos percentuais do rácio *cost-to-income* (2023: 43,5%) e uma diminuição residual de cerca de 20 pontos base dos Custos Operacionais sobre os Activos (2023: 4,0%), decorrente da melhoria de *performance* do sector bancário em 2023. Em 2022, o rácio *cost-to-income* foi de 55,1%, ao passo que os Custos Operacionais sobre os Activos corresponderam a 3,9% dos Activos.

A diminuição do rácio do *cost-to-income*, é maioritariamente explicada pelo aumento de 48% no Produto Bancário do total do sector (decorrente do aumento dos resultados cambiais), sendo que os custos de estrutura apenas registaram um aumento de 17%.

Na edição deste ano do Estudo já não foi expurgado o impacto do BPC na análise dos indicadores de rentabilidade, uma vez que já não se trata de *outlier* do sector e o impacto da sua exclusão neste indicador é praticamente nulo, fruto da melhoria dos indicadores do Banco que se verificam desde 2021.

A informação apresentada poderia sofrer algumas alterações, caso existisse informação disponível relativamente ao BE (2023 e 2022) e VTB (2023).

Figura 49 – Indicadores de Eficiência

Indicadores de Eficiência	2023	2022	2021	2020	2019
<i>Cost-to-income</i>	43,5%	55,1%	60,7%	86,9%	36,2%
Custos operacionais (% Activos)	4,0%	3,9%	4,2%	3,9%	4,1%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos.



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

No que respeita ao *cost-to-income*, verificou-se uma tendência generalizada de redução deste indicador, resultado de uma melhoria de *performance* dos Bancos, que resultaram em alterações significativas na posição relativa dos Bancos, entre 2022 e 2023, com o BDA a assumir a liderança deste indicador em virtude do produto bancário ter crescido 409% (explicado maioritariamente pelos resultados cambiais) e os custos de estrutura ter tido uma variação de 110%.

Do TOP 5 registado em 2022, apenas o BCGA e o BFA permaneceram em 2023, tendo o BCGA mantido a 2.^a e o BFA passou da 3.^a para a 5.^a posição em 2023.

Os restantes Bancos do TOP 5 são o KEVE que ocupa o 3.^o lugar do *ranking* (10.^o lugar em 2022), com um rácio de 33% (redução de 16 pontos percentuais), e o BAI, que ocupa o 4.^o lugar do *ranking* (11.^o lugar em 2022), com um rácio de 37%, o qual registou uma redução de cerca de 17 pontos percentuais que revela a melhoria da eficiência do Banco.

Também de assinalar são as subidas acentuadas do BPC e BCI, que passaram a ocupar a 6.^a e 7.^a posição do *ranking*, respectivamente, quando em 2022 ocupavam, a 15.^a e 21.^a posição do *ranking*, o que denota uma *performance* muito positiva destes bancos.

Figura 50 – *Ranking Cost-to-Income*

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BDA	23%	1	BCH	31%
2	BCGA	32%	2	BCGA	34%
3	KEVE	33%	3	BFA	38%
4	BAI	37%	4	SBA	38%
5	BFA	38%	5	BCS	39%
6	BPC	38%	6	BIR	40%
7	BCI	39%	7	YETU	41%
8	SBA	41%	8	BOCLB	44%
9	BIR	43%	9	VTB	48%
10	BCH	48%	10	KEVE	49%
11	BIC	51%	11	BAI	54%
12	BVB	60%	12	BDA	59%
13	SCBA	63%	13	BVB	60%
14	YETU	67%	14	ACCESS	61%
15	ATL	68%	15	BPC	63%
16	BCA	69%	16	BCA	76%
17	BCS	71%	17	BSOL	78%
18	BSOL	72%	18	ATL	87%
19	BOCLB	92%	19	BIC	92%
20	BNI	103%	20	SCBA	102%
21	ACCESS	113%	21	BCI	111%
22	VTB*	n.d.	22	BNI	141%
23	BE*	n.d.	23	BE*	n.d.

** Banco sem informação financeira disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, o BCGA, ATL, KEVE, BCI e o BFA foram os cinco Bancos que apresentaram a menor percentagem de Custos Operacionais sobre os Activos, tendo sido apurados rácios de 2,86% para o BCGA, 3,11% para o ATL, 3,5% para o KEVE e BCI e um rácio a rondar os 3,57% para o BFA, sendo possível verificar alterações muito significativas neste *ranking* no topo da tabela. O KEVE teve uma subida de 8 posições neste *ranking*, passando a ocupar a 3ª posição e o BCI também teve uma subida 5 posições, passando para o 4.º lugar.

Da análise efectuada verifica-se uma ligeira melhoria neste indicador, sendo que apenas o ACCESS registou um agravamento nos Custos operacionais sobre os Activos acima de 3%, com um incremento de 3,8% face a 2022. Esta variação é explicada pelo aumento dos custos de estrutura, devido ao processo de integração do Access Bank no Finibanco Angola e respectivo processo de *rebranding*, tendo sido efectuados vários investimentos em projectos de consultoria, de modo a definir e implementar a estratégia de crescimento e expansão definida pelo novo accionista do Banco.

Por outro lado, o YETU e o SCBA foram os Bancos que registaram uma melhoria neste indicador mais acentuada, com uma redução de 3,1% e 2,4% respectivamente. No entanto, mantiveram posições relativamente modestas porque tinham apresentado valores muito elevados em 2022, bastante acima da média do sector.

Figura 51 – *Ranking* Custos Operacionais (% Activos)

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BCGA	2,86%	1	VTB	2,37%
2	ATL	3,11%	2	BDA	2,38%
3	KEVE	3,45%	3	BPC	2,62%
4	BCI	3,48%	4	BCGA	2,80%
5	BFA	3,57%	5	ACCESS	2,95%
6	BAI	3,88%	6	ATL	3,36%
7	BIC	4,35%	7	BFA	4,09%
8	SBA	4,48%	8	BIC	4,16%
9	BDA	4,53%	9	BCI	4,26%
10	BPC	5,32%	10	BOCLB	4,32%
11	BCH	5,40%	11	KEVE	4,40%
12	BNI	5,93%	12	BAI	4,70%
13	BSOL	6,14%	13	SBA	4,72%
14	BCS	6,21%	14	BCH	4,84%
15	BIR	6,29%	15	BNI	4,93%
16	BOCLB	6,38%	16	BSOL	5,51%
17	ACCESS	6,76%	17	BIR	6,15%
18	BVB	7,00%	18	BCS	7,21%
19	BCA	7,84%	19	BVB	7,66%
20	SCBA	8,25%	20	BCA	8,28%
21	YETU	10,80%	21	SCBA	10,64%
22	VTB*	n.d.	22	YETU	13,86%
23	BE*	n.d.	23	BE*	n.d.

* Banco sem informação financeira disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Adequação de Capital

VISÃO AGREGADA

De acordo com os Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário de Dezembro de 2023 publicados pelo Banco Nacional de Angola, em 2023 verificou-se uma subida de 1,84 pontos percentuais do rácio de solvabilidade (ou Rácio de Fundos Próprios Regulamentares) do sistema financeiro, tendo o mesmo se situado em 30,25%, face ao rácio de 28,41%, apurado em 2022, evidenciando a resiliência aos riscos inerentes à actividade do sector, com um nível agregado de adequação de capital muito acima do limite mínimo regulamentar, embora com um crescimento inferior ao verificados nos últimos anos.

Um dos factores que contribuiu para a melhoria do rácio de solvabilidade do sector, está relacionado com o aumento dos capitais sociais de dez bancos, com destaque para o BFA, BCA, SBA, BCH e BNI, reflectindo um impacto positivo sobre os fundos próprios regulamentares.

Figura 52 – Indicadores de Adequação de Capital

Indicadores de Adequação de Capital	2023	2022	2021	2020	2019
Rácio de solvabilidade	30,25%	28,41%	24,24%	19,66%	21,91%

Fonte: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário de Dezembro de 2022 e 2023 (BNA) e Relatório de Estabilidade Financeira Anual de 2021 e 2020 (BNA)



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

De acordo com a informação reportada pelos Bancos, observa-se que, em 2023, o TOP 3, não teve qualquer alteração, com o BCH, BOCLB e o SCBA a apresentarem os rácios de solvabilidade mais elevados com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 2022.

Em 2023, verificou-se uma redução superior a 10 pontos percentuais no Rácio de Fundos Próprios Regulamentares do BOCLB, BIR, BCS, YETU e BCGA, passando de 133,2%, 34,8%, 48,6%, 51,0% para 113,3%, 16,0%, 33,9% e 37,3%, respectivamente.

Em sentido inverso, regista-se a recuperação do ACCESS com um rácio de solvabilidade 71,8% em 2023, comparativamente ao rácio de 19,3% verificado em 2022. Esta recuperação é justificada pela redução dos limites de grandes riscos no valor de 6 mil milhões de kwanzas que não originou a constituição de requisitos de fundos próprios face ao período homólogo.

Em suma, para os Bancos que disponibilizaram esta informação, verifica-se que todos cumprem com o Rácio de Solvabilidade Regulamentar exigido. Não obstante, o BNI e o BPC apresentam um Rácio de Fundos Próprios Regulamentares ligeiramente acima e/ou igual ao mínimo exigido (15,0% e 13,1%, respectivamente).

Não obstante de não ter informação disponível para 31 de Dezembro de 2023, o BE tem em curso um Plano de Recapitalização e Reestruturação de modo a recuperar os níveis de solvência do Banco, o qual foi aprovado pelo BNA no final de 2021.

Figura 53 – *Ranking* Rácio de Fundos Próprios Regulamentares

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BCH	183,3%	1	BCH	181,8%
2	BOCLB	113,3%	2	BOCLB	133,2%
3	SCBA	95,4%	3	SCBA	84,1%
4	BVB	76,0%	4	BCA	72,9%
5	ACCESS	71,8%	5	BDA	71,6%
6	BCA	70,1%	6	BVB	70,5%
7	BDA	62,6%	7	YETU	51,0%
8	BFA	42,5%	8	BCS	48,6%
9	YETU	37,3%	9	BFA	43,5%
10	BIR	36,1%	10	BCGA	35,7%
11	BCS	33,9%	11	SBA	35,0%
12	BIC	31,5%	12	BIR	34,8%
13	SBA	29,0%	13	BIC	29,9%
14	BAI	27,5%	14	BAI	28,2%
15	BCGA	26,5%	15	BCI	21,0%
16	BCI	25,0%	16	KEVE	20,4%
17	ATL	18,4%	17	BSOL	19,6%
18	BNI	15,0%	18	ACCESS	19,3%
19	BPC	13,1%	19	BNI	19,2%
20	KEVE*	n.d.	20	ATL	19,1%
21	BSOL*	n.d.	21	VTB	15,3%
22	VTB*	n.d.	22	BPC	10,1%
23	BE*	n.d.	23	BE*	n.d.

* Banco sem esta informação disponível

Fonte: Relatórios e Contas dos Bancos

Crescimento

VISÃO AGREGADA

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos que foram objecto do presente estudo em 2023, o activo do sector bancário apresentou um crescimento de 27,5%, face a 2,6% verificado em 2022, justificado em grande medida pela forte desvalorização do Kwanza durante o final do 2.º trimestre de 2023.

Relativamente ao Crédito Líquido a Clientes, este indicador apresentou um crescimento de cerca de 40,1 pontos percentuais, face ao registado no período homólogo, que tem o efeito da desvalorização cambial, mas houve efectivamente uma aceleração na concessão de crédito.

Os Depósitos de clientes registaram um aumento de cerca de 31% em 2023, no entanto abaixo do crescimento da massa monetária, que registou uma variação de 37,8% face a Dezembro de 2022, o que se traduz num aumento de numerário em poder do público, instituições e empresas que não foi capturado pelo sector bancário.

No que respeita à margem financeira, este indicador apresentou um aumento de 14,2 pontos percentuais face a 2022, sendo que o produto bancário registou um aumento de 48%, fruto da melhoria dos resultados cambiais e Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados.

Em resultado do ritmo de crescimento do produto bancário mais acelerado em 2023, que os custos de estrutura e perdas por imparidade e outros custos foi possível verificar que os resultados líquidos do sector bancário tiveram um crescimento de 65,8%, em oposição à redução de 45% verificada no ano transacto.

Em 2023 o crescimento verificado no produto bancário e resultado líquido do exercício, foi bastante influenciado pela *performance* muito positiva do BPC.

Importa realçar, novamente, que a informação apresentada sobre crescimento de margem financeira e produto bancário, poderia ter algumas alterações pontuais caso existisse informação disponível relativamente ao BE para 2022 e 2023, uma vez que apenas disponibilizou o Balancete (não auditado) do 4.º Trimestre de 2022 e 2023.

Figura 54 – Indicadores de Crescimento

Indicadores de Crescimento	2023	2022	2021	2020	2019
Activo (%)	27,5%	2,6%	-4,4%	20,0%	21,1%
Crédito líquido a clientes (%)	40,1%	12,9%	4,5%	9,4%	-6,5%
Depósitos de clientes (%)	31,0%	1,2%	-5,5%	19,8%	29,0%
Margem financeira (%)	14,2%	10,1%	16,9%	23,4%	-3,8%
Produto bancário (%)	47,7%	5,9%	67,2%	-50,3%	-1,2%
Resultado líquido do exercício (%)	65,8%	-45,0%	296,8%	25,9%	-181,9%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos



POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, o KEVE atingiu a 1.ª posição deste *ranking*, sendo o Banco com o maior crescimento dos Activos, com uma taxa de crescimento de 69%. Em segundo lugar, ficou o BCS com um crescimento no total do activo de 59%, apresentado uma taxa de crescimento superior à apresentada em 2022.

O restante TOP 5 é composto pelo SBA com um crescimento expressivo de 47% nos seus activos, VTB com 44% e BAI com um aumento de 42%, respectivamente.

Importa destacar, que dos cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos, o BIC e o BPC registaram a taxa de crescimento mais baixa, a rondar os 19%. Por outro lado, o ATL que tinha registado um decréscimo do valor do seu activo em 2022, apresentou uma taxa de crescimento de 32%, alicerçada na valorização dos activos em moeda estrangeira que estão registados no seu balanço.

De forma geral, o total de activos dos Bancos aumentou em cerca de 27,5%, com cerca de 83% dos Bancos a apresentar variações positivas (apenas quatro Bancos registaram variações negativas), com especial destaque para o BCI, que teve uma diminuição no seu *funding* relacionado com depósitos de clientes e que teve a natural consequência no balanço, nomeadamente com a redução da rubrica de Caixa e disponibilidades de em Bancos Centrais, explicada pela redução do cumprimento das reservas mínimas obrigatórias relacionadas com os recursos dos governos centrais, uma vez que estes depósitos reduziram consideravelmente.

Figura 55 – *Ranking* Crescimento do Activo

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	KEVE	69%	1	YETU	100%
2	BCS	59%	2	KEVE	85%
3	SBA	47%	3	BCI	80%
4	VTB*	44%	4	BIR	39%
5	BAI	42%	5	BCS	34%
6	BVB	42%	6	BCH	17%
7	BCA	38%	7	SBA	12%
8	BCGA	33%	8	BDA	11%
9	BFA	32%	9	BSOL	10%
10	ATL	32%	10	ACCESS	8%
11	YETU	28%	11	BCGA	7%
12	BSOL	20%	12	BAI	5%
13	BPC	19%	13	BFA	3%
14	BNI	19%	14	BCA	2%
15	BIR	19%	15	BVB	-2%
16	BIC	19%	16	BIC	-4%
17	BDA	15%	17	ATL	-8%
18	ACCESS	12%	18	BNI	-8%
19	SCBA	6%	19	BOCLB	-10%
20	BOCLB	-8%	20	BPC	-10%
21	BE*	-11%	21	SCBA	-19%
22	BCH	-13%	22	BE*	-20%
23	BCI	-20%	23	VTB	-54%

* Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, os cinco Bancos que registaram uma taxa de crescimento mais significativa no crédito concedido foram o BVB, o KEVE, o BCGA, o BCI, e o BPC, tendo o crédito concedido por estes Bancos aumentado em 191%, 118%, 110%, 97% e 96% respectivamente, face a 2022.

O crescimento exponencial do BVB explica-se pela aceleração na concessão de crédito à economia, embora que o valor global ainda incipiente, ocupando o 19.º lugar no *ranking* de crédito líquido a clientes. Também de assinalar o crescimento acentuado do crédito líquido concedido pelo BCGA, o qual foi motivado por um aumento real de crédito concedido pelo Banco durante 2023.

De referir que o crescimento do Crédito Líquido a Clientes registado no BVB, KEVE e BCGA e BCI, é, em grande medida, justificado pelo cumprimento dos montantes mínimos a conceder ao abrigo do Aviso n.º 10/2020. O Aviso n.º 02/2022 (revogado pelo Aviso n.º 09/2023), relativo a crédito habitação, tem tido pouco impacto. Por outro lado, destaca-se a presença do BSOL e ATL, que diminuíram o seu posicionamento no *ranking*, passando de 8.º e 11.º lugar para 18.º e 19.º lugar, com um crescimento negativo de 12% e 6%, respectivamente.

No que diz respeito aos cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos (BAI, BFA, BIC, ATL e BPC), verificou-se que os mesmos apresentaram taxas de crescimento que variaram entre os 6% e os 96%, tendo o BFA e BIC um aumento no crédito líquido a clientes de aproximadamente 32% e 26%, respectivamente, ao passo que o BAI e o ATL apresentaram uma taxa de crescimento positiva de 19% e 6%, respectivamente. Tal como referido anteriormente o BPC apresentou uma taxa de crescimento do crédito concedido a clientes de 96%.

Adicionalmente, na análise deste indicador, deverá ser relevado o efeito da forte desvalorização do Kwana face ao Dólar norte americano e ao Euro, em 2023, uma vez que a carteira de crédito em moeda estrangeira registou um peso de 26% no sector bancário nacional.

Figura 56 – *Ranking* Crescimento do Crédito Líquido a Clientes

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BVB	191%	1	BCS	148%
2	KEVE	118%	2	BPC	136%
3	BCGA	110%	3	KEVE	85%
4	BCI	97%	4	YETU	71%
5	BPC	96%	5	SBA	27%
6	SBA	74%	6	BDA	23%
7	YETU	68%	7	BFA	18%
8	BCS	61%	8	BSOL	15%
9	BCH	59%	9	BAI	10%
10	BCA	54%	10	BIC	3%
11	BDA	47%	11	ATL	3%
12	BIR	44%	12	BCGA	0%
13	BE*	37%	13	BCI	-4%
14	BFA	32%	14	BCH	-6%
15	BIC	26%	15	BE*	-7%
16	BAI	19%	16	ACCESS	-17%
17	BNI	13%	17	BNI	-17%
18	BSOL	12%	18	VTB	-23%
19	ATL	6%	19	BCA	-26%
20	ACCESS	1%	20	BIR	-27%
21	BOCLB	-8%	21	BVB	-36%
22	VTB*	-40%	22	BOCLB	-41%
23	SCBA	-99%	23	SCBA	-43%

* Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, os cinco Bancos que registaram maiores taxas de crescimento na captação dos depósitos de clientes foram o BCS, KEVE, SBA, BCA e VTB, tendo os depósitos captados por estas Instituições aumentado em 91%, 73%, 67%, 57% e 55%, respectivamente, face a 2022.

De referir que dois destes Bancos, designadamente o BCS e o KEVE já figuravam no TOP 5 deste *ranking* em 2022.

Importa destacar que os cinco Bancos que apresentaram maiores taxas de crescimento dos depósitos captados em 2023 são Bancos de pequena e média dimensão (com excepção do SBA), sendo que a soma total dos depósitos captados pelos mesmos representa apenas cerca de 14% do total dos depósitos captados pelos Bancos que foram objecto do presente Estudo. Considerando que os Bancos de pequena e média dimensão têm uma maior margem de progressão, é expectável que os depósitos captados pelos mesmos apresentem taxas de crescimento mais elevadas face aos depósitos captados pelos Bancos de grande dimensão.

No que diz respeito aos cinco maiores Bancos de elevada dimensão do sistema financeiro em termos de activos (BAI, BFA, BIC, ATL e BPC), verificou-se que apresentaram taxas de crescimento que variaram entre os 40% e -3%, tendo o BPC sido o Banco que apresentou o maior decréscimo de depósitos captados entre estes Bancos, com -3%, ao passo que o BAI e BFA tiveram o melhor desempenho, com um aumento dos depósitos captados na ordem dos 40%.

Adicionalmente, importa destacar a redução de depósitos do BCI (26%), a qual é explicada pela transferência massiva de depósitos de entidades públicas, nomeadamente AGT, em virtude do processo de privatização concluído em 2022.

Adicionalmente, na análise deste indicador, não deverá ser descurado o efeito da forte desvalorização do Kwanza face ao Dólar norte americano e ao Euro, em 2023, revertendo a tendência de valorização/estabilização observada entre 2021 e 2022.

Figura 57 – *Ranking* Crescimento dos Depósitos de Clientes

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BCS	91%	1	YETU	136%
2	KEVE	73%	2	BOCLB	108%
3	SBA	67%	3	KEVE	102%
4	BCA	57%	4	BCI	94%
5	VTB**	55%	5	BCS	49%
6	BVB	55%	6	BCH	39%
7	YETU	50%	7	BIR	38%
8	BFA	40%	8	BSOL	10%
9	BAI	40%	9	SBA	10%
10	BCGA	37%	10	BCA	9%
11	ATL	35%	11	ACCESS	8%
12	BNI	32%	12	BCGA	7%
13	BE**	30%	13	BAI	4%
14	ACCESS	20%	14	BFA	2%
15	BSOL	18%	15	BVB	-4%
16	BIR	18%	16	ATL	-4%
17	BIC	17%	17	BIC	-5%
18	SCBA	14%	18	BPC	-6%
19	BOCLB	14%	19	BNI	-10%
20	BPC	-3%	20	SCBA	-28%
21	BCI	-26%	21	BE**	-40%
22	BCH	-49%	22	VTB	-53%
23	BDA*	n.a.	23	BDA*	n.a.

* Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade

** Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, os cinco Bancos que registaram as maiores taxas de crescimento da margem financeira foram o KEVE, o BVB, o BCI, o BPC e o BSOL, tendo a margem financeira destes Bancos aumentado mais de 50%, face a 2022. Destaque para o KEVE, com um crescimento de 91%, que lhe permitiu manter a 1.ª posição neste *ranking* e para o BCI que subiu da 21.ª posição para a 2.ª posição do *ranking* com uma variação positiva de mais de 58% da sua margem financeira, ascendendo aos 18 983 milhões de kwanzas em 2023 face aos 12 023 milhões de kwanzas registados em 2022, justificado maioritariamente pela subida de 42% nos proveitos de juros e rendimentos similares.

Em sentido inverso, destaca-se o ATL e ACCESS que registaram uma contracção de 50% e 21%, respectivamente na sua margem financeira, em 2023, em virtude da redução significativa nos juros e rendimentos similares e aumento do custo do seu *funding*.

Relativamente aos cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos (BAI, BFA, BIC, ATL e BPC), o ATL foi o Banco que registou a taxa de crescimento mais baixa da margem financeira, encontrando-se na 21.ª posição do *ranking* global, com uma taxa de crescimento de -50%. O BAI e o BFA registaram uma taxa de crescimento de 6% e 14%, respectivamente, face a 2022.

A informação apresentada poderia ter alterações pontuais, caso existisse informação disponível relativamente ao BE e VTB para 2023.

Figura 58 – *Ranking* Crescimento da Margem Financeira

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	KEVE	91%	1	KEVE	643%
2	BVB	78%	2	BSOL	124%
3	BCI	58%	3	BIR	72%
4	BPC	57%	4	ATL	62%
5	BSOL	56%	5	BCS	45%
6	BCS	31%	6	ACCESS	23%
7	BIR	27%	7	BCGA	17%
8	BNI	18%	8	VTB	16%
9	BCGA	16%	9	BDA	15%
10	BFA	14%	10	BCA	15%
11	YETU	9%	11	BAI	12%
12	SBA	7%	12	YETU	12%
13	BAI	6%	13	BVB	9%
14	BCA	4%	14	BFA	8%
15	BIC	-1%	15	BCH	8%
16	BOCLB	-7%	16	SBA	5%
17	BDA	-14%	17	BIC	-15%
18	ACCESS	-21%	18	SCBA	-18%
19	BCH	-28%	19	BPC	-22%
20	SCBA	-45%	20	BOCLB	-27%
21	ATL	-50%	21	BCI	-51%
22	VTB*	n.d.	22	BNI	-61%
23	BE*	n.d.	23	BE*	n.d.

* Banco sem informação financeira disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

No que respeita à taxa de crescimento do produto bancário, os cinco Bancos que registaram as maiores taxas de crescimento em 2022 foram o BDA, o BCI, o BPC, o KEVE e o BIC, tendo o produto bancário destes Bancos aumentado em 429%, 156%, 143%, 106% e 101%, respectivamente, face a 2022.

O crescimento do BDA e do BCI está relacionado com a melhoria significativa nos resultados cambiais, face a 2022.

Relativamente aos cinco maiores Bancos do sistema em termos de activos (BAI, BFA, BIC, ATL e BPC), com excepção do BPC e do BIC, que registaram crescimentos acima de 100%, os restantes registaram um crescimento um pouco mais moderado com o BAI a crescer 49%, o ATL 31% e o BFA 11%.

De modo geral, nota-se uma tendência de crescimento do produto bancário para a generalidade dos Bancos em 2023, sendo que apenas cinco Bancos registaram um decréscimo no seu produto bancário, nomeadamente BOCLB, BCH, YETU, BCS e ACCESS, o qual é explicado pela redução dos resultados cambiais, bem como redução da margem financeira em alguns destes bancos.

A informação apresentada poderia ter alterações pontuais, caso existisse informação disponível relativamente ao BE e VTB para 2023.

Figura 59 – Ranking Crescimento do Produto Bancário

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BDA	429%	1	BPC	468%
2	BCI	156%	2	KEVE	253%
3	BPC	143%	3	BSOL	155%
4	KEVE	106%	4	BDA	122%
5	BIC	101%	5	YETU	65%
6	BNI	57%	6	ACCESS	48%
7	BAI	49%	7	BIR	47%
8	BSOL	40%	8	BAI	28%
9	ATL	31%	9	BVB	26%
10	BCA	27%	10	BIC	26%
11	BCGA	27%	11	BCS	23%
12	BIR	20%	12	BCGA	22%
13	SBA	14%	13	BFA	11%
14	BFA	11%	14	ATL	8%
15	BVB	10%	15	BCH	4%
16	SCBA	7%	16	SBA	3%
17	ACCESS	-20%	17	BCA	2%
18	BCS	-22%	18	BOCLB	-1%
19	YETU	-26%	19	BCI	-11%
20	BCH	-28%	20	VTB	-47%
21	BOCLB	-42%	21	SCBA	-50%
22	VTB*	n.d.	22	BNI	-74%
23	BE*	n.d.	23	BE*	n.d.

* Banco sem informação financeira disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

POSIÇÃO RELATIVA DOS BANCOS

Em 2023, os cinco Bancos que registaram as maiores taxas de crescimento do resultado líquido do exercício foram o BCI, BDA, SCBA, BNI e BPC, tendo o resultado líquido destes Bancos aumentado em 774%, 649%, 292% e 196%, respectivamente, face a 2022. De destacar o BCI que passa da quarta posição para o primeiro lugar do *ranking* em 2023, resultante da subida exponencial do seu resultado líquido, que era negativo em 2022, passando a ser positivo em 2023. O incremento do resultado líquido do BCI está relacionado com (i) a melhoria da margem financeira do Banco, em cerca de 58%, (ii) o crescimento de 6 905% dos resultados cambiais, e (iii) diminuição relevante nos custos com pessoal, fruto do processo de reestruturação em curso.

Quanto ao BPC, que ocupava a 19.^a posição em 2022, apresentou um crescimento de 196%, assente na melhoria dos resultados cambiais e da margem financeira e dos Outros Resultados de Exploração, tendo passado a ocupar o 5.^o lugar do *ranking*.

De referir que do TOP 3 de 2022, nomeadamente KEVE e BSOL tiveram uma redução significativa do crescimento dos lucros ocupando as posições 11.^a, e 17.^a no *ranking* de 2023, respectivamente.

Relativamente aos cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos, o BAI, BFA, BIC, ATL e BPC, somente o BFA registou um crescimento abaixo de 40%, face a 2022. Os demais bancos apresentaram um crescimento na ordem de 160% (ATL), 99% (BAI) e 41% (BIC).

Dos 23 Bancos a operar no mercado em 2023, apenas oito Bancos registaram um decréscimo nos resultados líquidos face a 2022, designadamente, BVB (-8%), BSOL (-25%), BCH (-45%), YETU (-47%), ACCESS (-51%), BCS (-55%), BOCLB (-85%) e BE (-613%).

Figura 60 – *Ranking* Crescimento do Resultado Líquido do Exercício

2023			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BCI	10 239%	1	KEVE	230%
2	BDA	774%	2	BDA	135%
3	SCBA	649%	3	BSOL	106%
4	BNI	292%	4	BCI	96%
5	BPC	196%	5	BIR	80%
6	ATL	160%	6	YETU	37%
7	BAI	99%	7	BVB	30%
8	VTB*	62%	8	BCS	27%
9	BIC	41%	9	BCA	4%
10	BCA	33%	10	ATL	2%
11	KEVE	25%	11	BCGA	0%
12	BFA	19%	12	BCH	0%
13	BIR	8%	13	BFA	-10%
14	BCGA	6%	14	SBA	-13%
15	SBA	2%	15	BIC	-17%
16	BVB	-8%	16	ACCESS	-22%
17	BSOL	-25%	17	BAI	-29%
18	BCH	-45%	18	BOCLB	-30%
19	YETU	-47%	19	BPC	-45%
20	ACCESS	-51%	20	BNI	-93%
21	BCS	-55%	21	SCBA	-96%
22	BOCLB	-85%	22	BE*	-122%
23	BE*	-613%	23	VTB	-222%

* Banco sem informação financeira auditada disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Audidores Externos

À semelhança do ano anterior, a Edição deste ano do Estudo, pretende efectuar uma análise sintética dos auditores externos do sector bancário, com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 2022.

O Banco Nacional de Angola tem vindo adequar as normas sobre a prestação de serviços de Auditoria Externa aos padrões internacionais, tendo em consideração a importância da Auditoria Externa para o reforço da confiança na informação contabilística e prudencial divulgada pelas Instituições Financeiras.

Neste contexto, o BNA emitiu em 2023, o Aviso n.º 12/23, de 4 de Dezembro. Este Aviso revogou o Aviso n.º 9/21, de 6 de Julho, e visa regular a actividade de auditoria externa nas Instituições Financeiras autorizadas pelo BNA, cujo objecto principal é a análise das demonstrações financeiras à data de fecho de contas. Adicionalmente, também publicou o Instrutivo n.º 18/2023, de 19 de Dezembro, com os requisitos de um reporte de informação de natureza contabilística que os Auditores Externos devem observar e remeter para o Banco Nacional de Angola para os Bancos mais relevantes do sistema.

Tal como é possível verificar na Figura 61, o líder de mercado, em termos de número de auditorias externas, é a Deloitte Auditores Angola (Deloitte) que substituiu a Crowe Angola na liderança deste *ranking*, com um total de nove bancos auditados com uma quota de cerca de 39%, seguida da Crowe Angola, C&S – Assurance and Advisory e da PwC Angola, que auditam três Bancos cada.

Adicionalmente, as empresas de auditoria das denominadas “Big 4” (i.e. Deloitte, EY, KPMG, PwC) auditam cerca de 65% do total do número de Bancos do sistema (57% em 2022), sendo que a EY passou a ser o Auditor Externo de um Banco com referência a 31 de Dezembro de 2023.

Figura 61 – Quota de mercado dos Auditores Externos em 2022 e 2023

Auditor	2023		2022	
	Número de Bancos auditados	Quota de mercado (%)	Número de Bancos auditados	Quota de mercado (%)
Deloitte Auditores Angola	9	39%	6	26%
Crowe Angola	3	13%	7	30%
PwC Angola	3	13%	4	17%
C&S - Assurance and Advisory	3	13%	2	9%
KPMG Angola	2	9%	3	13%
EY Angola	1	4%	0	0%
UHY Paredes e Associados	1	4%	0	0%
Baker Tilly Angola	0	0%	1	4%
n.d.	1	4%	0	0%
Total	23	100%	23	100%



A edição deste ano inclui uma análise quantitativa dos auditores externos dos Bancos de importância sistémica doméstica (D-SIBs), onde a Deloitte é o auditor de cinco dos onze Bancos considerados sistémicos pelo Banco Nacional de Angola, com referência a 31 de Dezembro de 2023, com uma quota de mercado de 45% dos D-SIBs. A Crowe Angola audita três Bancos sistémicos, seguida da KPMG Angola que é o auditor de dois D-SIBs, e por último a PwC que é o auditor externo de um Banco de importância sistémica.

Importa referir que o VTB ainda não apresentou a informação financeira auditada de 2023, pelo que não existe informação pública quanto ao seu Auditor Externo

Figura 62 – Detalhe dos Auditores Externos em 2023

2023		
Banco	Banco sistémico? (D-SIB)	Auditor Externo
ACCESS	Não	Deloitte Auditores Angola
ATL	Sim	Deloitte Auditores Angola
BAI	Sim	PwC Angola
BCA	Não	Deloitte Auditores Angola
BCGA	Não	PwC Angola
BCH	Não	C&S - Assurance and Advisory
BCI	Sim	Deloitte Auditores Angola
BCS	Não	Deloitte Auditores Angola
BDA	Não	EY Angola
BE	Sim	Deloitte Auditores Angola
BFA	Sim	KPMG Angola
BIC	Sim	Crowe Angola
BIR	Não	Deloitte Auditores Angola
BNI	Sim	Deloitte Auditores Angola
BOCLB	Não	PwC Angola
BPC	Sim	Deloitte Auditores Angola
BSOL	Sim	Crowe Angola
BVB	Não	C&S - Assurance and Advisory
KEVE	Sim	Crowe Angola
SBA	Sim	KPMG Angola
SCBA	Não	C&S - Assurance and Advisory
VTB	Não	n.d. (Crowe Angola em 2022)
YETU	Não	UHY Paredes e Associados

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Conclusões e perspectivas futuras

Tal como foi referido anteriormente, o ano de 2023 foi marcado, em Angola, pelo ligeiro crescimento do Produto Interno Bruto de 0,4%, sendo que em termos do mercado cambial assistimos a uma desvalorização significativa do Kwanza no segundo trimestre de 2023, a qual teve um impacto significativo na economia nacional, e conduziu a um ciclo inflacionista mais persistente.

Ao nível da actividade bancária continua a verificar-se uma evolução gradual, mas sustentada, da utilização de meios de pagamento electrónicos. A título de exemplo, registou-se um aumento de 10,5% no número de Cartões Multicaixa emitidos e de 11% no parque de Caixas Automáticas (ATM), o que representa uma evolução muito positiva face ao cenário de estagnação verificado nos últimos anos, fruto de uma aposta dos Bancos na expansão da rede de canais de distribuição de serviços bancários, nomeadamente através da instalação de *ATM Centers*. Por outro lado, o canal Multicaixa Express, tem vindo a reforçar a sua popularidade com um crescimento em torno dos 55% em 2023. Merece ainda destaque a evolução do comércio electrónico, a qual tem vindo a ganhar expressão no mercado nacional, verificando-se em 2023 a um crescimento significativo de transacções (cerca de 48%) as quais passaram de 918 260 transacções *online* em 2022 para 1 358 591 transacções em 2023.

No que diz respeito ao balanço dos Bancos com referência ao exercício de 2023, verificámos um aumento significativo do nível de crédito líquido a clientes (+40%), impulsionado, pelo (i) impacto da desvalorização cambial no crédito expresso em moeda estrangeira, o qual representa cerca de 26% no final de 2023 e (ii) pelas medidas de incentivo à concessão de vários tipos de crédito emanadas pelo BNA e pelo Executivo, especialmente, nos últimos 3 anos e que obrigou vários bancos a terem de concederem crédito para atingirem os limites legalmente definidos, o que veio melhorar a taxa de transformação de depósitos em crédito. Os títulos e valores mobiliários continuam a representar a maior classe de activos do sector bancário com um peso de 35%, tendo este peso aumentado cerca de 2%, face ao período homólogo. À semelhança dos anos anteriores, a carteira de títulos e valores mobiliários está investida maioritariamente em títulos de dívida

pública, emitida pela República de Angola, tornando o Estado Angolano, de forma indirecta, o maior beneficiário do crédito concedido pelos Bancos.

Relativamente à qualidade do crédito, o rácio de cobertura das perdas para imparidade (i.e. crédito bruto/imparidade para crédito) reduziu de 22% para 19% entre 2022 e 2023, com especial destaque para a descida na cobertura por imparidade dos créditos em incumprimento (Estágio 3) de 54%, em 2022, para cerca de 47% em 2023. Neste contexto, os Bancos devem continuar a efectuar um esforço adicional para reforçar as imparidades para crédito, uma vez que a cobertura tem vindo a reduzir nos últimos anos.

Adicionalmente, o rácio de crédito vencido, de acordo com as Demonstrações Financeiras em análise, registou um aumento marginal face a 2022, tendo-se cifrado em 20,8% em 2023, face a 20,6% verificado em 2022. Por outro lado, o total do crédito vencido sobre o total do activo dos Bancos, teve um crescimento de 20 pontos base, passando de cerca de 5% em 2022 para 5,2% em 2023, sendo vital os Bancos continuarem a efectuar investimentos na capacitação dos seus colaboradores e em ferramentas de gestão de informação para consolidar a melhoria no processo de gestão e do acompanhamento do risco de crédito.

No lado do *funding*, verificou-se um aumento substancial de 31% dos depósitos dos clientes, embora inferior ao agregado monetário M2, o qual mede o dinheiro em circulação na economia, o qual aumentou 38%. Dito de outra forma, houve um aumento do dinheiro em circulação fora do sistema financeiro os Bancos, situação que deve contribuir para os Bancos continuarem a apostar na expansão da rede bancária, quer através da rede de balcões, mas também de Agentes Bancários, bem como reforçarem a aposta em novos produtos e serviços aos seus clientes, nomeadamente ao *mass market*.

Os resultados líquidos do sector bancário nacional tiveram um crescimento notável de 65,8% face a 2022, o qual é explicado essencialmente pelo (i) crescimento de 261% dos resultados cambiais que totalizaram 452 mil milhões de kwanzas, decorrente da desvalorização cambial do Kwanza face ao Euro e ao Dólar norte-americano, (ii) crescimento da margem financeira de

14%, com uma variação positiva de 131 mil milhões de kwanzas, decorrente do custo do *funding* ter crescido a um ritmo muito inferior aos proveitos com juros e rendimentos similares, e (iii) crescimento acentuado dos Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na ordem dos 180 mil milhões de kwanzas face a 2022. Este incremento é maioritariamente explicado pela mais-valia gerada pela alienação de dívida pública Angolana efectuada pelo BAI.

Do lado da eficiência do sector bancário verificou-se uma redução de cerca de 11,6 pontos percentuais do rácio *cost-to-income* (2023: 43,5%), decorrente da melhoria de *performance* do sector bancário em 2023, influenciado pela melhoria na margem financeira e complementar que teve um incremento de 48% face a 2022.

O Rácio de Fundos Próprios Regulamentares tem vindo a apresentar uma trajectória de crescimento desde 2020, tendo registado em 2023 um valor de 30,25%, evidenciando a resiliência aos riscos inerentes à actividade do sector, com um nível agregado de adequação de capital muito acima do limite mínimo regulamentar.

De acordo com dados do Banco Nacional de Angola, o número de balcões registou uma diminuição de aproximadamente 2,4% (de 1 461 balcões em 2022 para 1 426 em 2023), decorrente do processo de digitalização dos serviços financeiros e reorganização da rede comercial levada a cabo por vários bancos. Em sentido contrário à diminuição da rede física dos Bancos em Angola, foi registado um crescimento de 81% no número de Agentes Bancários em território nacional, passando de 366 agentes em 2022 para 665 agentes em 2023, de acordo com dados divulgados pelo Banco Nacional de Angola. A nível de distribuição geográfica, os Agentes Bancários apresentam uma maior dispersão geográfica do que a rede física de balcões dos Bancos, sendo que Luanda apenas concentra cerca 24% do total de Agentes Bancários, seguido do Huambo com 14%, Benguela e Huíla com 8% e 7%, respectivamente.

Adicionalmente, e por se tratar de um Banco de importância sistémica, importa efectuar uma

referência à incerteza quanto ao futuro do Banco Económico, que tem curso a implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação aprovado pelo BNA no final de 2021, mas não existe muita informação sobre a evolução da implementação deste plano, uma vez que, até à data de publicação do Estudo, não foi divulgado o Relatório e Contas de 2022 e 2023, e que de acordo com os Balancetes trimestrais (não auditados), tem vindo a agravar os capitais próprios negativos decorrente dos prejuízos que tem vindo a registar. De acordo com a Lei n.º 14/21, de 19 de Maio, sobre o Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF), existem alguns cenários que podem ser equacionados, nomeadamente (i) Intervenção Correctiva; (ii) Administração provisória; e (iii) Resolução. Caso nenhum dos cenários se revele suficiente para recuperar o Banco, nomeadamente, uma medida de resolução, o Banco Nacional de Angola pode revogar a autorização para o exercício da respectiva actividade, seguindo-se o regime de liquidação previsto na LRGIF.

Relativamente aos primeiros meses de 2024, importa destacar alguns factos relevantes, entre os quais:

- **Assinatura de um memorando entendimento entre a Comissão do Mercado de Capitais e o Banco Nacional de Angola** no domínio da supervisão das Instituições Financeiras Bancárias que actuam no mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados, com o objectivo de mitigar eventuais conflitos de dupla supervisão, de modo a garantir uma maior cooperação entre ambos os reguladores e definir os mecanismos de acompanhamento das entidades prestadoras de serviços na banca e, ao mesmo tempo, no Mercado de Capitais, os mecanismos de coordenação para as acções de supervisão conjuntas e de partilha de informação;
- **Realização de uma auditoria especial transversal para a avaliação da qualidade e consistência de dados no sector bancário nacional** (Auditoria Especial), a qual será promovida pelo Banco Nacional de Angola, que se estima que tenha início durante o segundo semestre de 2024. De acordo com o nosso entendimento, esta Auditoria Especial tem como principais objectivos: (i) aferir a capacidade dos

Bancos recolherem, processarem e reportarem dados de gestão de risco bancário, de acordo com os requisitos do seu sistema de controlo interno, tendo como referência os princípios do *Basel Committee on Banking Supervision 239 – Data Quality* (BCBS 239), para agregação e reporte eficaz de dados de gestão de risco; (ii) garantir a fiabilidade da fonte de dados ao nível contabilístico e supervisão prudencial (Basileia II e III) para assegurar a conformidade dos Indicadores de Solidez Financeira (FSI), de entre outros indicadores adicionais de supervisão microprudencial e definição da política macroprudencial; (iii) revisão do quadro de governo interno subjacente ao processo de agregação e reporte de dados; (iv) avaliar o nível de conformidade dos processos e procedimentos internos dos Bancos de preparação e reporte de informações contabilísticas e de risco; (v) verificar consistência e efectuar exame de qualidade aos dados dos reportes submetidos pelos Bancos ao BNA; e (vi) definir e parametrizar critérios/balizas, com vista à rejeição de informação não realística. Pela sua abrangência, estima-se que seja um exercício complexo e que vai exigir bastante dos Bancos, à semelhança do que aconteceu noutras geografias que levaram a cabo um exercício semelhante. Face à experiência da Deloitte em projectos de natureza similar, consideramos que é absolutamente essencial os Bancos começarem, desde já, a prepararem-se de forma afincada para esta Auditoria Especial, uma vez que os Bancos ainda têm um longo caminho a percorrer nesta jornada de transição para a adopção de uma cultura de qualidade de dados.

- **Publicação do Aviso n.º 01/2024**, de 21 de Fevereiro e **Instrutivo n.º 03/2024**, de 06 de Março, **sobre Planos de Recuperação de Instituições Financeiras Bancárias**, os quais definem um conjunto de procedimentos que devem ser observados na elaboração de planos de recuperação, a sua periodicidade e os procedimentos relativos à sua apresentação, monitorização e revisão;
- **Publicação do Aviso n.º 2/2024**, de 22 de Março, sobre as **Regras de Prevenção e Combate do Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da**

Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/PADM). Este Aviso revogou o Aviso n.º 14/2020 e veio (i) aprofundar as medidas de acompanhamento dos clientes (alertas, bloqueios, procedimentos de actualização, diligência reforçada e contramedidas); (ii) detalhar alguns conceitos e procedimentos (beneficiários efectivos, *private banking*); (iii) descrever procedimentos ao nível da comunicação de operações, cooperação entre Instituições; e (iv) introduzir procedimentos para garantir a realização de transferências electrónicas. Adicionalmente, veio reforçar que o Relatório de BC/FT/PADM, deve compreender o relatório do Auditor Externo e deve ser remetido até 31 de Janeiro do ano seguinte ao exercício findo a que diz respeito.

Em termos de eventos futuros, gostaríamos de salientar alguns factos relevantes, que se esperam que se realizem em 2025:

- **Realização do Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP)**, o qual será gerido e desenvolvido conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial. Este exercício terá como principais objectivos: (i) aferir a estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional; (ii) proporcionar a elevação dos níveis de confiança e credibilidade do sistema financeiro nacional junto de entidades internacionais; (iii) avaliar adequadamente as normas vigentes no país e testar a robustez das mesmas para fazer face à mitigação de riscos; e (iv) identificar constrangimentos que impedem ou comprometem a competitividade, diversificação, nível de penetração e desenvolvimento do sector financeiro;
- **Realização de uma Avaliação Sectorial de Risco ao Sistema Financeiro, em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais**, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa (BC/FT/PADM), o qual foi deliberado em Maio de 2024, pelo Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro, do qual o BNA faz parte.

Ao nível de perspectivas futuras, os Bancos devem efectuar a revisão e transformação dos seus modelos de negócio, assentes em estratégias para fortalecer a confiança dos clientes bancários. Para a prossecução desta estratégia devem suportar a sua actividade numa maior agilidade de processos (aumento da eficiência), melhorar as áreas de controlo, e intensificar no investimento em canais de transaccionalidade e na cibersegurança para que o sector bancário seja um veículo efectivo de inclusão financeira e de maior acesso da população nacional a serviços bancários.

O sucesso na implementação destas medidas irá traduzir-se num aumento da bancarização, que de acordo com dados do Banco Nacional de Angola, a taxa de bancarização continua relativamente baixa e com evoluções marginais (30,2% em 2022 e 30,8% em 2023).

Com o aumento da taxa de bancarização, é expectável que os Bancos aumentem de forma significativa a sua base de depósitos, o que lhes vai permitir ter mais liquidez. Com mais recursos financeiros à sua disposição, os Bancos têm maior capacidade de expandir as suas operações, oferecer novos produtos e serviços bancários e maior personalização da sua oferta a clientes, contribuindo assim para o aumento da sua transaccionalidade, tornando-os mais competitivos e atractivos para os clientes.

Adicionalmente, é fundamental os Bancos que operam no mercado nacional consigam criar condições estruturais para aumentar o apetite ao risco na concessão de crédito, tanto às famílias como às empresas, visando promover a prosperidade e desenvolvimento sustentável do país.

Por último, um facto que pode marcar de forma indelével o ano de 2024 e os anos seguintes é que Angola tem até Junho do corrente ano para dar resposta às recomendações do Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (ESAAMLG) e evitar a entrada na "lista cinzenta" do GAFI (Grupo de Acção Financeira) que combate a lavagem de dinheiro a nível mundial. As recomendações foram feitas pelo ESAAMLG, após a visita ao País realizada no ano passado,

onde foram identificados um conjunto de incumprimentos e atrasos no combate ao branqueamento de capitais. O FMI tem vindo a enaltecer os esforços que tem vindo a ser realizados para colmatar as deficiências nesta matéria, mas recomenda que estas acções devem complementadas por uma campanha de comunicação destinada a gerir as expectativas no caso de Angola entrar para a "lista cinzenta" do GAFI, situação que seria muito prejudicial à economia nacional e em particular para o sector bancário. De realçar que foi aprovada no final de Maio na Assembleia Nacional a nova Lei sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo, para garantir a conformidade com as recomendações do GAFI.



Demonstrações Financeiras 2023 e 2022

Balanço dos Bancos 2023

Milhões de kwanzas

	ACCESS (Ex-Finibanco)	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*	BFA	BIC	BIR	BNI	BOCLB	BPC	BSOL	BVB	KEVE	SBA	SCBA	VTB*	YETU	TOTAL**
Activo																								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	31 173	356 927	603 682	21 191	187 616	9 606	182 387	56 159	1 578	86 266	556 647	359 919	35 404	64 901	5 036	309 894	174 288	17 447	109 766	259 516	11 493	105 443	27 732	3 574 072
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32 998	94 147	96 082	1 302	129 837	1 536	45 350	43 478	15 876	n.d.	41 631	165 767	9 264	8 682	7 347	192 426	26 632	5 588	81 072	264 094	3 164	n.d.	14 445	1 280 719
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	10 433	81 193	1 007 710	15 109	67 626	13 110	53 407	11 281	18 988	- 13	901 503	306 810	2 093	54 936	7 349	8 835	7 096	3 058	31 924	115 437	14 396	7 598	0	2 739 880
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	298 891	703 466	0	0	0	0	0	18 609	n.d.	46 488	0	16 531	61 141	0	0	15 649	0	0	29 042	0	n.d.	67 793	1 257 611
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	37	53 107	3 049	76 837	288	44	240	68	4 490	n.d.	0	68 746	0	744	0	302 030	0	0	102 059	195 739	13 408	n.d.	158	821 043
Investimentos ao custo amortizado	28 302	467 315	1 261 785	0	294 716	26 685	146 279	70 576	77 541	108 982	1 411 941	520 839	114 352	41 030	6 252	611 411	377 486	41 515	193 978	126 452	0	9 979	5 516	5 942 933
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito a clientes	21 902	479 233	464 997	8 681	353 353	3 142	98 702	80 806	386 409	86 483	550 103	762 300	50 760	128 749	13 770	364 167	277 701	9 816	264 173	518 266	3	8 854	31 735	4 964 105
Activos não correntes detidos para venda	0	716	0	0	0	0	17 095	0	0	n.d.	181	13 319	0	33 740	0	2 169	29 164	0	9 235	0	0	n.d.	0	105 618
Outros activos tangíveis	26 360	92 372	108 074	7 871	12 598	731	6 794	10 404	7 443	189 324	38 752	25 508	22 195	9 254	597	130 383	39 586	1 599	32 301	40 882	933	699	15 978	820 640
Activos intangíveis	1 881	10 658	11 371	339	3 661	1 296	962	679	3	n.d.	12 425	970	1 298	1 837	0	13 006	997	137	1 088	7 776	0	n.d.	518	70 902
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	30 657	0	0	0	0	0	0	n.d.	1 117	305	1 650	0	0	5 751	7 884	0	84	900	0	n.d.	0	48 349
Activos por impostos correntes	74	2 465	2 935	112	241	0	235	177	262	n.d.	193	0	160	2 602	35	1 530	1 835	17	636	627	0	n.d.	0	14 135
Activos por impostos diferidos	3 040	3 657	12	0	832	6	6 052	3 785	8 741	n.d.	0	13 364	0	11 959	0	0	0	0	2 088	4 158	0	n.d.	0	57 694
Outros activos	1 159	147 017	243 619	1 569	5 863	1 582	17 719	2 052	19 354	436 993	23 413	53 664	2 275	5 140	215	79 023	36 674	1 506	206 175	29 856	714	409	11 048	1 327 041
TOTAL DO ACTIVO	157 359	2 087 700	4 537 439	133 011	1 056 630	57 736	575 223	279 465	559 294	908 036	3 584 394	2 291 512	255 982	424 715	40 602	2 020 624	994 992	80 684	1 034 580	1 592 745	44 112	132 983	174 923	23 024 741
Passivo																								
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	1 690	1 323	7 240	811	5 810	0	23 048	2 928	89 635	281 722	27 841	242 948	1 119	10 839	188	540 609	47 272	151	47 315	9 098	0	1 665	14 283	1 357 533
Recursos de clientes e outros empréstimos	114 222	1 849 008	3 692 484	77 490	898 520	12 172	479 127	216 341	0	1 006 664	2 857 665	1 445 504	200 001	334 974	8 346	1 190 587	833 683	57 944	852 401	1 240 346	26 106	120 531	119 282	17 633 400
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	2 274	n.d.	2 537	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	4 841
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Provisões	374	3 613	37 845	126	2 120	0	1 625	650	32 371	3 068	55 525	43 716	93	1 941	264	109 272	13 702	1	2 413	4 936	552	521	68	314 797
Passivos por impostos correntes	73	0	8 290	0	710	246	0	0	12 482	n.d.	14 257	0	0	0	86	25	0	0	0	88	0	n.d.	0	36 257
Passivos por impostos diferidos	762	7 230	712	1 190	0	0	0	2 327	9 681	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 162	0	n.d.	248	31 311
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	0	138 216	n.d.	0	0	0	7 529	18 511	0	0	0	0	25 326	0	n.d.	0	189 582
Outros passivos	3 104	14 567	149 561	11 288	10 445	1 141	9 737	3 042	28 467	60 475	59 043	92 649	5 918	19 049	889	24 068	11 775	966	47 053	80 489	1 252	2 180	7 717	644 874
TOTAL DO PASSIVO	120 224	1 875 741	3 896 131	90 905	917 605	13 559	513 536	225 288	313 126	1 351 928	3 016 868	1 824 818	207 131	374 332	28 284	1 864 561	906 432	59 062	949 182	1 369 445	27 910	124 927	141 599	20 212 595
Capital Próprio																								
Capital Social	23 898	142 325	157 545	22 500	60 000	20 000	82 100	17 000	140 522	271 500	45 000	20 000	17 500	45 380	9 960	1 242 331	30 000	15 000	20 000	21 000	12 742	7 500	20 000	2 443 804
Prémios de emissão	556	70 707	- 8 825	84	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	113 507	0	0	0	0	0	n.d.	0	176 030
(-) Acções próprias	0	- 842	- 4 928	0	0	- 3 000	0	0	0	n.d.	0	0	0	- 71	0	0	0	0	- 111	0	0	n.d.	0	- 8 952
Outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	153 329	0	0	0	22 227	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	175 556
Reservas de reavaliação	0	13 428	1 283	3 016	262	0	0	0	1 433	n.d.	0	197 937	0	- 6 167	0	38 117	- 1 391	0	0	2 639	180	n.d.	80	250 817
Outras reservas e resultados transitados	10 844	- 22 766	296 659	13 037	42 121	23 691	- 53 767	32 130	64 530	- 598 084	355 016	190 209	13 787	- 12 083	2 034	- 1 353 843	47 927	3 448	32 376	132 623	1 416	3 034	6 478	- 769 181
(-) Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	- 976	- 976
Resultado líquido do exercício	1 836	9 106	199 574	3 468	36 641	3 487	33 355	5 047	39 683	- 270 637	167 510	58 547	17 564	1 097	324	115 950	12 024	3 174	33 134	67 038	1 864	- 2 478	7 741	545 049
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	37 135	211 959	641 308	42 106	139 024	44 177	61 688	54 177	246 168	- 443 892	567 526	466 693	48 851	50 383	12 318	156 063	88 560	21 622	85 398	223 300	16 202	8 056	33 324	2 812 146
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO	157 359	2 087 700	4 537 439	133 011	1 056 630	57 736	575 223	279 465	559 294	908 036	3 584 394	2 291 512	255 982	424 715	40 602	2 020 624	994 992	80 684	1 034 580	1 592 745	44 112	132 983	174 923	23 024 741

* Informação do Balancete do 4.º Trimestre (não auditado) disponível na página de internet do Banco

** Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico e do Banco VTB África

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Demonstração dos Resultados 2023

Milhões de kwanzas

	ACCESS (ex-Finbanco)	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*	BFA	BIC	BIR	BNI	BOCLB	BPC	BSOL	BVB	KEVE	SBA	SCBA	VTB*	YETU	TOTAL**
1. Juros e rendimentos similares	8 488	89 197	301 254	12 131	68 251	5 510	29 479	22 485	35 081	n.d.	313 526	125 595	31 362	25 317	3 010	210 110	99 034	8 030	67 493	109 462	2 186	n.d.	13 149	1 580 149
2. (-) Juros e encargos similares	- 1 464	- 73 014	- 99 982	- 2 540	- 18 683	- 314	- 10 496	- 4 476	- 3 632	n.d.	- 66 591	- 39 849	- 10 670	- 17 607	- 1 310	- 78 109	- 31 193	- 1 967	- 29 723	- 24 065	- 136	n.d.	- 5 479	- 521 301
3. Margem Financeira (1+2)	7 024	16 183	201 272	9 590	49 567	5 196	18 983	18 009	31 448	n.d.	246 935	85 745	20 692	7 710	1 700	132 001	67 841	6 063	37 770	85 397	2 051	n.d.	7 670	1 058 848
4. Rendimentos de instrumentos de capital	0	0	1 994	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	1 284	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	3 278
5. Rendimentos de serviços e comissões	1 494	28 417	65 270	3 416	12 910	1 121	15 324	4 781	1 754	n.d.	32 891	18 130	5 259	4 778	162	21 721	14 877	930	11 110	19 887	2 380	n.d.	4 795	271 407
6. (-) Encargos com serviços e comissões	- 360	- 6 814	- 39 566	- 803	- 3 659	- 206	- 5 336	- 1 092	0	n.d.	- 16 224	- 7 897	- 1 255	- 2 076	- 4	- 11 313	- 4 045	- 350	- 1 945	- 6 409	- 154	n.d.	- 725	- 110 233
7. Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	0	38 504	160 263	0	67	0	0	0	2 226	n.d.	- 311	0	6 137	6 989	0	0	0	0	0	1 377	0	n.d.	4 347	219 600
8. Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	4 418	0	0	0	0	2 230	3	n.d.	0	6 650
9. Resultados de investimentos ao custo amortizado	0	418	9 157	0	714	0	557	881	57	n.d.	8 509	0	2 070	0	0	- 80 311	0	0	0	0	0	n.d.	0	- 57 949
10. Resultados em outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
11. Resultados cambiais	2 014	32 490	7 267	2 089	19 505	1 239	23 178	- 511	64 569	n.d.	19 018	78 722	3 620	7 142	1 032	95 083	2 135	2 323	33 345	46 072	1 365	n.d.	10 465	452 161
12. Resultados de alienação de outros activos	0	- 16 003	- 2 939	0	13	0	1 715	19	0	n.d.	146	82	5	439	0	0	0	25	0	0	0	n.d.	7	- 16 491
13. Outros resultados de exploração	- 1 166	- 9 559	- 10 478	- 1 200	- 2 074	- 382	714	- 1 930	- 1 144	n.d.	8 072	182	- 2 475	- 4 314	- 248	65 147	- 2 086	- 981	- 2 226	- 5 683	- 201	n.d.	- 1 254	26 714
14. Produto da actividade bancária (3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13)	9 007	83 637	392 239	13 092	77 044	6 968	55 134	20 157	98 910	n.d.	299 036	174 963	34 053	20 668	2 642	228 031	78 722	8 009	78 054	142 870	5 443	n.d.	25 305	1 853 985
15. (-) Custos com o pessoal	- 4 642	- 28 496	- 71 122	- 4 139	- 14 213	- 1 554	- 7 455	- 8 039	- 16 870	n.d.	- 63 511	- 56 251	- 7 435	- 8 262	- 1 700	- 59 220	- 30 892	- 2 084	- 11 141	- 31 802	- 2 388	n.d.	- 8 339	- 439 555
16. (-) Fornecimentos e serviços de terceiros	- 4 553	- 19 109	- 57 008	- 3 679	- 7 701	- 1 470	- 12 119	- 5 092	- 4 178	n.d.	- 37 089	- 27 677	- 5 152	- 10 146	- 517	- 24 534	- 20 004	- 1 931	- 8 895	- 20 708	- 560	n.d.	- 6 711	- 278 834
17. (-) Depreciações e amortizações do exercício	- 946	- 9 580	- 18 916	- 1 162	- 3 025	- 336	- 2 121	- 1 279	- 1 931	n.d.	- 13 657	- 5 261	- 2 145	- 2 828	- 220	- 3 989	- 5 813	- 804	- 5 483	- 6 597	- 457	n.d.	- 1 781	- 88 333
18. (-) Provisões líquidas de anulações	101	81	- 3 109	0	- 1 496	22	- 853	300	- 639	n.d.	1 851	- 2 373	- 63	- 1 894	- 262	- 10 961	695	0	- 2 909	- 840	- 138	n.d.	0	- 22 487
19. Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	- 1 117	- 11 186	- 23 639	- 218	- 7 354	- 11	- 8 924	- 2 359	- 24 974	n.d.	- 1 678	- 11 958	- 1 037	- 3 272	619	- 27 284	- 6 325	201	- 9 758	- 4 065	0	n.d.	- 772	- 145 108
20. Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	223	1 678	4 139	- 134	- 438	165	3 639	- 328	3 965	n.d.	- 1 221	- 12 868	- 633	- 40	2	- 1 043	- 2 944	- 217	- 3 787	0	- 20	n.d.	39	- 9 823
21. Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	3 346	- 7 826	- 2 395	12	- 465	0	0	0	946	n.d.	12	- 114	- 24	7 399	0	14 951	0	0	- 2 947	- 786	0	n.d.	0	12 108
22. Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	85	0	0	0	0	1 393	0	0	0	0	n.d.	0	1 478
23. Resultado na posição monetária líquida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
24. Resultados antes de imposto de operações em continuação (14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24)	1 417	9 199	220 190	3 772	42 353	3 783	27 302	3 361	55 228	n.d.	183 744	58 547	17 564	1 624	564	115 950	14 832	3 174	33 134	78 073	1 879	n.d.	7 741	883 432
25. Impostos sobre os resultados correntes	0	0	0	0	- 2 808	- 297	0	0	- 12 481	n.d.	- 16 234	0	0	- 590	- 240	0	- 2 806	0	0	- 4 024	- 16	n.d.	0	- 39 496
26. Impostos sobre os resultados diferidos	419	- 93	- 20 617	- 304	- 2 904	0	6 052	1 686	- 3 065	n.d.	0	0	0	63	0	0	0	0	0	- 7 011	0	n.d.	0	- 25 772
27. Resultado após impostos de operações em continuação (25+26+27)	1 836	9 106	199 574	3 468	36 641	3 487	33 355	5 047	39 683	n.d.	167 510	58 547	17 564	1 097	324	115 950	12 026	3 174	33 134	67 038	1 864	n.d.	7 741	818 165
28. Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	- 1	0	0	0	0	0	0	- 1
29. Resultado líquido do exercício (28+29)	1 836	9 106	199 574	3 468	36 641	3 487	33 355	5 047	39 683	- 270 637	167 510	58 547	17 564	1 097	324	115 950	12 024	3 174	33 134	67 038	1 864	- 2 478	7 741	545 049

* Informação do Balancete do 4.º Trimestre (não auditado) disponível na página de internet do Banco

** Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico e do Banco VTB África

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Balanço dos Bancos 2022

Milhões de kwanzas

	ACCESS (Ex-Finibanco)	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*		BFA	BIC	BIR	BNI	BOCLB	BPC	BSOL	BVB	KEVE	SBA	SCBA	VTB	YETU	TOTAL**	
Activo																										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17 944	214 231	661 714	15 182	150 046	3 732	502 308	27 021	3 678	73 462		426 305	391 337	30 548	48 296	5 431	129 627	169 117	12 259	64 186	261 119	9 508	5 615	31 648	3 254 315	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24 516	46 169	39 938	1 536	114 684	741	12 358	20 539	13 342	n.d.		24 122	109 849	10 763	19 649	10 075	134 537	18 533	6 854	59 712	40 771	893	61 772	7 786	779 142	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	24 427	30 547	602 367	12 231	51 306	39 980	43 082	12 949	57 353	0		726 047	328 557	1 015	28 884	6 966	122 644	18 780	8 044	131 617	132 120	19 502	2 580	8 005	2 409 002	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	260 204	615 608	0	0	0	0	0	18 169	n.d.		104 831	0	50 504	41 593	0	0	28 480	0	0	6 394	0	0	46 521	1 172 304	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	37	54 236	2 066	52 119	184	44	240	68	4 561	n.d.		0	69 673	0	744	0	151 718	0	0	0	168 436	8 966	37	153	513 281	
Investimentos ao custo amortizado	24 315	306 297	690 054	0	283 873	17 670	61 630	48 298	81 265	69 204		948 368	325 705	72 252	46 517	6 222	687 200	236 172	23 956	176 296	93 349	0	5 969	8 817	4 213 429	
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Crédito a clientes	21 609	453 783	392 351	5 648	168 282	1 980	50 169	50 183	263 013	63 306		417 426	603 277	35 348	113 478	14 921	185 592	246 897	3 370	120 992	297 185	426	14 720	18 917	3 542 873	
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	1 400	0	0	n.d.		0	11 938	0	26 753	0	4 140	28 925	0	14 379	0	0	0	0	87 534	
Outros activos tangíveis	22 877	103 860	101 699	6 904	12 012	1 032	25 387	9 922	3 764	50 897		36 685	23 898	11 467	9 616	262	111 178	39 626	1 702	29 179	41 150	1 355	858	11 192	656 523	
Activos intangíveis	1 338	13 022	12 505	602	2 617	600	453	38	4	n.d.		8 120	2 132	1 296	1 959	5	9 123	15	154	552	9 460	60	0	187	64 243	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	28 437	0	0	0	0	0	0	n.d.		1 117	396	0	0	0	5 249	6 323	0	90	0	0	0	0	41 611	
Activos por impostos correntes	68	2 547	1 674	111	0	0	235	126	356	n.d.		145	0	343	2 963	46	1 524	1 541	17	271	1 512	0	0	0	13 478	
Activos por impostos diferidos	1 900	3 750	12	715	3 735	6	0	0	21 828	n.d.		0	13 364	0	11 491	0	0	0	0	2 088	8 777	0	0	0	0	67 667
Outros activos	851	95 632	46 474	1 024	5 020	232	22 003	6 099	17 257	768 161		15 739	40 196	954	3 893	70	150 391	34 344	584	12 259	20 544	1 058	582	3 394	1 246 762	
TOTAL DO ACTIVO	139 881	1 584 278	3 194 900	96 071	791 759	66 017	719 267	175 245	484 592	1 025 030		2 708 905	1 920 321	214 491	355 837	43 997	1 692 923	828 752	56 940	611 620	1 080 819	41 769	92 133	136 619	18 062 165	
Passivo																										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	90	7 322	27 463	315	1 761	0	14 204	250	42 425	261 926		3 697	149 285	0	28 103	0	271 232	11 550	49	60 851	42 539	0	1 222	14 288	938 572	
Recursos de clientes e outros empréstimos	95 224	1 364 668	2 637 146	49 453	656 158	23 943	650 980	113 517	0	776 588		2 040 285	1 233 088	169 787	254 199	7 341	1 227 905	706 033	37 313	493 668	743 388	22 936	77 557	79 381	13 460 557	
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	2 030	0	0	0	0	0	0	0	n.d.		546	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 576	
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Provisões	475	2 927	13 999	102	1 438	22	2 298	1 754	145	5 247		51 578	27 399	30	1 735	1	75 981	11 028	2	1 316	4 148	414	706	348	203 093	
Passivos por impostos correntes	4 152	0	3 101	0	4 502	321	0	1 583	0	n.d.		10 985	2 193	0	0	58	60	0	0	0	1 734	0	374	5 237	34 300	
Passivos por impostos diferidos	40	153	368	0	0	0	5 935	229	0	n.d.		0	0	0	916	0	0	0	0	0	9 724	0	0	248	17 613	
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	0	134 133	32 613		0	0	0	6 720	24 396	0	0	0	0	15 387	0	0	0	213 249	
Outros passivos	2 742	17 469	45 088	9 680	8 379	1 042	9 472	3 152	65 576	104 638		117 525	78 370	5 287	9 399	208	29 738	14 549	1 181	8 424	65 023	4 066	1 740	5 559	608 307	
TOTAL DO PASSIVO	102 722	1 394 569	2 727 166	59 550	672 239	25 327	682 890	120 486	242 278	1 181 013		2 224 615	1 490 334	175 103	301 072	32 003	1 604 915	743 160	38 545	564 259	881 943	27 417	81 599	105 060	15 478 265	
Capital Próprio																										
Capital Social	7 516	142 325	157 545	7 500	60 000	10 000	82 276	17 000	140 522	271 500		15 000	20 000	10 000	36 880	9 960	1 242 331	30 000	9 262	20 000	9 530	8 742	7 500	13 000	2 337 255	
Prémios de emissão	556	70 707	-13 408	0	0	0	-2 617	0	0	n.d.		0	0	0	0	0	113 507	0	0	0	0	0	0	0	0	168 746
(-) Acções próprias	0	-842	-5 296	0	0	-3 000	0	0	0	n.d.		0	0	0	-71	0	0	0	0	-111	0	0	0	0	0	-9 320
Outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	121 196		0	0	0	16 101	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	137 297
Reservas de reavaliação	8 866	284	697	-94	159	0	15 672	0	1 979	n.d.		0	199 778	0	2 484	0	13 028	2 628	0	0	2 576	194	0	-39	239 347	
Outras reservas e resultados transitados	16 500	-26 264	227 967	26 513	24 881	27 324	-58 625	26 501	95 270	-510 726		328 834	168 547	13 128	-909	-151	-1 160 461	36 945	5 685	972	121 113	5 168	9 556	5 030	-617 202	
(-) Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-917	
Resultado líquido do exercício	3 720	3 498	100 228	2 603	34 480	6 366	-329	11 258	4 542	-37 953		140 455	41 662	16 260	280	2 185	-120 397	16 018	3 448	26 501	65 657	249	-6 522	14 486	328 694	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	37 159	189 709	467 734	36 521	119 520	40 690	36 378	54 759	242 314	-155 983		484 290	429 987	39 387	54 765	11 994	88 008	85 591	18 395	47 361	198 876	14 353	10 534	31 559	2 583 900	
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO	139 881	1 584 278	3 194 900	96 071	791 759	66 017	719 267	175 245	484 592	1 025 030		2 708 905	1 920 321	214 491	355 837	43 997	1 692 923	828 752	56 940	611 620	1 080 819	41 769	92 133	136 619	18 062 165	

* Informação do Balancete do 4.º Trimestre (não auditado) disponível na página de internet do Banco

** Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Demonstração dos Resultados 2022

Milhões de kwanzas

	ACCESS (Ex-Finbanco)	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*	BFA	BIC	BIR	BNI	BOCLB	BPC	BSOL	BVB	KEVE	SBA	SCBA	VTB	YETU	TOTAL**	
1. Juros e rendimentos similares	10 201	95 774	268 911	10 466	62 513	7 493	20 719	17 302	38 219	n.d.	267 676	120 615	25 321	22 540	2 487	122 488	72 938	4 635	39 221	105 255	3 970	6 298	9 746	1 334 787	
2. (-) Juros e encargos similares	- 1 353	- 63 319	- 79 717	- 1 242	- 19 608	- 244	- 8 696	- 3 520	- 1 556	n.d.	- 51 500	- 33 784	- 8 978	- 15 998	- 653	- 38 290	- 29 543	- 1 233	- 19 464	- 25 302	- 210	- 343	- 2 687	- 407 241	
3. Margem Financeira (1+2)	8 847	32 454	189 194	9 224	42 905	7 249	12 023	13 782	36 663	n.d.	216 176	86 831	16 343	6 542	1 834	84 198	43 394	3 402	19 758	79 954	3 760	5 955	7 058	927 546	
4. Rendimentos de instrumentos de capital	0	0	1 379	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 426	
5. Rendimentos de serviços e comissões	1 869	27 291	49 773	3 190	11 150	942	6 477	4 836	5 285	n.d.	30 908	15 814	5 627	5 451	345	13 884	13 504	1 012	8 184	17 285	980	458	4 955	229 220	
6. (-) Encargos com serviços e comissões	- 298	- 6 878	- 19 110	- 595	- 3 232	- 203	- 3 331	- 529	0	n.d.	- 13 412	- 6 609	- 1 011	- 2 180	- 8	- 11 092	- 3 933	- 340	- 137	- 5 798	- 153	- 68	- 1 085	- 80 003	
7. Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	0	- 3 093	11 782	0	245	0	0	0	0	n.d.	16 957	0	1 886	2 700	0	6 884	0	0	0	502	0	0	2 147	40 009	
8. Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	0	0	0	- 1 760	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 091	0	0	0	- 669	
9. Resultados de investimentos ao custo amortizado	0	134	54 329	0	0	0	0	0	- 11	n.d.	0	0	722	0	- 5 668	0	0	0	0	0	0	0	0	49 506	
10. Resultados em outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11. Resultados cambiais	2 519	22 451	- 9 582	- 649	8 847	2 654	331	8 996	- 19 484	n.d.	17 287	- 5 902	7 694	- 6 400	2 681	12 614	4 042	3 684	12 706	35 945	1 120	1 902	21 696	125 151	
12. Resultados de alienação de outros activos	0	- 884	- 250	- 9	29	0	6 776	5	99	n.d.	74	309	0	8 296	0	11	0	5	0	0	0	0	0	0	14 461
13. Outros resultados de exploração	- 1 740	- 7 506	- 13 551	- 865	805	- 988	- 738	- 1 348	- 2 086	n.d.	1 067	- 3 566	- 2 774	- 1 329	- 256	- 7 162	- 947	- 455	- 2 574	- 3 198	- 628	- 404	- 743	- 50 988	
14. Produto da actividade bancária (3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13)	11 197	63 970	263 964	10 296	60 749	9 653	21 537	25 741	18 705	n.d.	269 056	86 879	28 486	13 127	4 596	93 669	56 061	7 308	37 936	125 779	5 080	7 842	34 028	1 255 659	
15. (-) Custos com o pessoal	- 3 623	- 26 994	- 61 972	- 3 905	- 11 697	- 1 259	- 14 557	- 5 595	- 8 649	n.d.	- 63 217	- 51 842	- 5 991	- 7 413	- 1 321	- 42 564	- 24 083	- 1 899	- 7 981	- 26 688	- 2 852	- 2 113	- 7 169	- 383 383	
16. (-) Fornecimentos e serviços de terceiros	- 2 035	- 18 434	- 65 153	- 3 022	- 6 240	- 1 349	- 7 085	- 3 491	- 1 527	n.d.	- 27 701	- 22 593	- 3 736	- 8 750	- 575	- 13 550	- 15 764	- 1 410	- 7 588	- 15 263	- 2 003	- 1 089	- 5 205	- 233 560	
17. (-) Depreciações e amortizações do exercício	- 1 161	- 10 139	- 15 342	- 949	- 2 563	- 355	- 2 219	- 1 045	- 789	n.d.	- 11 426	- 5 456	- 1 608	- 2 355	- 108	- 3 055	- 3 950	- 1 093	- 2 975	- 6 249	- 326	- 580	- 1 643	- 75 385	
18. (-) Provisões líquidas de anulações	2 841	203	- 3 910	0	- 946	0	56	- 900	0	n.d.	- 6 905	- 1 627	- 1	178	- 1	12 266	240	0	- 2 181	- 115	208	319	- 178	- 575	
19. Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	- 2 901	- 12 446	- 6 756	- 108	410	- 11	374	- 830	- 8 702	n.d.	- 2 107	- 31 716	- 386	- 11 521	- 262	- 146 787	1 291	684	9 578	- 2 104	0	0	- 121	- 214 422	
20. Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	- 164	378	5 634	- 278	- 284	54	1 866	- 117	896	n.d.	2 516	16 009	- 506	315	45	- 2 724	246	- 143	- 88	113	150	- 10 531	11	13 400	
21. Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	- 206	6 628	- 1 708	- 100	- 613	0	- 302	0	0	n.d.	- 65	- 1 956	0	8 940	0	- 17 651	0	0	- 2 178	0	0	0	0	- 9 091	
22. Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	- 41	0	0	0	0	1 977	0	0	0	0	0	0	1 936	
23. Resultado na posição monetária líquida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	56 199	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56 199
24. Resultados antes de imposto de operações em continuação (14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24)	3 948	3 165	114 758	1 934	38 816	6 734	- 329	13 763	- 65	n.d.	160 152	43 854	16 260	- 7 479	2 374	- 120 397	16 018	3 448	24 523	75 474	258	- 6 151	19 723	410 778	
25. Impostos sobre os resultados correntes	- 1 035	0	- 14 529	0	- 6 009	- 368	0	- 1 583	- 4 694	n.d.	- 19 697	- 2 193	0	514	- 189	0	0	0	0	- 9 817	- 9	- 371	- 5 237	- 65 215	
26. Impostos sobre os resultados diferidos	807	333	0	669	1 674	0	0	- 921	9 301	n.d.	0	0	0	7 245	0	0	0	0	1 977	0	0	0	0	21 084	
27. Resultado após impostos de operações em continuação (25+26+27)	3 720	3 498	100 228	2 603	34 480	6 366	- 329	11 258	4 542	n.d.	140 455	41 662	16 260	280	2 185	- 120 397	16 018	3 448	26 501	65 657	249	- 6 522	14 486	366 647	
28. Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
29. Resultado líquido do exercício (28+29)	3 720	3 498	100 228	2 603	34 480	6 366	- 329	11 258	4 542	- 37 953	140 455	41 662	16 260	280	2 185	- 120 397	16 018	3 448	26 501	65 657	249	- 6 522	14 486	328 694	

* Informação do Balancete do 4.º Trimestre (não auditado) disponível na página de internet do Banco

** Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Contactos



José Barata
Presidente Deloitte Angola

jbarata@deloitte.co.ao



José Carlos Santos
Associate Partner

josecasantos@deloitte.co.ao



Diogo Maria Correia
Associate Partner

dcorreia@deloitte.co.ao

Deloitte.

“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Esta comunicação apenas inclui informações gerais, pelo que nem a Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), nem as respetivas firmas-membro ou entidades relacionadas prestam serviços profissionais ou aconselhamento através da mesma. Antes de tomar alguma decisão ou medidas que o afetem financeiramente ou ao seu negócio, com base nesta comunicação, deve consultar um profissional qualificado. Não são dadas garantias (explícitas ou implícitas) relativamente à precisão ou detalhe da informação constante nesta comunicação, pelo que a DTTL, as suas firmas membro, entidades relacionadas ou colaboradores não são responsabilizáveis por quaisquer danos ou perdas decorrentes de ações ou omissões, direta ou indiretamente, baseadas nesta comunicação.